



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS**

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

**ENTRE A IGUALDADE E A DIFERENÇA: MULHERES
CAMPONESAS EM LUTAS DE GÊNERO**

Florianópolis
2010

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

**ENTRE A IGUALDADE E A DIFERENÇA: MULHERES
CAMPONESAS EM LUTAS DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Área de Concentração: Estudos de Gênero

Orientadora: Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago

Co-Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Florianópolis
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S182e Salvaro, Giovana Ilka Jacinto

Entre a igualdade e a diferença [tese] : mulheres camponesas em lutas de gênero / Giovana Ilka Jacinto Salvaro ; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago , co-orientadora, Cristina Scheibe Wolff. - Florianópolis, SC, 2010.

1 v.: il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências humanas. 2. Subjetividade. 3. Mulheres na agricultura - Santa Catarina. 4. Movimentos sociais rurais - Santa Catarina. 5. Lutas de gênero. 6. Identidade política. I. Lago, Mara Coelho de Souza. II. Wolff, Cristina Scheibe. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Às mulheres do MMC, exemplos de coragem e
perseverança.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Mara Coelho de Souza Lago, mestra brilhante e incansável, pelos inúmeros ensinamentos e pela amizade durante os anos do mestrado e doutorado. Sou imensamente grata à vida por este encontro.

À Professora Cristina Scheibe Wolff, pela disponibilidade em assumir a co-orientação da tese, pela leitura cuidadosa de cada capítulo e orientações fundamentais para a concretização deste trabalho.

Às mulheres entrevistadas, por aceitarem participar da pesquisa e pela confiança em me conceder informações.

Às/aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC (PPGICH), pelo acolhimento e aprendizagens. Agradeço, especialmente, às Professoras Luzinete Simões Minella e Joana Maria Pedro.

À Professora Maria Ignez Paulilo e ao Professor Selvino Assmann, pelas importantes contribuições na ocasião da qualificação do projeto de pesquisa.

Aos colegas do PPGICH/UFSC, pelas discussões e aprendizagens durante o curso.

Às amigas Karina Janz Woitowicz e Marinês Ribeiro dos Santos, colegas do doutorado, pela convivência e interlocução sempre prazerosa.

Aos funcionários da Secretaria do PPGICH/UFSC, Ângelo La Porta e Jerônimo Ayala, pelo auxílio recebido no decorrer de todo o curso.

À Professora Maria Juracy Figueiras Toneli e colegas do Núcleo Margens – Modos de vida, família e relações de gênero - do Departamento de Psicologia da UFSC, pela convivência e possibilidade de aprendizagens.

Às professoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia, pela possibilidade de cursar disciplinas no Núcleo e pela instigante interlocução acadêmica no decorrer do estágio PROCAD/CAPES - UFSC/UFBA.

À Professora Miriam Pillar Grossi, que viabilizou o estágio PROCAD/CAPES.

Ao Professor Pedro de Souza, pelo incentivo, pelas discussões e valiosas contribuições para a produção deste trabalho.

À Rita de Cássia Flores Müller, amiga querida e interlocutora primorosa, pelo carinho, constante encorajamento e discussões que muito me acrescentaram.

Ao Mário Ferreira Resende, querido amigo e colega de orientação, pelas inúmeras trocas, por me ajudar a refletir e a construir este trabalho.

À querida amiga Sonia Biehler da Rosa, pelo companheirismo, por nossas conversas sempre estimulantes e prazerosas.

Às amigas e colegas de orientação, Geórgia M. F. Benetti, Maria Eduarda Ramos e Regina Bragagnolo, pelas contribuições para a produção deste trabalho.

À Professora Maria Luíza da Silva, amiga querida de longa data, pela leitura sempre cuidadosa de meus textos e revisão da tese.

À Maria Luíza Vieira Santos, profissional competente e dedicada, que me ajudou a ver outros horizontes, reconstruir laços e caminhos.

Aos colegas de trabalho do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), pelo apoio no decorrer desta pesquisa. Agradeço, especialmente, às/aos Professoras/es Adriana Zomer de Moraes, Anelise Pizzolatti, Lorena Paratella Zuppo, Luciano Corrêa e Cleber Duarte Coelho.

À minha família, pelo incentivo e apoio.

Por fim, sou imensamente grata ao Cleber, meu companheiro, que esteve ao meu lado durante toda esta trajetória, pelo exercício cotidiano e paciente de me instigar a prosseguir. Seu carinho e sua compreensão foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo busca analisar como se constituem sujeitos e subjetividades em lutas de gênero enquanto práticas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), denominação assumida em novembro de 2004 pelo Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), na consolidação, com outros movimentos rurais autônomos de mulheres do Brasil, de um movimento nacional. Esse processo envolveu a construção de identidades políticas, por meio das quais se produzem e se representam sujeitos. A pesquisa utilizou o modelo etnográfico, com a realização de entrevistas em profundidade, o acompanhamento e observação das atividades de mulheres que compõem o movimento. Este procedimento foi complementado pela análise de documentos produzidos pelo movimento em toda a trajetória de lutas que o caracterizou, desde sua criação como Movimento de Mulheres Agricultoras. Considerando que o MMC/SC está organizado em regionais (formadas por grupos de municípios), o estudo foi realizado em três municípios da Regional Sul do movimento: Urussanga, Orleans e Treviso. Foram entrevistadas 18 mulheres. A pesquisadora participou de atividades junto às mulheres do movimento, analisou publicações e documentos produzidos no período de 1994-2008. O argumento central do estudo é que diferentes investimentos são feitos na constituição de sujeitos e de subjetividades, os quais dão a ver a reprodução de normas de gênero, a aceitação ou a resistência a certas formas de individualidade, como parte das estratégias políticas de luta, incluindo a unificação de movimentos autônomos de mulheres e a construção das identidades políticas “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”. Desde a sua criação, na primeira metade da década de 1980, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó/SC, o MMA/SC começou a questionar a “condição da mulher” e da “mulher trabalhadora rural”. Como lutas centrais, estavam o direito à sindicalização da mulher, disputa pela direção do sindicato rural, o reconhecimento da profissão de agricultora, aposentadoria, entre outros. Lutas de gênero e de classe, operadas na/pela posição de trabalhadora rural, que se mantiveram com a construção do MMC. Nos municípios estudados, o movimento foi criado nos anos de 1994, 1995 e 2000, na vigência da denominação MMA/SC. A trajetória do movimento compreendeu lutas por reconhecimento e por redistribuição, nas quais as mulheres se produziram na posição de trabalhadoras rurais. Essa

produção demandou investimentos na documentação pessoal e profissional das mulheres. Na perspectiva das mulheres entrevistadas, o movimento se constitui como lugar de organização para aprendizagens, transformações sociais e individuais. No percurso da construção de identidades políticas, na Regional Sul, a mudança do nome “mulheres agricultoras” para “mulheres camponesas” foi recusada por algumas das mulheres e aceita por outras, demonstrando jogos de força, produção de sujeitos e de subjetividades. Ambas as identificações identitárias acionaram discursos que se aproximam de concepções feministas essencialistas, atribuindo às mulheres diferenças que as capacitam para o cultivo e o cuidado com a terra, relacionadas à sua função como mães na geração e cuidado com a vida. Uma das questões a ser considerada é que o uso de um “princípio feminino” não parece indicar apenas um retorno ao essencialismo, mas também uma estratégia política na produção de lutas.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, lutas de gênero, identidade política, constituição de sujeitos, subjetividade.

ABSTRACT

This study aims to examine how subjects and subjectivities are in the struggles of gender as practices of the Movement of Rural Women in Santa Catarina (MMC / SC), name assumed in November 2004 by the Movement of Rural Women of Santa Catarina (MMA/SC) the consolidation with other movements of autonomous rural women in Brazil, a national movement. This process involved the construction of political identities, through which they occur and represent subjects. The study used the ethnographic model, achieving in-depth interviews, observation and monitoring activities of women who make up the movement. This procedure was complemented by the analysis of documents produced by the movement throughout the long struggle that characterized, since its creation as the Movement of Women in Agriculture. Whereas MMC/SC is organized in regional (formed by groups of municipalities), the study was conducted in three municipalities in the Southern Region of the movement: Urussanga, Orleans and Treviso. We interviewed 18 women, the researcher participated in activities with women's movement, reviewed publications and documents produced in the period 1994-2008. The central argument of this study is that different investments are made in the constitution of subjects and subjectivity, which gives the view reproduction of gender norms, acceptance or resistance to certain forms of self, as part of the political strategies of fighting, including the unification of autonomous movements of women and the construction of political identities "women farmers" and "rural women". Since its creation in the first half of the 1980s, the District of Itaberaba, Chapecó/SC, the MMA/SC began to question the "status of women" and "rural women workers." Power struggles as they were the right to unionization of women, the contest for leadership of the union rural, the recognition of the status of women farmers, retirement, among others. Struggles gender and class operated at/by the position of agricultural workers, who remained with the construction of the MMC. In the cities studied, the movement was created in 1994, 1995 and 2000, in the presence of the name MMA/SC. The trajectory of the movement understood struggles for recognition and redistribution, in which women have occurred in the position of rural workers. This production required investments in the documentation of personal and professional women. In view of the women interviewed, the movement is as a place of organization for

learning, individual and social transformation. In the course of construction of political identities in South Region, the name change "women farmers" to "rural women" was rejected by some women and accepted by others, demonstrating power games of the subject and subjectivity. Both IDs identity triggered speeches approaching feminist essentialist conceptions, giving women the differences that enable them to grow and care for the land, related to their role as mothers in the generation and life care. One of the issues to be considered is that the use of a "feminine principle" seems to indicate not only a return to essentialism, but also a political strategy in the production of fights.

Key-words: Movement of Rural Women of Santa Catarina, Movement of Rural Women in Santa Catarina, fights gender, identity politics, constitution of subjects, subjectivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Uma das primeiras reuniões do MMA/SC.....	43
Figura 2 - “No 08 de março mulheres ocupam Brasília”.	59
Figura 3 - Mapa dos estados onde o MMC está organizado.	67
Figura 4 - Mapa das Regionais do MMC/SC.	67
Figura 5 - Mapa de localização dos municípios da Região Sul estudados.	68
Figura 6 - Capa da cartilha de formação <i>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos</i>	132
Figura 7 - Contracapa da cartilha de formação <i>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos</i>	132
Figura 8 - Capa da Cartilha de formação <i>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos</i>	138
Figura 9 - Contracapa da cartilha de formação <i>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos</i>	138
Figura 10 - Ilustração da cartilha de formação <i>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos</i>	139
Figura 11 - Bandeira do MMA/SC.....	165
Figura 12 - Capa da cartilha de formação preparatória à 9ª Assembleia <i>Estadual do MMA/SC</i>	205
Figura 13 - Capa da cartilha preparatória da <i>Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais</i> , ocorrida em Brasília, no período de 13 a 17 de março de 2000.....	221
Figura 14 - Capa da cartilha preparatória do <i>Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves</i> , realizado em março de 2002.....	222
Figura 15 - Capa da cartilha preparatória da <i>VIII Assembleia do MMA/SC</i>	225
Figura 16- Capa da cartilha de formação <i>Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas</i>	233
Figura 17 - Contracapa da cartilha de formação <i>Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas</i>	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Informações sobre as mulheres entrevistadas.....	30
Tabela 02 – População residente - Urussanga/SC.....	81
Tabela 03 – População residente - Orleans/SC.....	95
Tabela 04 – População residente - Treviso/SC.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR–SUL - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMC/SC - Movimento de Mulheres Camponesas em/de Santa Catarina
MMCBRASIL - Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DO MMC/SC NA TRAJETÓRIA DO MMA/SC	34
1.1 Leituras sobre a criação e organização do MMA/SC	35
1.2 De MMA/SC a MMC/SC	54
CAPÍTULO 2 - APROXIMAÇÕES DE UM CAMPO DE PESQUISA: MUNICÍPIOS DA REGIONAL SUL DO MMC/SC EM FOCO	69
2.1 Município de Urussanga	70
2.1.1 A criação do movimento no município	86
2.2 Município de Orleans	92
2.2.1 A criação do movimento no município	99
2.3 Município de Treviso	103
2.3.1 A criação do movimento no município	109
2.4 As mulheres entrevistadas	112
CAPÍTULO 3 - SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM LUTAS DE GÊNERO: “FRAGMENTOS DE OUTROS TEMPOS” NA CONSTRUÇÃO DO MMA/SC EM MUNICÍPIOS DA REGIONAL SUL (1994-2003)	128
3.1 A campanha da documentação	130
3.2 Aprendendo a participar: trabalhadoras rurais se reúnem para organizar o MMA/SC em municípios da Regional Sul	155

3.3 “Aprender para transformar”: questões em torno do processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes 188

CAPÍTULO 4 - CONSTRUINDO O MMC/SC NA REGIONAL SUL DE SC... DESAFIOS SE ATUALIZAM (2004-2008)..... 201

4.1 “Mulheres Camponesas”: identidade política e subjetividades 203

4.2 Mulheres camponesas cultivando a terra, gerando e cuidando da vida 220

4.3 Limites e possibilidades da militância política de mulheres da Regional Sul 245

CONSIDERAÇÕES FINAIS 257

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 265

INTRODUÇÃO

Nesta tese, busco analisar como se constituem sujeitos e subjetividades em lutas de gênero enquanto práticas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). O meu interesse por questões e por lutas de gênero em movimentos sociais rurais teve início no mestrado, com a realização de pesquisa em um assentamento coletivo organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹. Na ocasião, a possibilidade de investigação foi suscitada, entre outros aspectos, pelo fato de o MST ser um movimento formado por mulheres e homens, com a proposta de “construção de novas relações de gênero” (MST, 2001, p.146), no sentido da promoção de relações mais igualitárias entre ambos, nos campos da militância política, do trabalho e da família. No doutorado, o interesse pela questão se fez pela possibilidade de estudar um movimento social rural formado especificamente por mulheres, cuja criação se deu pelo questionamento acerca de seu não reconhecimento como trabalhadoras rurais.

Algumas redefinições e delimitações foram feitas ao longo da pesquisa. Precisei incorporar e tratar de aspectos específicos da constituição do MMC/SC, o que implicou atualizar lugares de produção historicamente datados, a fim de tentar dar conta de uma mudança política, ou seja, a unificação de diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres e a criação de um movimento nacional. No início da década de 1980, foi criado o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC). Anos depois, em 2004, com outros movimentos rurais autônomos de mulheres do Brasil, consolidou-se um movimento autônomo e nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)². Em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres

¹ O estudo foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Santa Catarina, na linha de pesquisa “Práticas sociais e constituição do sujeito”, sob a orientação da Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago. 2004.

² “Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 a 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: **Movimento de Mulheres Camponesas**”. MMCBRASIL. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

Agricultoras assume o caráter de Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, passando a ser reconhecido oficialmente como Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), a partir de sua IX Assembleia Estadual, realizada no município de Itaparinga (oeste de SC), em novembro de 2004. (MMC/SC, 2005). Tal processo de constituição e mudança envolveu a construção de identidades políticas (BUTLER, 2003; MOUFFE, 1999a, 1999b, entre outros/as), por meio das quais se produzem e se representam sujeitos, de acordo com as reivindicações em curso.

Orientei a pesquisa e a construção da tese, na tentativa de contemplar a constituição do movimento em suas formas de organização e nomeações (MMA/SC e MMC/SC). Além disso, tendo em vista que o movimento, ao longo de sua trajetória, vem se organizando no estado em regionais³, formadas por grupos de municípios, o foco de análise foi ajustado para questões referentes às lutas de gênero, à constituição de sujeitos e de subjetividades em municípios da Regional Sul⁴.

Em um primeiro momento, por meio de um levantamento bibliográfico, verifiquei que o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina foi foco das pesquisas de mestrado de Jacir Leonir Casagrande (1991), Odilon Poli (1995), Pedro Carlos Daboit (1996) e Sirlei Antoninha Kroth (1999). Casagrande (1991) tratou do MMA/SC no contexto dos movimentos sociais do campo, com ênfase, entre outras coisas, em seu histórico e em apontamentos que o constituem como um coletivo sexuado, mobilizador de lutas de gênero. Poli (1995) analisou os fatores de mobilização que levaram ao surgimento, no oeste catarinense, no final da década de 1970, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento das Mulheres Agricultoras, do Movimento de Atingidos por Barragens e do Movimento de Oposições Sindicais. Daboit (1996, p.01) investigou “um aspecto ainda não trabalhado, a saber, a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras frente à Igreja Católica no Oeste Catarinense”, abordando questões em torno da mudança da consciência sócio-religiosa para a consciência sócio-política. Kroth (1999), no que corresponde ao

³ De acordo com informações divulgadas na Revista Camponesa MMC/SC (Dez/2005), as regionais estavam organizadas da seguinte forma: São José do Cedro, Descanso, Campo Erê, Maravilha, Pinhalzinho, Quilombo, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Iriniópolis, Caçador, Joaçaba, Lages, Mafra, Rio do Campo, Navegantes e Região Sul. Cabe observar que a Regional Sul é a única que não tem o nome de um município.

O mapa das regionais do MMC/SC será apresentado no capítulo 1 da tese.

⁴ De forma mais específica, faço referência a este processo no tópico procedimentos metodológicos, apresentado na introdução.

período de 1983-1993, analisou a trajetória de mulheres agricultoras em termos do regime de agricultura familiar e do MMA/SC. Nas considerações finais do seu estudo, Kroth (1999, p.144) aponta para questões de investigação que merecem ser aprofundadas: “há necessidade de aprofundar a reflexão sobre o significado da luta de gênero e de classe nas nuances da vida cotidiana relativa às experiências das mulheres enquanto agricultoras que vivem da agricultura familiar”.

Essas produções trazem aspectos singulares da trajetória do MMA/SC nas décadas de 1980 e 1990, evidenciando lutas de gênero e de classe assumidas pelas mulheres enquanto trabalhadoras rurais, as quais possibilitaram, entre outras, a conquista de direitos trabalhista-previdenciários. Apontam para a incorporação e trajetória do conceito de gênero no/pelo movimento, as lutas de gênero e de classe, assim como para a articulação entre lutas de gênero e de classe. Em termos gerais, os estudos mostram que, no início do movimento, as lutas de classe tinham primazia em relação às de gênero. No entanto, “o movimento avança e novas questões começam a surgir e a serem colocadas nas pautas de discussões: divórcio, aborto, métodos contraceptivos, afetividade, etc.” (CASAGRANDE, 1991, p.66).

Para este movimento, em determinado momento de sua trajetória, o gênero se tornou bandeira de luta, contribuindo para a produção de estratégias em torno de prioridades outras, não restritas às lutas de classe. Em uma história de mais de 20 anos, é possível observar lutas que apontam para projetos de transformação social e de igualdade de gênero no que concerne a relações de trabalho, direitos trabalhista-previdenciários, participação política das mulheres em diferentes instâncias de poder, construção de uma agricultura agroecológica, entre outros. Por exemplo, nas décadas de 1980 e 1990, mulheres organizadas por meio do MMA/SC e de outros movimentos do sul do Brasil, construíram lutas pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e por direitos sociais, tais como a aposentadoria aos 55 anos, benefícios por acidente de trabalho e salário-maternidade (assegurados pela Constituição Federal de 1988). No início de 2000 e, posteriormente, como MMC, o movimento intensificou também reflexões visando o enfrentamento ao modelo de agricultura agroindustrial e vem buscando avançar na construção de um projeto de agricultura agroecológica (MMC/SC, 2005), em que as mulheres camponesas, como geradoras e cuidadoras da vida, ocupam um lugar central.

Ao longo da trajetória do movimento são produzidos novos interesses e lutas, conferindo-lhe o caráter de um *novo movimento social* (NMS). Sobre a diferença entre os velhos e os novos movimentos

sociais, Ilse Scherer-Warren (1996, p.68) sugere a forma de organização e o encaminhamento das lutas: “o que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas.” Como novas formas de organizações camponesas, Scherer-Warren faz referência ao Movimento das Barragens, Movimento dos Sem-Terra e ao Movimento de Mulheres Agricultoras. No palco das novidades dos NMSs, Boaventura de Sousa Santos (1999) ressalta que estes extrapolam as relações de produção e identificam outras formas de opressão, incluindo lutas que se articulam para a transformação do cotidiano e que demandam novas relações entre subjetividade e cidadania⁵.

Desde a sua criação, na década de 1980, o MMA/SC começou a questionar a “condição da mulher” e da “mulher trabalhadora rural”, assim como a promover mobilizações que viessem ao encontro das reivindicações em jogo. Tal questionamento manteve-se com a unificação dos movimentos autônomos de mulheres e com a construção do MMC como um movimento nacional, agregando sujeitos em torno de lutas de gênero, de classe, entre outras.

O argumento central deste estudo é que diferentes investimentos são feitos na constituição de sujeitos e de subjetividades, os quais dão a ver a reprodução de normas de gênero, a aceitação ou a resistência a certas formas de individualidade, como parte das estratégias políticas de luta, incluindo a unificação de movimentos autônomos de mulheres e a construção das identidades políticas “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”.

Nessa direção, busquei articular, como categorias centrais de análise, *gênero e lutas de gênero, constituição de sujeito e de subjetividade*, a partir de referenciais teóricos que possibilitassem uma investigação interdisciplinar, como forma de pensar diferentes atravessamentos que se colocam em determinado momento histórico. Diante de uma significativa produção teórica sobre as categorias, selecionei autores/as, textos e discussões, na construção de ferramentas teórico-metodológicas para me aproximar e tratar dos interesses do estudo.

Considerar gênero como bandeira de lutas e como categoria de análise implica adentrar tramas teóricas a partir das quais a categoria é

⁵ Daí o grande interesse por filosofias da linguagem que tomam o sujeito como figura discursiva. Em referência aos usos da teoria pós-estruturalista, Scott (1999, p.203) pontua que “necessitamos teorias que nos permitam pensar em termos de pluralidades e diversidades, em lugar de unidades e universais”.

construída e reconstruída, em diálogos que se estabelecem entre movimentos sociais e academia. Nesse campo de investigação, algumas limitações se impõem ao estabelecimento de fronteiras disciplinares, na medida em que se observa que os estudos de gênero⁶ assumem um caráter interdisciplinar, suscitando interesses e inquietações por parte de diferentes áreas do conhecimento científico⁷.

O gênero, segundo a historiadora Joan Scott (1990, p.13), em artigo que é referência básica para os estudos de gênero no Brasil, consiste em “[...] uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens”. Isso mostra que as desigualdades sociais entre homens e mulheres eram (e são) persistentes, e as bandeiras de lutas, forma de teorizá-las e analisá-las sofreram modificações ao longo da trajetória desses movimentos.

Enquanto um lugar propiciador dos primeiros debates acerca das lutas e estudos de gênero, o *movimento feminista* se constituiu, historicamente, em torno de demandas por igualdade e por diferença, bem como pela diversidade de teorias e de categorias de análise. Segundo Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2005, p.287), as lutas feministas foram se organizando em torno das posições “igualitarista (baseada no reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, homens e mulheres) e dualista (que ressaltava e valorizava a diferença e as contribuições sociais femininas)”.

Os movimentos de mulheres na luta pela igualdade de direitos tiveram início no século XVIII, com a Revolução Francesa (SCOTT, 2002, 2005; NYE, 1995). A ideia de sociedade igualitária, nessa concepção clássica, foi atribuída ao Iluminismo. O conceito de

⁶ No que diz respeito às iniciativas no campo dos estudos de mulheres e das relações de gênero no Brasil, colocam-se como importantes os concursos promovidos pela Fundação Carlos Chagas, no período de 1978 a 1998 (PINTO, 2003; BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002; SORJ, 2004), e a criação, no início da década de 1990, de duas publicações acadêmicas no campo dos estudos de gênero, intituladas *Revista Estudos Feministas* (com o primeiro exemplar publicado em 1992, inicialmente na UFRJ e, desde 1999, na UFSC) e *Cadernos Pagu* (com a primeira publicação em 1993, na UNICAMP). As versões eletrônicas da REF e da PAGU podem ser encontradas no site scielo (www.scielo.br), respectivamente, desde os exemplares de 2000 e de 2002.

Informações disponíveis também no Portal Feminista (www.portalfeminista.org.br).

⁷ Sobre gênero e ciências humanas, ver o livro organizado por Neuma Aguiar (1997), entre outros. Especificamente, no contexto científico da psicologia, ver: NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia**. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

igualdade, histórica e socialmente produzido, compreende definições que guardam especificidades de acordo com propósitos e campos de conhecimento distintos (BOBBIO, 1997; DUMONT, 1992; ROUSSEAU, 1985).

Sobre o debate da igualdade *versus* diferença entre as feministas, Scott (1999) pontua que se trata de uma oposição binária, que colabora para esconder a interdependência dos dois termos. Sendo assim, como argumentar em favor da igualdade e/ou da diferença? Se essa oposição é impossível, o que sugere então essa autora? “A única resposta é dupla: é preciso desmascarar a relação de poder construída ao colocar a igualdade como a antítese da diferença, e é preciso rejeitar as consequências dicotômicas nas decisões políticas.” (SCOTT, 1999, p. 217). Em outra passagem sobre o paradoxo da igualdade e diferença, Scott (2002, p.27) observa: “Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história”.

Evidencia-se que a(s) trajetória(s) do(s) movimento(s) feminista(s) (as relações entre igualdade e diferença) devem ser entendidas à luz das suas condições de possibilidade. Portanto, em relação ao final do século XIX, de acordo com Joana Pedro (2005), destaca-se o feminismo de “Primeira Onda” (feminismo da igualdade) e, depois da Segunda Guerra Mundial, o feminismo da “Segunda Onda” (lutando por igualdade e também pela afirmação de diferenças), por meio dos quais diferentes reivindicações foram articuladas, com demandas por cidadania em favor do sufrágio feminino (como eleitoras e candidatas) e pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (a criação da categoria gênero é atribuída ao feminismo de segunda onda, envolvendo lutas feministas e o movimento de mulheres).

Nessa(s) trajetória(s) sublinham-se: na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, “*O segundo Sexo*”, publicado em 1949; e nos Estados Unidos, o trabalho de Betty Friedan, “*A mística feminina*”, publicado em 1963⁸. A famosa frase que consta no livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, é avaliada por Heleiteth Saffioti (1999) como a primeira manifestação do conceito de gênero, em termos do feminino como uma construção social. No entanto, como esclarece Saffiotti (1999, p.160),

⁸ Referências citadas por Joana Pedro (2005):

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971; BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967; e BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.

“evidentemente, Beauvoir não possuía o arsenal de conceitos e teorias com que contamos na atualidade, mas se dirigiu certeira e ao ponto essencial. Foram-nos necessários três decênios para construir este acervo”. Joana Pedro (2005) observa a gênese dos debates sobre o gênero e sua vinculação à história do feminismo, via produções de Simone de Beauvoir, na Europa, e Betty Friedan, nos Estados Unidos, apesar dessas autoras utilizarem a categoria “mulher”. Conforme a autora, há que se considerar, no entanto, a utilização da categoria “mulher” no registro da luta pela reafirmação de uma identidade que se diferenciava da do “homem”, e a categoria “mulheres”, como crítica à concepção universalizante implícita na categoria mulher e como forma de incluir na pauta de lutas as reivindicações das mulheres negras, índias, pobres, trabalhadoras, entre outras. (PEDRO, 2005).

No que diz respeito ao *gênero* como conceito e categoria de análise, para pensar as lutas promovidas pelo MMC/SC, ao longo de uma trajetória de mais de 20 anos, procurei orientar as reflexões a partir das concepções teóricas de Joan Scott e Judith Butler, entre outras. Scott (1990, p.14) aponta para uma definição de gênero a partir de duas proposições: o gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”; gênero como “o primeiro modo de dar significado às relações de poder.” Essas proposições podem ser pensadas de modo que a diferença dos sexos, por meio da qual este se constitui como discurso, também é discursiva. Práticas discursivas constituem corpos e sujeitos, categorizando-os de acordo com regras culturais produzidas e reproduzidas ao longo da história.

Butler (1989) cita Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, para se contrapor à noção de que o sexo é pré-discursivo, retomando a afirmação “de que (uma pessoa) não nasce, mas se torna mulher”. *Tornar-se*, como possibilidade de questionar a *anatomia como destino*, remete a uma transição do biológico para o social, revelando uma tensão teórica em torno da noção de que um “corpo natural” se transforma em um “corpo aculturado”. De fato, a autora esclarece que, analisando o gênero enquanto forma de existir do corpo como *situação*⁹, tal como concebe Beauvoir, gênero e sexo podem ser tomados como inteiramente culturais. E é sobre a ideia do “corpo como uma situação” que Butler

⁹ “O corpo como situação tem pelo menos um duplice significado. Como um lugar de interpretações culturais, o corpo é uma realidade material que já foi situado e definido dentro de um contexto social. O corpo é também a situação de ter que estudar e interpretar aquele conjunto de interpretações recebidas.” (BUTLER, 1989, p.145).

afirma se tratar de uma interpretação cultural, evidenciando que o sexo não pode ser tomado como pré-discursivo, uma vez que é gênero desde o começo¹⁰. Levando-se em consideração essas questões a propósito das relações sexo e gênero, pode-se observar a impossibilidade dos corpos escaparem ao discurso. Butler, em entrevista a Baukje Prins e Irene Costera Meijer (2002, p.163) argumenta que “[...] os corpos carregam discursos como parte de seu próprio sangue [...] ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”.

No cenário de reflexões que produz, Butler questiona o caráter imutável do sexo, como forma de indicar também uma construção cultural, o que não justificaria a definição de gênero enquanto uma interpretação cultural do sexo. Com isso, a autora argumenta que a definição de gênero não pode se limitar a uma interpretação cultural de um sexo previamente dado, mas designar o seu aparato de produção. O que significa dizer que é necessário estar alerta ao fato de que é o sexo, como um meio discursivo/cultural, que propicia a produção de “um sexo natural”, “pré-discursivo”, uma espécie de base neutra de atuação da cultura. Nessa direção vale retomar uma das considerações feitas por Jane Flax (1991, p.241), que remete ao fato de que “em outras palavras, o gênero pode se tornar uma metáfora de biologia assim como a biologia pode se tornar uma metáfora de gênero”. Como uma produção discursiva, o gênero produz feminilidades e masculinidades, sujeitos e subjetividades.

O gênero como um ato requer uma *performance repetida*. Na concepção de Butler (2003, p.201):

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora.

Quanto às concepções de *sujeito* e de *subjetividades*, na perspectiva teórica em que o *gênero* vem sendo pensado, como bandeira de luta para determinado movimento social, procurei me aproximar de reflexões produzidas por Michel Foucault, especificamente para lidar

¹⁰ O debate sobre a “invenção do sexo” também pode ser encontrado nos escritos de Tomas Laqueur (2001).

com aspectos que indicam aceitação ou resistência a determinadas formas de individualidade.

O objetivo do trabalho de Foucault foi o de “criar uma história crítica dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos.” (FOUCAULT, 1995, p.231). E no que implica à transformação dos seres humanos em sujeitos, este autor destaca que no decorrer do seu trabalho lidou com modos de objetivação dos sujeitos, como estes se tornam objetos para o saber e para o poder. Compreende a objetivação do sujeito do discurso, a forma como, na modernidade, os discursos são constituídos por regimes de produção de verdades¹¹.

Foucault argumenta que estudou a objetivação do sujeito também por “práticas divisoras”, por meio das quais, por exemplo, dividem-se o doente e o sadio. Mesmo com a afirmação de que o seu objetivo não foi o de analisar o fenômeno do poder, Foucault chama a atenção para o fato de o sujeito humano estar igualmente colocado em relações de produção e de poder. Tal fato impôs a necessidade de entender as dimensões da definição de poder, como forma de usá-la para estudar a objetivação do sujeito. A conceituação do poder parece ser colocada como possibilidade de proceder à análise, considerando a condição histórica de sua produção e a realidade a ser trabalhada.

Uma relação de poder pode ser definida como uma ação sobre sua própria ação. Gilles Deleuze (2005, p.78) ressalta que “a definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma ‘relação de poder’.” A propósito do poder, as teses de Foucault se desenvolvem a partir de três rubricas:

O poder não é essencialmente repressivo (já que ‘incita, suscita, produz’); ele se exerce antes de se possuir (já que só se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado); passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação). (DELEUZE, 2005, p.79).

¹¹ O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *gramaire générale*, na filologia e na lingüística. Ou ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia. (FOUCAULT, 1995, p.231).

No que é possível observar, em oposição a outras maneiras de lidar com o poder, Foucault (1995, p.234) sugere uma forma mais empírica, com estreitas relações entre a teoria e a prática, de modo a afirmar que “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações.” Com isso, marca a centralidade do conceito de resistência, porque ao contrário da relação de violência, que age sobre o corpo, fecha possibilidades e envolve passividade, uma relação de poder se articula sobre dois elementos indispensáveis: “que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis”. (FOUCAULT, 1995, p.243).

O exercício do poder, portanto, sempre acompanhado de resistência, pressupõe, fundamentalmente, a existência de sujeitos livres, já que para Foucault (1995, p.244), “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado [...] mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar”.

Mas o que isso significa?

Para tratar da resistência que se coloca como condição indissociável para o exercício de poder, Foucault (1995, p.234) discorre sobre o desenvolvimento de algumas oposições nos últimos anos: “oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas.” O que essas lutas têm em comum? O autor destaca que se tratam de lutas “transversais” e imediatas, que questionam os efeitos do poder e o estatuto do indivíduo (com ênfase no individual e relacional), que configuram uma oposição aos efeitos do poder/saber e, como todas as lutas contemporâneas, colocam no foco a questão de quem somos nós. “O objetivo principal destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder.” (FOUCAULT, 1995, p.235).

Então, o poder não é algo abstrato, aplica-se à vida cotidiana, impondo verdades e valores que produzem sujeitos marcados e categorizados. As relações sociais são sempre relações de poder, caracterizadas por uma assimetria móvel, tornando impossível separar instâncias sociais e políticas. No conjunto de ações sobre ações, os indivíduos se fazem sujeitos. Há, porém, dois significados para a palavra *sujeito*, isto é, “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à

sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (FOUCAULT, 1995, p.235).

Isso, no entanto, não se dá pela passividade dos indivíduos. Existem três tipos de luta, as quais se fazem por meio de investimentos contra as formas de dominação, de exploração, “ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão).” (FOUCAULT, 1995, p.235). Assim, os mecanismos de sujeição, que se relacionam com os de exploração e dominação, demandam estudos que contemplem tais relações.

Como foco, Foucault ressalta também que o poder do Estado moderno ocidental é individualizante e totalizante, porque integrou à sua forma política, a tecnologia do poder pastoral. Essa tecnologia, ao integrar o campo das tecnologias de poder do Estado, sofreu mudanças, conferindo a este uma nova forma de poder pastoral. Da mudança de objetivos ao reforço da administração (incluindo o Estado e outras instituições), o poder pastoral desenvolve um saber globalizador e analítico, o qual compreende a população e o indivíduo.

Como esse poder se exerce? Essa é a pergunta que Foucault faz e a partir da qual trata do relacionamento do sujeito com o poder (enquanto assujeitado) e dos modos de subjetivação (relações do sujeito consigo mesmo), em campos nos quais operam poder e resistência. Conforme Foucault (1995, p.242), “abordar o tema do poder através de uma análise do ‘como’ é, então, operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um ‘poder’ fundamental.” Como objeto a ser investigado, colocam-se as relações de poder ao invés do poder, pelo fato de que este é exercido e só existe em ato.

Foucault considera a natureza equívoca do termo “conduta”, mas destaca que este atende às especificidades das relações de poder, na medida em que agrega mecanismos de coerção (ao conduzir os outros) em um campo de possibilidades. O governo de uns sobre outros inclui a liberdade como um elemento importante, uma condição de existência do poder. Como foi destacado, o exercício do poder pressupõe ‘sujeitos livres’, que transitam por um campo de possibilidades. A vida em sociedade implica a ação sobre a ação do outro. A ausência de relações de poder se coloca como uma abstração. As relações de poder, o governo de uns sobre os outros, atravessam toda a sociedade e coexistem em suas diferentes formas.

Considerando o argumento central deste estudo, um dos pontos principais consiste em analisar saberes como jogos de verdade, por meio dos quais os indivíduos buscam entendimentos sobre si mesmos. Trata-se de investigar o modo como as relações de poder/saber operam na produção de sujeitos e na relação que estes estabelecem consigo mesmos. (FOUCAULT, 1990).

Procedimentos metodológicos

Esta tese se fundamentou em procedimentos metodológicos de dois tipos: pesquisa etnográfica e pesquisa documental. Para analisar como se constituem sujeitos e subjetividades em lutas de gênero enquanto práticas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), pautada nas reflexões de Mara Lago (1996, p.15) sobre a indefinição dos limites das ciências humanas e a contribuição de múltiplas disciplinas na análise de qualquer realidade social, busquei uma aproximação do método etnográfico, no modelo antropológico de pesquisa. Partindo do que enfatiza a autora, o método e os procedimentos metodológicos são empregados de modo a atender às expectativas do próprio estudo.

Conforme Da Matta (1978, p.27), a antropologia é “uma ciência interpretativa, destinada antes de tudo a confrontar subjetividades e delas tratar, [...] disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações.” A abordagem antropológica permite o envolvimento profundo do pesquisador com o seu objeto de estudo. Um método que reconhece que há relações que se estabelecem entre informante(s) e pesquisador.

Roberto Cardoso de Oliveira (2006) ressalta que o trabalho do antropólogo pode ser dividido em três etapas, definidas como “olhar”, “ouvir” e “escrever”. São etapas diferenciadas e disciplinadas pelas teorias que norteiam o trabalho do pesquisador. No conjunto que envolve a investigação, essas etapas se articulam. Utilizadas independentemente, o olhar e o ouvir não são suficientes para se chegar ao significado das relações sociais. O olhar e o ouvir podem ser considerados como a etapa preliminar da investigação. O escrever, por sua vez, consiste na “configuração final” do trabalho investigativo. De acordo com Cardoso de Oliveira, são funções cognitivas que encontram fundamentos nas discussões de Clifford Geertz, nas quais este define

duas etapas distintas na investigação, marcadas pelo “estar lá”, vivenciando a situação do trabalho de campo, e o “estar aqui”, elaborando uma etnografia com o material obtido no contato com os sujeitos em seus ambientes cotidianos de vida (situações).

A observação participante e a entrevista foram utilizadas como procedimentos de pesquisa, possibilitando *olhar* e *ouvir* os sujeitos à luz das práticas sociais que os produzem. Quanto ao que os antropólogos chamam de observação participante, Cardoso de Oliveira (2006, p.24) argumenta que “significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observável, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação.” Nesse modelo, as entrevistas correspondem a um ouvir especial, um saber ouvir, de modo a possibilitar a troca de informações entre universos simbólicos diferenciados. A entrevista deve ser considerada como um processo que envolve duas dimensões: a primeira corresponde à troca de experiência entre o pesquisador e o pesquisado, em uma relação de alteridade, como condição para a comunicação; a segunda dimensão compreende os resultados na construção de fatos etnográficos. (ROMANELLI, 1998).

Tendo em vista que o MMC/SC se organiza em regionais, após alguns contatos e delimitações, as observações e as entrevistas foram realizadas em Treviso, Orleans e Urussanga, municípios que integram a Regional Sul do movimento. Tais escolhas foram construídas no processo da pesquisa.

A tarefa de construção do campo de pesquisa foi iniciada no município de Urussanga, no mês de julho de 2007, por meio da participação em uma das reuniões do movimento. Esse primeiro contato foi possibilitado pelo convite de uma das suas integrantes, que eu conhecera no II Encontro Estadual da Juventude Rural, realizado em outubro de 2005, em Florianópolis. Na ocasião deste primeiro encontro, no mês de julho de 2007, apresentei a proposta de estudo e questionei as mulheres sobre seus interesses em participarem da pesquisa. Diante das respostas positivas, combinei a participação em outras reuniões do movimento no município e a realização de entrevistas individuais no decorrer do ano de 2008, de acordo com as agendas e disponibilidades das mulheres. A minha participação em atividades do movimento foi propiciada por convites das próprias mulheres.

No mês de agosto de 2007, participei da organização e realização de um café colonial promovido pelo movimento de Urussanga, realizado tradicionalmente para a arrecadação de recursos financeiros. Nesse

município, ainda, em 2007, foi possível acompanhar uma reunião no mês de setembro, em que foram realizadas a avaliação, a prestação de contas do café colonial, a apresentação e discussão de questões sobre a produção de sementes. Convém observar que a produção de sementes compreende uma das atividades promovidas em regionais do movimento, para as quais são utilizadas cartilhas (elaboradas pelo MMC/SC e/ou MMC e consideradas como ferramentas de organização e luta), de modo que sua realização segue procedimentos específicos (incluindo, entre outros, a leitura, a discussão e avaliação conjunta das cartilhas, mediada por uma coordenadora).

No segundo semestre de 2007, busquei igualmente um primeiro contato (por indicação) com demais municípios da regional. No mês de setembro foi possível conversar e agendar um encontro com uma das integrantes do movimento em Treviso, que ocorreu em uma das salas de um centro comunitário do referido município, ao final de uma das atividades realizadas por integrantes do MMC/SC. Nesse município, foram aceitas as propostas da pesquisa e também os procedimentos de obtenção de informações, participação nos encontros do movimento e entrevistas individuais com suas integrantes (no decorrer de 2008). Na ocasião, também fui informada e convidada a participar de uma assembleia regional, a ser realizada no dia 10 de outubro de 2007, no município de Urussanga¹². As assembleias municipais, regionais e estaduais “[...] têm se constituído como instância máxima de debates, aprofundamento, definições e deliberações de lutas e trabalho do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.” (MMC/SC, 2005, p.07).

Na assembleia regional do dia 10 de outubro de 2007, de acordo com a proposta da atividade, foram eleitas direções municipais e estadual¹³. Essa assembleia contou com a participação de 18 mulheres, representantes dos municípios de Urussanga, Treviso, Morro da Fumaça, Orleans e foi coordenada por duas integrantes do movimento, vindas do município de São Joaquim (pertencentes à regional). As atividades foram realizadas a partir dos seguintes objetivos:

Avaliar a caminhada de lutas, formas e organização que o MMC realizou nesses três anos, percebendo avanços e desafios; aprofundar e aprovar o plano de ação do MMC, que contribua

¹² As atividades envolvendo a Regional Sul ocorrem no município de Urussanga/SC e as atividades específicas dos municípios ocorrem em cada um deles.

¹³ A forma de organização do MMC/SC será apresentada no capítulo 1.

na libertação da mulher e no fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica; aprovar a nova direção regional comprometida com a missão, os princípios e valores do MMC. (Cf. a proposta das coordenadoras da atividade).

Ao final dessa assembleia foi possível apresentar a proposta de estudo às integrantes do movimento no município de Orleans e Morro da Fumaça¹⁴. Em dezembro de 2007, participei de um encontro de avaliação e planejamento da Regional Sul, realizado no município de Urussanga, e coordenado por uma integrante do movimento, vinda do município de Lages. Nesse planejamento, estavam presentes integrantes do movimento nos municípios de Urussanga, Treviso e Orleans. Foram avaliados os “pontos fortes e fracos” da Regional Sul no ano de 2007 e feito o planejamento para o ano de 2008, no sentido da promoção de cursos, seminários, entre outras atividades, que se constituíram como meus “lugares de pesquisa”. Foram propostas oficinas sobre sementes (fevereiro, junho e agosto), seminários sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) (abril) e seminários sobre violência (outubro). Além disso, foram repassadas as datas de algumas das atividades que deveriam integrar a agenda estadual e nacional do MMC, dentre as quais as do dia 08 de março de 2008 (Dia Internacional da Mulher), realizadas em Florianópolis.

Durante o ano de 2008, acompanhei atividades promovidas pelo movimento em municípios da Regional Sul (em sua maioria, etapas do projeto de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas¹⁵). Especificamente no município de Urussanga, participei da organização de um café colonial (realizado em agosto de 2008) e das atividades desenvolvidas pelas mulheres do movimento na XII edição da Festa do Vinho¹⁶ (realizada em Urussanga, entre os dias 06 e 10 de agosto de 2008). Nessa festa, instaladas em um estabelecimento específico, as mulheres venderam pães, bolos, queijo, bolachas, entre

¹⁴ No período em que acompanhei os grupos na Regional Sul, os municípios de Morro da Fumaça, Cocal do Sul e Içara não participaram das atividades promovidas pelo movimento.

¹⁵ De acordo com as discussões que acompanhei nos grupos, a denominação semente crioulas sugere sementes que não foram manipuladas pelas indústrias da agricultura e que são produzidas pelos/as agricultores/as ao longo das gerações.

¹⁶ “A Festa do Vinho” é um evento bianual, ocorre desde 1984, e objetiva, entre outras questões, valorizar a imigração italiana na região. Ver: SERAFIM, Carla Nichele. **Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga, Santa Catarina**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

outros alimentos. A elaboração de um diário de campo no decorrer de todo o andamento da pesquisa possibilitou estabelecer relações, mapear temas de análise e conhecer o processo de construção do movimento na regional.

No decorrer das atividades fui conhecendo as mulheres e solicitando entrevistas. Ao todo, foram entrevistadas 18 mulheres¹⁷. As entrevistas foram realizadas nas casas das próprias mulheres, o que possibilitou a observação dos modos como organizam os espaços da casa, da horta, da roça... Na medida do possível, procurei entrevistar mulheres que integram o movimento na Regional Sul e que participaram de atividades promovidas no ano de 2008. As mulheres entrevistadas são integrantes do MMC/SC nos municípios de Urussanga, Orleans e Treviso¹⁸.

Tabela 01 – Informações sobre as mulheres entrevistadas

Idade	Escolaridade	Profissão	Estado civil	Filhos
51	8ª série	Agricultora	Casada	1
52	8ª série	Agricultora	Casada	2
59	3ª série	Agricultora/ Aposentada	Casada	2
51	8ª série	Agricultora	Casada	2
60	3ª série	Agricultora/ Aposentada	Casada	3
54	3ª série	Agricultora	Casada	3
73	3ª série	Costureira/ Aposentada	Viúva	3
56	4ª série	Agricultora/ Aposentada	Casada	2
59	3ª série	Agricultora/ Aposentada	Casada	4
73	4ª série	Agricultora/ Aposentada	Viúva	7
55	Graduada e especialista	Professora/ Aposentada	Solteira	não

¹⁷ Ao longo dos capítulos, de acordo com princípios éticos que orientam a pesquisa com seres humanos, faço referência às mulheres entrevistadas por meio de nomes fictícios. Foi elaborado também um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com informações sobre a pesquisa, que foi lido e assinado por cada participante.

¹⁸ Por questões de organização dos capítulos da tese, no capítulo 2 apresento os municípios estudados e busco fazer articulações a partir de informações sobre as mulheres entrevistadas e suas famílias.

70	2ª série	Agricultora/ Aposentada	Casada	8
44	4ª série	Pintora de casa/ Agricultora	Casada	2
53	7ª série	Agricultora	Casada	2
55	4ª série	Agricultora	Casada	1
46	8ª série	Agricultora	Solteira	não
60	1º Grau incompleto	Agricultora/ aposentada	Casada	3
56	4ª série	Agricultora/ aposentada	Separada	3

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações obtidas no decorrer das entrevistas individuais (realizadas no período de julho a dezembro de 2008).

As entrevistas foram fundamentais para a localização de documentos (relatórios, entre outros) sobre a organização do movimento na regional, bem como trouxeram indicações de publicações (especialmente, cartilhas de formação) do movimento, que foram utilizadas em atividades promovidas na Regional Sul. Cartilhas de formação, informativos e outros tipos de publicações foram disponibilizados por algumas das mulheres.

Além disso, algumas das entrevistas serviram de roteiro para a pesquisa que realizei no acervo do MMC/SC em 2008, disponível na secretaria estadual do movimento, localizada no município de Chapecó (Oeste de SC). A seleção de publicações e documentos para a análise foi orientada pelas entrevistas e, de certo modo, pode-se dizer que se apresentam como prolongamentos das próprias entrevistas. Sobre essa possibilidade de articulação, ao tratar da história oral, Paul Thompson (1998, p.25) observa que a entrevista pode ser um meio para “[...] descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”.

No decorrer de 2008, fui a Chapecó duas vezes. No mês de janeiro de 2008, estabeleci contato (por telefone) com a secretaria estadual do MMC/SC (Chapecó/SC), para verificar a possibilidade de realizar uma pesquisa documental no acervo. Por conta desse contato, participei das atividades do Dia Internacional da Mulher (08 de março), realizadas em Florianópolis. Ainda, por ocasião do 5º Encontro Estadual das Jovens Camponesas, promovido pelo MMC/SC, nos dias 30, 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2008, em conversa com uma das coordenadoras do evento, soube que o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) da Unochapecó estava organizando o acervo

documental do movimento. Visitei o local e consultei o arranjo documental do MMC a fim de fazer uma pesquisa exploratória e verificar os tipos de documentos existentes. Entre outros documentos, foram localizados informativos do MMA/SC (1992-2005), dossiês das assembleias estaduais do MMC (1986-2004), dossiês dos cursos de formação do MMC (1987-2002), dossiê do Curso de Formação numa Perspectiva de Gênero (2002), dossiê do curso de formação – Participação Política da Mulher na Sociedade (2000, 2005), dossiê do curso de formação Gênero e Classe (1990, 1991, 1999), dossiê do curso de formação do MMC (2003-2006) (constam propostas para os cursos, convites, ofícios, programações, textos de apoio, lista de presenças, relatórios).

Em setembro de 2008, retornei a Chapecó para realizar a pesquisa no acervo documental do movimento em Chapecó (organizado pelo CEOM e já disponível na secretaria do MMC-SC). Na ocasião, a pesquisa foi autorizada por uma das dirigentes do movimento que estava na secretaria. Com base em informações obtidas nas entrevistas realizadas, retomei os dossiês acima mencionados e busquei documentos referentes aos eventos mencionados pelas informantes, com o objetivo inicial de mapear a trajetória do movimento na Regional Sul. Localizei relatórios de cursos de formação de dirigentes, assembleias estadual, regionais e municipais. Fichei os documentos encontrados, enfatizando o número de participantes e origem, a metodologia de trabalho, apresentação e discussão dos temas.

Importa esclarecer que o interesse pelas lutas de gênero enquanto práticas do movimento, pelo modo como atuam na produção de sujeitos e subjetividades, exigiram além da realização e análise de entrevistas, a análise de documentos (relatórios de assembleias, congressos e encontros), cartilhas de formação, revistas e informativos produzidos pelas organizações regional, estadual e nacional do movimento, como forma de tratar da constituição do próprio movimento, dos agenciamentos de resistências que operam, entre outras questões.

No processo de análise, transcrevi as entrevistas na íntegra, organizando sínteses de temas e discussões, por entrevista. As cartilhas e cadernos de formação, produzidos pelo MMA/SC, MMC/SC e MMC nacional, foram organizadas/os por título, ano e temas. Os informativos do MMA/SC e do MMC/SC, de igual modo, foram organizados por temas, seguidos do número da edição e do ano. As informações obtidas sobre as assembleias e os cursos de formação foram agrupadas por ano/temas. Esses momentos orientaram a articulação das diferentes fontes na delimitação da análise. A problematização das condições em que os

sujeitos são produzidos e os atravessamentos sociais/culturais que as possibilitam, colocam-se como registros fundamentais de análise. É importante considerar que os relatos dão a ver tramas sociais e culturais que apontam para a problematização do sujeito que fala, bem como indicam modos de produção de sujeitos e de subjetividades.

A tese está organizada em quatro capítulos. No capítulo 1 trago aspectos da constituição do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, na trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, e procuro fazer algumas reflexões centrais, no campo dos movimentos sociais, para subsidiar as análises realizadas nos capítulos subsequentes.

Início o capítulo 2 com uma breve contextualização geográfica, histórica e sócio-econômica dos municípios, buscando analisar campos de possibilidades envolvidos na criação do MMA/SC, de modo a tecer considerações sobre formas locais de organização do movimento e sobre as mulheres entrevistadas.

No capítulo 3 analiso a produção de sujeitos e subjetividades em lutas de gênero do MMA/SC, em municípios da Regional Sul, no período de 1994-2003.

No capítulo 4 trato de desafios que se atualizam na construção do MMC na Regional Sul de SC (2004-2008), focando em temáticas como identidade política, subjetividades, lutas de gênero e processo de militância.

CAPÍTULO 1

A CONSTITUIÇÃO DO MMC/SC NA TRAJETÓRIA DO MMA/SC

HINO DO MOVIMENTO – MMA/SC

(Letra e música: Salete Zeni Fornara)

Como o verde que brota intensamente em solo duro,
a mulher agricultora busca um novo futuro,
futuro de igualdade, justiça e certeza.
A mulher agricultora é parte da natureza,
conhece a enxada, a foice e a semente,
e escreve sua história neste nobre continente.

**Mulher agricultora, heroína da terra,
herói sem medalha que luta sem guerra.
Queremos manter a ordem e o progresso,
/:mas também queremos mais justiça nesta terra:/**

Mulher agricultora iniciando a humanidade
mostrou seu valor, perante a sociedade,
não tinha estudo, mas tinha a cultura,
pois ela descobriu a primitiva agricultura.
Mostra a sua história que sempre foi escondida,
cantando este hino que será esclarecida.

Mulher agricultora cultiva o chão.
Produz alimentos para o povo da nação.
É uma mistura de muita fé e coragem,
carregando na bagagem muita fibra e canção.
Quebrando correntes, derrubando a opressão,
mulher agricultora, força nobre da nação.

Mulheres que lutam, da pele queimada,
que levam adiante sua sublime jornada.
É casa, é comida, é roupa lavada,
é curral, é a roça, é a família pra cuidar.
É cheiro da mata, o cantar dos passarinhos,
mulher agricultora trabalha com carinho.

Produz o alimento, também gera vida.
Mulher agricultora, tu jamais serás vencida,
leva a vida trabalhando, fazendo o progresso,
sabe que aqui na terra, és a mãe do universo.
Quero que venhas comigo e cante esta canção.
Queremos mais justiça, muita paz e união.

O Hino do MMA/SC (Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina)¹⁹ figura no primeiro número da Revista Camponesa MMC/SC (Movimento de Mulheres Camponesas de/em²⁰ Santa Catarina), publicada em dezembro de 2005, edição em que são apresentadas histórias, conquistas, atividades e formas de organização do movimento, bem como condições de possibilidades que levaram à constituição de um movimento unificado no Brasil (MMC/Brasil), sua missão e bandeiras de luta. Em 2004, o MMA/SC, organizado no estado desde a primeira metade da década de 1980, com outros movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais de diferentes regiões e estados do país, consolida o MMC. A sigla MMC/SC data de 2004 e a criação do movimento está vinculada à década de 1980, no registro de MMA/SC, como foi descrito brevemente na introdução da tese: “A partir da IX assembleia estadual, o MMA/SC assume o caráter do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, passando a ser reconhecido oficialmente como Movimento de Mulheres Camponesas de em Santa Catarina – MMC/SC.” (MMC/SC, 2005, p.09)²¹. Neste capítulo, trago aspectos da constituição do Movimento Mulheres Camponesas de/em Santa Catarina na trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Como se trata de uma pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas, envolvendo diferentes reflexões no campo dos movimentos sociais, que nas últimas décadas reuniram (reúnem) uma diversidade de temáticas e pressupostos teóricos, são fundamentais algumas considerações iniciais (que serão ampliadas e discutidas nos capítulos posteriores).

1.1 Leituras sobre a criação e organização do MMA/SC

Em pesquisa bibliográfica sobre o MMA/SC, foram localizados estudos que tratam de sua criação e trajetória histórica, das bandeiras de luta, das relações com a Igreja Católica, com um partido político (Partido dos Trabalhadores/PT) e com outros movimentos sociais do campo, assim como trabalhos que tratam da trajetória de mulheres

¹⁹ O Hino do MMA foi lançado em 08 de março de 1992, no município de Xanxerê. (MMA/SC, 2000, p. 23).

²⁰ Em algumas das publicações que analisei, encontrei Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e, em outras, Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.

²¹ Assembleia realizada no município de Itapiranga/SC, em 2004.

agricultoras em termos do regime de agricultura familiar e da participação no movimento, entre outras temáticas (CASAGRANDE, 1991; SCHERER-WARREN, 1996; POLI, 1995, 1999; DABOIT, 1996; KROTH, 1999; PAULILO, 2003, 2004). De acordo com os objetivos do presente estudo, faz-se necessário refletir sobre aspectos da criação e trajetória do MMA/SC, considerados fundamentais à proposta que ora se configura. Sobre a criação do MMA, Casagrande (1991, p.38-39) destaca:

O Movimento teve início no dia 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Para comemorar o dia do Agricultor, organizou-se uma equipe de base, composta por membros do clero, lideranças rurais e do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo inicial era organizar os agricultores para conquistarem a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, tido como inoperante pela equipe de base. Algumas mulheres também integravam a equipe, e, na oportunidade, levantaram a problemática de não participação da mulher no órgão sindical. Elas estavam decididas a reivindicar o direito de sindicalização que até então nunca fora cogitado na região. A sindicalização das mulheres torna-se uma das bandeiras centrais, levantada pela chapa de oposição, na luta pela conquista da direção do sindicato. Com a participação intensa e decisiva das mulheres agricultoras na campanha, a chapa de oposição chega à vitória. Durante a campanha, as mulheres de Itaberaba levaram a questão da sindicalização a todas as comunidades do município de Chapecó, o que se tornou a fase inicial do Movimento das Mulheres Agricultoras.

Considerando a “fase inicial do movimento”, é interessante observar que homens e mulheres se agregaram em torno de uma causa, a conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que se desdobrou a partir dos interesses dos sujeitos envolvidos, em seus atravessamentos de classe e de gênero. É desse modo, pois, que se pode considerar que a interface classe-gênero, operada pela reivindicação das mulheres no campo do direito à sindicalização, promoveu questionamentos acerca da concepção de trabalhador universal, das

fronteiras privado-público, entre outras questões, mobilizando interesses de luta e a criação do movimento. De uma reivindicação secundária à bandeira central de luta, levantada pela chapa de oposição, a conquista da sindicalização da mulher agricultora fez ecoar outras reivindicações, as quais envolveram, de acordo com Casagrande (1991, p.39) “os benefícios da Previdência Social, assistência médica e aposentadoria”.

Casagrande (1991) e Daboit (1996) esclarecem que a criação do MMA/SC se deu em um contexto agrícola adverso à produção e à reprodução da agricultura familiar, envolvendo aspectos sócio-econômicos e políticos, especialmente a partir da década de 1970, com o aumento expressivo das grandes propriedades, a modernização agrícola no campo, incentivo ao uso de máquinas e insumos modernos.

De acordo com Scherer-Warren (2007)²², elaborações teóricas dos movimentos sociais começaram a ser produzidas no século XX, agrupadas em torno de significados empíricos (coletivos organizados para pressão ou reivindicações na esfera pública) e teóricos (incluindo diferentes abordagens e autores). Como componentes/princípios da noção teórica de *movimentos sociais*, destacam-se *ação* ou *sujeito coletivo*, *adversário social* ou *sistêmico*, *projeto* ou *utopia de transformação*, no contexto das discussões elaboradas por autores como Alain Touraine, Manuel Castells, entre outros.

Nas elaborações teóricas de Touraine, *ação* ou *sujeito coletivo* se configura como identidade econômica, social ou cultural (classe, gênero, etnia, etc.), *adversário social* ou *sistêmico*, como opositor sistêmico (elites dominantes ou dirigentes), e a mudança no campo de ação histórica, como *projeto* ou *utopia de transformação* (SCHERER-WARREN, 2007). Para Touraine (2006, p.175-176), “os movimentos sociais são uma categoria muito particular no interior do vasto conjunto das ações de reivindicação” e, enquanto atores de um conflito, podem lutar tanto pelo uso social de recursos culturais quanto pelo uso de recursos materiais. Ainda, “quando bem organizados, procuram levar a bom termo reivindicações (por exemplo, quanto às mulheres: para trabalho igual, salário igual), mas se definem sobretudo por uma relação dos indivíduos em questão consigo mesmos.”

Elaborações teóricas feitas por Castells (2002) trazem *identidades coletivas* (ação ou sujeito coletivo), como componentes/princípios dos

²² Discussões apresentadas na disciplina intitulada Teoria dos movimentos sociais e sociedade civil, ministrada pela Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren, no primeiro semestre de 2007, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina.

movimentos sociais, adversário (ator coletivo ou situação sistêmica), objetivo societal (numa organização social ou sociedade). O conceito de *identidade* remete a um “[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” (CASTELLS, 2002, p.22). Deste modo, a identidade é uma construção a partir das matérias-primas “oferecidas” pela história, geografia, biologia, entre outras, processadas e reorganizadas por indivíduos, grupos e sociedades, de acordo com projetos socioculturais. Partindo do princípio de que a identidade é uma construção social em contextos marcados por relações de poder, o autor propõe três formas de construção de identidades: *legitimadora*, de *resistência* e de *projeto*. Essas três formas de identidade constituem diferentes tipos de sociedade. A *identidade legitimadora* produz a Sociedade Civil, enquanto conjunto de organizações e instituições. A *identidade de resistência* forma comunidades (nacionalismo, fundamentalismos religiosos, tribos culturais, entre outras). A *identidade de projeto* produz sujeitos, atores sociais coletivos de transformação no sistema. Compreende a construção de uma identidade e de um projeto de vida diferente, no sentido de promover a transformação da sociedade, como no exemplo da sociedade pós-patriarcal, “resultando na liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres.” (CASTELLS, 2002, p.25-26).

Essas considerações sugerem heterogeneidade e interdisciplinaridade como pano de fundo nos estudos sobre movimentos sociais, coletividades e conflitos sociais. Cabe ressaltar que em se tratando do estado da arte da produção brasileira, Scherer-Warren (2007) observou escassa elaboração de teorias. Maria da Glória Gohn (2004, p.274-275), ao se referir aos balanços sobre movimentos sociais no Brasil, destaca que esses apontam para inúmeros aspectos, os quais incluem a falta de referenciais teóricos e “uso abusivo de alguns esquemas teóricos pertencentes a outras realidades sócio-econômicas”, descrições sem análise, confusões conceituais, isolamento dos movimentos urbanos em relação aos rurais, “a ênfase do caráter novo dos movimentos sociais, sem demonstrá-lo bem, e a desconsideração pelas experiências históricas já existentes”, entre outros.

No que compreende os *novos movimentos sociais*, trago algumas das considerações elaboradas por Touraine, autor que emprega a expressão desde 1968. Touraine (2006, p.171) observa que os diversos novos movimentos sociais exigem o reconhecimento dos direitos

culturais, que não significam “[...] uma extensão dos direitos políticos, na medida em que estes devem ser concedidos a todos os cidadãos, ao passo que os direitos culturais protegem, por definição, populações determinadas.” Portanto, o direito de *ser como os outros* se converte no direito de *ser outro*. Conforme o autor, por um lado, os direitos culturais têm mais força de mobilização porque são mais concretos e dizem de uma população determinada (quase sempre minoritária). Por outro, tal reivindicação apresenta perigos pelo fato de se fazer a partir de particularismos, ameaçando o “próprio princípio de viver juntos”. A novidade desses novos movimentos consiste no fato de evidenciarem “[...] a contradição entre forças técnicas e econômicas incontroladas e a diversidade das espécies e das culturas, das atividades locais e das línguas que contribuem para formar a subjetividade de cada um de nós.” (TOURAINÉ, 2006, p. 179).

A partir do que define sobre as lutas dos movimentos sociais, Touraine (2006) apresenta questões relativas à *redistribuição* e ao *reconhecimento*, relações entre lutas por direitos sociais (na esfera da igualdade) e lutas por direitos culturais (na esfera da diferença, com demandas étnicas, religiosas, de gênero, entre outras). O debate que contrapõe a *redistribuição* e o *reconhecimento*, segundo Touraine (2006, p.174), “mobilizou muitos autores, mas particularmente Nancy Fraser, professora na New School University de Nova York, e Axel Honneth, que é sucessor de Jürgen Habermas na cadeira de filosofia da Universidade de Frankfurt”.

Touraine (2006, p.174) esclarece que a ideia de *movimentos sociais* e de *novos movimentos sociais* é rejeitada por Honneth, na medida em que “estes, a seu ver, parecem construções políticas artificialmente separadas do conjunto de queixas, sofrimentos e protestos contra a injustiça que emanam das categorias mais diversas da população”.²³ Para Touraine, as perspectivas teóricas de Fraser e Honneth são próximas uma da outra, uma vez que, a ideia de justiça está no centro da análise. No entanto, o autor não compartilha de tal orientação analítica e ressalta:

Toda a análise da justiça tem por objeto a organização da sociedade, ao passo que os movimentos sociais são sempre “figuras de direito” que devem se impor em todas as situações e não são propriamente sociais, como bem o

²³ “Como mostrou Pierre Bourdieu em *A miséria do mundo* (1993)”.

sabem os que redigiram as primeiras declarações sobre os direitos do homem, apoiando-se na teoria do direito natural, tanto nas suas formas cristãs como naquilo que os ligava à política das luzes. (TOURAINÉ, 2006, p.182).

Na perspectiva teórica apresentada por Fraser (2001)²⁴, a justiça, hoje, requer reconhecimento e redistribuição. Isso implica conceitualizar reconhecimento cultural e igualdade social (de modo que ambos se sustentem e se fortaleçam), teorizar sobre a relação entre desvantagem econômica e desrespeito cultural, assim como elucidar os dilemas políticos que surgem quando, simultaneamente, se tenta combater as injustiças²⁵.

Nesse campo, envolvendo lutas por reconhecimento e por redistribuição, apresenta-se, segundo Nancy Fraser (2001, 2007), um dilema, pois significa reivindicar e negar especificidades. Como conciliar as lutas por reconhecimento e por redistribuição? Como acabar com desigualdades e exclusões sociais que se constroem sobre posições históricas de sujeito e grupos? Mais especificamente, como lidar com desigualdades sociais que se constituem nas e pelas relações de classe, raça, gênero, geração, entre outros atravessamentos?²⁶ Na tentativa de refletir sobre lutas por redistribuição e por reconhecimento,

²⁴ As discussões elaboradas por Fraser acerca das lutas por reconhecimento e por redistribuição foram utilizadas para subsidiar as análises das lutas de gênero no MMC/SC.

²⁵ A autora faz distinções entre duas compreensões de injustiça. “A primeira é a injustiça sócio-econômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade [...] exemplos incluem exploração (ter os frutos do trabalho de uma pessoa apropriado para o benefício de outros); marginalização econômica (ser limitado a trabalho indesejável ou baixamente remunerado ou ter negado acesso a trabalho assalariado completamente) e privação (ter negado um padrão material adequado de vida) [...] a segunda compreensão de injustiça é cultural ou simbólica [...] aqui injustiça está arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação [...] exemplos incluem dominação cultural (sendo sujeitados a padrões de interpretação e de comunicação associados a outra cultura estranha e/ou hostil); não-reconhecimento (ser considerado invisível pelas práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura); e desrespeito (ser difamado habitualmente em representações públicas estereotipadas culturais e/ou em interações quotidianas [...] claro que essa distinção entre injustiça econômica e injustiça cultural é analítica [...] na prática, ambas estão interligadas.” (FRASER, 2001, p.249-251).

²⁶ Fraser (2007, p.296) esclarece que “se a primeira fase do feminismo pós-guerra procurou aproximar o gênero do imaginário socialista, a segunda fase enfatizou a necessidade de ‘reconhecer a diferença’ [...] ‘reconhecimento’, assim, tornou-se a principal gramática das reivindicações feministas no *fin-de-siècle* [...] uma categoria venerável da filosofia hegeliana ressuscitada por cientistas políticos, essa noção capturou o caráter distintivo das lutas pós-socialistas, que frequentemente tomavam a forma de uma política de identidade, visando mais a valorização da diferença do que a promoção da igualdade”.

impõe-se a questão da identidade dos indivíduos/grupos, por meio da qual se reproduzem diferenças culturais e desigualdades sociais.

No debate em torno da repetição das desigualdades sociais, apoiadas em diferenças inscritas no sexo ou na identidade de indivíduos/grupos, Carlos Rafael Rodríguez Solera (2005) ressalta que a discussão sobre a gênese dessas diferenças culturais e desigualdades sociais se concentrou em posições que envolvem aspectos naturais e sociais²⁷. Solera (2005) lembra que se trata de posições que, respectivamente, trazem a desigualdade como resultado de diferenças individuais e como resultado de distintas oportunidades que os indivíduos tiveram em suas trajetórias. E, nesse caso, quando são feitas referências a essas posições para segregar indivíduos, têm-se focos distintos, voltados para os indivíduos e para as relações sociais que os constituem, de acordo com os interesses que estão em jogo.

Quanto aos *novos movimentos sociais*, Scherer-Warren (2000) faz distinções quanto ao período de 1960 a 1980, à segunda metade da década de 1980 e à década de 1990. No primeiro período mencionado (1960 a 1980), a autora esclarece que os novos movimentos sociais, envolvendo as lutas de gênero, étnicas, ecológicas, entre outras, voltavam-se para a afirmação de identidades, reconhecimento público de seus valores, respeito às diferenças culturais e a conquista de novos direitos. Nos períodos que seguem, produz-se a interação desses “movimentos entre si”, de forma que, “as lutas identitárias e pela autonomia grupal cedem lugar a movimentos sociais solidarísticos e de cooperação” (SCHERER-WARREN, 2000, p.41), os quais constroem suas identidades por meio “de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização.” (p.37).

Nesse contexto, desafios teórico-metodológicos se apresentam. Scherer-Warren observa que a pluralidade de problematizações que mobilizam as lutas pela cidadania e pelo reconhecimento cultural, no registro das lutas identitárias e relações que se desdobram daí, demanda um olhar interdisciplinar. A este respeito, torna-se interessante retomar a discussão de Scherer-Warren (1987) sobre a novidade NMS dentro do sistema político brasileiro, bem como o seu potencial político. Nas palavras da autora: “postulo sobre a relevância deste potencial no momento em que, a meu ver, estes movimentos estão se construindo e

²⁷ Pode-se aludir às desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens, incluindo a utilização do conceito de gênero, de acordo com Joan Scott.

desenvolvendo uma nova cultura política.” (SCHERER-WARREN, 1987, p.36). Passados mais de 20 anos dessas colocações, o que se pode observar no cenário dos (novos) movimentos sociais (rurais)?

Scherer-Warren (2000) observa que a lógica mundial, ao produzir a diminuição da distância espaço-temporal entre o “mundo rural” e o “mundo urbano”, provoca transformações que precisam ser avaliadas. Isso inclui a revisão da separação, feita na academia, de paradigmas para o estudo dos movimentos sociais rurais e para os movimentos sociais urbanos, bem como das abordagens utilizadas.

Na América Latina, tradicionalmente, havia um predomínio das abordagens clássicas marxista e leninista para o estudo do MSR (vide Santos & Costa, 1998; Navarro, 1996)²⁸. Esta visão centrava-se na explicação dos condicionantes (ou determinações) econômico-estruturais das ações coletivas. Os sujeitos eram definidos em torno de categorias abrangentes e uniformizadoras (o campesinato, o proletário, ou semi-proletário rural, com um significado classista genérico (cf. Scherer-Warren, 1998a)²⁹. Sensíveis às transformações do mundo rural nas últimas décadas e à heterogeneidade das forças sociais no campo, o debate sobre os novos movimentos sociais começa a ter eco. A nova lógica busca compreender o mundo da cultura, as relações sociais do cotidiano e as identidades coletivas específicas de cada movimento. As categorias de atores terão maior concretude (indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras) ou serão mais particularizadas (atingidos pelas barragens, quebradeiras de coco, etc.) (Ibid.). (SCHERER-WARREN, 2000, p.246).

De modo geral, é possível considerar que tais elaborações teóricas indicam alguns dos desafios que podem ser suscitados ao longo

²⁸ Referências citadas por Scherer-Warren (2000): SANTOS, Raimundo; COSTA, Lúcio Flávio Carvalho (Orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998; NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

²⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. Novos Rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Lúcio Flávio Carvalho (Orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

da análise de um movimento social, mais especificamente de um movimento social rural como o MMC/SC, que ultrapassou fronteiras estaduais, articulando movimentos autônomos em torno de lutas de classe e de gênero, enquanto reivindicações oriundas de desigualdades sócio-econômicas e culturais. Cabe interrogar, então, as condições de produção desse movimento e, entre outros aspectos, isso sugere retomar pontos da criação/organização do MMA/SC para tratar da constituição da nova denominação e de algumas das lutas que orientaram essa unificação.

Em 1981, ao integrarem a luta pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as mulheres agricultoras problematizaram o veto à sindicalização das mulheres, transformando a conquista desse direito em uma bandeira central de luta. O acontecimento de 01 de julho de 1981 marcou o início do MMA/SC, no registro da luta pela direção do Sindicato Rural de Chapecó. Em 1983, efetivamente, ocorreram as primeiras organizações do movimento. Como apresenta Casagrande, no dia 1º de maio de 1983, no distrito de Itaberaba, 28 mulheres, juntamente com religiosos e agentes de pastoral, definiram os rumos iniciais do movimento. De acordo com o relatório do I Encontro do MMA/SC, ocorrido em 01 de maio de 1983, “[...] motivadas pelo trabalho realizado na Igreja, as mulheres começaram sua organização específica, discutindo sobre os problemas que elas estavam sofrendo (na comunidade, na agricultura, nos direitos).” (KROTH, 1999, p.101). A partir da leitura dos estudos citados, é possível observar que é no fluxo dos acontecimentos de 1981 e 1983 que se percebe o movimento surgindo, de forma que cada um desses momentos, a seu modo, trouxe a problemática rural em ênfases de classe e de gênero.



Figura 1 - Uma das primeiras reuniões do MMA/SC, realizada em Chapecó, entre 1982 e 1985.

Fonte: Foto: Arquivo do MMA/SC – Cartilha (MMA/SC, 2000, p.3).

Sobre o ano de criação do MMA/SC, em cartilha publicada em 2008, ressalta-se que em 08 de março de 1984 foi consolidada a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) e “em 1986, depois de um amplo debate, as mulheres entenderam que ser uma organização era muito pouco, por isso, decidem pela consolidação do Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC.” (MMC/SC, 2008, p. 10). Como movimento autônomo, de classe e popular de mulheres do campo, o MMA/SC tinha como luta central o direito à sindicalização da mulher, a disputar a direção do sindicato, ao reconhecimento da profissão de agricultora, à aposentadoria, entre outros.

O fato de transitarem pelo espaço público empreendendo lutas comuns e específicas (do público ao privado e do privado ao público) contribuiu para que essas mulheres ampliassem suas reivindicações. Em relação à participação de mulheres em movimentos sociais, Céli Pinto (1992, p.47) observa que, em geral, estes transformam “[...] a mulher de sujeito privado em sujeito público, tornando-se um importante canal para o aparecimento, nas relações de poder, tanto a nível público como a nível privado, de novas posicionalidades da mulher em relação às desigualdades de gênero”.

Somando-se às questões de gênero, como esclarece Casagrande (1991, p.03) “é no contexto dos movimentos sociais do campo de Santa Catarina e da problemática vivida pela pequena produção familiar e reprodução deste modo de vida que surge o Movimento de Mulheres Agricultoras.” De acordo com a análise do autor, foram incorporadas as questões de gênero, seguida à “fase inicial classista”, às reivindicações e aos debates do MMA/SC. No período analisado, essa incorporação conferiu ao movimento um caráter de novidade em relação a outros movimentos sociais no campo. Decorreu daí, também, a “politização do privado”, no sentido de que experiências cotidianas das mulheres assumiram um caráter público ao integrarem a pauta de discussões do movimento.

Quanto à dificuldade de separar trabalho doméstico de trabalho produtivo nas propriedades familiares rurais, Paulilo (2004) ressalta o fato de que o próprio conceito de trabalho produtivo precisa ser problematizado, tendo em vista que foi cunhado em um contexto de determinada forma de produção, ou seja, a capitalista, em que remete à extração de mais valia, apropriada pelos donos dos meios de produção. Ao tratar da teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, Alexander

Chayanov (1981)³⁰ faz referência à exploração agrícola familiar e observa que os meios de produção e a força de trabalho são da família, o que resulta na produção de certa quantidade de bens e na ausência da categoria salário. Logo, o autor destaca que não é possível impor ao sistema econômico familiar categorias econômicas no sentido capitalista (capital, salários, juros, renda, entre outras) e cita o produto do trabalho familiar como categoria de renda possível. No que define o autor, trata-se de um indivisível produto do trabalho (um rendimento indivisível), que se diferencia entre as unidades econômicas familiares, em função de determinantes econômicos/mercado, meios de produção e qualidade da terra, tamanho e composição da família, entre outras condições. Isso agrava a situação das mulheres, na medida em que elas não conseguem estabelecer relações mais igualitárias nas famílias.

Nessa abordagem, o tamanho e a composição da família, basicamente, são determinantes do grau de exploração e do equilíbrio interno desse sistema, uma vez que decorrem da satisfação da demanda familiar e da penosidade do trabalho. Esse processo é explicado pelo autor de forma a esclarecer que a autoexploração da mão-de-obra familiar é definida pelas necessidades de consumo da família, o que não justifica um adicional de trabalho quando o equilíbrio trabalho-consumo é alcançado (compreende um balanço entre o trabalho e o consumo como definidor da autoexploração da força de trabalho). As categorias utilizadas para explicar o funcionamento da empresa capitalista, por conseguinte, não podem ser utilizadas para explicar o funcionamento interno da economia camponesa (no que diz respeito à unidade de exploração agrícola familiar), na medida em que, nesse sistema econômico, o equilíbrio trabalho-consumo (da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades familiares) se apresenta como categoria básica de análise.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001) apresenta características particulares da agricultura familiar e do campesinato. Como uma das hipóteses que norteiam sua reflexão, Wanderley (2001, p.22) considera “a agricultura familiar como uma categoria genérica, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares.” O conceito de agricultura familiar abrange a família como proprietária dos meios de produção e responsável pelo “trabalho no estabelecimento

³⁰ De acordo com Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1998, p.29), “é Chayanov quem elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, e ele o faz baseado em uma intensa atividade de pesquisa sobre o campesinato russo, realizada pela Escola da Organização e Produção”.

produtivo”. Na argumentação da autora, esse caráter familiar não expressa um “detalhe superficial e descritivo”, porém orienta as ações econômicas e sociais desse modo de agricultura. A agricultura camponesa tradicional, nesse caso, é definida como uma dessas formas específicas da agricultura familiar, fundada na relação propriedade, trabalho e família. Além disso, em relação ao conjunto maior da agricultura familiar, a agricultura camponesa tradicional tem particularidades que “dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.” (WANDERLEY, 2001, p.23).

Apoiada em alguns estudos, Wanderley retoma aspectos do campesinato para a argumentação que desenvolve³¹ e, nesse sentido, sublinha como características fundamentais das sociedades camponesas, a especificidade do sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (características resultantes da conjugação dos objetivos de manutenção da subsistência imediata do grupo doméstico e reprodução geracional). No delineamento dessas características, Wanderley apresenta: o *sistema da policultura-pecuária* como tradicional da produção camponesa, por meio do qual se articulam “diferentes técnicas” que foram se aperfeiçoando ao longo do tempo em busca do equilíbrio entre atividades agrícolas e de criação animal; o *horizonte das gerações* como referência nas relações das famílias camponesas, o que demanda estratégias voltadas para a sobrevivência imediata e para a reprodução das gerações subsequentes; *as sociedades de interconhecimento e a autonomia relativa das sociedades rurais*, de forma a esclarecer que a agricultura camponesa tradicional, por sua vez, inserida em um lugar de vida e de trabalho, promove formas de sociabilidade para além dos laços de parentesco; os conceitos de *agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena agricultura* como forma de assinalar algumas diferenças, como as que se relacionam ao fato de que a agricultura camponesa não compreende simplesmente uma agricultura de subsistência (considerada também como uma forma de agricultura familiar), na medida em que suas estratégias produtivas incluem a reprodução presente e futura da família.

³¹ Nota da autora:

“Pretendo apoiar-me especialmente na reflexão sobre o tema que foi produzido pelo Groupe de Sociologie Rurale na década de 1970. Além dos livros de Henri Mendras, então diretor do grupo, vou me referir, frequentemente, aos dois tomos que resultaram da pesquisa sobre as coletividades rurais francesas, realizada sob a direção de Marcel Jollivet e Henri Mendras (Cf. Jollivet e Mendras, dir. 1971 e Jollivet dir, 1974).” (WANDERLEY, 2001, p.24).

Segundo Wanderley (2001, p.31), interessa saber “em que medida o modelo camponês clássico pode ser generalizado a todas as sociedades em todos os momentos históricos, em particular nas sociedades modernas.” Para tanto, Wanderley (2001, p.32-34) propõe hipóteses para reflexão, as quais dizem respeito à reprodução do campesinato nas sociedades modernas, à reprodução de formas de agricultura familiar não camponesa e à percepção, por parte de alguns estudiosos, da presença dos agricultores familiares “modernos” como o resultado de uma ruptura profunda e definitiva em relação ao passado.

A partir do que discute Jacques Chonchol (estudioso chileno da problemática agrária da América Latina), Wanderley observa a ausência de uma obra síntese sobre a natureza e a trajetória do campesinato brasileiro. Como hipótese geral, formulada em textos anteriores, Wanderley (2001, p.36-37) ressalta que, “no Brasil, a grande propriedade [...] se impôs como modelo socialmente reconhecido [...] a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira”, demandando lutas por um espaço próprio na economia e na sociedade. A autora faz referência “às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família”.

A propósito do campesinato e da relação indissociável entre família, trabalho e propriedade (e das lutas para sua manutenção e reprodução), convém citar a noção de *ética camponesa e de ordem moral*, apresentada na etnografia produzida por Klaas Woortmann (1990). De acordo com o autor, a terra não se constitui apenas como um *objeto de trabalho*, mas como a expressão de uma moralidade, *de uma ética*. “Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.” (WOORTMANN, 1990, p.12). O autor centra o seu interesse na “produção cultural da família enquanto valor” e considera a existência de uma ética camponesa que, necessariamente, não é compartilhada por todos os “pequenos produtores”. Diante disso, ao invés de falar de camponeses, o autor fala de *campesinidade*, qualidade presente em distintos grupos específicos.

Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não

esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambiguidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. (WOORTMANN, 1990, p.13).

A discussão sobre família, trabalho e propriedade, em uma perspectiva camponesa, assume um caráter fundamental neste campo de estudo, visto que, entre outras coisas, os movimentos sociais (MMA, por exemplo) enquanto “veículos de transição” (das mulheres) do privado ao público, articulam-se a partir de demandas produzidas nesses contextos de relações. É possível considerar que a interface público e privado se define nas relações de trabalho produzidas no cotidiano das mulheres que integram o movimento. As relações de gênero são determinadas e determinantes nessas relações de trabalho, como se pode observar na divisão sexual de trabalho a partir dos critérios de *leve e pesado* (PAULILO, 1986), de acordo com quem os realiza, mulheres ou homens.

Em um sentido mais geral, a origem e a trajetória do MMA/SC estão associadas às perspectivas de classe e de gênero, articuladas nas bandeiras de luta que foram sendo produzidas ao longo de cada momento histórico. Sobre a ênfase inicial nas questões de classe, Poli (1999) faz ressalvas que dizem das questões de gênero que estavam na origem da organização do movimento. Por exemplo, Poli (1999, p.130) observa que “as conclusões do primeiro encontro, sobre os problemas enfrentados pelas mulheres agricultoras, dos quatro itens levantados apenas um (o terceiro) não se refere propriamente às questões de gênero.” Segue o relatório elaborado pelas mulheres na ocasião do encontro realizado em 1º de maio de 1983.

A mulher é pouco lembrada na comunidade, as ideias dela não são bem aceitas. Não recebe oportunidades na diretoria. Falta lazer e lugar para lazer na comunidade. Não é valorizada na comunidade: só faz as coisas mais fáceis e simples. Em algumas comunidades não existem Clubes de Mães. ‘-Na família: é marginalizada às

vezes pelo próprio marido. A tradição: ficar em casa com os filhos, trabalhando. É reprimida. Não é reconhecida nas coisas miúdas que faz e vende – e o dinheiro às vezes fica com o marido. Não recebe herança como o homem (quando casa). Algumas são escravas do marido. ‘- Na sociedade: não tem aposentadoria. Nem auxílio em acidente de trabalho. A idade para a aposentadoria. O atendimento médico: a mulher sofre mais com os casos de doença na família. A agricultora não recebe auxílio natalidade (maternidade). Só tem direito de trabalhar e lutar pela sobrevivência. Na política só aparece para votar: fora disso quase não é lembrada. Não sabe os direitos que tem, em relação ao sindicato, e outras coisas. Não participa do sindicato, nem se associa, por isso se vai não tem direito a voto. É usada como objeto de propaganda. ‘- A mulher não confia em si mesma’. (Relatório do encontro, em 1º de maio de 1983 apud POLI, 1999, p. 126).

De acordo com Poli, não se trata de afirmar a primazia das questões de gênero, porém não significa dizer que tais questões foram discutidas apenas em um segundo momento. É imprescindível considerar que a questão da aposentadoria é uma “questão de gênero”, pois os homens já tinham esse direito. De forma semelhante ao que registrou em relação ao primeiro encontro, Poli pontua que as questões de gênero constituíram as discussões do segundo encontro, especificamente, em torno das relações das mulheres com a família, a comunidade e a sociedade como um todo. Segue o relatório elaborado pelas mulheres na ocasião do encontro realizado em 02 de junho de 1983:

‘-As próprias mulheres: vivem caladas, não se valorizam, aceitam todas as ordens do marido, não têm confiança em si mesmas. Têm medo. Hoje a mulher se sente escravizada que não consegue acreditar e ter confiança em si própria, na família, na comunidade e na sociedade. Precisam participar mais de reuniões e encontros e se associar ao sindicato. ‘-A família e a comunidade: as dificuldades e tarefas da família a impedem de participar mais. A mulher na família é educada para a família e não para as lutas sociais. Não tem

liberdade. Falta apoio do marido e da comunidade. A comunidade dá menos chance à mulher do que ao homem. Os Clubes de Mães funcionam mal. Só ensinam a fazer coisinhas e festinhas, têm mensalidades caras e às vezes umas querem ser mais do que as outras. Precisa lutar pela igualdade. Convidar mais mulheres para debater juntas e lutar para conseguir os nossos direitos. ‘-A tradição e a educação: há uma tradição de que a mulher é para a cozinha e pra cuidar das crianças. O machismo é um costume antigo. Falta orientação e instrução para enfrentar os problemas. As mulheres não são ouvidas. As mulheres desconhecem os direitos. ‘-O sistema da nossa sociedade: a nossa sociedade valoriza pouco a mulher. Para os grandes, não convém que elas se organizem. E para sair desta situação a mulher deve participar de grupos, de reuniões, trabalhos de sindicato, cooperativa, problemas de bancos, ficar ao lado do homem e dar força e apoio’. (Relatório do segundo encontro de mulheres agricultoras, realizado em 02/06/1983 apud POLI, 1999, p. 128).

Além das questões de classe e gênero que estavam nas bases das lutas do movimento, destacavam-se ainda as relações com a Igreja Católica, com o partido político (Partido dos Trabalhadores/PT) e com outros movimentos sociais, em termos de ações recíprocas de apoio (como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e o Movimento dos Atingidos pelas Barragens/MAB) (CASAGRANDE, 1991; POLI, 1999; DABOIT, 1996). No cenário das relações do movimento com a Igreja Católica, observa-se a proeminência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), enquanto espaços para a reflexão e organização das mulheres agricultoras. “[...] o primeiro passo para a constituição das mulheres camponesas enquanto sujeito político e social se deu num espaço em que elas, tradicionalmente, tiveram uma participação mais ativa: a igreja.” (POLI, 1999, p. 127).

Em períodos posteriores, no entanto, ocorreram mudanças que ocasionaram certo “afastamento” da igreja em relação às reivindicações específicas do movimento, no campo das relações de gênero. No âmbito das mudanças que ocorreram, Casagrande (1991, p.67) observou o desencontro de interesses e limitações, por parte da igreja, para lidar

com determinados assuntos: “a Igreja dá apoio efetivo enquanto o movimento busca os direitos de cidadania [...] quando aparecem as questões específicas ou de gênero, a Igreja, além de pouca contribuição a dar, não tem interesse que estas questões sejam levadas adiante”.

Na análise de Daboit (1996), destaca-se, por parte do MMA, a construção de uma estrutura própria e mais autônoma, bem como a inclusão, por esse movimento, de discussões consideradas polêmicas pela igreja, o que “revelaria” novas atitudes frente aos valores religiosos. Ao discorrer sobre as novas relações com a igreja, o autor, especificamente, questiona-se acerca da influência ou não do movimento feminista no MMA, acreditando que outros referenciais, além dos religiosos, passaram a orientar as suas práticas. Na ocasião, a influência do movimento feminista não foi reconhecida pelas agricultoras.

Segundo Casagrande (1991), “pela questão negativa sobre o feminismo”, as mulheres do MMA não admitiam a existência de relações entre os dois movimentos. Para o autor, tratava-se de desconhecimento em relação ao movimento feminista e suas propostas, de modo que na 4ª Assembleia Estadual do MMA, realizada no município de Chapecó, nos dias 05, 06 e 07 de março de 1990, foi um dos temas solicitados para estudo. À luz das lutas atuais do movimento, no campo das lutas feministas e dos estudos de gênero, outras perguntas com certeza deverão ser feitas e/ou refeitas ao longo deste estudo.

É importante destacar que a produção (e redefinição) de lutas e das relações do movimento com instituições, partidos políticos e outros movimentos sociais, fundamentalmente, constituíram-se no processo de construção de uma estrutura organizativa própria, de acordo com os interesses históricos. Na análise feita por Casagrande (1991), a 4ª Assembleia Estadual do MMA foi definidora do caráter do movimento, na medida em que possibilitou a constatação de problemas na estrutura organizativa³² (entre outras questões, por conta de diferenças internas e especificidades de cada região) e sua reestruturação, como segue:

1) ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL – A assembleia é composta por delegadas escolhidas em assembleias regionais³³, sendo que estas são

³² Estrutura organizativa também apresentada por Daboit (1996) e Poli (1999).

³³ Nota do autor sobre a organização regional do movimento na ocasião: “O movimento está organizado em nove regionais: Chapecó, São Miguel D’Oeste, Caçador, Lages, Curitiba, Rio do Sul, Tubarão, Joinville e Florianópolis.” (CASAGRANDE, 1991, p. 48).

compostas por mulheres escolhidas nas assembleias municipais, onde o movimento está organizado.

2) COORDENAÇÃO ESTADUAL – a coordenação estadual é composta por duas mulheres de cada regional, escolhidas na própria regional. Compõem também a coordenação estadual cinco (5) mulheres escolhidas na assembleia geral estadual, sendo que estas também compõem a executiva do movimento. A coordenação estadual tem como função dirigir o movimento a partir das deliberações da assembleia geral. Para que alguém do movimento possa fazer parte da coordenação estadual, deverá preencher os seguintes critérios: a) ser agricultora; b) ter visão geral do movimento; c) ser reconhecida como liderança na sua região; d) ter habilidade para coordenar reuniões.

3) EXECUTIVA – A executiva é composta dos seguintes membros: a) coordenação geral – a coordenação geral tem como função coordenar a equipe executiva; b) Secretaria de finanças – cabe à secretaria de finanças coordenar e organizar as finanças e a administração; c) Secretaria de formação – é dever da secretaria de formação coordenar a realização do planejamento na área de formação; d) Secretaria de comunicação – cabe a esta secretaria implementar o funcionamento da estrutura do movimento. Para fazer parte da executiva devem ser preenchidos os mesmos critérios exigidos para a coordenação estadual.

4) COORDENAÇÕES REGIONAIS – Essas coordenações são compostas por no mínimo duas (2) mulheres de cada município. Têm como tarefa fazer ligação entre as coordenações municipais e a coordenação estadual. Quem faz parte da coordenação estadual coordena também a regional.

5) COORDENAÇÕES MUNICIPAIS – Essas são compostas por duas (2) mulheres de cada comunidade com grupos organizados e, conforme o número de grupos, poderão ser três (3) representantes. Têm como função encaminhar os trabalhos de base, nos grupos das comunidades e fazer a ligação com a regional. (cf. Documento da

4ª Assembleia Estadual do Movimento, 1990 apud CASAGRANDE, 1991, p. 49).

No período de 1987 a 2004, foram realizadas nove assembleias estaduais, organizadas em torno de diferentes temáticas. A 1ª assembleia, realizada no município de Chapecó, em 1987, teve como tema “Mulheres unidas jamais serão vencidas!”. “Trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos” foi o tema da 2ª assembleia, também realizada no município de Chapecó, em 1988. “Semeando justiça, brotando liberdade” foi o tema da 3ª assembleia, realizada no município de Lages, em 1989. “Mulheres organizadas jamais serão pisadas!” foi o tema da 4ª assembleia, realizada no município de Chapecó, em 1990. “Por um futuro de igualdade, justiça e democracia- construindo cidadania” foi o tema da 5ª assembleia, realizada no município de Caçador, em 1992. A 6ª assembleia, realizada no município de Lages, em 1996, teve como tema “Organizar, libertar, construir, na luta sempre mulher”. “Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída” foi o tema da 7ª assembleia, realizada no município de Chapecó, em 1999. “Filhas da Terra na construção de um projeto novo” foi o tema da 8ª assembleia, realizada em Concórdia, em 2001. “MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil” foi o tema da 9ª assembleia, realizada no município de Itapiranga, em 2004. (MMC/SC, 2005).

Ao longo desse período, além das assembleias, o movimento realizou caravanas, concentrações, marchas, mobilizações, congressos estaduais, entre outras práticas. Foram realizados três congressos estaduais: “1º Congresso do MMA: da luta não fujo, na luta continuaremos!”, realizado no Município de Chapecó, no ano de 1994; “2º Congresso do MMA: nenhuma mulher agricultora sem estudar”, realizado no município de Chapecó, no ano de 1998; “3º Congresso do MMA: 20 anos! MMA/SC na luta construindo o MMC do Brasil”, realizado no município de Chapecó, no ano de 2003 (MMC/SC, 2005). Nesse sentido, o 3º Congresso e a 9ª Assembleia se destacam por terem sido os eventos que decidiram a transição de Movimentos de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, em termos de concretização de um movimento unificado. “No III Congresso do MMA/SC, realizado em Chapecó, em novembro de 2003, entre outros desafios, foi aprofundado proposta de consolidação do movimento autônomo nacional.” (MMC/SC, 2008, p.18-19).

1.2 De MMA/SC a MMC/SC

Entre o 3ª Congresso do MMA/SC (novembro de 2003) e a 9ª Assembleia do MMA/SC (novembro de 2004), “após intenso processo de estudo com dirigentes e grupos de base em 19 estados, foi realizado em Brasília, de 5 a 8 de março, o Congresso Nacional de Consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.” (MMC/SC, 2008, p.19). A preparação do I Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil incluiu o estudo de uma cartilha pelas integrantes de movimentos autônomos nos estados e municípios mobilizados para a unificação nacional. A cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2003) como instrumento de estudo, estava organizada a partir de quatro encontros: Mulheres trabalhadoras – fizemos nossa história na luta; As mulheres camponesas do Brasil afirmam sua história; Consolidando o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil; Trabalho de base – raiz de nosso movimento. Nessa publicação, algumas questões podem ser destacadas a fim de explicar o processo de consolidação do MMC do Brasil. No 3º encontro – Consolidando o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – o texto inicial lido pela animadora³⁴ contribui para esclarecer o processo.

Nós, Mulheres Camponesas do Brasil, com muito esforço e vontade, estamos buscando e conquistando o nosso espaço. Nos reunimos, estudamos, organizamos nossos sonhos, juntamos forças e, há mais de 20 anos estamos lutando, para neste tempo de agora, poder firmar o nosso Movimento Nacional de Mulheres. Impulsionadas pelo ideal de uma vida melhor para nós, para nossas(os) filhas(os), netas(os) marcamos a história, nos mais diferentes espaços da família, do trabalho e da sociedade. Sejam **bem vindas** ao nosso terceiro encontro de estudo, debates e discussões sobre o nosso Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. (MMC, 2003, p.13).

³⁴ A forma de apresentação dos conteúdos dessa cartilha - e de outras que analisei - sugere uma leitura coletiva, envolvendo animadoras e participantes. Trata-se, possivelmente, de uma forma de estimular a participação de todas as mulheres presentes nas atividades de formação.

Em outras publicações e documentos analisados, como parte da organização de eventos do movimento, observa-se que atividades preparatórias são frequentes e se apresentam, em grande medida, como espaços onde histórias de lutas e conquistas são revisitadas, assim como são firmadas outras reivindicações. Por exemplo, a 9ª Assembleia do MMA/SC (citada anteriormente como central na consolidação do MMC/SC) foi precedida por atividades preparatórias, envolvendo o estudo de uma cartilha (MMA/SC, 2004), assembleias municipais e regionais³⁵. No estado de Santa Catarina, além disso, foi produzida a cartilha de formação intitulada *Movimento de Mulheres Agricultoras, 21 anos de organização em Santa Catarina, hoje consolidando e fazendo parte do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil* (MMC/SC, 2004). Essa cartilha, produzida para ser estudada nos grupos de base, apresenta a história e os modos de organização das mulheres camponesas, seus princípios, valores e lutas, de forma a ressaltar a necessidade de “fortalecer a luta em defesa da vida”, como norteador central da luta que vai sendo fortemente assumida pelo movimento. A contracapa dessa cartilha traz o seguinte texto:

São 21 anos de história. 21 anos de caminhada, de sacrifício, de lutas e conquistas. Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é preciso que a pureza e a justiça existam dentro de nós. Muitas das que vieram conosco traziam intenções estranhas, não entenderam o projeto, mas para nós, lutar é ver um mundo novo, livre e justo. Fiquemos firmes. Somos mulheres lutadoras, que buscam, que procuram, que sonham. Somos mulheres que carregamos em nossos braços a esperança e construímos com nossas mãos, com o nosso corpo, o Movimento de Mulheres Camponesas. 21 anos de luta e participação. Este é o nosso tempo de lutar, tempo de sujar o pé, e caminhar. É tempo de defender a vida, de cuidar. É tempo de plantar a semente e buscar outras mulheres para fortalecer nossa luta. É tempo de fortalecer no Movimento de Mulheres Camponesas. Entre nessa luta você também. Porque você é o Movimento de Mulheres Camponesas. Porque nós somos o Movimento de Mulheres Camponesas. Porque o Movimento de

³⁵ Assembleias analisadas nos capítulos 3 e 4.

Mulheres Camponesas é nosso. Por isso, precisamos: 'FORTALECER A LUTA EM DEFESA DA VIDA'. (MMC/SC, 2004).

Nesse singular momento da consolidação de um movimento nacional, a realização do I Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas em Brasília, considerando as lutas que estavam em curso envolvendo questões econômicas e políticas mundiais, foi oportuna. Os projetos defendidos reforçam lutas e conquistas envolvendo classe e gênero, mas se inserem, ao mesmo tempo, entre outros, em contextos de políticas agrícolas e da reforma agrária na direção do que aponta a Via Campesina³⁶.

Na Carta do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, publicada no informativo do MMA/SC (março/abril 2004) e na cartilha de preparação à 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC (MMA/SC, 2004), aspectos da unificação de movimentos autônomos em torno de um movimento nacional e conquistas históricas são ressaltadas. Além disso, outros projetos são intensificados e construídos.

CARTA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL

Nós, mulheres camponesas; agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, diaristas, bóias-frias, sem terra, acampadas, assentadas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, assalariadas rurais; mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus, realizamos entre os dias 05 a 08 de março de 2004, em Brasília, o I Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil MMC, com a participação de 1500 delegadas representantes de 16 estados. Somos mulheres camponesas e em nossas mãos

³⁶ “A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, sem-terra, indígenas, juventude rural e trabalhadores agrícolas. Defendemos os valores e os interesses básicos de nossos membros. Somos um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de outro tipo. As 148 organizações que formam a Via Campesina são de 69 países da Ásia, África, Europa e das Américas.” No Brasil, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) integram a Via Campesina. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/>> Acesso em: 15 nov. 2009.

calejadas expressamos a nobreza de transformar as sementes em frutos e alimento trabalhando e cuidando da terra, junto com nossa família. Carregamos a força e a capacidade feminina para gestar e construir uma nova sociedade com novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Há mais de 20 anos estamos nos organizando junto às lutas gerais da classe trabalhadora e construímos nossos movimentos autônomos estaduais e regionais para dar razão à valorização das mulheres, conquistar nossos direitos e contribuir na construção de um Brasil livre, soberano, democrático e justo. Aprendemos que a libertação das mulheres será obra das próprias mulheres. Por isso, a partir das nossas lutas e experiências, chegou a hora de unificar nossas forças num grande movimento nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Acreditando na força das mulheres o movimento é um espaço de luta, vivência de novos valores, fonte de inspiração, aprendizagem e construção da identidade feminina. O movimento é a nossa sementeira de libertação e de mudança nas relações sociais de gênero e classe na família, no trabalho e na sociedade, tornando-nos protagonistas da própria história. Assim, o horizonte central da luta é a defesa da vida e a construção de uma nova sociedade na perspectiva socialista. Para tanto é necessário o enfrentamento e o fim do capitalismo neoliberal, do machismo, da exploração e da violência. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas, conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e com ele, os direitos previdenciários, destacando-se o salário-maternidade e a aposentadoria; a documentação das mulheres e a participação política, entre outras. Organizadas, resistimos no campo, desenvolvendo experiências coletivas de recuperação de sementes crioulas, plantas medicinais e práticas populares de saúde, artesanato, desenvolvimento de sistemas agro-florestais, preservação da água e da biodiversidade. O Movimento de Mulheres Camponesas surge unificando os movimentos

autônomos de mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras num contexto desafiador para o Brasil, que se encontra numa encruzilhada histórica entre o neoliberalismo e a construção popular de um Brasil Nação. Assim, o MMC é um dos sinais do renascer da esperança da construção de um Brasil justo, democrático e solidário. Com a tarefa histórica de lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras, assumimos o compromisso de fortalecer e ampliar os grupos de mulheres camponesas, intensificando o trabalho de base do movimento, as lutas e a formação. Continuaremos a luta por um projeto de agricultura agroecológica, pela garantia e ampliação de direitos sociais e a participação política das mulheres; consolidando os laços de articulação com os movimentos sociais e entidades da classe trabalhadora, forjando grandes mobilizações unificadas para romper com o Imperialismo (FMI, Alça, transgênicos, latifúndio...), construir o Projeto Popular no Brasil e a solidariedade latino-americana e internacional. Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, marco de luta, resistência e compromisso, estamos mobilizadas, mostrando nossa força e coragem para fazer de nosso país a nossa Pátria Mãe, de braços infinitos, que, movida por sentimentos de justiça, igualdade de direitos e solidariedade será capaz de acolher a todas e a todos.

FORTALECER A LUTA EM DEFESA DA
VIDA!

Brasília, 08 de março de 2004.

Diante de trajetórias de lutas que se unificaram e se reforçaram, na ocasião do I Congresso Nacional do MMC, como parte das mobilizações do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, com pautas de reivindicações específicas, ocorreram o encontro com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e audiências com o Ministro da Secretaria Geral da Previdência, Luiz Dulce, com a Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Nilceia Freire, com o Ministro Miguel Rosseto, no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Ministro Almir Lando, no Ministério da Previdência, e

movimento social), mas remete a um processo, historicamente datado, que agregou movimentos autônomos em torno da criação de um movimento nacional das mulheres camponesas. Segue o registro desse processo apresentado pelo próprio MMC:

A história de luta e organização das mulheres trabalhadoras vem se construindo e fortalecendo junto com a história da humanidade. Basta olharmos o que foram as guerras, a constituição dos povos, a participação das trabalhadoras e trabalhadores na sociedade, a conquista de direitos básicos das pessoas. Muitas iniciativas, envolvendo algumas mulheres, aconteceram para quebrar preconceitos e violências na casa (espaço privado), nas lutas sociais (espaço público), entre outras. Algumas dessas lutas deram origem a movimentos e entidades feministas, de grande contribuição para o avanço da emancipação das mulheres. Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário-maternidade, aposentadoria,...), participação política entre outras. Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Este processo de articulação dos movimentos de mulheres e das mulheres dos movimentos mistos foi marcado por:

- Mobilizações: acampamentos estaduais e nacionais.
- Celebração de datas históricas e significativas como o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher; 28 de maio, Dia Internacional de luta pela saúde da mulher; 12 de agosto, dia nacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais contra a violência no campo e por Reforma Agrária; 7 de setembro, Grito dos Excluídos,...
- Lutas: a continuidade e ampliação dos direitos previdenciários, a saúde pública, novo projeto popular de agricultura, reforma agrária, campanha de documentação...
- Formação: política – ideológica, direcionada aos diferentes níveis da militância e da base.
- Materiais: elaboração e produção de cartilhas, vídeos, panfletos, folhetos e cartazes como instrumentos de trabalho para a base e para as lutas.

Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido, que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele. Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e

unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional. (MMCBRASIL)³⁷.

A necessidade de articulação, nesse registro, coloca-se como um dos fios condutores da unificação de alguns movimentos autônomos. Articulação esta que ocorreu em processo, por meio de práticas e lutas transversais, mobilizadas por demandas de gênero e de classe, que escapam aos limites de movimentos sociais específicos. Retomando as distinções feitas por Scherer-Warren (2000) quanto aos novos movimentos sociais, no que compreende a década de 1990, destaca-se a interação desses “movimentos entre si”, a solidariedade e a cooperação. Não se trata de empreender lutas isoladas, mas articuladas em redes, visando integrar a diversidade, o particular e o universal, o local e o global. No que abrange as redes de movimentos sociais, Scherer-Warren (2006, p.113) destaca “a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”.

A “potencialização e a unificação” de movimentos autônomos, como foi destacado, por meio de diferentes ações, incluindo a realização do Curso Nacional (21 a 24 de setembro/2003), culminou na consolidação de um movimento nacional. Ao que parece, a utilização da categoria camponesa não deve ser tomada como uma simples substituição de termos, na medida em que essa mudança conceitual (e política), em um mesmo gesto, amplia e unifica movimentos na e pela criação de uma identidade política comum. Iguualmente, a mudança não deve ser vista como uma espécie de evolução. Paulilo (2004, p.230) observa que o termo camponês tem uma “conotação política de criação de identidade em momento de lutas (haja vista as Ligas Camponesas³⁸)” e evidencia que a recuperação dessa identidade está na base do processo de mudança do nome de Movimento de Mulheres Agricultoras para Movimento de Mulheres Camponesas. No esclarecimento produzido pelo próprio MMC:

³⁷ Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

³⁸ “As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste brasileiro, no estado de Pernambuco, com o apoio de militantes do PCB [Partido Comunista Brasileiro], e se constituíram no símbolo da luta pela terra no Nordeste. Já no final dos anos 1950, suas lideranças romperam com o PCB. Partindo de análise semelhante à feita por esse partido sobre a situação do campo, Julião [Francisco Julião foi a principal liderança das Ligas Camponesas], porém, defendia que a reforma agrária, quebrando o poder dos latifundiários e introduzindo o campesinato como ator político no cenário nacional, constituiria o primeiro passo para uma revolução socialista no país”. (MEDEIROS, 2003, p. 17-18).

Fizemos debates sobre a *categoria camponês*, que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, dedica-se a uma produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação dessas experiências camponesas e a participação política da mulher legitimam e confirmam no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (MMCBRASIL)³⁹.

Por conta dessa transição, a estrutura organizativa também sofreu alterações, visando incluir as articulações regionais, estaduais e nacional. As mulheres que integram o movimento passam a se agregar em torno de diferentes atividades e posições.

Grupo de base – é o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres, possibilitando o exercício da libertação. Será coordenado por duas dirigentes do grupo.

Direções municipais - têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e fazer a relação com as demais instâncias do MMC. Será composta por uma dirigente de cada grupo de base.

Direções regionais - têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município.

³⁹ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

Direções estaduais - têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Serão compostas por duas dirigentes de cada regional.

Coordenação nacional – responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação, garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado.

Direção executiva - implementa e viabiliza as decisões da Coordenação Nacional. Será composta por 10 pessoas da coordenação nacional e reunirá as coordenadoras das equipes de trabalho. (MMCBRASIL)⁴⁰.

De forma semelhante à estrutura organizativa, são produzidas práticas e lutas de modo a incluir outras demandas. Como foi mencionado anteriormente, o MMC tem o caráter de um novo movimento social, à medida que inclui lutas por modificações nas relações cotidianas (SCHERER-WARREN, 1996). Ao invés do sujeito universal, emergem sujeitos constituídos por gênero, classe, etnia, geração, entre outros marcadores. No sentido de iniciar o debate e lançar algumas questões, não esquecendo a complexidade e as múltiplas faces da temática de pesquisa, ressalta-se que, em âmbito nacional, o MMC defende que “consolidar o MMC, a partir da *ótica feminista e camponesa* (grifo da autora)⁴¹, é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras.” (MMCBRASIL)⁴²:

A luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Neste sentido assumimos como Bandeiras de luta:

a) Projeto Popular de Agricultura: pela viabilização de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

⁴¹ Conforme apresentei anteriormente, com base em Casagrande (1991), a partir da 4ª Assembleia Estadual do MMA, realizada no município de Chapecó, nos dias 05, 06 e 07 de março de 1990, o feminismo foi um dos temas solicitados para estudo.

⁴² Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade.

b) Ampliação dos direitos sociais: pela garantia do direito à Previdência Pública e Universal que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a ampliação de direitos sociais; pela garantia do direito à Saúde Pública, integral (promoção, proteção e recuperação), de qualidade e com atendimento humanizado para todos; pela garantia de documentação, para que não exista “*Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos*” e ampliando esse direito a todos os membros da família; pelo direito e acesso à educação libertadora, não sexista e voltada à realidade do campo, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo; pela garantia de acesso aos direitos conquistados na Lei Orgânica da Assistência Social.

c) Projeto Popular para o Brasil: O MMC tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade (não deixar vender terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro. Por isso lutamos: Contra as políticas impostas pelo FMI - Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio – OMC; Contra a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas; Pelo não pagamento da Dívida Externa; Contra os transgênicos; Contra todo tipo de discriminação e racismo.

d) Participação política da mulher na sociedade
O MMC atua no sentido de garantir a valorização da mulher em todos os espaços da sociedade e incentiva a participação política das mulheres.

Em termos gerais, de acordo com o que apresenta Castells (2002), sobre as formas e origens da construção de identidades, observam-se indicativos de produção de *identidade de projeto* voltada para a “transformação de toda a estrutura social”, a partir de uma *identidade de resistência*, mobilizada por posições de sujeito “desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. As lutas apresentadas pelo MMC denunciam (questionam) modelos (posições) sociais e colocam em pauta reivindicações que articulam diferentes interesses sociais no campo de projetos *populares* para a *agricultura* e para o *Brasil*, bem como incluem a *ampliação dos direitos sociais* e a *participação política da mulher na sociedade*, no sentido da construção de outro *projeto* de sociedade. Como no exemplo do feminismo, citado por Castells, não se restringe à identidade e aos direitos das mulheres.

Cabe perguntar sobre as possibilidades de enfrentamento empreendidas pelos movimentos sociais, especificamente no tocante ao referencial identitário *mulheres camponesas*, uma vez que, conforme pontua Castells (2002) (acerca das *identidades legitimadoras*, de *resistência* e de *projeto*) é pela própria lógica identitária que as relações sociais poderão ser transformadas. As identidades de *resistência* e de *projeto* produzem atores sociais coletivos, que buscam denunciar, resistir e transformar as relações sociais desiguais.

Estas bandeiras de luta (Projeto Popular de Agricultura, Ampliação dos direitos sociais, Projeto Popular para o Brasil e Participação política da mulher na sociedade) e os conteúdos que mobilizam remetem ao debate sobre demandas por redistribuição (sócio-econômica) e por reconhecimento (cultural). (FRASER, 2001, 2007). Em uma primeira leitura das lutas do MMC, é possível destacar demandas por reconhecimento e por redistribuição, pelo fato de que a viabilização de políticas e direitos sociais passa pela nomeação dos sujeitos que reivindicam (mulheres e/ou homens, trabalhadoras e/ou trabalhadores, jovens e/ou crianças, entre outros).

Para encerrar este primeiro capítulo e para subsidiar discussões posteriores, nos mapas abaixo localizo os campos de organização nacional, estadual, regional e municipal do MMC.



Figura 3 - Mapa dos estados onde o MMC está organizado.

Fonte: MMCBRASIL⁴³.

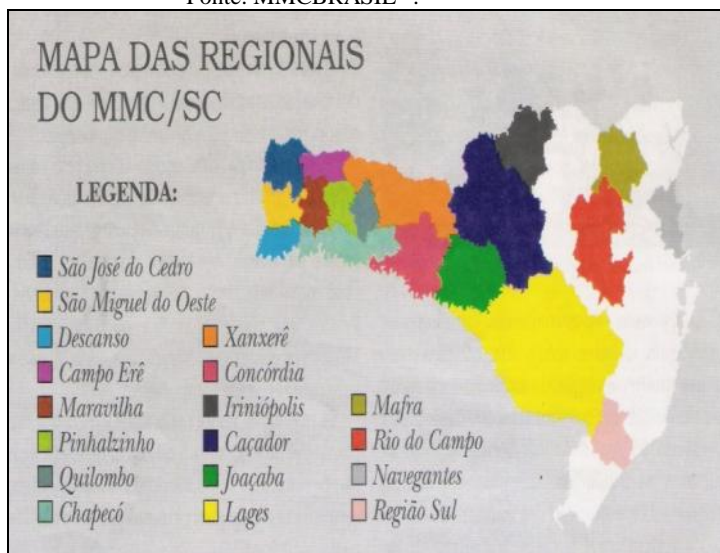


Figura 4 - Mapa das Regionais do MMC/SC.

Fonte: Revista Camponesa (MMC/SC, 2005, p.06).

⁴³ Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/menu/organizacao_por.html. Acesso em: 28 jul. 2007 e 10 fev. 2009.

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

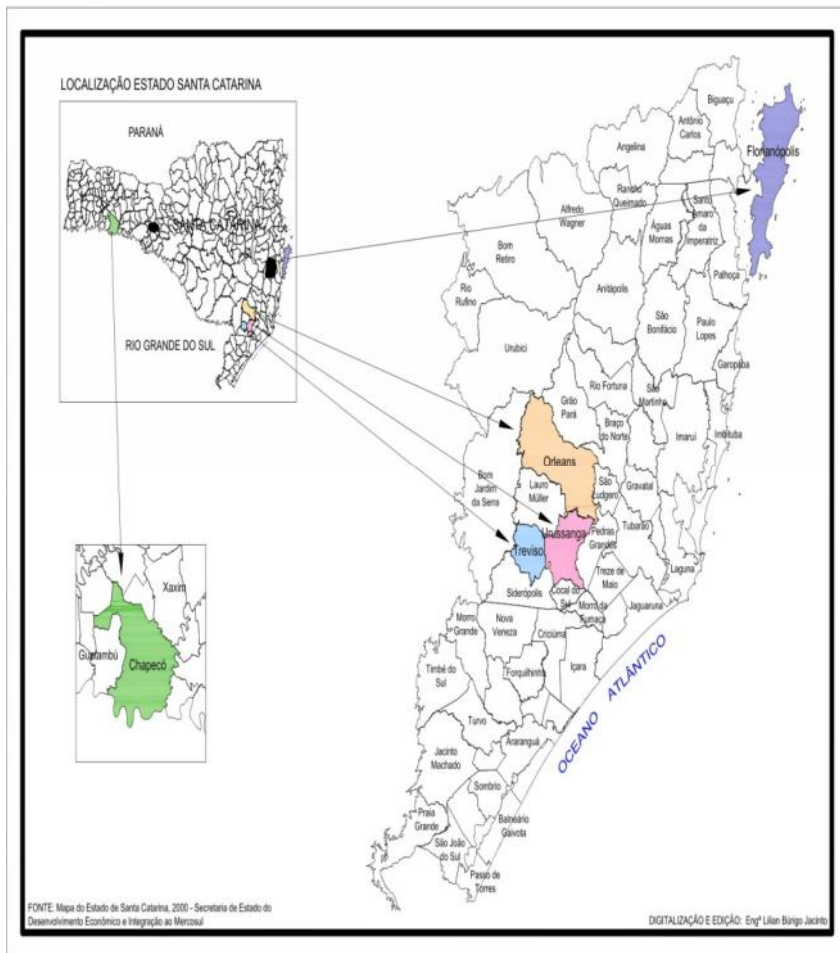


Figura 5 - Mapa de localização dos municípios da Região Sul estudados.

CAPÍTULO 2
APROXIMAÇÕES DE UM CAMPO DE PESQUISA:
MUNICÍPIOS DA REGIONAL SUL DO MMC/SC EM FOCO

Na Luta Sempre Mulher

(Letra: Reneu Zortea)

Música: Sirlei A. Kroth Gaspareto)

Vem mulher, vem se organizar.

Vem mulher, vem se libertar.

**Vem mulher, vamos construir
nova vida com o nosso agir.**

**Nesta assembleia se renova
a ousadia que a gente quer.**

/:Ser na luta sempre mulher:/

Nesta luta sempre mulher.

Juntas gritamos sem parar.

Pela liberdade roubada

e até impedida de sonhar.

Dentro do nosso peito dói,

uma história de repressão.

Mas nova história construímos

com a nossa organização.

Nesta luta sempre mulher.

Nossa bandeira vai na frente
com o brilho de muitas vitórias

Na raça da mulher valente,

esta força nova abraçada

por nós mulheres campesinas

faz brotar a libertação.

Na nossa América Latina.

Nesta luta sempre mulher.

Germinando a criança nova.

Com o cheiro da terra mãe

que na partilha se renova,

neste novo jeito de ser.

Rompemos com toda opressão.

Pra criar um Projeto Novo,

onde haja novas relações.

Nos municípios de Urussanga, Orleans e Treviso, que integram a Regional Sul do MMC/SC, onde acompanhei atividades e realizei entrevistas para a produção deste estudo, a criação do referido movimento se fez, respectivamente nos anos de 1994, 1995 e 2000, ainda no registro da sigla MMA/SC. Assim, no presente capítulo, trato da criação do MMA/SC em tais municípios, buscando tecer considerações sobre formas locais de organização do movimento e sobre as mulheres entrevistadas. Para tanto, inicio com uma breve contextualização geográfica, histórica e sócio-econômica dos municípios, por avaliar que isso permite elucidar questões relativas à criação e à organização local do movimento. A ideia de tomar o movimento em sua criação não objetivou a busca de origens e continuidades, mas analisar campos de possibilidades.

2.1 Município de Urussanga

O município de Urussanga se localiza geograficamente ao sul do estado de Santa Catarina, tem uma área territorial de 237,1 Km², limita-se ao sul com Cocal do Sul, ao norte com Orleans e Lauro Müller, ao leste com Pedras Grandes e ao oeste com Treviso e Siderópolis⁴⁴. Pertence à microrregião geográfica de Criciúma e à região carbonífera de SC.

Como os demais municípios do sul catarinense, Urussanga foi colonizada por imigrantes europeus. A colonização do município está vinculada à história da imigração italiana em Santa Catarina⁴⁵. Ecos de diferentes tempos se fazem presentes na arquitetura urbana e rural, e também se fizeram ouvir nos modos de vida das mulheres que entrevistei, e com as quais convivi nos anos de 2007, 2008 e 2009. Os primeiros contatos com a organização do MMC/SC no município mostraram a participação sistemática das mulheres em eventos locais que “misturam tempos”, por meio da exposição e venda de produtos alimentícios (pães, bolos, queijo, bolachas, entre outros). Refiro-me às “Festas do Vinho” e “Ritorno Alle Origine” (que são bianuais e intercaladas), as quais, respectivamente, ocorrem desde 1984 e 1991, de

⁴⁴ Ver Figura 5: Mapa de localização dos municípios da Região Sul estudados.

⁴⁵ No que diz respeito à imigração em Santa Catarina, os açorianos chegaram no século XVIII, os alemães a partir da década de 20 do século XIX, os italianos a partir de 1875 e os poloneses a partir de 1882. (PIAZZA, 1983).

forma a valorizar a imigração italiana na região. Sobre esse aspecto, o estudo de Carla Nicheli Serafim (2007), intitulado “Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga/SC”, demonstra que essas datas festivas foram criadas para celebrar as origens coloniais italianas. Cito um fragmento do texto que compõe o panfleto de divulgação da XII edição da Festa do Vinho, realizada no período de 06 a 10 de agosto de 2008, o que me instigou a pensar sobre o discurso na produção do não esquecimento de fatos históricos, neste caso, da colonização italiana.

Urussanga, capital do bom vinho – Situada na região sul de Santa Catarina, possui uma população de 20.000 habitantes, 75% de origem italiana, descendentes de grandes desbravadores [...] a saga dos colonizadores italianos é a marca registrada do município, cuja confirmação foi feita através do Gemellaggio⁴⁶ firmado entre Longarone, Itália, em 06 de outubro de 1991 e Urussanga, Brasil, em 26 de maio de 1992. A identidade de Urussanga com a cultura italiana manifesta-se naturalmente no seu cotidiano, através do folclore, gastronomia, festas típicas, cantigas, danças, jogos, usos e costumes.

Para elucidar um pouco mais a centralidade deste acontecimento colonizador, trago referências bibliográficas sobre o município, como saberes que dizem de sua história e, de certa forma, validam (e/ou produzem) o discurso acima citado e outras práticas sociais. Os primeiros colonizadores de Urussanga⁴⁷ chegaram em 26 de maio de

⁴⁶ De acordo com Serafim (2007, p.19), “o Gemellaggio é a consolidação ou troca política, cultural e econômica entre duas cidades, sendo uma delas pertencente à Europa [...] foi originado após a II Guerra Mundial e as cidades que o consolidaram devem possuir algumas similaridades [...] no caso de Urussanga, o Gemellaggio foi realizado entre esta e Longarone, cidade pertencente à província de Belluno, pertencente à região do Vêneto na Itália”.

⁴⁷ “O topônimo Urussanga antecede à fundação do núcleo colonial. Uruçanga, Tupi-Guarani, significa ‘Água Fria’. Os indígenas denominaram de Uruçanga o rio e dele se derivou o nome de Urussanga, dado a uma pequena povoação próxima à sua foz, que o liga ao Oceano Atlântico. Mencionado em documentos desde o início do século passado, o núcleo colonial situado na cabeceira do mesmo rio também recebeu o nome de Uruçanga, ou Urussanga, o qual se tornou uma próspera cidade e sede do município, enquanto que o pequeno povoado permaneceu estagnado e sem expressão, ficando conhecido como Urussanga Velha.” (VETTORETTI, 2001, p.186-187).

1878⁴⁸, em sua maioria, provenientes da Região do Vêneto⁴⁹ (situada ao norte da Itália), impulsionados por condições sócio-econômicas adversas à sua permanência naquele país. (BALDIN, 1999)⁵⁰.

O contexto histórico do processo emigratório revelava dificuldades vivenciadas por trabalhadores rurais italianos. No final do século XIX, considerando as peculiaridades regionais, Santos (1999) esclarece que o Trentino, a Lombardia e o Vêneto apresentavam características semelhantes quanto à causa da emigração, ou seja, a crise na agricultura e suas consequências para a vida dos camponeses. A autora distingue três momentos na história da emigração da Itália para o Brasil:

O primeiro, ocorrido a partir de 1875 até os finais do século, quando a grande massa que compunha os contingentes emigrantistas era sobretudo de camponeses. Estes eram na maioria meeiros, rendeiros ou *braccianti*, além dos pequenos proprietários, que perderam as terras por excesso de cargas tributárias. Estas características são válidas para o norte da Itália [...] A emigração é, neste período, sobretudo, fruto do período pós-unitário italiano, com sua sobrecarga de taxas e impostos, aliadas a outros fatores internacionais. Um segundo momento do processo emigrantista ocorre a partir dos finais do século XIX, até 1914. [...] De fenômeno, a mesma transforma-se em ato rotineiro, não só de camponeses, mas também de artesãos e trabalhadores urbanos atingidos pela sucessão de crises econômicas que eclodiam nos países europeus nos anos que antecederam a

⁴⁸ “Um ano mais tarde, às vésperas do Natal de 1879, dentre outras levas de imigrantes italianos Vênetos que chegaram a Santa Catarina, um novo grupo deles dirigiu-se à Colônia Urussanga para, juntamente com os primeiros colonos já ali estabelecidos, efetivarem a realização do trabalho de implantação da referida Colônia.” (BALDIN, 1999, p.77).

⁴⁹ De acordo com Roselys Izabel Correa dos Santos (1999, p.75), “a Região do Vêneto, no norte da Itália, está entre aquelas que maior contingente emigratório propiciou [...] a Região Veneta é formada por sete Províncias: Veneza, Vicenza, Pádua, Treviso, Rovigo, Belluno e Verona [...] Údine, que hoje faz parte do Friul, pertencia à época, à Região.” Além da Região do Vêneto, no que diz respeito às regiões emigrantistas, a autora faz referência ao Trentino Alto-Adige e à Lombardia. O Trentino Alto-Adige é uma região que possui dois nomes porque compreende a parte meridional (Trentino), com a capital Trento, e a parte setentrional (Alto-Adige), com a capital Bolzano. A Região de Lombardia é formada pelas Províncias de Milão, Bréscia, Bergamo, Varese, Como, Pavia, Mântua, Cremona e Sôndrio.

⁵⁰ Baldin (1999) e Vettoretti (2001) apresentam a relação dos pioneiros (nomes/famílias/origens).

Primeira Guerra. O terceiro momento ocorre entre a primeira e a Segunda Guerra Mundial. A América era a esperança de todas as classes sociais que viviam de perto os horrores do conflito mundial, em seus territórios. Após 1945, a história da emigração italiana tomou rumos diferentes. (SANTOS, p.41-42).

O Brasil, de acordo com interesses políticos e econômicos dos países envolvidos e das Companhias de Imigração, era apresentado como terra da fartura. É importante destacar que a colonização foi um processo de mão dupla, considerando a perspectiva do fim da servidão negra, como resgata Paulilo (1998, p.81): “para o Brasil, compensava trazer mão-de-obra europeia, porque ela estava mais adaptada ao trabalho livre, embora a justificativa fosse a falta de braços”. Essas condições alimentaram as expectativas dos trabalhadores rurais italianos em relação à construção de um futuro melhor no Brasil, pela aquisição de terras para moradia e trabalho.

Com tantas narrativas que não poupavam detalhes sobre a América e o Brasil, foi fácil ao imaginário popular europeu conceber no arquétipo do mundo novo, de suas maravilhas e riquezas e relacioná-lo aos espaços geográficos citados. Assim sendo, a imagem do ‘país da cocanha’ já era fortemente sedimentada no imaginário popular dos camponeses da Itália do Norte, quando dela se reutilizaram os propagandistas da emigração para difundir a ideia de emigrar para o tão sonhado mundo novo. (SANTOS, 1999, p.143-144)⁵¹.

Os propagandistas da emigração, deste modo, utilizaram-se da exploração de um sonho para recrutar interessados em virem para o Brasil. Diante da grave situação social e econômica vivenciada por populações camponesas da Itália do Norte e do Tirol austríaco, Santos (1999, p. 145) descreve que o “Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, firmado entre o Governo Imperial Brasileiro e o Senhor Caetano

⁵¹ “A coconha na sua concepção tem exatamente este lado burlesco, bufão e profano de espaço sem regras e controles, onde tudo é permitido. Um mundo ao revés do cotidiano, livre das oscilações e alternâncias do mundo real, entre a abundância e a miséria, fartura e carestia, sofrimentos e alegrias. Viver lá era uma eterna festa.” (SANTOS, 1999, p.142).

Pinto Júnior, que objetivava incrementar a política imigratória para o Brasil”, teve um importante significado para essas populações.

Sobre a situação de miséria dos camponeses italianos e as promessas de uma vida próspera no Brasil, cabe fazer referência ao que escreveu Luigi Marzano (que, designado pelo Governo e Igreja Italiana para acompanhar os emigrantes nas viagens rumo ao Brasil, tornou-se pároco da Colônia de Urussanga). Em livro intitulado “Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil”, publicado na Itália em 1904, traduzido pelo Padre João Leonir Dall’Alba e publicado em 1985 no Brasil, Marzano (1985, p. 54) assim descreve a situação:

Nos anos de 1876, 1877, 1878, circulares, jornais e conferencistas giravam pela Europa, especialmente na Itália, desenhando em cores de ouro e apontando como terra prometida a América e em modo particular o Brasil. Naqueles tempos a Itália nossa, passava uma crise dolorosa. Os partidos revolucionários perturbavam a península, impostos e taxas atingiam sem remissão, a agricultura era descuidada ou mantida por feudatários espoliadores, o pobre lavrador flagelado pela ‘pelagra’ (subnutrição), era incapaz de sustentar e alimentar sua família.

Aos que “escolheram” emigrar, o caminho também mostrou suas dificuldades. Em uma seqüência lamentável, por meio de escritos que tratam da colonização italiana de Urussanga, Baldin e Vettoretti narram o embarque dos emigrantes, a viagem de navio e a chegada ao Brasil.

O emigrante vêneta que se dirigiu ao Brasil, por vezes embarcou no porto de Gênova [...] o quadro vivido pelas populações de emigrantes abaladas psicologicamente pela aventura da viagem, pelo desafio de enfrentar um navio que os levaria para longe, exploradas pelos agentes de viagem e Companhias de Imigração, e pelos albergueiros e taberneiros da cidade, era realmente desolador. (BALDIN, 1999, p.55).

Em muitas viagens o navio partia com um total variando de cerca de trezentas a até mil ou ainda mais pessoas a bordo [...] vinham mal acomodadas, às vezes doentes, cansadas, sofrendo

frio ou calor excessivo, vendo muitos dos seus entes queridos não resistirem a tantas agruras e morrerem em alto mar, principalmente idosos e crianças, dentre outras tristes situações por que passavam [...] esses dissabores todos, na verdade, faziam com que a viagem parecesse, aos imigrantes, mais longa e dolorosa do que de fato poderia ser. E na maioria das vezes realmente o tempo extrapolava a previsão, e a viagem chegava a durar de três a quatro meses de sofrimentos intermináveis. (BALDIN, 1999, p.60).

Chegando à costa brasileira, da Ilha das Flores ou de Santos, eram recambiados a Florianópolis e dali para Laguna [...] de Laguna subiam com pequenos barcos, desembarcavam em Morrinhos [...] ali repousavam pela primeira vez em solo brasileiro, no galpão de animais [...] eles irão quebrar rapidamente suas ilusões e sonhos acalentados na Itália e enfrentarão duros sacrifícios e difíceis jornadas. (VETTORETTI, 2001, p.162).

A viagem e a chegada não foram tranquilas, assim como a construção de uma nova vida na Colônia de Urussanga. Fundada por Joaquim Vieira Ferreira, a Colônia de Urussanga era uma incorporação de Azambuja (a Colônia Sede) e, como as Colônias de Azambuja⁵², Pedras Grandes, Armazém e outras, pertencia ao município de Tubarão. A ocupação de lotes pelas famílias, distribuídos na Região Central da Colônia de Urussanga e nos Núcleos Agrícolas Coloniais do Rio Maior, Rio Salto, Rio América, Rio Caeté, Rio Carvão, Rio Barro Vermelho, Rio Deserto, entre outros, demandou a derrubada da floresta para o cultivo destinado à sobrevivência e à comercialização. Somando-se a isto, colocavam-se as dificuldades de encontrar compradores para a produção da colônia e de adquirir os produtos, como café, tecidos, sal, calçados, entre outros, importados do exterior e vendidos pelos comerciantes, acima de seus valores reais de mercado (BALDIN, 1999). Além disso, a localização de muitos lotes em locais montanhosos e de difícil acesso, o isolamento em meio à floresta, a falta e/ou as péssimas

⁵² Sobre a Colônia Azambuja, Piazza (1994, p.176) descreve: “saturados com a imigração italiana as colônias do vale do Itajaí – ‘Blumenau’ e ‘Itajaí-Brusque’-, voltou-se o Governo Imperial para o sul da província de Santa Catarina, e, no vale do Tubarão, então fracamente povoado, fez instalar uma colônia”.

condições das estradas, a inexistência de rios navegáveis, o precário serviço de saúde, os conflitos com os índios, entre outras dificuldades, contribuíram para tornar mais penoso o dia-a-dia dos colonos (VETTORETTI, 2001).

Sobre os conflitos entre imigrantes italianos e os índios no sul catarinense, cabe fazer referência ao estudo de Mauricio da Silva Selau (2006), que traz questões que provocam abalos nesta forma de construção histórica, em que a força e a bravura dos imigrantes, em grande medida, fizeram-se pela destruição dos índios, considerados inferiores, violentos e incapazes de uma convivência civilizada (ideal de uma sociedade que não correspondia aos modos de vida desses grupos). Esse autor tece uma história sobre a região, evidenciando que os conflitos entre os imigrantes e os indígenas no sul catarinense não podem ser explicados relegando os segundos à “condição de selvagens”, entre outras nomeações, mas dá a ver a complexidade e a brutalidade que envolvem a ocupação de um território já ocupado. Sendo assim, existia aí uma disputa de território, afinal a criação das colônias não se deu em áreas despovoadas. A ocupação desse território por imigrantes, assim como as mudanças que começaram a empreender, tais como derrubada de árvores para o plantio ou para a construção de casas, não foram aceitas passivamente pelo grupo que historicamente já o habitava, os Xokleng⁵³. Esta prática de derrubada da mata para o cultivo de lavouras e a construção de casas, se por um lado, era condição para a sobrevivência dos imigrantes, por outro lado, colocava em risco os recursos necessários à reprodução dos Xokleng.

Não é de se estranhar, portanto, que uma das estratégias dos Xokleng para afastar o grupo rival do território estivesse relacionada ao ataque justamente no momento em que os colonos estavam praticando cortes de árvores para ampliar as áreas de plantio ou procurando o aproveitamento das mesmas para construção de casas. (SELAU, 2006, p.129-130).

Ainda sobre a forma como os imigrantes italianos procederam à ocupação deste território, Vettoretti (2001) ressalta que as habitações

⁵³ “A área era também ocupada pelo grupo indígena Xokleng, que percorria a região em um movimento caracterizado como nomadismo estacional, deslocando-se à procura de caça e frutos para coleta. Os membros do grupo Xokleng também eram conhecidos como botocudos em função de um adorno labial chamado tembetá, ou labrete, como é conhecido na literatura técnica.” (SELAU, 2006, p. 107).

eram choupanas de pau-a-pique (pequenas e de chão batido) e a igreja foi a primeira construção coletiva, que apesar de pequena, era símbolo “visível da crença”. O título de propriedade (definitivo ou provisório) dos lotes implicava o cultivo da terra e a implantação da colônia, e isto, em grande medida, para os que ainda não haviam liquidado o total da dívida para o recebimento do título definitivo, exigia trabalho duro. Dentre os produtos cultivados (feijão, ervilha, cana-de-açúcar, frutas, entre outros), destacava-se o milho, transformado em farinha para o preparo da polenta de cada dia, comercializado e/ou utilizado para a alimentação dos animais. Os produtos cultivados na horta da casa contribuía para enriquecer a alimentação da família e, ainda, movimentavam vendas localizadas. Muitas das sementes de hortaliças foram trazidas pelos próprios colonos quando vieram da Itália para o Brasil. (BALDIN, 1999).

Ao saírem da Itália, os colonos trouxeram consigo todas as sementes (secas) de hortaliças possíveis. Assim que dispuseram do seu pedaço de terra, com cercas improvisadas para defenderem-se dos animais silvestres, puseram-se a plantar. Evidentemente que os Vênetos, por primeira providência, plantavam o seu indispensável *radichio* que era a salada diária, juntamente com a polenta. Tinham também chicória, repolho, cenoura, espinafre, salsa, brócolis, alcachofra, rabanetes, aipo, nabo, beringela, tomates, pimentões, couve, cebola, alho, *rosmarino* (alecrim), sálvia, aspargo, batata inglesa e, principalmente, abóboras, que cresciam gigantes em meio às plantações de milho, e que além do alimento à mesa, serviam também para a engorda dos porcos. Ainda tinham a batata doce, que aqui conheceram e aprenderam a gostar. (BALDIN, 1999, p. 84).

Essas práticas produtivas e alimentares, junto com outras, de acordo com o que relata Baldin (1999), diziam do cenário que emoldurava a casa dos colonos, combinando horta, pomar, jardim e animais domésticos. Acerca dessas práticas que constituem modos de vida, faz-se um parêntese para observar que ao longo do trabalho de campo realizado nos municípios de colonização italiana (locais onde a pesquisa se desenvolveu), ao visitar as comunidades e as casas das mulheres que integram o movimento, deparei-me com hortas, pomares,

jardins e animais domésticos, bem como técnicas de plantio e de manejo da terra e dos animais, que são mantidas (e/ou resgatadas) ao longo das gerações. Esta discussão será desenvolvida ao longo dos próximos capítulos, na medida em que estas formas de produção e consumo, que não demandam a utilização de adubos químicos e agrotóxicos, são incentivadas e discutidas nas reuniões dos grupos, por meio de cartilhas específicas, as quais fazem uma relação entre a produção de alimentos saudáveis e o lugar que as mulheres ocupam nesse processo.

Retomando a narrativa apresentada pelos escritos consultados, os imigrantes italianos não se empenharam apenas na produção de uma agricultura de subsistência e de venda do excedente, mas também foram recrutados para o trabalho de construção da Estrada de Ferro Donna Tereza Cristina.

O idealizador da ferrovia foi Felisberto Caldeira Brant Pontes, 2º Marquês de Barbacena. Com estímulo do Governo Imperial, conseguiu manter em Londres uma Companhia de acionistas ingleses. The Donna Thereza Christina Railway. O estatuto foi composto em 1876 e aprovado dois anos depois. Em 1880 iniciou-se a construção da ferrovia e inaugurado o primeiro trecho, de Imbituba a Minas (Lauro Müller), em 1884. O capital e a engenharia eram da Inglaterra, mas a mão-de-obra era dos imigrantes italianos. (VETTORETTI, 2001, p.202)⁵⁴.

Nesse panorama, Marzano (1985) relata que os últimos italianos chegaram em 1885 (e fundaram o núcleo do Rio Jordão) e, em 06 de outubro de 1900, Urussanga obteve sua emancipação política. Como município, foi inaugurado em primeiro de janeiro de 1901. Nesse processo emancipatório, segundo este autor, a população de Urussanga era superior a cinco mil habitantes (mínimo para um município, de acordo com a lei estadual), quase que exclusivamente italiana, pagava impostos, mas não era atendida em suas necessidades, de modo que

⁵⁴ Cabe referir, ainda, que o autor faz uma análise do processo e da construção da estrada de ferro a partir de duas etapas: na primeira, tendo em vista que a estrada de ferro foi planejada para transportar o carvão de Minas (Lauro Müller) até o Porto de Imbituba, os imigrantes italianos aumentaram a renda familiar com os salários recebidos pelo trabalho de construção; na segunda, “a partir de 1887, quando se fecharam os trabalhos das minas de carvão, a movimentação de colonos, o transporte de seus produtos e seu abastecimento contribuíram pesadamente para contrabalançar o déficit originado pela retirada do empreendimento minerador.” (p.202).

pressionou o governo, negando-se, todos, por ocasião de uma nova eleição, a votar. Um novo pedido de emancipação foi, por fim, atendido pelo governo e na inauguração do novo município, por unanimidade de votos, Jacinto de Brida foi eleito prefeito.

Em 03 de agosto de 1904, por meio da lei municipal nº. 15, foi criado e anexado ao município de Urussanga, o distrito de Cocal. Ao município também foi anexado, em 01 de julho de 1913, por meio da lei municipal nº. 60, o distrito de Belluno. O distrito de Morro da Fumaça, por decretos estaduais nº. 31 e nº. 106, respectivamente de 27 de dezembro de 1930 e 23 de abril de 1931, foi desmembrado do distrito de Cocal e anexado ao município de Urussanga. O distrito de Nova Beluno foi denominado Siderópolis pelo decreto estadual nº. 941, de 31 de dezembro de 1943. Os distritos de Siderópolis e Treviso foram desmembrados de Urussanga em 19 de dezembro de 1958, por meio da lei estadual nº. 380, formando assim o novo município de Siderópolis. O distrito de Morro da Fumaça, em 27 de abril de 1962, pela lei estadual nº. 816, foi desmembrado do município de Urussanga e transformado em município. Por último, em 28 de setembro de 1991, por meio da lei estadual nº. 8352, o distrito de Cocal foi transformado no Município de Cocal do Sul. (IBGE)⁵⁵.

Baldin (1999) descreve o crescimento de Urussanga, fazendo considerações interessantes acerca da língua que era falada e de alguns dos desdobramentos advindos da falta de escolas. Como ressaltei no início desta apresentação, em sua maioria os colonizadores de Urussanga eram do Vêneto, mas vinham também de outras regiões. Isso implicava dialetos regionais próprios, aos quais foram se misturando palavras em português, a fim de que seus habitantes pudessem se fazer entender.

O tempo, a falta de escolas e o pouco convívio diversificado (conviviam apenas entre si) fez com que os diversos habitantes não mais falassem o italiano com clareza, tampouco o seu dialeto de origem [...] e nem aprendessem o português corretamente. (BALDIN, 1999, p.107-108)⁵⁶.

⁵⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁵⁶ Com isso, faz-se menção também ao fato de que o processo de construção e manutenção de escolas em Urussanga se deu em meio aos subsídios enviados pelo Governo Italiano (sua escassez e corte), e às perseguições aos padres e freiras que dirigiam as escolas italianas, por serem consideradas focos de resistência ao nacionalismo. É claro que esta situação não era vivenciada apenas em Urussanga. Sobre este tema em Urussanga, ver Lucimary Vendramini (2003).

Nesse contexto, no final do século XIX e primeira metade do século XX, cabe fazer referência à indústria do carvão catarinense⁵⁷, que modificou o cenário sócio-econômico de Urussanga e de demais municípios da região. Como referido anteriormente acerca do trabalho dos imigrantes italianos na construção da Estrada de Ferro Donna Tereza Cristina, nos primeiros anos da década de 1880, a extração e comercialização do carvão mineral já fazia parte da economia regional. No entanto, como observa Carlos Renato Carola (2002, p.15), essa forma de exploração industrial se acentuou no século XX, alterando modos de vida, especialmente no que concernia à primazia da atividade agrícola na região.

A descoberta do carvão catarinense remonta ao século XIX, mas somente na primeira metade do século XX ele passou a ser explorado industrialmente. O contexto e as necessidades geradas durante as duas guerras, bem como a mudança no modelo de desenvolvimento do país adotado a partir de 1930, foram fatores decisivos para a expansão da indústria carbonífera. No século XIX, as iniciativas não passaram de pesquisas realizadas, principalmente por estrangeiros sob a autorização do governo imperial. A exploração industrial se efetivou somente a partir da década de 1910. A partir daí, foram surgindo dezenas de minas espalhadas por um espaço geográfico que ficou denominado região carbonífera. No decorrer do século XX, várias pequenas cidades foram substituindo a agricultura pelas minas de carvão, sendo que os municípios que mais aderiram a esse tipo de economia foram: Lauro Müller, Urussanga, Tubarão, Criciúma, Orleans, Siderópolis e Içara.

Na primeira metade do século XX, assim como nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, as minas de carvão não foram as únicas responsáveis pela alteração do quadro agrícola da região (Urussanga e demais municípios da região carbonífera). Às companhias

⁵⁷ Sobre a história do carvão catarinense, ver também, entre outros: DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: Ed. do autor, 1986. 405 p.; BELOLLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 300 p.

carboníferas que se instalaram na região sul se somaram indústrias cerâmicas, de vestuário e de calçado (CAROLA, 2002, p.24)⁵⁸. Este autor esclarece que, no período de 1930 a 1960, esses ramos industriais passaram a absorver também a força de trabalho feminina, apesar de que, na indústria carbonífera, fontes documentais e oficiais registraram de forma insignificante a presença das mulheres em minas. Terezinha Gascho Volpato (1984, 2001), em estudos sobre os mineiros de Criciúma, município que integra a região carbonífera do Sul Catarinense, entre outros temas, analisa o processo de trabalho na indústria do carvão na interface com as mudanças nos modos de vida dos trabalhadores e de suas famílias, bem como do meio ambiente, afetando diretamente as áreas agrícolas.

A coexistência de estabelecimentos industriais e agrícolas, em diferentes disposições que seguem alterando os modos de vida de moradores de municípios da região carbonífera do Sul Catarinense, estende-se aos dias atuais. Urussanga integra a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC)⁵⁹ e tem uma economia diversificada, envolvendo indústrias carboníferas, cerâmicas, moveleiras, de derivados de plásticos e de equipamentos, vitivinicultura, fruticultura, agropecuária, laticínios, entre outros. O município, no entanto, volta-se cada vez mais para atividades não agrícolas, constituindo aí um relativo aumento da população residente urbana em uma distribuição que se altera ao longo dos anos.

Tabela 02: População residente – Urussanga/SC

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	4.658	10.993	15.651
1980	9.794	11.625	21.419
1991	19.203	10.679	29.882
2000	10.650	8.077	18.727
2007	10.711	7.858	18.569

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000).
Contagem da População (2007)⁶⁰.

⁵⁸ Carola (2002) apresenta o nome das companhias de carvão, o ano de constituição, município sede e identifica cinco fases que envolvem a instalação e o desenvolvimento da indústria carbonífera catarinense, a saber: 1880-1930; 1931-1953; 1953-1973; 1973-1985; 1985... .

⁵⁹ Municípios da AMREC: Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Disponível em: www.amrec.com.br/municipios/index.php. Acesso em: 26 jan. 2009.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

Evidencia-se um crescente aumento da população urbana até 1991, com uma queda significativa nos anos posteriores. O aumento da população urbana até 1991, entretanto, não implicou de forma relativa o decréscimo da população rural. A diminuição da população rural começa a ocorrer entre 1980 e 2007, respectivamente, em percentuais de aproximadamente 8,5% (1991 em relação a 1980), 32,21% (2000 em relação a 1991) e 2,78% (2007 em relação a 2000). No período de 1991 a 2000 ocorre uma redução de aproximadamente 80,30% na população urbana. Quanto às reduções, cumpre resgatar que, em 1991, ocorreu a criação do município de Cocal do Sul, distrito de Urussanga desde 1904. Ainda sobre Cocal do Sul, o censo demográfico de 2000 mostrou que o município tinha uma população total de 13.726, sendo 11.407 na área urbana e 2.319 na área rural. No período de 2000 a 2007, em Urussanga, o aumento da população urbana é inferior à diminuição da população rural. A contagem da população de 2007 evidencia que aproximadamente 74,62% (13.871) têm entre 15 e 69 anos.

Ao aumento da população urbana e à diminuição da população rural somam-se mudanças nos cenários (urbano e rural) por conta também de arranjos nos modos de vida e de trabalho. Atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de prestação de serviços são sinais disso. De acordo com a síntese de informações do município de Urussanga (IBGE/2007 e 2008)⁶¹, tem-se um total de 15 estabelecimentos de saúde, quatro agências bancárias, nove indústrias extrativistas (número de unidades locais), 190 indústrias de transformação, duas unidades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 15 unidades locais de construção, 2463 matrículas no ensino fundamental e 831 no ensino médio, respectivamente, agregando 190 e 64 docentes.

Informações sobre a estrutura empresarial do ano anterior (2006)⁶², em termos de unidades e pessoal total ocupado, trazem os seguintes números: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (08/50); indústrias extrativistas (09/41); indústrias de transformação (190/3103); construção (15/58); comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (309/1048); alojamento e alimentação (51/102); transporte, armazenagem e comunicações (40/235); intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (13/58); atividades imobiliárias,

⁶¹ Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2009.

⁶² Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2009.

aluguéis e serviços prestados às empresas (60/268); administração pública (duas unidades/ não disponível o número de pessoal ocupado); saúde e serviços sociais (15/97); outros serviços coletivos, sociais e pessoais (126/167).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006⁶³, em Urussanga, o número de estabelecimentos agropecuários era de 1083, distribuídos em 16658 hectares. 223 estabelecimentos ocupavam-se de lavouras permanentes e 692 de lavouras temporárias, respectivamente, em 496 e 2.355 hectares. O pessoal ocupado com laço de parentesco soma um total 2.121 e sem laço de parentesco, 288. O número de pessoas ocupadas, entretanto, é inferior ao número de pessoas alocadas na estrutura empresarial. Por um lado, é possível dizer da predominância de atividades não agrícolas nesse contexto e, por outro lado, de atividades agrícolas em regime de agricultura familiar. Segundo as informações, o número mais expressivo (3.103) de pessoas está nas indústrias de transformação, seguido pelo comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (1.048).

Vale ainda fazer algumas pontuações sobre a produção agrícola municipal de 2008⁶⁴, distribuída em lavouras permanentes e temporárias. As informações que seguem dizem da descrição, quantidade produzida (tonelada), da área plantada e colhida (hectare). Os números apontam para uma quantidade produzida, plantada/colhida, superior no que diz respeito às lavouras permanentes de banana (835 toneladas/85 hectares) e uva (648 toneladas/54 hectares), seguidas pelas lavouras de pêssego (600 toneladas/30 hectares) e laranja (275 toneladas/25 hectares). Nas lavouras temporárias, o fumo (2.146 toneladas/948 hectares) e a cana-de-açúcar (5.850 toneladas/130 hectares) se destacam em relação aos demais produtos em termos de área plantada e colhida, seguidos do milho (4.065 toneladas/800 hectares), da mandioca (1.360 toneladas/85 hectares), da batata inglesa (510 toneladas/45 hectares) e do feijão (220 toneladas/200 hectares). O cultivo da uva, além de seu valor econômico, está também associado à identidade cultural local, na interface que estabelece com a colonização italiana e com a produção de vinho. Carolina Quiumento Velloso (2008), em estudo que realizou no município em torno da Associação de

⁶³ Fonte IBGE, Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2009.

⁶⁴ Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2009.

Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região (PROGOETHE), ressalta que a tradição vitivinícola encontra origem na colonização italiana.

A região, colonizada por imigrantes italianos, sempre manteve uma forte tradição vitivinícola. O vinho, portanto, há muito tempo faz parte do local e do hábito de consumo, e até mesmo de vida de seus habitantes. Acompanhando a história, tradição e cultura do povo dessa região, existe certa notoriedade dos vinhos brancos da região, elaborados com uvas da variedade Goethe produzidas no mesmo local. (VELLOSO, 2008, p.18).

Em meio a um crescimento sócio-econômico que se faz no espaço urbano, a produção de vinho repercute na valorização do espaço rural e da agricultura familiar, visto que o cultivo de sua matéria prima está vinculado a esses espaços e atividades. Além disso, a preservação da identidade cultural se apresenta como atrativo turístico, influenciando o perfil sócio-econômico do município. Destacam-se a arquitetura colonial, a gastronomia típica italiana, as vinícolas (o município é o maior produtor de vinho do Estado), a produção artesanal de queijos, vinhos, entre outros. Como foi descrito anteriormente, as Festas do Vinho e do “Ritorno Alle Origine” (que são bianuais e intercaladas) são eventos que mobilizam o município e envolvem grande parte dos seus moradores com a organização, preparação de alimentação, hospedagem dos visitantes, venda de diferentes produtos, entre outros.

Por outro lado, a produção de fumo tem no retorno econômico seu expoente, tendo em vista os malefícios que traz para a saúde humana e a degradação ambiental que provoca. Marineide Maria Silva (2003) relata que o pioneirismo do cultivo de fumo se atribui à Região Sul Catarinense por meio do sistema de integração⁶⁵, iniciado pela empresa Souza Cruz, em substituição às lavouras de mandioca. Essa autora observa que a substituição das lavouras de mandioca por uma cultura que não produz alimentos não se deu de forma tranquila e sem resistências, mas na ocasião trazia “vantagens” financeiras, entre outras. Sendo assim, não se trata de vincular a produção a uma espécie de tradição agrícola da região, “os fumicultores começam a plantar fumo

⁶⁵ Nota da autora: “Esse pode ser caracterizado pelo controle, por parte das empresas, do processo de produção e comercialização, via controle técnico, controle total da produção e fixação do preço da matéria-prima produzida.” (SILVA, 2003, p.100).

pelas vantagens financeiras oferecidas e parariam de plantá-lo imediatamente se uma outra alternativa lhes fosse apresentada.” (SILVA, 2003, p.121).

Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)⁶⁶, no contexto da fumiicultura regional brasileira, safra 2007/08, a região sul produziu 713.870 toneladas, distribuídas em 348.720 hectares e envolvendo 180.520 famílias produtoras. O nordeste do país, por sua vez, produziu 33.810 toneladas, distribuídas em 33.650 hectares e envolvendo 36.850 famílias produtoras. Em seu conjunto, a região sul é responsável por mais de 90% da produção nacional. A safra 2007/08 gerou 925.000 empregos diretos na lavoura e 35.000 na indústria. Os empregos indiretos diversos somam um total de 1.440.000.

É difícil pensar alternativas a essa produção. A esse respeito, é pertinente resgatar a observação de Silva (2003, p.121): “[...] a substituição dessa lavoura não é tarefa fácil, pois implica em criarmos outras condições econômicas e políticas [...] implica também trazeremos à tona a discussão no sentido de ‘produzir’ e, por extensão, o próprio sentido do ‘trabalho’: produzir o que, para que, como?”

A intrínseca relação que se estabelece entre agricultores e indústrias da agricultura, nos termos descrito por Tamás Szmrecsányi (1990)⁶⁷, pode ser também observada na produção pecuária de 2008⁶⁸, de modo específico no que compreende a de suínos (15.177 cabeças), galos, frangas/os e pintos (811.595 cabeças), em grande medida oriunda de sistemas de integração.

De forma intensa em determinados períodos e mais branda em outros, o município de Urussanga se modifica, assim como o seu entorno. Marcas de uma colonização se atualizam em práticas contemporâneas de valorização de uma cultura. Atividades agrícolas e não agrícolas seguem convivendo, mas não de forma equivalente. Moradores e moradoras seguem em busca de trabalho, de formas de

⁶⁶ Fonte: AFUBRA, Fumiicultura Regional Brasileira Safra 2007/2008. Disponível em: www.afubra.com.br. Acesso em: 29 jan. 2009.

⁶⁷ “As indústrias que compram ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados são usualmente agrupadas sob a denominação genérica de agroindustriais. Estas fazem parte de vários ramos ou subsetores do setor industrial e, juntamente, com o setor agropecuário e com as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos para este, configuram o chamado complexo agroindustrial. Enquanto que os ramos produtores de insumos e de equipamentos são definidos como *indústria para a agricultura*, os ramos propriamente industriais são definidos como *indústria da agricultura*.” (SZMRECSÁNYI, 1990, p.59-60).

⁶⁸ Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 02 dez. 2009.

reprodução da vida e isso desafia a reprodução da agricultura camponesa. Cabe indagar aí acerca do campo de possibilidades para a criação de um movimento social que se produz a partir de questões da agricultura camponesa, das mulheres camponesas.

2.1.1 A criação do movimento no município

O campo de possibilidades de criação do MMC em Urussanga não remete imediatamente à data da unificação dos movimentos autônomos em torno da referida sigla, mas remonta ao ano de 1994, como MMA/SC. Segundo Tereza (51 anos)⁶⁹, integrante do MMC/SC entrevistada, as condições para o início do movimento no município se deram por meio do II Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, realizado em 15 de julho de 1994. O convite do encontro trazia as seguintes informações:

Temos o prazer de convidá-la a participar do II ENCONTRO DE MULHERES AGRICULTORAS DE URUSSANGA, a realizar-se no dia 15 de julho de 1994, com início às 08h00min, tendo como local o Centro Comunitário.

OBJETIVO: Discutir assuntos referentes à:

- Mulher, mãe, esposa, cidadã, trabalhadora rural
- Aposentadoria e auxílio maternidade

PROGRAMA

08h00min – Recepção

08h30min – Abertura

08h50min – Espiritualização [...]

09h00min – Situação Atual da Mulher Agricultora (valores, participação, relacionamento, sexualidade).

12h00min – Almoço

13h30min – Sindicalismo – aposentadoria, auxílio maternidade e outros.

⁶⁹ Tereza, 51 anos. Entrevista realizada em 14/07/2008.

Como foi descrito acerca dos procedimentos de pesquisa, as entrevistas serão identificadas por meio de um nome fictício.

Palestrantes: Representantes do Movimento de Mulheres Agricultoras de Chapecó-SC

16h30min – Encerramento

PROMOÇÃO:

-EPAGRI

- Paróquia Nossa Senhora da Conceição

- Comissão Agropecuária Municipal

APOIO

-Prefeitura Municipal

-Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

(Convite do II Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, 15 de julho de 1994).

Antes de prosseguir com colocações sobre a relação entre o II Encontro das Mulheres Agricultoras de Urussanga e as possibilidades de construção do movimento do município diante das informações acima apresentadas, parece interessante retomar alguns pontos. O encontro agregou temáticas em torno de posições de sujeito - mãe, esposa, cidadã, trabalhadora rural – (no sentido atribuído por Foucault, 1995) e de alguns dos efeitos que são produzidos no registro do corpo, da sexualidade e dos direitos previdenciários. Tais posições, distintas e interligadas, passam a compor um mesmo lugar de discussão, como sugerem os objetivos do II Encontro: “Discutir assuntos referentes à: mulher, mãe, esposa, cidadã, trabalhadora rural; aposentadoria e auxílio-maternidade”. Seguindo as pistas das práticas do MMA/SC, as questões de gênero e de classe se articulavam na luta pela aposentadoria da mulher e pelo salário-maternidade da trabalhadora rural, entre outras. Como efeitos dessas práticas são produzidos o sujeito trabalhador rural, o sujeito mãe, o sujeito de direitos trabalhista-previdenciários.

“A situação atual da mulher na sociedade”, temática que integra também a programação do II Encontro das Mulheres Agricultoras de Urussanga, traz o foco para “valores, participação, sexualidade, relacionamento”, os quais podem ser lidos como ecos de uma discussão mais ampla, produzida pelo movimento feminista a partir da década de 1980. Céli Pinto (2003, p. 83) observa que a saúde da mulher, como discussão central no movimento feminista a partir da década de 1980, além de tratar de temas tradicionais como “os cuidados com a maternidade e a prevenção do câncer”, “pressupunha três outros temas que envolviam controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, sexualidade e aborto”. É claro que a discussão depende do contexto em que se produz e, sendo assim, não há como saber sobre o modo como

foram conduzidos os temas propostos na programação do encontro. Cabe destacar a existência de diferentes ordens discursivas, diante da possibilidade de “que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas.” (FOUCAULT, 2005a, p.21-22).

O convite do evento informa também quem foram os responsáveis por sua promoção e o apoio recebido para sua realização, de tal modo que, considerando os lugares (de autoridade) que ocupam no município, pode-se concluir que as discussões produzidas eram autorizadas. Esses indícios apontam para o fato de que entram em jogo preocupações em torno da posição de sujeito universal e assinalam a construção de posicionalidades com marcas de gênero/classe.

Na ocasião do II Encontro das Mulheres Agricultoras de Urussanga, os temas aposentadoria e salário-maternidade foram tratados por uma representante do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, vinda do município de Chapecó. Pela centralidade desta discussão no movimento, é legítimo dizer que a escolha não poderia ter sido outra.

Em agosto de 1994, com o apoio da coordenação do referido evento, mulheres representantes de comunidades rurais locais formaram um grupo do MMA/SC no município. Convém ainda acrescentar que o “episódio fundador” do movimento não é um dado isolado na história do município. O encontro municipal citado indica que formas de organização estavam em curso e, tendo em vista que ocorrem a partir de questões historicamente contextualizadas, as possibilidades de tal formação não se diferenciaram da situação vivenciada por mulheres em outras regiões, ou seja, entre outras especificidades, o reconhecimento das tarefas que realizavam na agricultura como trabalho. Pode-se dizer que a vontade de organização se deu pela possibilidade de ocupar posições antes impensadas, como por exemplo, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, como resultado de uma luta de gênero e classe.

Ser reconhecida como trabalhadora rural era uma das questões centrais que estava em jogo na ocasião, o que pode ser observado por meio da cartilha de formação e informação intitulada *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, produzida em agosto de 1994 pela Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR-

SUL)⁷⁰. É possível dizer que a posição de agricultora (trabalhadora rural) não era uma evidência no início da organização, foi preciso produzir as mulheres nesse lugar. Com base em discussões apresentados por Foucault (1995) sobre as produções de sujeitos e subjetividades, há outro aspecto a ser considerado, a construção da posição trabalhadora rural deveria também ser feita pelos gestos de valorização e de reconhecimento das mulheres nessa posição.

Conforme esclarece Kroth (1999, p.111):

As discussões e lutas das agricultoras nesse momento convergiam para um eixo básico caracterizado pelo ser *mulher trabalhadora rural*, que foi criando a identidade do seu movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.

Ainda, segundo a autora, “a luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural é histórica e leva as agricultoras a enfrentar novas realidades, extrapolando os limites de seus municípios e de seu Estado.” (KROTH, 1999, p.116). Essas questões permitem considerar que a possibilidade de construção do movimento se dá pelas lutas e é na esteira de uma forma específica de produção de sujeitos (mulher trabalhadora rural) que começa a ser pensado em Urussanga, como parte do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC.

Retomando os espaços de discussão em torno das questões das mulheres, que antecederam o encontro de julho de 1994, trago um trecho da entrevista de Rosa (73 anos)⁷¹.

Então, naquela época, ela (extensionista da Acaresc) vinha aqui [...] mas não era coisa participada como a gente está fazendo agora. Ela vinha ali nas escolas, então, convidava as mães e dava alguma palestra, alguma explicação. Lá de vez em quando, ela vinha. Como não tinha outro lugar, outra sala, então, ela ia para a escola e falava para a gente. O que a gente deveria fazer, assim nas plantações. O básico, só, não ficava fazendo essas reuniões. [...] o meu marido, ele

⁷⁰ As informações que a cartilha traz e o trabalho que foi realizado nos municípios estudados serão apresentados no próximo capítulo. Além disso, é fundamental considerar que a Campanha *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos* foi realizada em diferentes regiões do país.

⁷¹ Rosa, 73 anos. Entrevista realizada em 30/07/2008.

gostava, participava muito, vinte anos atrás, deve ter ainda por aí guardado... [...] tudo quanto é tipo de reunião que existia lá embaixo [...] O meu marido estava. Perdía, às vezes, três, quatro dias, saía de carro, ia lá, ficava o dia todo, participava. Ele gostava mesmo. A gente tem diversos diplomas dele daquela época. Eles faziam aqueles cursos. É porque, aquela época, já fazia mais lá. Eu me lembro, o marido ia muito, nós não tínhamos essa participação para nós, entende, assim, esses encontros.

A situação descrita por Rosa lembra a contribuição do MMA/SC para efetivar no município um espaço para tratar de questões das mulheres. Entretanto, é necessário considerar a “movimentação” que já estava acontecendo e que culminou nos encontros municipais de mulheres. No ano de 1989 ocorreu o I Encontro de Mulheres Rurais de Urussanga, com o seguinte objetivo: “proporcionar à mulher rural de Urussanga a oportunidade de refletir sobre o seu papel, enquanto mulher, na sua condição de mãe, esposa, cidadã e trabalhadora rural na sociedade atual” (Cf. convite do I Encontro de Mulheres Rurais de Urussanga, 09 de dezembro de 1989). Nesse primeiro encontro, o nome do MMA/SC e o de suas representantes não constavam na programação. A promoção ficou a cargo da extinta ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o apoio da Prefeitura Municipal e da Souza Cruz. De igual modo, não é possível saber acerca de como os temas foram discutidos, tendo em vista os parceiros e os interesses envolvidos. O que se quer marcar, portanto, é a produção do espaço de discussão.

No decorrer da trajetória do movimento no município, além de outras atividades, o grupo instituiu reuniões mensais, que aconteceram em salas da casa paroquial da Igreja Matriz e, posteriormente, foram transferidas para uma das salas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando da conquista da presidência do sindicato por uma das mulheres integrantes do movimento, no ano de 2003. É interessante retomar julho de 1981, no registro da organização para a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, ocasião em que homens e mulheres lutaram por questões de classe social, no sentido do seu fortalecimento. No caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urussanga, mais de 20 anos depois, as integrantes do movimento no município se mobilizaram para que uma mulher ocupasse a presidência e outras mulheres ocupassem posições em sua diretoria.

As atividades que acompanhei, no decorrer de 2007 e 2008, apontam para uma dinâmica que foi se construindo ao longo de mais de uma década. As atividades da Regional Sul (assembleias regionais, planejamento anual, alguns cursos de formação, entre outros) ocorrem sempre no município de Urussanga. As reuniões mensais do município, acompanhadas no decorrer da pesquisa, ocorreram no período vespertino e se desenvolviam, normalmente, a partir de interesses previamente definidos, isso, porém, não impedia que outros temas fossem também tratados e registrados em ata. No período da pesquisa, em atividades locais, frequentemente, o movimento reunia mulheres de sete comunidades rurais do município.

Nessas reuniões mensais, pude perceber a participação das mulheres em torno dos interesses do grupo, de forma que os encaminhamentos e as decisões passavam pela esfera do coletivo⁷². A participação também se dava a partir da disponibilidade e interesses das mulheres, no sentido de que a possibilidade de participação em eventos do movimento (palestras, encontros municipais, regionais, estadual e nacional, entre outros) se estendia a todas⁷³. De uma forma mais ampla, a participação nesses eventos permite que a organização municipal acompanhe a agenda do movimento em suas instâncias regionais, estadual e nacional, a qual, considerando as especificidades das temáticas em função da historicidade das pautas, volta-se à construção de uma identidade nacional. A participação de representantes do município em atividades realizadas em outros municípios foi apontada de forma geral como uma das dificuldades atuais do município e a isso foram atribuídas questões relativas a problemas de saúde, ao tipo de trabalho desenvolvido na propriedade, entre outras. A partir do que apresenta Castell (2002) sobre formas de identidade, pode-se inferir que se trata da possibilidade de construção de identidades de *resistência* e de *projeto*, na perspectiva de denunciar, resistir e transformar relações sociais. Pelo que se viu e ouviu, no entanto, o fazer cotidiano do movimento nos municípios estudados fragiliza tal possibilidade.

⁷² Nesse período, não foram realizadas atividades nas comunidades.

⁷³ As atividades serão apresentadas e analisadas nos próximos capítulos.

2.2 Município de Orleans

O município de Orleans se localiza geograficamente ao sul do estado de Santa Catarina e pertence à microrregião de Tubarão. Tem uma unidade territorial de aproximadamente 550km². Limita-se com os municípios de Lauro Müller, Bom Jardim da Serra, Urubici, Grão Pará, São Ludgero, Braço do Norte, Tubarão, Pedras Grandes e Urussanga⁷⁴.

Pe. João Leonir Dall'Alba (2003) relata que a colonização do município de Orleans remete à última metade do século XIX, com a fundação, em 1882, da colônia Grão-Pará. Essa colônia, por sua vez, originou-se do dote matrimonial da Princesa Isabel⁷⁵. As áreas territoriais dos atuais municípios de Orleans, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Müller constituíam o patrimônio dotal da princesa. O Conde e a Condessa d'Eu - Luiz Felipe Maria Fernando Gaston d'Orleans e D. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Bragança - fizeram o contrato de colonização dessas propriedades com o Comendador Caetano Pinto Júnior, em 15 de novembro de 1881, estabelecendo assim as condições para a fundação da Colônia Grão Pará. Ainda no ano 1881, uma comissão se deslocou para a região com o objetivo de estudar a implantação da colônia. Em 08 de julho de 1882, deu-se início oficial à Colônia Grão Pará (a escolha do nome foi em Honra ao filho primogênito dos Condes, D. Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão Pará). Cumpre resgatar que nesse período estava em curso a construção da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, que iria ligar Minas (hoje Lauro Müller) a Imbituba, inaugurada em 1884. A exploração do carvão mineral, iniciada na segunda metade do século XIX, passou por diferentes processos e ainda se faz atualmente.

De acordo com Dall'Alba (1986, p.95), em 08 de julho de 1882, foi constituída a Empresa de Terras e Colonização Grão Pará e, no mesmo ano, em 02 de dezembro, foram inaugurados os seus escritórios na localidade que recebe o mesmo nome, Grão Pará. Imigrantes italianos

⁷⁴ Ver Figura 5: Mapa de localização dos municípios da Região Sul estudados.

⁷⁵ No que compreendia os contratos de matrimônio entre as casas reinantes, Dall'Alba (2003, p.24-25) observa que a lei nº. 1.217 de 07 de setembro 1864 estabeleceu a dotação das princesas filhas de D. Pedro II. A princesa Isabel se casou em 1864 e “em 11 de outubro assinou o contrato matrimonial com o Conde d'Eu [...] nele se dispunha a fundação com terras devolutas do Estado, de um patrimônio, a ser demarcado pelo parlamento [...] A lei 1.940 de 1870 determinava que o patrimônio se compusesse de 98 léguas quadradas de terras, nas províncias de Santa Catarina e do Sergipe, constante de duas porções de 49 léguas quadradas.”

chegaram em 1883 e, nos anos seguintes, alemães, poloneses, letos e nacionais. Em visita à colônia e à estrada de ferro, em 1884, Conde d'Eu determinou o local de formação da vila de Orleans do Sul. O desmatamento e o traçado da vila tiveram início em 1885 e, em 1886, a Empresa de Colonização construiu a primeira capela. Em 1887, a sede da Colônia Grão Pará foi transferida para Orleans e, em 1888, uma lei municipal de Tubarão cria o Distrito de Orleans do Sul. A proclamação da República em 1889 e o banimento da família Imperial trouxeram danos para a Colônia Grão Pará, que acabou sendo extinta em 1891 e substituída pela Empresa de Terras e Colonização.

O município de Orleans foi criado em 30 de agosto de 1913, por meio da Lei Estadual nº. 981. Conforme relata Dall'Alba (2003), nesse processo de emancipação, porém, seu território deixa de ser constituído por todo o ex-Patrimônio Dotal, passando a envolver os atuais municípios de Lauro Müller, Grão Pará, parte de São Ludgero⁷⁶, a sesmaria dos Pacheco e a colônia do Armazém. De acordo com o autor, a abertura das minas de carvão, no período da Grande Guerra e as povoações das Minas (agora com o nome de Lauro Müller) recomeçaram lentamente a crescer⁷⁷, de modo a se constituir como entreposto comercial entre as colônias e a serra. Esse lugar de entreposto era anteriormente ocupado por Orleans.

Dall'Alba (2003) relata que fábricas, comércio e comerciantes estavam presentes desde os primórdios da colonização do município, sendo que o primeiro estabelecimento foi construído ainda em 1883 (moinho da Empresa Grão Pará). Outros, como engenhos de açúcar, mandioca, milho, também faziam parte do cenário. Entre 1885 e 1887 foram instaladas olarias de telhas e de tijolos, fábricas de banha e casas de comércio. O período de 1910 a 1950 foi o da charqueada. Orleans exportava carne de gado e couros (as tropas vinham da serra). Fábricas de caixa de charutos, de bebidas, móveis, carrocerias, plásticos, assim como serrarias, curtume, fundição, madeiras, cooperativa, entre outros estabelecimentos industriais e comerciais, integraram a primeira e a segunda metade do século XX⁷⁸. A abertura e a pavimentação de

⁷⁶ Lauro Müller foi desmembrado de Orleans e elevado à categoria de município em 06 de dezembro de 1956, por meio da lei nº. 273. Grão Pará foi desmembrado de Orleans e elevado à categoria de município em 21 de junho de 1958, por meio da lei nº 348. Em 12 de junho de 1962, de acordo com a lei nº 829, na conformidade da resolução nº 22 de 26 de dezembro de 1961, foi criado o município de São Ludgero, desmembrado dos municípios de Braço do Norte e Orleans (Fonte: IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2009.

⁷⁷ A Carbonífera Nacional de Mineração Barro Branco, fundada em 1922, é apontada como central na história do município de Lauro Müller.

⁷⁸ Algumas destas se mantêm até hoje.

estradas entre os municípios foram fundamentais para esse desenvolvimento.

O município guarda a memória desses modos de vida e de trabalho no Museu ao Ar Livre⁷⁹, localizado na rodovia SC 438 – KM 33. Nesse local, encontram-se capela, casa do colono, cantina de vinho, engenho de farinha de mandioca e de açúcar, olaria, serraria, marcenaria, oficinas artesanais, alambique, atafona para moagem de milho, entre outros. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Orleans⁸⁰, o Museu foi idealizado pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, após a enchente de 23 de março de 1974, tendo em vista que indústrias rurais (movidas à água e à tração animal), que ainda funcionavam no município, foram destruídas e em sua reconstrução passaram a ser movidas à energia elétrica.

Além disso, no que se refere às instituições escolares, Dall’Alba (1986) observa que é difícil relacioná-las, assim como seus professores, pelo fato de que até 1918 eram particulares, mantidas pelos governos dos países de origem dos colonos (italianos, alemães, poloneses...) que ocupavam essas regiões. Em 1912 havia três escolas em Orleans e, nos anos subsequentes, também foram criadas em algumas comunidades. O Grupo Escolar Costa Carneiro começou a ser construído em 1929 e a Escola Básica Samuel Sandrini em 1965. O Ginásio foi criado em 1960 e a Escola Técnica de Comércio em 1964. O Colégio Normal Toneza Cascaes foi criado em 1975, o curso científico em 1971, e implantou-se a reforma do 2º grau em 1974. O autor ressalta a criação da Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE) em 1974 e com ela a ideia do 3º grau em Orleans. As atividades dessa Fundação na Educação Superior tiveram início em 1998, com o curso de Administração de Empresas⁸¹. Em 2006, foi criado o Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE),

⁷⁹ De acordo com o texto que integra o panfleto de divulgação do Museu: “Parque das indústrias dos colonizadores. Memória das técnicas de nossos antepassados. É isto que se vê nesse Museu. Inaugurado em 30 de agosto de 1980, foi construído e é mantido pela Febave – Fundação Educacional Barriga Verde. Antes da energia elétrica alcançar todo o território do município de Orleans, prevaleciam, ali, os pequenos engenhos implantados pelos colonizadores e movidos pela força animal e das águas. Quando as distribuidoras de energia elétrica chegaram às comunidades, trouxeram nova forma de impulsionar as máquinas. A cultura do fumo também contribuiu muito para que pequenas indústrias fossem abandonadas. Com a implantação do Museu ao Ar Livre, salvou-se a tecnologia de nossos antepassados. Os parceiros dessa grande obra: Instituto São José, Prefeitura de Orleans, Fundação Catarinense de Cultura, Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e muitos cidadãos cujas raízes estão firmemente alicerçadas em cada maquinário ali salvaguardado”.

⁸⁰ Fonte: Prefeitura Municipal de Orleans/SC, Cultura.

⁸¹ Fonte: UNIBAVE. Disponível em: <<http://www.unibave.net/>>.

mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE), com um campus anexo ao Museu ao Ar Livre.

Orleans integra a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e, a exemplo do seu vizinho, o município de Urussanga, tem uma economia diversificada que gira em torno das indústrias de derivados de plásticos, molduras, madeiras beneficiadas, implementos agrícolas e carrocérias, agropecuária, fruticultura, estabelecimentos comerciais variados (tais como, vestuário, móveis, eletrodomésticos, alimentos, materiais de construção), entre outros. Segundo informações da Prefeitura Municipal⁸², a estrutura industrial do município ocupa boa parte da mão-de-obra de municípios vizinhos, o que faz deste um centro industrial de grande expressão no sul catarinense. A forte economia se faz em diferentes ramos e transforma o seu entorno, começando pela população residente, em que se pode verificar por meio dos censos populacionais de 1970, 1980, 1991, 2001 e contagem da população de 2007, um expressivo deslocamento rural-urbano.

Tabela 03: População residente - Orleans/SC

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	4.442	11.331	15.733
1980	6.153	10.229	16.382
1991	8.915	11.126	20.041
2000	12.813	7.218	20.031
2007	14.484	6.350	20.834

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000).
Contagem da População (2007)⁸³.

O censo demográfico de 1970 mostra que a população residente na área rural era 43,68% maior que a residente na área urbana. A contagem da população em 2007 traz números que expressam em percentuais maiores o seu contrário, mais de 69,52% da população total do município está na área urbana. Em relação à população residente rural no período de 1970 a 2007, observa-se uma queda de aproximadamente 41,37%. A população residente urbana, no mesmo período, demonstra um aumento de 41,36%. No período de 1991 a 2000, ocorreu uma diminuição acentuada na população rural, relativa ao

⁸² Fonte: Prefeitura Municipal de Orleans. Disponível em: <www.orleans.sc.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2009.

⁸³ Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2009.

aumento da população urbana. No período de 2000 a 2007, o decréscimo foi menor em relação ao aumento da população urbana. De acordo com a contagem da população em 2007, aproximadamente 71,95% (15.010) têm entre 15 e 69 anos. Sobre a migração rural-urbana em Orleans, Dall'Alba (1986) observa que no decorrer da década de 1970 cessam deslocamentos em massa das famílias, entretanto, começam os da juventude, especialmente por parte dos jovens que estudaram e não encontram emprego.

Esse aumento e diminuição relativa da população nas áreas urbana e rural, como na análise do município anterior, sugerem mudanças nos modos de vida e de trabalho. Na síntese de informações do município referente ao ano de 2007, em base de dados do IBGE⁸⁴, têm-se os seguintes números (relativos a unidades locais): estabelecimentos de saúde (24); agências (04); indústrias extrativas (04); indústrias de transformação (179); produção e distribuição de eletricidade, gás e água (02); construção (20); matrículas no ensino fundamental (3104) e docentes (197); matrículas no ensino médio (738) e docentes (58).

No que compreende o ano de 2006⁸⁵, a propósito da estrutura empresarial (unidades e pessoal total ocupado), têm-se os seguintes registros: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (06/40); indústrias extrativistas (04/19); indústrias de transformação (179/2525); produção de eletricidade, gás e água (02/pessoal ocupado não disponível); construção (20/136); comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (475/1325); alojamento e alimentação (65/133); transporte, armazenagem e comunicações (82/346); intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (13/57); atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (65/227); administração pública, defesa e seguridade social (03/490); saúde e serviços sociais (19/80); outros serviços coletivos (148/131).

Para compor o cenário de análise, cabe trazer informações sobre o Censo Agropecuário de 2006⁸⁶. Os estabelecimentos agropecuários somam um total de 1.651, distribuídos em 35.402 hectares. O total de 233 estabelecimentos agropecuários se ocupa com lavouras

⁸⁴ Fonte: IBGE – Síntese de informações (2007, 2008) – Orleans/SC. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2009.

⁸⁵ Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2009.

⁸⁶ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 – Orleans/SC. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2009.

permanentes, cultivadas em 290 hectares. As lavouras temporárias são cultivadas em uma área maior e envolvem também um número superior de estabelecimentos, respectivamente, 5.537 hectares e 1.124. O pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor soma 4.111 e sem laço de parentesco, 471. A exemplo das informações do município de Urussanga, pode-se dizer da prevalência de atividades agrícolas em regime de agricultura familiar. Aqui, no entanto, observa-se um número de estabelecimentos agropecuários e área total por hectare maiores que o município anterior. Por decorrência, o número de pessoas ocupadas com e sem laço de parentesco também é maior. No caso do pessoal ocupado com laço de parentesco, a diferença entre os dois municípios soma um total de 1.990. Os dois municípios assemelham-se novamente no que diz respeito ao pessoal ocupado nas indústrias de transformação e no comércio. No município de Orleans, o número mais expressivo de pessoal ocupado (2.525) está nas indústrias de transformação, seguido pelo comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (1.325). Sob esse aspecto, entretanto, é necessário considerar, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, o recrutamento da força de trabalho dos municípios vizinhos.

Em que pese o número elevado de pessoal ocupado em atividades não-agrícolas, o pessoal ocupado em atividades agrícolas é considerável, tornando-se interessante, portanto, verificar os produtos que resultam dessa prática. Para tanto, recorre-se a informações sobre a produção agrícola municipal de 2008⁸⁷, no que compreende lavouras permanentes e temporárias. A banana (705 toneladas/75 hectares) e a laranja (920 toneladas/70 hectares) se destacam no que diz respeito à quantidade de produção, área plantada e colhida, seguida pela uva (144 toneladas/12 hectares) em menor proporção. Quanto às lavouras temporárias, a cana-de-açúcar (35.000 toneladas/1000 hectares), o milho (8.530 toneladas/2250 hectares) e o fumo (4.763 toneladas/2539 hectares) ocupam os primeiros lugares, seguidos da mandioca (1350 toneladas/90 hectares), do feijão (576 toneladas/530 hectares) e das demais lavouras (batata inglesa, arroz, cebola e melancia), em menor proporção.

Segundo informações da Prefeitura Municipal⁸⁸, o município de Orleans está entre os primeiros produtores de fumo em folha do sul catarinense, permitindo a ocupação de todos os membros da família, a

⁸⁷ Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2009.

⁸⁸ Fonte: Prefeitura Municipal de Orleans/SC, Economia. Disponível em: <www.orleans.sc.gov.br/>. Acesso em: 04 fev. 2009.

garantia de preço e a estabilidade da economia rural. Como foi descrito anteriormente, trata-se de um cultivo que foi implantado pela Cia. Souza Cruz na década de 1970 e transformou a área rural e seus modos de vida. Conforme Dall’Alba (1986, p. 402), “no setor agrícola, surgira, por volta de 1960, uma cooperativa agrícola de muita atuação, até a implantação da revolução causada pelo fumo, quando foram abandonadas as culturas tradicionais: mandioca, milho, feijão, arroz e cana.”

Diante de expressiva produção, objetivamente, não há como desconsiderar a contribuição do cultivo do fumo para a economia das famílias e do município. Entretanto, há que se indagar acerca do preço que os trabalhadores estão pagando, considerando os malefícios para a saúde e para o meio ambiente, que essa produção acarreta.

Quanto à produção pecuária do município, em 2008⁸⁹, evidenciam-se semelhanças em relação ao município de Urussanga, especialmente em termos da produção para a agroindústria. Suínos (68.689 cabeças), galos, frangas/os e pintos (1.465.277 cabeças) representam em destaque a produção pecuária do município. A criação de suínos e de aves (postura e corte), destinada antes para o consumo doméstico, assumiu, nos últimos anos, lugar de destaque na economia municipal, por meio de diferentes sistemas de integração, presentes neste cenário desde meados da década de 1960. A relação produtor e indústria (frigoríficos) se mantém ao longo de todo o processo, incluindo a antecipação de filhotes, alimento, assistência técnica e recolhimento na época do abate, entre outros procedimentos que envolvem esse tipo de sistema. Essa produção, em grande medida, envolve pequenas propriedades e força de trabalho familiar. Nesse contexto, segue-se com o intuito de retomar possibilidades de criação do MMC/SC no município.

⁸⁹ Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2009.

2.2.1 A criação do movimento no município

A criação do MMC/SC no município de Orleans, a exemplo do município de Urussanga, remete à sigla MMA/SC e à primeira metade da década de 1990. De igual maneira, as possibilidades de criação se assentam em formas de organização popular que estavam em curso no município, especialmente as impulsionadas pela Igreja Católica. Em panfleto de divulgação produzido na ocasião da “Celebração do Dia Internacional da Mulher”, em março de 2007 (MMC/Orleans-SC), o início da participação de mulheres do município de Orleans no movimento é assim descrito:

O movimento para organizar as mulheres agricultoras e urbanas em Orleans iniciou em 1988, com o Pe. Santos Sprícigo, através da Pastoral da Mulher, que tinha o objetivo de valorizar a mulher na sociedade e dar a ela a missão específica de denunciar, e que pudesse ter sua identidade respeitada e reconhecida, e lutar pelos seus direitos, participando da organização. Na época iniciou-se um trabalho no bairro Coloninha e em Rio Laranjeiras. Em 1991 o Pe. Santos articulou a visita da equipe de Chapecó para falar sobre os direitos da mulher, e, a partir daí, houve interesse em participar do MMA (hoje MMC). Em 1995 as mulheres do Rio Laranjeiras eram as mais organizadas. Começou a participação nas assembleias, e a Pastoral da Mulher foi integrada ao MMA.

É indispensável considerar que esse texto foi escrito em 2007, atravessado por mais de uma década de participação das mulheres em atividades do movimento (cursos de formação, assembleias, mobilizações, entre outras). Com isso se quer marcar que não significa resgatar o que estava lá no final da década de 1980 e início de 1990, mas, lidar com um texto escrito em 2007, que sintetiza uma trajetória e traz um discurso que se produz a partir da sedimentação de outros discursos, os quais já trazem a incorporação de “novas” bandeiras de luta. Sendo assim, as possibilidades de criação do MMA/SC se

vinculam à Pastoral da Mulher e ao Pe. Santos Sprícigo⁹⁰. O texto citado sugere que a reivindicação em torno da qual a Pastoral da Mulher se organizava estava na ordem do reconhecimento de uma identidade (de mulher) e é por meio desta que este sujeito se produz na posição de quem deve denunciar injustiças, lutar por direitos. Entretanto, isso não poderá ser feito por uma única mulher, mas deverá ser feito em nome de um grupo de mulheres organizadas.

A organização proposta pela Pastoral da Mulher abre possibilidades para a inserção em um “movimento maior”, nesse caso, o MMA/SC, com uma trajetória que o legitima em um campo específico de lutas (constituído por organizações e movimentos de mulheres), tendo em vista que foi na primeira metade da década de 1990 que foram conquistadas a aposentadoria para a trabalhadora rural (1991), os benefícios por acidente de trabalho (1991) e salário-maternidade (AIMTR-SUL, 1994). Uma das questões que chama atenção nesse solo de possibilidades, como já foi mencionado em outra ocasião, é a presença de um discurso acerca do reconhecimento da mulher, que de diferentes formas ecoa nesse período, cunhando assim condições para a produção de lutas que tratam da igualdade em nome de um determinado sujeito. Portanto, igualdade e diferença, na perspectiva descrita por Scott (1999), podem ser vistos como termos interdependentes, na medida em que a afirmação de um não implica na ausência do outro.

A Pastoral da Mulher se produz como lugar onde demandas acerca da diferença e da igualdade passam a ser questionadas em uma forma de organização específica de mulheres, embora idealizada por um homem. De acordo com Ana (56 anos)⁹¹, uma das integrantes do MMC/SC no município, as mulheres eram chamadas a participar e organizar a Pastoral da Mulher por meio de uma emissora de rádio local. Ela foi uma das mulheres que atendeu a esse pedido. Sobre o tempo de existência da Pastoral, Ana ressalta: “A Pastoral da Mulher meio que faliu, então, daí foi aonde que a própria Pastoral da Mulher é que nos levou para este Movimento das Mulheres Agricultoras.”

Nesse início, de certa forma, as demandas levantadas pelas mulheres eram legitimadas pela igreja e, mais especificamente no caso de Orleans, foram construídas e questionadas nesse espaço institucional. As temáticas em discussão, ao que sugere, não escapavam aos limites do permitido por essa instituição. Nessa vontade de organização de um

⁹⁰ De acordo com Dall’Alba (1986), o Pe. Santos Sprícigo iniciou seu trabalho em Orleans em 1956.

⁹¹ Ana, 56 anos. Entrevista realizada em 29//10/2008

movimento de mulheres, logo, as práticas estavam articuladas aos interesses das mulheres e da igreja a partir de certas regras disciplinares.

Em Orleans, as reuniões municipais do movimento e demais atividades de formação sempre ocorreram (ocorrem) em espaços administrados pela igreja, como é o caso da Sede João XXIII, localizada na praça central do município, ao lado da Igreja Matriz. Emília (60 anos)⁹², integrante do MMC/SC no município, fala sobre a frequência das reuniões municipais:

Assim que eu peguei, a gente começou a fazer, porque lá [Secretaria Estadual do Movimento/Chapecó], elas motivam que teria [reuniões municipais], porque senão morre. E de fato é. Só que depois assim, começou a diminuir a frequência e também as participantes. Uma começou a não vir mais, a outra não. Aí o assunto, assim, parece que era tão pouco, que a gente foi deixando.

De acordo com Emília, outra questão é a distância entre as comunidades onde as mulheres moram, pois as reuniões são realizadas no centro (Sede João XXIII) e o reencontro para possíveis desdobramentos se torna difícil. No período da pesquisa, frequentemente o movimento reunia mulheres de três comunidades rurais do município em atividades locais. Quando ocorrem atividades no município (cursos e oficinas de formação, envolvendo grupos de base, entre outras), a divulgação é feita por meio da emissora de rádio local. E, sempre que possível, representantes do município participam de atividades do movimento (assembleias, cursos de formação, planejamentos, mobilizações, entre outras) em outros municípios.

Na trajetória do MMC no município, deu-se a participação em diferentes atividades do movimento (estadual e nacional), bem como a realização de algumas delas, como mostra a síntese que segue, apresentada no panfleto de divulgação já citado, produzido na ocasião da “Celebração do Dia Internacional da Mulher”, em março de 2007 (MMC/Orleans-SC):

O MMC de Orleans vem participando de encontros de conscientização sobre meio-ambiente, agricultura familiar e outros; cursos de

⁹² Emília, 60 anos. Entrevista realizada em 23/10/2008.

sementes crioulas; grito dos excluídos; Dia Internacional da Mulher; esclarecimentos (com a Deputada Luci Choinaski) [...] coordenou a campanha de abaixo-assinado pela aposentadoria da mulher e contra a taxa de energia elétrica; participou duas vezes em Brasília e uma vez em Itapiranga das discussões, decisões e mística; participou do Fórum Social Municipal de 2006, com desdobramentos permanentes. Para o ano de 2007, continua com o curso das sementes crioulas; participa do Dia Internacional da Mulher com depoimentos nas emissoras de rádio e com a mística na Missa da Saúde, no dia 07/03 [...] também envolveu-se na produção de material, e está engajado nas lutas nacionais e estaduais, com proteção do meio ambiente em favor da vida [...] prepara-se para o Grito dos Excluídos para o 7 de setembro, e pensa reunir as participantes do MMC para celebrar os 20 anos de organização para o mês de março de 2008.

Segundo informações, essas duas últimas atividades não ocorreram no município⁹³. Como foi apresentado nessa síntese, não apenas em torno de interesses locais, porém em consonância com o movimento estadual e nacional, outros interesses de luta foram sendo produzidos e de certo modo passaram a abarcar dimensões que se juntam às de gênero. A proteção do meio ambiente e o cuidado com a vida vão sendo discursivamente produzidos, ao mesmo tempo em que mobilizam lutas. Os recortes temporais transcritos indicam desdobramentos que se seguiram ao processo de criação do movimento no município, os quais, em seu registro localizado, evidenciam interesses globais que emergem cada um ao seu tempo. De certa forma, o movimento em Orleans não se manteve alheio a esses interesses e suas integrantes construíram, ao longo de mais de duas décadas, maneiras singulares de atendê-los. Eis um desafio, compor um movimento em que sua condição de existência está justamente na combinação de interesses locais e globais.

⁹³ Algumas dessas atividades realizadas serão analisadas nos capítulos posteriores, assim como as atividades promovidas no decorrer da pesquisa.

2.3 Município de Treviso

O município de Treviso tem uma área territorial de 157,67 Km², localiza-se geograficamente ao sul do estado de Santa Catarina. Limita-se ao sul com Siderópolis, ao norte com Lauro Müller, ao leste com Urussanga e a oeste com Bom Jardim da Serra⁹⁴. Pertence à microrregião geográfica de Criciúma e à região carbonífera de SC. Assim como os municípios de Urussanga e Orleans, Treviso foi colonizado por imigrantes italianos a partir do ano de 1891. Nova Treviso (como era denominado Treviso), de acordo com o que ressalta Zulmar Hélio Bortolotto (1992), constituía um núcleo da Colônia Nova Veneza, criado pela Empresa Ângelo Fiorita & Filhos (empresa particular) e, posteriormente, transferido para a Companhia Colonizadora Metropolitana. Na ocasião, integravam também esta Colônia, os núcleos de Nova Veneza (Sede), Nova Belluno (hoje Siderópolis), Jordão e Belvedere. Este autor esclarece que, embora oficialmente se comemore 28 de outubro de 1891 como a data de chegada dos primeiros imigrantes e de fundação da Colônia Nova Veneza, os primeiros imigrantes chegaram em junho. Ainda, “em 1900, Urussanga emancipou-se de Tubarão, levando consigo a maior parte do território da Colônia Nova Veneza, ou seja, todo o território compreendido pelos núcleos de Belluno, Treviso, Jordão e Belvedere.” (BORTOLOTTI, 1992, p. 139).

Em livro sobre o primeiro centenário de Treviso, De Lorenzi e Ghisland (1991) relatam que os imigrantes, oriundos das províncias de Treviso, Bérghamo, Ferrara e Cremona partiram de Gênova no dia 28 de outubro de 1891 com destino ao Brasil.

A travessia do Atlântico durou 16 dias e apenas uma noite de terrível tempestade. Poucos dias de descanso na Ilha de São Vicente (São Paulo), o longo retorno à nostalgia do balanço do mar e o tão esperado desembarque no Porto de Imbituba. De trem chegaram à estação de Pedras Grandes, onde carros de boi eram a última condução que aguardava os heróis pioneiros para serem conduzidos a Urussanga. Após três dias de repouso empreenderam a viagem final, a pé, em

⁹⁴ Ver Figura 5: Mapa de localização dos municípios da Região Sul estudados.

picada aberta com facão e, tropeçando ao peso dos baús e mochilas às costas, vencidos pelo cansaço, pisaram o solo da Nova Treviso no dia 24 de dezembro de 1891. (DE LORENZI; GHISLAND, 1991, p.24).

No solo da Nova Treviso, os imigrantes tiveram como primeiro abrigo o acampamento fornecido pela Companhia Colonizadora Metropolitana⁹⁵, seguindo-se assim episódios de lutas e dificuldades para a ocupação do novo território. Estes autores descrevem a preparação do terreno para o plantio, a construção de ranchos para morar, a construção de estradas, da igreja, do cemitério, bem como a interrupção do fornecimento pelo Armazém da Cia. Metropolitana, o que levou à instalação das primeiras bodegas (onde os colonos compravam fiado para pagamento na época da safra) e a primeira colheita de milho, entre outros fatos. Ainda, na descrição, destacam-se a multiplicação das bodegas, a substituição de ranchos por casas, a instalação da primeira fábrica de gasosa, seguidas por serraria, curtume, sapataria, selaria, moinho, alambique, descascador e outros estabelecimentos construídos ao longo dos anos.

De Lorenzi e Ghisland trazem uma cronologia de fatos que compreende o período de 1890 a 1991, de forma a elucidar a instalação de indústrias e comércios, do sistema de eletricidade e do distrito, a construção da ponte, do salão paroquial e centro comunitário, pavimento do jardim e da praça central. Relatam também a ocorrência de duas grandes enchentes que danificaram casas. De igual maneira, destacam a chegada de padres e a formação de capelas nas comunidades ao longo do período⁹⁶.

⁹⁵ Sobre este projeto de colonização, com base no manuscrito de José Foresti Abatti (1963), De Lorenzi e Ghisland ressaltam que no sul de Santa Catarina, a Companhia Colonizadora Ângelo Fiorita, em 1890 idealizou um plano de colônias italianas na Bacia do Rio Mãe Luzia, sendo substituída pela Companhia Colonizadora Metropolitana quando os primeiros imigrantes se preparavam para a viagem.

⁹⁶ Dall'Alba (1986, p.119) relata que em 1951 ocorreu um incêndio na costa da serra, envolvendo, entre outros, o então Distrito de Treviso: "Fenômeno que apavorou até distantes povoações foi o terrífico incêndio das matas da Costa da Serra. Iniciado na primavera de 1951 com a queima dos campos dos Aparatos da Serra, no Rio Grande do Sul, o fogo desceu despenhadeiros de Timbé, Nova Veneza e Treviso. Foi saltando de Serra em Serra até atingir as proximidades da Serra do Corvo Branco. Favorecido por longa estiagem, o fogo foi se alastrando por mais de dois meses seguidos. As populações da Serra e do Litoral, num céu sempre envolto em fumaça, viveram épocas de apreensões, sobressaltos e temores sem conta. De início dera-se-lhe pouca importância. A próxima chuva extinguiu o incêndio. Mas a chuva não vinha. O vento levava fagulhas ao longe, abrindo novos focos na vegetação esturricada. Troncos em brasa rolavam serra abaixo, levando fogo até a base. Muitas roças foram

Quanto à construção de escolas, como destacam De Lorenzi e Ghisland (1991, p.101), em 1902, “o escritório da Companhia Metropolitana foi transformado em sala de aula”. Os autores observam ainda que, na ocasião, o professor era remunerado pelos pais das crianças matriculadas, as aulas eram ministradas em língua italiana e o primeiro ano letivo teve a duração de aproximadamente nove meses (fevereiro a outubro). Em 1920, por determinação do governo, as aulas começaram a ser ministradas em língua portuguesa. No percurso descrito pelos autores, entre outras, deu-se a criação da Escola Mista de Treviso, a criação da Biblioteca Escolar “Dr. Nereu Ramos” (1940), do Grupo Escolar Udo Deeke (1948), do Ginásio Normal “Prefeito Zeferino Burigo” (1964) e a transformação do Grupo Escolar Udo Deeke em Escola Básica Udo Deeke (1971).

Em relação ao histórico político do município, com base em De Lorenzi e Ghisland, cabe ressaltar que em 02 de julho de 1926, o Conselho Municipal de Urussanga, por meio do Projeto de Lei nº. 103, criou o Distrito de Paz de Treviso. Em 19 de dezembro de 1958, por meio da Lei nº. 380, pelo desmembramento de Urussanga, deu-se a criação do município de Siderópolis, o qual incorporou o Distrito de Treviso. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Treviso⁹⁷, em 19 de março de 1995 ocorreu o Plebiscito de Emancipação de Treviso, em que de um total de 2.076 eleitores, 1423 compareceram às urnas e 1373 votos foram a favor da emancipação. Desse modo, em “8 de julho de 1995, o Governador do Estado de Santa Catarina, em exercício, José Augusto Hülse, sanciona a Lei nº. 9.864 de Emancipação Política e Administrativa do Município de Treviso”.

Nessa trajetória, a extração do carvão mineral, assim como em outros municípios do sul catarinense, ocupa lugar de destaque na história sócio-econômica do município. De Lorenzi e Ghisland (1991) fazem referência ao fato de que o extrativismo do carvão mineral em minas a céu aberto ou a subsolo passou por um processo que vai da picareta e do transporte em balaios ao sistema mecanizado. Ainda, segundo os autores, no que compreende à mineração a céu aberto, destacam-se Siderópolis (SC) e Candiota (RS), sendo que a primeira foi pesquisada pela Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda/RJ)

queimadas. Aves e animais, intoxicados pela fumaça foram cercados e carbonizados na imensa fogueira”.

⁹⁷ Fonte: Prefeitura Municipal de Treviso. Disponível em: www.trevisosc.com.br. Acesso em: 05 fevereiro 2009.

no período de 1941 a 1944 e a mineração foi iniciada em 1945⁹⁸. Duas empresas operavam nessa região, a Carbonífera Próspera S.A., subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, e a Carbonífera Treviso S.A.

De Lorenzi e Ghisland (1991, p.117) relatam que a Carbonífera Treviso S.A., em janeiro de 1960, “iniciou a mineração em Treviso com a máquina MARION POWEL SCHOVEL – tipo 5323, de procedência de Ohio (USA) e produção de 650 m³/hora.” Essa forma de exploração se estendeu até agosto de 1968, quando da mudança da Carbonífera Treviso S.A. para Urussanga (comunidade de Santana), “deixando um rastro de destruição, conhecida como ‘Paisagem Lunar’.” No início do ano de 1982, a Carbonífera Metropolitana S.A. iniciou, no Distrito de Treviso, a instalação da subsidiária “Mina Esperança”. “Aplicando o método de lavra: subsolo – câmaras e pilares, profundidade de 250 metros, plano inclinado e sistema totalmente mecanizado, a Mina Esperança iniciou a produção em maio de 1984 [...]” (p.118). Os autores seguem descrevendo a exploração do carvão mineral, a transformação do entorno e os prejuízos causados à vida.

O solo deserto, montanhas de terra e pedras, crateras transformadas em profundas lagoas de águas negras comprovam a degradação do meio ambiente. A poluição sacrifica a vida. Junto com a Carbonífera Treviso S.A. veio o benefício da energia elétrica e também o sustento de muitas famílias. Treviso desenvolveu-se ainda mais com a instalação da Mina Esperança. A lavoura decaiu. O plantio do fumo motivou o trabalho do agricultor e a permanência na terra, mas a verdadeira reconstituição do solo, dos rios, vales e bosques é só esperança. (DE LORENZI; GHISLAND, 1991, p.119).

A extração do carvão, a agropecuária, o comércio, unidades fabris, entre outros⁹⁹, constituem contemporaneamente a base econômica do município de Treviso, integrante da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC). O censo populacional de 2000 e a contagem da população de 2007 mostram um aumento na

⁹⁸ Os autores esclarecem que são reservas de carvão metalúrgico e energético, sendo este último produzido em maior volume.

⁹⁹ Fonte: Prefeitura Municipal de Treviso. Disponível em: www.trevisosc.com.br. Acesso em: 05 fev. 2009.

população urbana residente e na população rural, de acordo com a tabela que segue.

Tabela 04: População residente - Treviso/SC

Ano	Urbana	Rural	Total
2000	1570	1573	3133
2007	1802	1695	3497

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2000).

Contagem da População (2007)¹⁰⁰.

No censo de 2000, as populações rural e urbana eram equivalentes, ao longo dos anos foram se distanciando. A contagem da população de 2007 revela que 51,52% de população total é urbana e 48,47% é rural. Por outro lado, considerando o censo de 2000 e a contagem da população de 2007, observa-se um crescimento de mais de 7% no que diz respeito à população rural, assim como um crescimento de mais de 10% na população geral. Em um total de 3.497 habitantes (contagem da população 2007), 74,18% (2.595) têm entre 15 e 69 anos.

Em síntese de informações disponibilizadas pelo IBGE¹⁰¹, no que diz respeito ao ano de 2007 e 2008, vê-se os seguintes números (unidades locais): estabelecimentos de saúde (01); indústrias extrativas (08); indústrias de transformação (11); produção e distribuição de eletricidade, gás e água (01); construção (02/pessoal ocupado não disponível); matrícula no ensino fundamental (405) e docentes (28); matrículas no ensino médio (102) e docentes (16).

A estrutura empresarial (unidades e pessoal total ocupado), referente ao ano 2006¹⁰², traz os seguintes números: indústrias extrativistas (08/970); indústrias de transformação (11/95); produção de eletricidade, gás e água (01/pessoal ocupado total não disponível); construção (02/pessoal ocupado total não disponível); comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (29/50); alojamento e alimentação (01/pessoal ocupado total não disponível); transporte, armazenagem e comunicações (07/20); atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (03/05); administração pública, defesa e seguridade social (01/pessoal

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

¹⁰¹ Fonte: IBGE – Síntese de informações (2007, 2008) – Treviso/SC. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

¹⁰² Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

ocupado total não disponível); saúde e serviços sociais (02/pessoal ocupado total não disponível); outros serviços coletivos (12/30);

O Censo agropecuário de 2006¹⁰³ traz um total de 168 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam 3.600 hectares. Os estabelecimentos com lavouras permanentes somam 61, distribuídas em 383. As lavouras temporárias são cultivadas em 321 hectares, sendo desenvolvidas por 112 estabelecimentos agropecuários. O pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor soma um total de 453 pessoas e sem laços, 28. Conforme foi ressaltado acerca dos dois municípios anteriores, pode-se dizer da prevalência de atividades agrícolas desenvolvidas em regime de agricultura familiar. Dentre as especificidades sócio-econômicas do município em relação aos dois municípios descritos anteriormente, cabe fazer menção ao tempo de emancipação política, área territorial total, soma total da população (de acordo com a contagem de 2007), estabelecimentos agropecuários e áreas cultivadas, demais estabelecimentos empresariais e especificidades sócio-econômicas. Com base nas informações disponíveis, o maior número de pessoal ocupado está nas indústrias extrativas (970), seguido pelos estabelecimentos agropecuários (481), pelas indústrias de transformação (95), pelo comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (50).

As informações sobre a Produção Agrícola Municipal em 2008, em termos de lavouras permanentes e temporárias (IBGE)¹⁰⁴, trazem os seguintes números: A produção de banana (950 toneladas/110 hectares) aparece como a única lavoura permanente. Quanto às lavouras temporárias, a cana-de-açúcar (1.080 toneladas/20 hectares) e o milho (954 toneladas/210 hectares) se destacam em quantidade produzida e área plantada e colhida, seguidas do arroz (75 toneladas/10 hectares), batata inglesa (75 toneladas/05 hectares), fumo (48 toneladas/21 hectares), feijão (07 toneladas/06 hectares) e tomate (35 toneladas/01 hectare). Sobre essas informações, cumpre resgatar a centralidade da exploração do carvão mineral na região.

Em relação à produção agropecuária de 2008¹⁰⁵, no município de Treviso, destacam-se a criação de galos, frangas/os e pintos (830.000 cabeças), bovinos (3.614 cabeças), galinhas (1.500 cabeças) e suínos

¹⁰³ Fonte IBGE, Censo Agropecuário 2006 – Treviso/SC. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

¹⁰⁴ Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

¹⁰⁵ Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

(730 cabeças), seguidos de demais animais. Destaca-se também a produção de ovos (11.000 dúzias), de leite de vaca (1.024 litros) e do mel de abelha (15.000 kg).

A produção agropecuária, ao longo da segunda metade do século XX, começa a coexistir com atividades voltadas à exploração de carvão mineral e outras atividades não-agrícolas. Ainda que esses modos de produção tenham passado por grandes mudanças tecnológicas, contemporaneamente é possível verificar que essa combinação não deixou de existir no município.

2.3.1 A criação do movimento no município

Assim como nos municípios de Urussanga e Orleans, a criação do movimento em Treviso remete à sigla MMA/SC, pela participação de mulheres do município em cursos sobre “sementes de hortaliças”. O depoimento de Beatriz (55 anos)¹⁰⁶, uma das participantes do curso na ocasião e, hoje integrante do movimento, resume o acontecimento.

[...] eu acho que foi lá pelo ano 2000 ou 2001, a extensionista da EPAGRI foi lá em casa me convidar pra participar de um encontro, de um curso. Ela disse que era um curso que tinha em Urussanga sobre sementes de hortaliças, foi este o termo que ela usou. [...] Eu nunca tinha feito um curso de sementes de hortaliças. Só que quando nós chegamos lá, nós vimos que não era nada da EPAGRI [...] que a coisa ali era diferente. Nós tivemos várias etapas deste curso. Aí, a gente entendeu que era um curso de sementes crioulas de hortaliças. [...] E a gente foi se encantando com o que a gente aprendeu neste curso. Porque até então, a gente tinha feito muitos cursos, não de sementes, mas a linha de trabalho, a maneira de transmitir as coisas, era uma maneira de arrancar da gente. No curso, mexia lá com a minha avó, com a minha bisavó. [...] E a gente foi se encantando e a gente foi gostando. Aí, neste encontro de sementes crioulas, que teve em Urussanga, a gente acabou sendo convidada para

¹⁰⁶ Beatriz, 55 anos. Entrevista realizada em 10/06/2008.

participar do Encontro Estadual das Sementes em Curitiba. Aí, a gente ficou sabendo que Urussanga já tinha o movimento há alguns anos. [...] Quando a gente chegou em Curitiba, que a gente viu aquele encontro, a quantidade de sementes. Lá, a gente já acabou sendo convidada para participar do curso de formação em Chapecó. Aí, durante dois anos [...] a gente ia a cada dois meses para Chapecó fazer curso. E a gente foi se encantando e gostando cada vez mais e puxando outras mulheres, se envolvendo... [...] Então, foi assim, através de uma oficina de sementes em Urussanga, que eu entrei para o movimento.

G: No município, começou no mesmo período? Na verdade, não tem assim uma data, porque à medida que a gente foi participando das coisas do movimento, a gente ia puxando as outras mulheres. Por exemplo, quando nós fomos a Curitiba, nós fomos com um ônibus. E daqui, foi uma turma de mulheres. Elas não tinham feito curso até então. E quando elas chegaram lá, que elas viram o que era, elas também foram começando a ter gosto pela coisa, como se diz. Aí, começaram a fazer curso em Urussanga, em Lages. Fomos nos conhecendo nos municípios vizinhos. Foi uma teia. Virou, parece uma teia, envolvendo.

Beatriz, ao falar de si, fala do movimento, dos interesses pessoais de formação que se abrem à vontade de organização de um grupo no município. A metodologia de trabalho do movimento, pela implicação direta das mulheres e das suas experiências pessoais no processo, parece ter sido o que atraiu Beatriz e as demais mulheres convidadas por ela para participarem dos eventos. É possível dizer que se opera um deslocamento nas lutas do movimento em comparação ao início da década de 1990 (da produção do sujeito de direitos trabalhista-previdenciários). Esse deslocamento aponta para práticas de “produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas”, iniciada no ano de 2002, como se verifica em um trecho da Revista Camponesa (MMC/SC, 2005, p.13).

Temos como objetivo: construir com as mulheres agricultoras/camponesas a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, buscando trabalhar as novas relações de gênero e uma consciência mais aprofundada do ambiente como um todo, num processo de recuperação da sabedoria popular, no que diz respeito à produção de alimentos e reeducação alimentar.

Não se pode afirmar, no entanto, que esse deslocamento expresse o abandono de lutas anteriores (pelo reconhecimento da profissão e pelos direitos trabalhista-previdenciários), visto que é pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural que a construção de uma prática (de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças) se afirma. O que se está tentando mostrar é que a produção de outras bandeiras de luta, neste caso, na ordem de um projeto popular de agricultura agroecológica¹⁰⁷, se dá pela reivindicação de uma posição que constitui a identidade do próprio movimento, isto é, as lutas se fazem em nome das mulheres camponesas.

A análise desse ponto, como possibilidade de construção do movimento no município, mostra o lugar que as mulheres ocupam na produção de alimentos. Trata-se, entretanto, de um modo de produção específico, como esclarece Carolina (70 anos)¹⁰⁸: “*Eles falam muito sobre este veneno que é colocado, que prejudica muito a saúde, então, a gente procura se cuidar [...] nós aqui, por exemplo, nunca usamos agrotóxico nas lavouras [...] gente procura plantar sempre para colher o melhor, bom para a saúde.*” A importância fundamental dessa prática, vai ser reforçada nos anos que se seguem, na forma de oficinas, encontros, entre outros modos de formação, também objetos de análise nesta pesquisa.

Lúcia (53 anos)¹⁰⁹, em seu depoimento, esclarece que a história do movimento (em um sentido mais amplo) está vinculada ao fato de que “*antigamente era assim, ninguém podia ter direitos, porque era*

¹⁰⁷ Como apresentado pelo MMC:

a) **Projeto Popular de Agricultura:** pela viabilização de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade.

(MMCBRASIL). Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

¹⁰⁸ Carolina, 70 anos. Entrevista realizada em 21/07/2008.

¹⁰⁹ Lúcia, 53 anos. Entrevista realizada em 03/08/2008.

muito reprimida e tudo”. Localiza, então, na formação e organização de um movimento, a produção de um lugar para reivindicar os direitos.

A pesquisa de campo realizada junto ao grupo possibilitou acompanhar atividades municipais, regionais e estaduais. Nesse período, em atividades locais o movimento reunia, frequentemente, mulheres oriundas de quatro comunidades rurais do município. Representantes do município se fizeram presentes em atividades regionais e estaduais. A frequência dessa representatividade, entretanto, é desafiada pelo tipo de trabalho que as mulheres realizam (em regime de dedicação exclusiva, como é o caso das agricultoras que trabalham com sistemas de integração de aves e plantio de fumo), por problemas de saúde pessoais ou de algum membro da família, assim como por outras demandas individuais e familiares. Nesse período, o grupo não realizou reuniões mensais, além das previstas na agenda de atividades organizadas pelo movimento estadual (na forma de oficinas e cursos de formação, assembleias, planejamentos, entre outras). Segundo Beatriz (55 anos), até o ano passado (2007), trabalhavam com uma reunião mensal, só que cancelaram, porque as mulheres não vinham e, quando vinham, queriam uma reunião rápida, pois aproveitavam para ir ao banco, à farmácia... Com os interesses do movimento mesclam-se outros, que podem culminar ou não, em práticas afinadas.

2.4 As mulheres entrevistadas

Conforme apresentei na introdução, as mulheres entrevistadas são integrantes do MMC/SC nos municípios de Urussanga, Orleans e Treviso. Das 18 mulheres entrevistadas, duas estão na faixa etária de 40 a 49 anos, 11 na faixa de 50 a 59 anos, duas de 60 a 69, três de 70 a 73. Quanto à naturalidade, 17 mulheres nasceram em municípios da região sul e uma nasceu em um município do Rio Grande do Sul. No que diz respeito à escolaridade: duas concluíram a 2ª série do ensino fundamental; cinco, a 3ª série; cinco, a 4ª série; uma, a 7ª série; e quatro concluíram a 8ª série do ensino fundamental. Uma é graduada e especialista. Quanto ao estado civil e ao número de filhos, 13 são casadas e têm de um a quatro filhos, duas são viúvas e têm três e sete filhos, uma é separada e têm três filhos, duas são solteiras e não têm filhos. 11 destas têm netos. 10 são aposentadas. Residem em

propriedades que foram adquiridas por meio de recursos próprios, ou por herança. Três das mulheres entrevistadas relataram que moraram com os sogros e cuidaram destes até que viessem a falecer, permanecendo na propriedade por conta da herança familiar.

Algumas das mulheres relataram que os maridos trabalharam (ou ainda trabalham) em indústrias e mineradoras da região (alguns já estão aposentados), de modo que a produção agrícola para venda limitava-se (limita-se) ao que era (é) possível produzir com a força de trabalho disponível na família. É importante considerar, de acordo com os depoimentos, que os/as filhos/filhas, em sua maioria, realizam atividades não agrícolas. Como apresentei no tópico sobre a contextualização geográfica, histórica e sócio-econômica dos municípios, a criação de estabelecimentos industriais, entre outros, provocou mudanças nos modos de vida dos trabalhadores e modificou o cenário agrícola da região. Como efeito da substituição da agricultura pelas minas de carvão e por outras indústrias, pode-se deduzir uma feminização do trabalho nas unidades familiares rurais (ou uma participação masculina esporádica) e a produção para o consumo familiar, em sobreposição à produção para venda. Isso parece ter contribuído para sobrecarregar de atividades o cotidiano das mulheres, como esclarece Janete (59 anos)¹¹⁰:

J: É muito diferente de uma vez. Porque eu também peguei uma época, hoje já estou quase com 60 anos, uma parte daquele tempo ali. Assim que eu me casei, eu trabalhava só na lavoura também. O meu marido, nós éramos agricultores mesmo, naquela época, antes que o meu marido saísse para trabalhar. Então, depois eu fiquei sozinha e aí trabalhei mais ainda.

G: Ele saiu um período para trabalhar fora?

Sim. Trabalhou fora, dos 35 anos em diante, que hoje está aposentado.

G: Onde ele trabalhava?

J: Ele trabalhava na Companhia CCU (Cia. Carbonífera de Urussanga), mas, ultimamente na cerâmica.

G: E nesse tempo que ele trabalhou fora?

J: Se a gente continuava na lavoura? Sim. Eu trabalhava na lavoura sozinha e um pouco ele me

¹¹⁰ Janete, 59 anos. Entrevista realizada em 30/06/2008.

ajudava, assim que ele chegava do serviço. Tinha épocas assim de verão, ainda sobrava um tempinho.

Considerando a relação entre trabalhos agrícola e não agrícola, apontada por Janete, parece pertinente tecer reflexões a partir da noção de pluriatividade, em termos da combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas (dentro e fora da unidade agrícola familiar) por parte de um ou mais membros da família. Esse processo se repetiu na dinâmica familiar descrita por outras entrevistadas, assim como em grande medida, ocorre nos municípios estudados e em demais municípios brasileiros. Este “exercício de diferentes atividades”, inclusive, no depoimento de Janete, coloca em jogo o reconhecer-se como agricultora, visto que ela se refere a uma época em que eram *agricultores mesmo*.

Conforme expõe Maria José Carneiro (1998, p.148):

As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade.

No dizer da autora, trata-se de uma formulação recente no meio acadêmico brasileiro, envolvendo, sobretudo, estudos “[...] voltados para a Região Sul do país, onde a relação entre trabalho industrial e trabalho agrícola vem se tornando uma alternativa para pequenos agricultores (Schneider, 1994 e Anjos, 1995)”¹¹¹. Carneiro ressalta, no entanto, em relação ao estudo da categoria colonos-operários, o pioneirismo de Giralda Seyferth (1987), que chama a atenção para a realização de atividades assalariadas por colonos em Santa Catarina, especialmente mulheres e crianças, no início do século XX¹¹². “Porém, é somente a

¹¹¹ Referências bibliográficas citadas por Carneiro (1998, p.158):

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do sul**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UNICAMP, 1994.

ANJOS, F. S. **Agricultura Familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.

¹¹² Referência bibliográfica citada por Carneiro (1998):

partir da década de 30 que o trabalho nas indústrias passa a compor a produção camponesa, configurando uma situação em que a lavoura complementa os salários, institucionalizando-se a agricultura de tempo parcial.” (CARNEIRO, 1998, p.158).

Sérgio Schneider (2003, p.101), em artigo que objetiva contribuir com o debate sobre “a agricultura familiar no Brasil em situações de pluriatividade”, apresenta um referencial de análise que possibilita entendê-la como uma “estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais”. O autor faz uma revisão da literatura e uma discussão sobre possibilidades analíticas e conceituais. Nessa trajetória, são feitas referências às distinções entre pluriatividade (*pluriactivité*) e agricultura em tempo-parcial (*part-time farming*), utilizadas como sinônimos até meados da década de 1980, com destaque apenas ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente de analistas de tradição acadêmica francesa e o segundo de língua inglesa¹¹³. As formas pioneiras de pluriatividade na agricultura, o “trabalho rural acessório” e as “atividades não-agrícolas complementares”, apresentadas nas teorias de Kautsky (1980) e Chayanov (1974)¹¹⁴, como “complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses”, também são objetos de revisão e discussão. Diante do objetivo proposto, o autor trata de estudos sobre pluriatividade no campo da teoria social contemporânea, com ênfase nas contribuições da sociologia rural. Na apresentação da pluriatividade como característica da agricultura familiar, Schneider (2003, p. 112) esclarece:

SEYFERTH, G. Aspectos da proletarização do campesinato do Vale do Itajaí: os colonos-operários. In: LEITE LOPES, S. (Coord.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p.127-145.

¹¹³Schneider (2003, p.102) traz uma discussão acerca dos dois conceitos, observando que “a principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming* (agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de *monoactivité* (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a ideia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura ‘monoativa’ ou em ‘tempo integral’ são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente”.

¹¹⁴KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta, 1980.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola.

No que apresenta o autor, há que se considerar os diferentes atravessamentos que constituem uma situação de pluriatividade, os quais não dizem respeito apenas ao mercado de trabalho, mas dependem também de decisões individuais e familiares. Sendo assim, a situação de análise deve se estender ao conjunto de “motivos” presentes na escolha pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Nos limites do que foi possível ouvir e ver, diante dos objetivos primeiros do estudo e sua produção no registro de outros interesses, a situação descrita por Janete¹¹⁵ não se diferencia das narradas pela maioria das mulheres, no panorama de uma combinação entre o aumento da oferta de emprego não agrícola assalariado (decorrente de uma dinâmica sócio-econômica de criação de áreas industriais nas regiões) e uma agricultura de investimentos e recursos (econômicos, sociais, ambientais, entre outros) cada vez mais precários.

Nessa direção, é admissível falar em um conjunto de condições de possibilidades para a produção de um ou mais agricultores/as pluriativos, que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, em unidades familiares específicas. Não é possível aqui falar de outras condições que podem estar em jogo no âmbito dos anseios individuais

¹¹⁵ Entrevista já citada.

de cada membro e da unidade familiar. Pode-se, entretanto, indicar algumas condições (ou motivos), a saber: a opção pela realização de atividades não agrícolas por parte de um ou mais membros da família está atrelada ao fato de que a unidade não consegue, por meio de atividades agrícolas, manter o equilíbrio trabalho-consumo (CHAYANOV, 1981)¹¹⁶; a unidade familiar não gera renda para atender as necessidades dos seus membros e investir na propriedade em termos de “tecnologias” e alternativas de produção; o tamanho da propriedade rural não é suficiente para atender as necessidades da unidade familiar por conta do número de filhos.

Com certeza, a noção de pluriatividade e o seu uso para explicar determinadas situações conduzem a uma discussão complexa. Paulo Roberto R. Alentejano (2001) observa que transformações em curso na sociedade brasileira apresentam desafios aos estudiosos das relações sociais no campo, de forma que o debate sobre a noção de pluriatividade decorre de tentativas empreendidas para explicar novos processos e atores que se constituem a partir daí. Ao que parece, no caso da maioria das mulheres entrevistadas e seus maridos (e filhos/a em outros casos), é razoável incorporar a noção de pluriatividade a partir do que apresenta Schneider (2003).

No estudo realizado, por um lado, tendo em vista a proximidade entre algumas propriedades rurais e urbanas, o deslocamento de membros da família (marido, filhos/as, netos/as) para trabalhar em estabelecimentos industriais, comerciais, entre outros, pode ser diário, com retorno ao final da jornada¹¹⁷. Por outro lado, observa-se a migração de filhos/filhas (casados/as ou solteiros/as) para os centros urbanos, provocando certo “rompimento com o rural”. Sobre esse possível rompimento, Marta (54 anos)¹¹⁸, uma das integrantes do movimento, observa: *“E os filhos, já ninguém quer mais roça, abandonou tudo a roça [...] E assim, vai de um lado para o outro [...] olha, a agricultura aqui vai se acabar [...] Não tem este que vai dizer ‘eu vou ficar, vou levar, vou cultivar o que o meu pai fez e levar para frente’ ”*. Esse trecho da entrevista de Marta traz para o foco a temática

¹¹⁶ É oportuno ponderar que as necessidades dos membros de uma unidade familiar não são homogêneas e não se limitam à alimentação ou vestuário, produzem-se e se reproduzem em uma sociedade contemporânea de consumo.

¹¹⁷ Sobre pluriatividade e agricultura familiar ver o estudo de Maurício Alves (2008), realizado em São Ludgero, município vizinho aos municípios estudados.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero**. 2008. 381 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

¹¹⁸ Marta, 54 anos. Entrevista realizada em 22/07/2008.

da juventude rural e seus projetos de vida, os quais podem não incluir a permanência na área rural e a atividade agrícola¹¹⁹.

De acordo com as entrevistas, entre as mulheres casadas, com base nos arranjos cotidianos (pelo fato de estarem ou não aposentados/as)¹²⁰, o casal realiza o trabalho, sendo que as que têm filhos/filhas solteiros/as em casa contam com auxílio esporádico (de acordo com as atividades não agrícolas que estes realizam). No caso das mulheres solteiras, uma delas realiza as atividades agrícolas em parceria com um irmão (também solteiro) e a outra é a única responsável pela propriedade. Ambas cuidam das mães idosas. A que está separada tem uma filha que mora com ela e que, em consonância com sua atividade não agrícola, contribui com as atividades realizadas na propriedade. As duas mulheres viúvas moram sozinhas, sendo que uma delas arrendou parte da propriedade (realizando atividades na horta, no pomar e na criação de animais) e a outra sempre trabalhou em terras que não eram suas, de modo que com a aposentadoria se dedica ao cuidado da casa e do jardim. Quando perguntadas sobre a profissão/ocupação, com exceção de uma das mulheres (professora aposentada), definiram-se como agricultoras. Em alguns casos, as mulheres enfatizaram que trabalham na roça desde crianças, como mostra o relato de Carolina (70 anos)¹²¹:

Eu comecei como agricultora. Desde os oito, nove anos, nós já ia para a roça. No tanto, que o meu falecido pai me tirou da escola para trabalhar na roça. Porque, naquela época, a família era criada com o próprio sustento do que eles faziam na lavoura. Então, como a família era grande, precisava de muita mão-de-obra.

A referência feita à definição “agricultora” na interface com a exploração agrícola familiar pode ser lida a partir da teoria de Chayanov (1981). Para o autor, na busca pelo equilíbrio entre o trabalho e o consumo, tendo em vista que nesse sistema agrícola os meios de produção e a força de trabalho são da família, o grau de exploração do trabalho e o equilíbrio interno (equilíbrio trabalho-consumo) estão

¹¹⁹ Sobre a temática juventude e agricultura familiar em municípios de Santa Catarina, entre outros, ver Stropasolas (2006), Gesser (2004), Silvestro et al (2001).

¹²⁰ É fundamental considerar que a aposentadoria do casal (ou de um dos seus membros) faz diferença no orçamento doméstico e contribui para a reorganização da dinâmica cotidiana de trabalho no sentido de jornadas mais flexíveis.

¹²¹ Entrevista já citada.

atrelados ao tamanho e composição da família. O trecho da entrevista de Carolina indica também que ocorreram mudanças em termos de tamanho da família e do seu sustento ser provido apenas pela “lavoura” que produzem. Com base nisso, faço menção ao que vi e ouvi de algumas mulheres sobre o que (como) produzem e sua finalidade (consumo familiar e venda).

Nas visitas que fiz a fim de realizar as entrevistas, foi possível observar conjuntos compostos por casa, jardim, roça, horta, pomar, açudes, galinheiro, chiqueiro, galpões, aviário, entre outros. As mulheres entrevistadas relataram que criam animais (bovinos, aves de corte e de postura, suínos) e produzem feijão, milho, batata-doce, amendoim, aipim, cana-de-açúcar, hortaliças, frutas, queijo, manteiga, vinho, entre outros, para o consumo familiar e, em alguns casos, para venda. Uma das mulheres tem um aviário de frangos de corte (sistema de integração) e trabalha em parceria com o marido, outra tem um aviário de frangos de postura e outra vende a produção de leite para uma indústria da região, ambas também em parceria com os maridos. Outra entrevistada, por meio de um projeto municipal, planta batata, aipim e milho para escolas. A venda da produção (bolachas, pães, ovos, entre outros alimentos) em uma feira é feita também por uma das entrevistadas. Quatro das mulheres entrevistadas relataram que já trabalharam com a produção de fumo. Atualmente, uma dessas mulheres mantém o cultivo do fumo. Outras, ainda, vendem o que produzem para amigos e vizinhos, para o comércio local ou fornecem (sem cobrar) para parentes (filhos, netos, irmãos, pais...).

O milho e a cana, a gente planta para o gado. A gente tritura e faz silagem para o gado. Para vender, a gente não planta mais. Só para o gasto e para dar para os filhos. (Sônia, 59 anos)¹²²

Eu vendi bastante feijão. O mais que eu vendi foi para os meus irmãos [...] Milho, então, eu vendi pro I. M. Ele não é da família. [...] É assim, como a gente tem o aipim, tem a batata, tem abobrinha, mas a gente não vende, acaba dando. Não é vendido. A gente acaba dando pra um, pra outro (Eliane, 52 anos)¹²³.

¹²² Sônia, 59 anos. Entrevista realizada em 29/08/2008.

¹²³ Eliane, 52 anos. Entrevista realizada em 01/07/2008.

Então, a gente planta cana para as criações, este ano plantei milho. Deu bom para o gasto e tudo. Eu tenho horta. Mas, na verdade mesmo, vender mesmo, aquela coisa, não. A gente planta para comer, para o gasto, para o consumo próprio. (Vânia, 55 anos)¹²⁴.

A gente planta aipim, amendoim, abóbora, pepino, verdura nem se conta. Feijão, eu nunca compro, sempre colho na minha horta. A gente planta um pouco de tudo. (Carolina, 70 anos)¹²⁵.

Queijo, quando tem a mais, a gente vende. Ovos, vinho [...]. (Salete, 60 anos)¹²⁶.

A gente planta de tudo um pouco. Milho, feijão (hoje é menos), amendoim, batatinha, o gadinho [...] a comercialização é no mercado, às vezes, nas casas, quando é o queijo, outras coisinhas assim, tipo amendoim. Feijão, quando a gente produzia feijão, era direto nos mercados e cooperativa do município. (Luíza, 46 anos)¹²⁷.

Porque o que eu planto pra colher aqui, no caso, não precisa ele (marido) comprar ou eu. O dinheiro dele sobra mais pra gente pagar alguma prestação, alguma outra coisa. Daí, a gente não precisa comprar tudo o que comprava no mercado. Eu não faço rancho, mercado, supermercado, como os outras vão lá e fazem, trezentos, quatrocentos, quinhentos reais. Eu não faço. Eu planto bem dizer tudo. Eu tenho galinha, porco, criação de gado. [...] Verdura, feijão, arroz, milho. Tudo quanto é espécie de verdura tu tem. Batata, aipim. Não tem necessidade de tu comprar tudo lá no supermercado. Eu evito muito as coisas lá no mercado. (Vera, 44 anos)¹²⁸.

¹²⁴ Vânia, 55 anos. Entrevista realizada em 05/08/2008.

¹²⁵ Entrevista já citada.

¹²⁶ Salete, 60 anos. Entrevista realizada em 22/07/2008.

¹²⁷ Luíza, 46 anos. Entrevista realizada em 15/10/2008.

¹²⁸ Vera, 44 anos. Entrevista realizada em 21/07/2008.

Se mudanças aconteceram, se o número de consumidores na casa diminuiu ao longo dos anos, assim como a força de trabalho necessária para o equilíbrio interno da unidade (trabalho-consumo), a produção para o consumo familiar ocupa ainda um lugar central no cotidiano das famílias. A discussão é complexa e sugere pensar as relações entre campesinato e agricultura familiar, tornando significativo considerar que as mudanças não dizem de uma ruptura total com “[...] formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.” (WANDERLEY, 2001, p.22). No cerne dessa tradição está a relação “propriedade, trabalho e família”.

Na direção do que apresenta Woortmann (1990), no sentido de uma ética camponesa, propriedade, trabalho e família se apresentam como valores, produções culturais de sujeitos históricos. Desse modo, ao invés de camponeses, “[...] *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.” (WOORTMANN, 1990, p.13). A produção para o consumo familiar como prioridade faz parte desse modo vida, inteligível a partir de uma determinada matriz cultural, nas palavras de Klaas e Ellen Woortmann (2005, p.13):

Lembrando que a família se origina de *famulus*, quer dizer, famintos ao redor de um pote ou panela com comida, ou que nos recenseamentos da Coroa Portuguesa, registravam-se os “fogos”, quer dizer, casas com famílias ao redor do fogão, podemos dizer que o ideal da família camponesa é organizar sua produção conforme suas características e necessidades, e em segunda prioridade, para a venda. Para eles, produzir significa levar em conta as necessidades de alimentos de crianças, idosos e doentes, para aqueles membros que trabalham pesado etc.

Conforme os autores, neste “ideal da família camponesa”, as necessidades alimentares se colocam em primeiro plano e é em torno destas que seus integrantes se organizam. Catia Grisa (2007, p.163), em estudo sobre a agricultura familiar e a produção para o autoconsumo em quatro regiões do Rio Grande do Sul, evidencia que esta “[...] se mantém no modo de vida dos agricultores contemporâneos e desempenha funções importantes para sua reprodução, notadamente no

que diz respeito à manutenção da autonomia”¹²⁹. No caso das mulheres entrevistadas, tal forma de produção está presente até os dias de hoje. Além de manter a mesa farta, por vezes, essa produção também é motivo de orgulho pelo fato de que não são utilizados agrotóxicos, adubos químicos, “sementes compradas”... Como relatou Vera: “*tudo o que eu planto, que colho, a partir das minhas flores ao redor da minha casa, a partir de cinco hectares que eu tenho, nada eu contamina com veneno, com espécie de nada [...] eu não gosto de botar nada na planta de veneno*”. Esta forma de produção (sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos, buscando o resgate de sementes, entre outras especificidades do processo) vem ao encontro das práticas preconizadas pelo movimento e foi tema de atividades que acompanhei na região, as quais serão apresentadas e analisadas nos próximos capítulos. Trabalhar a terra, portanto, envolve um saber-fazer que não se limita a um repertório de ações técnicas, mas inclui também ações simbólicas, produção de cultivos e de cultura (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Quanto ao tempo aproximado de participação no movimento: 14 anos (10 mulheres), 10 anos (duas mulheres), cinco anos (quatro mulheres) e dois anos (três mulheres). Em sua maioria, as mulheres relataram que o início da participação no movimento se deu por meio de convites e pela necessidade de compartilhar questões comuns, promover mudanças na vida pessoal, ensinar-aprender, construir amizades... .

Mais por vontade minha também, de me interessar assim das ideias. E também quando a gente tem encontros, que vem palestrante de fora. A gente nunca pode dizer, “sei tudo”. Sempre aprende alguma coisa. Sobre a própria experiência de certas mulheres... E a gente também vai crescendo. Com as experiências das outras, a gente vai se aprofundando também. (Regina, 56 anos)¹³⁰.

¹²⁹ Grisa (2007, p.29) esclarece que “algumas das primeiras referências à produção para o autoconsumo nos estudos sobre o campesinato podem ser encontradas nos trabalhos de Chayanov (1974) e Wolf (1976). Embora como objetivos mais amplos, dirigindo-se à compreensão da organização da unidade camponesa, esses autores dão importantes contribuições para o entendimento do papel desempenhado por essa produção na reprodução das unidades familiares. No Brasil, seguindo, sobretudo o modelo interpretativo de Chayanov, os trabalhos de Afrânio Garcia Júnior, Beatriz Heredia e Klaas e Ellen Woortmann, também estudam o processo produtivo e as estratégias de reprodução dos camponeses em regiões distintas do país, em todos eles transparecendo a produção para o autoconsumo como estratégia expoente”.

¹³⁰ Regina, 56 anos. Entrevista realizada em 21/08/2008.

Para Janete (59 anos)¹³¹, o movimento é descrito como um lugar de realizações, de aprender a trabalhar em grupo, espaço de trocas, em contraste com o cotidiano solitário das mulheres agricultoras.

Eu fui convidada pra participar. Então, eu comecei, fui para ver o que era. Fui e gostei. Cheguei lá, encontrei aquelas amigas, tudo, a gente começou o trabalho. Gostei e gosto! É uma coisa que eu me realizei [...] Porque a gente, assim, agricultora, é uma vida meio sozinha, meio parada, eu digo. Em função da terra, trabalhar, mas sair é pouco. Pelo menos, pra mim. Atividade de casa, da lavoura. Então lá, a gente se encontrou, conversa muitas coisas, boas amizades. O trabalho, juntas, é muito bom, eu gostei. Por isso que eu estou há tanto tempo. Se Deus quiser, eu vou ficar a minha vida toda.

Ana (56 anos)¹³² descreve dificuldades na vida pessoal, na iniciativa de participação no movimento, de forma a localizá-lo como lugar de mudança: “*Porque a minha vida não estava encaminhando bem [...] então, eu comecei a participar no movimento e comecei a me conscientizar que aquilo parece que ia fazer bem para mim*”. O movimento como lugar de produção de mudanças, de certo modo, parece estar subjacente à decisão de participação. No estudo de Kroth (1999), a relação participação/mudança atravessa as narrativas das mulheres entrevistadas, sendo descrita como positiva em suas vidas.

As mulheres começaram aos poucos questionar esse contexto de sua realidade específica de marginalização [...] não só passaram a se apropriar de uma nova visão de si e da situação a que estavam envolvidas, como foram gradativamente propondo uma intervenção mais qualificada, tanto na família e na sociedade, como nas próprias organizações populares. (KROTH, 1999, p. 101).

Essa ordem dá a entender possibilidades de mudança na relação com a família e com a sociedade, em que uma “nova visão de si” é

¹³¹ Entrevista já citada.

¹³² Entrevista já citada.

necessária. Logo, a mudança nas relações sociais passa necessariamente por práticas por meio das quais as mulheres precisam se “conscientizar” para mudar a sua vida e o seu entorno. Em razão disso, a passagem do privado ao público é condição para se ter uma “nova visão de si” e promover mudanças. Céli Regina Jardim Pinto (1992, p.135) ressalta a importância da “ruptura do ‘eu’ enquanto constituído no privado, e sua inserção no espaço público”. Neste ir e vir, de certa maneira, ocorre a produção de outras posicionalidades pela circulação entre os espaços privado e público.

De modo geral, as mulheres relataram apoio dos familiares para a participação no movimento. Em alguns casos, no entanto, a falta de apoio indica certo temor em decorrência das mudanças que poderiam advir da participação das mulheres no movimento, especificamente no que se refere à manutenção de certa ordem familiar. Nessa direção, a participação das mulheres no movimento era vista como uma ameaça à ordem familiar. Como descreve Ana¹³³:

Eles diziam que eu ia perder o meu tempo [...] que eu estava pegando um caminho errado [...] que eu não ia me dar bem ali [...] que eu ia me dar mal e que eu só ia acabar com as famílias [...] não só com a minha, mas com as famílias [...] Ninguém concordava com isso.

O depoimento de Emília¹³⁴ apresenta a preocupação com a manutenção da família, mas apresenta também outro aspecto:

Que no começo, eles falavam que estas mulheres mandavam as mulheres se separar, inventavam um monte de coisa. [...] Então, tu sabes que os homens querem a mulher submissa, especialmente, na roça, eles não admitem separar. Até porque a mulher não tinha um jeito de sobreviver uma vez, era bem mais difícil. Se tiver apoio dos filhos dá, senão, não dá. Fica ali sofrendo a vida inteira, como as antigas fizeram. É complicado.

Emília traz a junção de questões que mostram a construção de uma determinada posição, em que as regras de existência restringem o

¹³³ Entrevista já citada.

¹³⁴ Entrevista já citada.

campo de posicionalidades. A dificuldade de manter a própria sobrevivência se estabelece como uma das questões que legitima a submissão e produz o não lugar da mulher “descasada”. De outro modo, se os filhos apoiarem a separação, a função de provedor pode ser transferida aos filhos e, neste caso, pode se manter certa relação de dependência. De acordo com Paulilo (2003, p.201):

Quando nosso objeto de estudo são mulheres rurais adultas, podemos ter certeza de que são também casadas e de que dificilmente pensariam a vida fora do casamento, pois o único treinamento profissional que recebem é o de ser agricultora e só serão pelo casamento.

No que segue, Paulilo se refere ao fato de que por conta disso a exclusão da mulher na herança não é muito citada, porém isso não significa que seja aceitável. O resgate dessa discussão se faz no sentido de evidenciar que, se a herança não pode ser igualmente dividida entre os filhos, “[...] as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como ‘filhas ou esposas de agricultor’”. (PAULILO, 2003, p.189). É possível acenar aí que a posição “submissa” da mulher, como refere Emília, sustenta determinada dinâmica familiar.

Então, o que está em jogo com a participação das mulheres é manutenção ou não de certa norma familiar. Talvez, o que causa temor é a possibilidade de o movimento se constituir como lugar de questionamento de determinados arranjos familiares e de abertura a outros. As práticas e lutas do movimento expõem relações que não se limitam à unidade doméstica, ao mesmo tempo em que lhe impõe a construção de novos arranjos.

[...] seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar na qual tradicionalmente o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas [...]. (PAULILO, 2003, p.192).

Retomando a falta de apoio para participar do movimento e, ainda, o fato de que esta participação iria “acabar com as famílias”, os

efeitos foram de produção de uma forma de “participação controlada”, como descreve Ana¹³⁵: “*Eu tinha dificuldade de participar, porque eu era até proibida de sair de casa [...] daí eu dava uma escapadinha lá na casa dela (vizinha) [...] para ela ir lá, para depois trazer para nós aqui [...] não dizer que toda reunião eu ia, mas sempre que eu podia, eu estava lá*”. Na direção do que apresenta Foucault (1995, p.243), pode-se dizer de uma forma de participação que se deu pela abertura de fendas, de “[...] um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.”

A abertura de fendas de participação se dá em casos em que o ponto central não é a ameaça a um modelo hegemônico de família, mas às concepções diferentes de movimento social que são mobilizadas entre familiares. Assim, para evitar conflitos na família, tem-se uma participação no movimento não divulgada, como descreve Beatriz (55 anos)¹³⁶: “*Eu não comento muito na família isto, porque eles não têm este entendimento assim do que é um movimento social [...] eles têm uma visão urbana das coisas [...] para evitar atritos, então, eu fico mais comigo mesma.*” Em seu estudo sobre líderes e participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR), Rosineide de L. M. Cordeiro (2007, p.135) ressalta:

Mesmo que as mulheres reconheçam que aprenderam a sair de casa e transitar em outros espaços, elas ainda enfrentam muitas dificuldades. Poderíamos dizer que esta ainda não é uma conquista plenamente estabelecida para as participantes do MMTR, e muito menos para todas as mulheres. Nos depoimentos é possível identificar três tipos de obstáculos: a distância e o acesso a transportes; a falta de apoio da família; ‘as críticas’ dos parentes, vizinhos e da comunidade.

Os depoimentos de Ana e de Beatriz, assim como na descrição feita por Emília sobre a concepção local do movimento (*mulheres mandavam as mulheres se separar*), sugerem que a falta de apoio dos familiares como obstáculo não impediu a participação e propiciou, de certa forma, a criação de estratégias que pudessem assegurá-la.

¹³⁵ Entrevista já citada.

¹³⁶ Entrevista já citada.

A maioria das entrevistadas, além de participar de atividades municipais, já participou de atividades regionais e estaduais do movimento. Hoje, por problemas de saúde, por questões de trabalho, por estarem cuidando de parentes idosos, entre outras situações, algumas das mulheres relataram limitações no que diz respeito à participação em atividades fora do município. As participações (e as lideranças) em atividades na comunidade (associações de moradores, entre outras), na igreja (sendo que entre as mulheres predomina a religião católica), no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos clubes de mães e grupos de terceira idade, também figuram neste cenário. Nos capítulos que seguem, de forma mais específica, analiso a participação das mulheres em atividades do movimento, lutas de gênero, a constituição de sujeitos e subjetividades, assim como sua construção em municípios da Regional Sul.

CAPÍTULO 3
SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM LUTAS DE GÊNERO:
“FRAGMENTOS DE OUTROS TEMPOS” NA CONSTRUÇÃO
DO MMA/SC EM MUNICÍPIOS DA REGIONAL SUL
(1994-2003)

Mulher Agricultora

(Letra e música: Antonio Gringo)

Mulher agricultora mostra a tua cara.
 Entra nessa luta, com a tua garra.
 Vamos construindo a nova sociedade
 Brigando por direitos, justiça e igualdade.

Busquemos com coragem e com muita paixão,
 ternura e esperança em nosso coração,
 exigimos respeito e participação,
 declarando guerra aos que nos dizem não.

É o novo jeito de parir a vida.
 Trabalhar a terra, produzir comida.
 Homens e Mulheres, nesta relação,
 é a sociedade em transformação.

Mulher agricultora, desperta
vem lutar
Unidas e conscientes iremos
caminhar.
Sabemos que o futuro está em nossas mãos,
mostremos nossa força e
organização.

Neste capítulo, busco analisar a produção de sujeitos e subjetividades em lutas de gênero do MMA/SC, em municípios da Regional Sul, no período de 1994-2003. Para tanto, lanço mão de relatos das mulheres entrevistadas, publicações (cartilhas de formação, jornais...), relatórios de assembleias, de cursos de formação e de outras atividades. O texto final apresenta, entre outras, uma forma de tramar e juntar os fragmentos. Como descrevi na introdução, a seleção de publicações e documentos para compor a análise foi orientada pelas entrevistadas. As publicações e os relatórios foram lidos e analisados como prolongamentos das entrevistas com as mulheres.

Segui a ordem produzida pelas entrevistas, de modo que foram tecidos diferentes tempos de organização do MMA/SC nos municípios estudados, e de participação das mulheres nesse processo. Como afirma Ecléa Bosi (2003, p.31), “a memória opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns [...] são configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”. Em seu conjunto, as entrevistas sugerem o “encontro de trajetórias”, no sentido do entrelaçamento das histórias dos grupos e das mulheres envolvidas. As mulheres afirmam histórias acerca da construção do MMA/SC nos seus municípios, articulam terra, trabalho e família, reconhecem-se nessa produção e nela se subjetivam.

Para compreender a formação desse sujeito – mulheres agricultoras – me detive em três tópicos que formam este capítulo: a campanha da documentação; aprendendo a participar – trabalhadoras rurais se reúnem para organizar o MMA/SC em municípios da Regional Sul; “aprender para transformar” - questões em torno do processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes. No primeiro, mostro a campanha da documentação como um momento paradigmático do movimento, pois como dizem as cartilhas e documentos, a documentação garante para as agricultoras o status de cidadãs. Ao lutar pela cidadania elas se tornam um novo sujeito político: as mulheres agricultoras. No segundo, por meio de atividades específicas (assembleias e mobilizações públicas), analiso a organização do MMA/SC em municípios da Regional Sul e a participação das trabalhadoras rurais nesse processo. No terceiro, procuro analisar os investimentos do MMA/SC na formação de mulheres (trabalhadoras) militantes.

3.1 A campanha da documentação

Na primeira metade da década de 1980, quando da criação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, no foco das preocupações e das lutas estava o direito à sindicalização, como efeito da participação de mulheres na equipe de oposição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó¹³⁷. A palavra de ordem “[...] Oficialmente não existimos, queremos ser reconhecidas como trabalhadoras rurais”, como destaca Kroth (1999), faz referência ao direito à sindicalização em meio a uma cultura de desvalorização e discriminação da mulher¹³⁸.

É possível considerar que a partir de questionamentos acerca da não participação das mulheres nos sindicatos, embora realizassem atividades agrícolas, outras preocupações e reivindicações foram sendo produzidas. A preocupação relativa à sindicalização nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais desencadeou outras preocupações em torno dos direitos das mulheres à aposentadoria¹³⁹ (como seguradas especiais)¹⁴⁰,

¹³⁷ No artigo “poder e igualdade – relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina”, Valdete Boni (2004, p.289-290) ressalta que “a modernização da agricultura alterou as relações sociais no meio rural: os pequenos proprietários, arrendatários e meeiros sofreram um intenso processo de empobrecimento por não poderem acompanhar os preços dos novos insumos, enquanto a mecanização das lavouras substituiu a mão-de-obra, fazendo com que os assalariados formassem contingentes de desempregados. Isso se refletiu na organização de vários movimentos sociais. Entre eles, destacam-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que em Santa Catarina tem o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), e o movimento de Oposições Sindicais aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) existentes. O oeste de Santa Catarina foi o palco do surgimento desses movimentos. Apoiados pelo trabalho das alas progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Rurais, as oposições sindicais foram conquistando vários sindicatos considerados conservadores, entre eles o STR de Chapecó, conquistado em 1982, um dos maiores sindicatos de trabalhadores rurais do estado. A sindicalização das trabalhadoras foi uma das principais bandeiras da campanha da oposição sindical em Chapecó, uma vez que até o início dos anos 1980 eram poucas as mulheres rurais associadas a sindicatos da categoria. Dessas associadas, muitas eram viúvas. As casadas, na sua maioria, eram tidas como dependentes do marido, enquanto as solteiras, dependentes do pai.”

¹³⁸ De acordo com Kroth (1999, p.94), em nota de rodapé n. 212 - “O jornal ‘O Estado’. Florianópolis 23/12/84: *Mulheres do campo: Não queremos ser escravas*. Em meio a uma manifestação pública em defesa da política previdenciária, as mulheres agriculturas de Chapecó carregam consigo uma faixa, com o dizer: *Oficialmente não existimos. Queremos ser reconhecidas como trabalhadoras rurais*. Mov. de Mulheres de Chapecó. Isto chamou atenção do jornal que passa a registrar este momento.”

¹³⁹ Sobre as principais transformações da previdência social rural no Brasil e a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais como beneficiárias (aposentadoria por idade e salário maternidade), no contexto da legislação aprovada pelo Congresso Nacional em 1988, ver Anita Brumer (2002).

ao salário-maternidade, ao auxílio-doença, à documentação (pessoal e profissional), ao título de domínio e à concessão de uso da terra, grande parte propiciados pela Constituição Federal de 1988¹⁴¹.

Em agosto de 1994, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR/SUL, 1994) distribuiu a cartilha de formação e informação n.1, intitulada *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, que enfatizava em seu texto de apresentação: “[...] o objetivo de trazer informações e esclarecimentos sobre os seus direitos civis” e “a importância de ter todos os documentos que a Lei nos permite ter, a fim de garantirmos nossa cidadania plena.” (AIMTR/SUL, 1994, p.3).

Assim era lançada uma campanha central na trajetória do MMA/SC e dos demais movimentos de mulheres rurais articulados pela AIMTR/SUL. A centralidade dessa campanha pode ser observada tendo em vista que o acesso aos direitos civis requer que as mulheres tenham documentos pessoais e profissionais (carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de sócia do sindicato, bloco de notas de produtora rural, entre outros). Nessa direção, a cartilha referida foi um instrumento fundamental para informar e orientar as mulheres trabalhadoras rurais nos municípios e grupos de base. A capa da cartilha, ilustrada com a imagem de uma mulher e de documentos dispostos em um pé de milho, sugere o lugar de trabalho e da trabalhadora rural. Na contracapa, o texto intitulado “por uma nova mulher” indica que a posição de trabalhadora rural, em grande medida, ainda precisa ser construída e politicamente reconhecida.

¹⁴⁰“Segurado especial (produtor rural pessoa física sem empregados) são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada [...] estão incluídos nesta categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural [...] também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural e seus familiares”. Disponível em: <http://www.inss.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2009.

¹⁴¹ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16 mar. 2009.



Figura 6 - Capa da cartilha de formação
Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

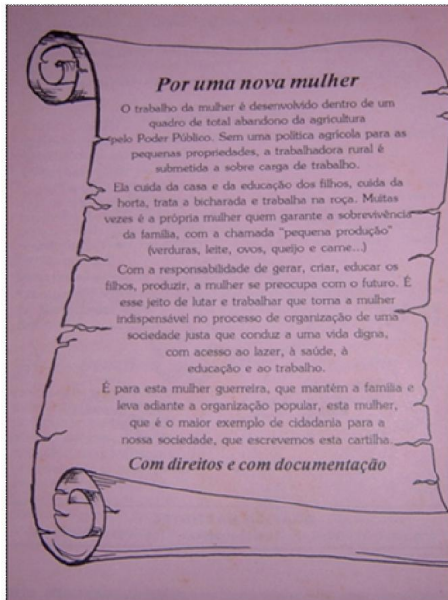


Figura 7 - Contracapa da cartilha de formação
Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

Antes de seguir com a discussão dessa campanha, cabe fazer referência à análise histórica feita por Carmen Diana Deere (2004, p.182) sobre a articulação de movimentos sociais rurais autônomos (dentre os quais o MMA/SC) e as lutas que foram assumidas em diferentes estados, em artigo que trata do acesso das mulheres à propriedade da terra, no contexto da reforma agrária brasileira e sob o prisma do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos sindicatos rurais e do movimento autônomo de mulheres rurais. A Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR/SUL)¹⁴², criada em 1988, teve sua criação estimulada no decorrer do primeiro encontro nacional de mulheres rurais autônomas, realizado em 1986, no município de Barueri (SP), e apoiado pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁴³. No ano de 1995, na ocasião de um encontro nacional que aconteceu em São Paulo e reuniu mulheres de 17 estados, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

Entre as resoluções passadas no encontro estava a de se concentrar em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde, e executar ações coordenadas em torno de um tema no dia 08 de Março (Dia Internacional da Mulher). (DEERE, 2004, p.189).

Nesse contexto, campanhas sociais no campo do reconhecimento da profissão trabalhadora rural e do direito à previdência social foram lideradas pela ANMTR-Sul e suas organizações constituintes, de modo que “o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC) de Santa Catarina, por exemplo, liderou a campanha em 1986, com 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais, a fim de colocar seus

¹⁴² Na ocasião, conforme esclarece essa autora, a criação de uma organização nacional foi vista ainda como uma decisão prematura, de modo que se optou pela organização de redes regionais. Sendo assim, a “AIMTR incluía as seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo.” (DEERE, 2004, p.197)

¹⁴³ É importante ressaltar que tal encontro, conforme Deere (2004), estimulou a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

direitos na pauta constitucional, levando-as até Brasília em uma enorme caravana.” (DEERE, 2004, p.182)¹⁴⁴.

É nessa perspectiva que Cândido Grzybowski (1990, p.47) descreve, em 1990, os movimentos de mulheres no campo como um “novo” movimento¹⁴⁵, por meio do qual são feitas reivindicações em torno do reconhecimento social e legal da situação das mulheres “como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social, etc.” Na trajetória dessas reivindicações, o autor faz referência aos movimentos de mulheres que se formaram no Rio Grande do Sul, Brejo Paraibano, Pará, Santa Catarina¹⁴⁶, entre outras formas de organização.

O texto de apresentação da cartilha *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos* demonstra que a garantia de uma “cidadania plena” está atrelada a determinadas regras de identificação e controle do Estado, as quais podem ser lidas a partir de uma “biopolítica da população”, no sentido atribuído por Foucault (2006a): além de centrar-se no corpo-máquina, com procedimentos disciplinares individuais (na produção de corpos dóceis e adestrados), por volta da metade do século XVIII, o poder se centrou no corpo-espécie, passando a regular a população em processos de nascimento, mortalidade, saúde, doença... “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” (FOUCAULT, 2006a, p.152). Com isso, segundo Foucault, abre-se a “era de um biopoder”, fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, por assegurar o controle dos corpos inseridos no aparelho de produção e por ajustar fenômenos de população aos processos econômicos. Entretanto, a exigência desse modo de

¹⁴⁴ Deere (2004, p.197), nota n. 58, “ANMTR, 1997, p.5. Entrevista com Jaci Kuhn Skeeren, membro da Comissão Nacional da ANMTR, em 23 de Junho de 1998, Brasília.”

¹⁴⁵ Entretanto, isso não significa desconsiderar a trajetória de participação das mulheres nas lutas sociais no campo, visto que “as lutas no campo já produziram mulheres líderes do porte de Elizabeth Teixeira (das Ligas Camponesas), Margarida Maria Alves (Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983), Maria Oneide Costa Lima (líder dos posseiros em São Geraldo, na conflagrada região do Araguaia – Tocantins).” (GRZYBOWSKI, 1990, 47).

¹⁴⁶ “O ‘Movimento de Base das Mulheres Agricultoras do Oeste Catarinense e Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, com núcleos hoje em aproximadamente 40 municípios, luta pela sindicalização das mulheres, seu direito à aposentadoria, direito à assistência médica e à indenização por acidentes de trabalho. Surgiu em Chapecó, em 1981, articulado à oposição sindical (vitoriosa em 1982), e adquiriu autonomia como movimento desde fins de 1982. Em abril, uma caravana de 80 mulheres entregou um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas ao ministro da Previdência Social, exigindo, além de outros direitos, a aposentadoria da mulher agricultora.” (GRZYBOWSKI, 1990, p.48).

produção não se limitou a isso, a vida em geral foi foco de investimentos, com a proliferação de técnicas de poder, presentes em todos os níveis do conjunto social, utilizadas por diferentes instituições (família, escola, polícia, medicina...) e voltadas para a produção da sujeição dos corpos e controle das populações.

Com base nessas colocações, não é de estranhar que o documento de identificação (pessoal e profissional) tenha sido considerado “um papel importante”. Para se ter acesso aos direitos trabalhista-previdenciários, entre outros, não basta ter um corpo e realizar atividades, é necessário nomear, provar e reconhecer sua existência como corpo que trabalha e, assim, regulamentar, entrar no jogo político e se submeter às suas regras para obter direitos. Ainda que a campanha da documentação (na sua interface com o reconhecimento cultural e a redistribuição sócio-econômica) legitime determinada categorização do indivíduo, marcando-o com sua própria individualidade e impondo-lhe uma lei de verdade (FOUCAULT, 1995), é preciso considerar também que essa campanha se fez para contestar outras formas de categorização e individuação, ou seja, contra formas de poder que produziam a exclusão das mulheres rurais de determinados direitos. Contrapor e aceitar determinadas regras, ao que parece, foi (é) a condição para se produzir e legitimar uma existência. A constituição da posição trabalhadora rural, desse modo, é condição fundamental para o acesso aos direitos trabalhista-previdenciários.

A produção de sujeitos a partir de determinadas categorias representacionais pode ser pensada também na direção do que discute Butler (2003) sobre a teoria feminista e a construção de uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres - como sujeito do feminismo - a fim de representar e conferir visibilidade às mulheres, considerando que suas vidas eram mal representadas ou não representadas. Embora importante, conforme essa autora, essa concepção entre teoria feminista e política começou a ser questionada pelo próprio discurso feminista, pelo fato de o sujeito das mulheres não ser mais compreendido como permanente. Esse questionamento, entre outras possibilidades evidencia a pequena concordância no que diz respeito ao que constitui (ou deveria constituir) a categoria das mulheres. Butler (2003, p.18) esclarece que “os domínios da ‘representação’ política e lingüística estabelecem *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a

representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito¹⁴⁷.”

Esta interface produção/representação do poder jurídico dá a ver que “a lei produz e depois oculta a noção de ‘sujeito perante a lei’¹⁴⁸, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei.” (BUTLER, 2003, p.19). Desse modo, Butler alerta para o fato de que não basta buscar formas de representação para as mulheres na linguagem e na política, mas a crítica feminista deve compreender como essa categoria é representada e reprimida pelas próprias estruturas de poder em que se busca emancipação. As questões apresentadas por Butler fornecem elementos para que diferentes formas de representação sejam vistas em seu processo constitutivo.

É fundamental levar em consideração que as lutas empreendidas pelas trabalhadoras rurais no início da década de 1980, principalmente no sul do país, em torno da aposentadoria e do salário-maternidade, na medida em que “o movimento avançava, esses direitos subordinavam-se ao reconhecimento de sua condição profissional de trabalhadoras rurais.” (BRUMER, 2002, p. 67)¹⁴⁹.

A experiência em análise, a campanha da documentação, não se esgotou na primeira metade da década de 1990 e não se limitou aos estados do sul do país. Na edição de nº. 32 do Informativo do MMA/SC (julho/agosto de 1997, p.02) foi publicada uma notícia sobre o lançamento nacional da campanha *Nenhuma trabalhadora rural sem documento*, em Brasília com a presença “[...] da vice-governadora do Distrito Federal, Arlete Sampaio, cerca de 20 parlamentares de vários partidos e da representação da Unifem, Junia Pugh”.

Essa campanha foi promovida pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR-BRASIL) em 1997. A nova cartilha - *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos!* - produzida e distribuída em 21 estados do país, como na edição de 1994, tratava dos

¹⁴⁷ Butler (2003) faz referência ao que observa Foucault sobre os sistemas jurídicos de poder no âmbito da produção e, subseqüente, representação dos sujeitos. Referência citada em nota por Butler: FOUCAULT, Michel. “Rìgh of Death and Power over Life”, in *The History of Sexuality*, Volume I, *An Introducon*, trad. Robert Hurley/Nova York: Vintage, 1990, publicado originalmente como *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir* (Paris: Galimard, 1978).

¹⁴⁸ Nota da autora: “As referências, ao longo deste trabalho, ao sujeito diante da lei são extrapolações da leitura que faz Derrida da parábola de Kafka ‘Before the Law’, in *Kafka and the Contemporary Critical Performance: Centenary Readings*, org. Alan Udoff (Bloomington: Indiana University Press, 1987), pp. 283-302.” (BUTLER, 2003, p.215).

¹⁴⁹ Entre outros estudos, ver também: SCHAAF, Alie Van Der. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

documentos (pessoais e profissionais) e direitos da cidadã, como se pode verificar no texto de apresentação.

A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – ANMTR – BRASIL traz até você esta Cartilha. A mesma apresenta informações e esclarecimentos sobre os direitos da cidadã. O objetivo é alertar todas as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil para a importância de ter seus próprios documentos. TER DOCUMENTOS PESSOAIS E TRABALHISTAS É UM PASSO NA CONQUISTA DE NOSSA CIDADANIA! [...] ‘NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS’. *Nossa história está mudando! Junte-se a nós na luta pela cidadania da mulher trabalhadora rural!* (ANMTR-BRASIL, 1997, p.01).

A capa da cartilha de 1997, comparada à capa da cartilha de 1994, traz em sua imagem a dimensão da campanha em curso, na medida em que, ao invés da imagem de uma única mulher (1994), têm-se mulheres trabalhadoras rurais emolduradas pelo símbolo do feminino () e o mapa do Brasil como pano de fundo. O texto apresentado na contracapa da cartilha de 1994 é resgatado na de 1997¹⁵⁰, e pode ser lido a partir de um feminismo orientado por uma “posição dualista”, “que valoriza a diferença e as contribuições sociais femininas”. (PINSKY e PEDRO, 2003, p.287).

¹⁵⁰ A cartilha *Nossa história, nossas lutas* (MMA/SC 2000, p.14) traz o seguinte texto: “Em oito de março de 1997, recuperamos esta data como um dia de luta, debates, apresentação de propostas para avançar na conquista da cidadania. Realizamos ações municipais, destacando-se a Regional de Concórdia, onde o movimento reavivou a luta do Contestado, mostrando-se a favor da construção da cidade santa, simbolizando o resgate da memória do Contestado. Em 07 de abril, dia mundial da saúde, foram feitos pedágios na cidade com a distribuição de adesivos ‘A saúde pública é um direito de todos’. O MMA participou ainda do 4º Grito da Terra Brasil, em Florianópolis, em meio às centenas de bandeiras vermelhas e lilases. Em agosto aconteceu a 2ª Caravana contra a violência no campo e pela reforma agrária. Visitamos os municípios de Tijucas, Rio do Sul, Lages, Caçador, Tangará, Faxinal dos Guedes, Chapecó e São Miguel do Oeste. Foram feitos debates e a apresentação da peça teatral ‘Guia dos direitos da mulher’. Nesta caravana, lançamos campanha pela documentação da mulher: ‘NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS’. No encerramento da caravana, reunimos duas mil mulheres, em São Miguel do Oeste, com o povo se dirigindo em passeata até o fórum, realizando um ato de repúdio pela morosidade e descaso com tantos atos de violência contra as lideranças do povo, exigindo o julgamento dos mandantes do assassinato de Margarida Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande, Paraíba.”

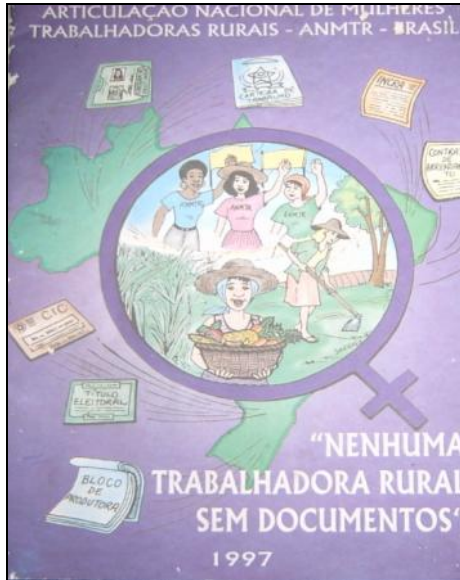


Figura 8 - Capa da Cartilha de formação
Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

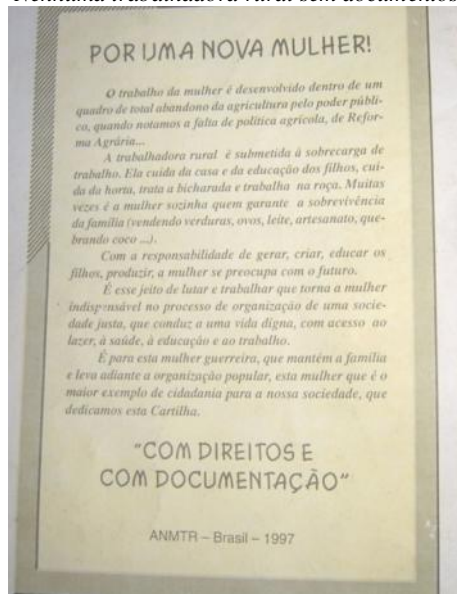


Figura 9 - Contracapa da cartilha de formação
Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

As temáticas centrais apresentadas nas cartilhas de 1994 e 1997 não se diferenciam. Na edição publicada em 1994, com o tema “A mulher – descobrindo o seu espaço”, são apresentadas questões em torno do surgimento de movimentos sociais, com destaque aos movimentos e organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, as lutas e conquistas de direitos. No quadro cronológico apresentado, seguem as seguintes informações: em 1991 – conseguimos a aposentadoria aos 55 anos para a mulher, e aos 60 para o homem; em 1992 – conquistamos o benefícios por acidente de trabalho; em 1994 – conquistamos o salário-maternidade. Em torno do título “documento – um papel importante” é feita referência ao fato de que “os documentos se fazem necessários em toda a nossa vida, a partir do nascimento” e às mudanças ocorridas na relação das mulheres com esses documentos, os quais lhes possibilitam sair de uma posição de dependência (do pai, do irmão, do marido) para uma posição de autonomia frente à vida pessoal e social (AIMTR/SUL, 1994, p.5-6). A figura abaixo, que ilustra o texto da cartilha, sugere outra posição de sujeito¹⁵¹ na trama das alterações das relações de gênero no cotidiano das famílias camponesas, a da mulher como produtora rural.



Figura 10 - Ilustração da cartilha de formação
Nenhuma trabalhadora rural sem documentos
(AIMTR/SUL, 1994, p. 07).

Nessa lógica, “Veja como fazer para tirar seus documentos”, título subsequente, traz uma lista de documentos pessoais e

¹⁵¹ Na concepção apresentada por Foucault (1995).

profissionais, na ordem “para que serve e como encaminhar”, conforme segue: Carteira de Identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CIC (Cartão de Identificação do Contribuinte), Título de eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato¹⁵². Em outro tópico, segue a lista dos “documentos que comprovam profissão e o tempo de atividade rural”: Bloco de notas de produtora rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social (no caso das assalariadas rurais). Ainda, novos documentos em andamento: Carteira de Identificação e Contribuição da Seguradora Especial e DAV (Declaração anual das operações de venda). Na 5ª edição da cartilha (2004), a discussão referente aos documentos pessoais/ profissionais e à forma de encaminhá-los está organizada com o título “Documentação – Mulheres Trabalhadoras Rurais exercendo cidadania!”. Deve-se lembrar que os documentos, se dão controle ao Estado, como mostra Foucault, dão visibilidade e oficialidade ao trabalho das mulheres agricultoras. Os números oficiais de mulheres agricultoras é que vão justificar as leis, o próprio movimento, etc.

Essas exposições abrem a possibilidade de retomar a discussão, iniciada no capítulo anterior, sobre disputas por *reconhecimento cultural* e por *redistribuição sócio-econômica* (FRASER, 2001), considerando que as mulheres precisam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais, para que possam reivindicar e conquistar direitos trabalhista-previdenciários, entre outros direitos sociais. Justifica-se, por conseguinte, a preocupação do movimento e o direcionamento de práticas que pudessem orientar a confecção de documentos e assim viabilizar o acesso das trabalhadoras rurais a esses direitos.

Com base na perspectiva apresentada por Fraser, é razoável supor que a campanha *Nenhuma trabalhadora rural sem documento* articula demandas por reconhecimento cultural e por redistribuição sócio-econômica, demonstrando, simultaneamente, a possibilidade de lutar contra injustiças culturais e sócio-econômicas. Entretanto, Fraser alerta para o fato de que interferências mútuas podem ser preocupantes, tendo em vista que reivindicações de reconhecimento se fazem pela

¹⁵² No que diz respeito ao processo de filiação sindical das mulheres, no estudo realizado por Daboit (1996), em dois municípios do oeste catarinense, a participação das agricultoras no MMA/SC e as discussões que estavam em curso também se desdobraram em questionamentos acerca de processos de discriminação. Nesse contexto, a filiação sindical das mulheres como possibilidade de reivindicação de direitos mobilizou as mulheres: “a principal motivação para essas mulheres se associarem ao STR, segundo esta pesquisa, é a percepção do sindicato como espaço importante de organização da categoria [...] o segundo motivo mais importante é perceber no sindicato um espaço de conquistas concretas [...] o terceiro motivo é em vista da aposentadoria.” (DABOIT, 1996, p.51).

especificidade de algum grupo e reivindicações redistributivas, ao contrário, pela eliminação de particularidades.

Aqui, então, temos um dilema difícil. Eu o chamarei doravante de dilema de redistribuição/reconhecimento. Pessoas que estão sujeitas a ambas, injustiça cultural e injustiça econômica, precisam tanto de reconhecimento como de redistribuição. Precisam reivindicar e negar suas especificidades. Como isso é possível? (FRASER, 2001, p. 254).

Como é possível, então, uma articulação entre demandas tão diferentes no caso em questão? As mulheres que se organizavam em torno dos movimentos e organizações de mulheres trabalhadoras rurais (como foi visto na cartilha sobre a documentação) constituem uma classe trabalhadora explorada, o que as insere na luta por redistribuição. Antes, porém, de constituírem uma classe trabalhadora, as mulheres precisaram ser reconhecidas como trabalhadoras rurais, na medida em que, relegadas apenas à posição de donas-de-casa, sofriam injustiças de gênero. A valorização desse grupo específico de mulheres, desse modo, dependia do reconhecimento como classe trabalhadora e do acesso à redistribuição sócio-econômica daí derivada. Usando uma definição de Fraser (2001), trata-se de uma “coletividade ambivalente”¹⁵³, uma “coletividade de gênero ambivalente”, envolvendo “dimensões político-econômicas e cultural-valorativas”, respectivamente, distribuição e reconhecimento.

De fato, gênero não é apenas uma diferenciação político-econômica, mas uma diferenciação cultural-valorativa também [...] uma característica principal de injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autoritária de normas que privilegiam características associadas com a masculinidade. (FRASER, 2001, p.261).

Na argumentação da autora, esse caráter ambivalente do gênero não elimina o dilema redistribuição-reconhecimento e, na versão

¹⁵³“Coletividades ambivalentes, em suma, podem sofrer injustiças sócio-econômicas e não-reconhecimento cultural em formas nas quais nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas que ambas são primárias e originais. Nesse caso, nem remédios redistributivos nem reconhecimento isoladamente são suficientes. Coletividades ambivalentes precisam de ambos.” (FRASER, 2001, p.259).

feminista, a questão se mantém: “como podem as feministas simultaneamente lutar para abolir diferenciações de gênero e valorizar a especificidade do gênero?”. (FRASER, 2001, p.261). Há, portanto, por parte das feministas, a necessidade de encontrar “remédios político-econômicos” e “cultural-valorativos”, voltados, respectivamente, para a eliminação de desigualdades de gênero e para a valorização de especificidades de coletividades menosprezadas.

Constitui-se aí o paradoxo da igualdade, tal como define Scott (2002, 2005), no sentido de que a busca pela eliminação das desigualdades entre mulheres e homens se faz em nome das mulheres. Na experiência em análise, as reivindicações de igualdade se situam em um campo onde a identidade de um grupo (trabalhadoras rurais) deve ser aceita e rejeitada. Reivindica-se a posição de trabalhadora rural a determinado grupo de mulheres em decorrência da discriminação que recai sobre estas. É em nome desta discriminação (do não reconhecimento como trabalhadoras rurais) que as lutas pela igualdade, no campo dos direitos sócio-econômicos, são produzidas.

Lidar com o paradoxo da igualdade, articular lutas por reconhecimento e por redistribuição visando atender demandas ambivalentes, é o desafio de movimentos sociais organizados em nome de populações marginalizadas. A campanha *Nenhuma trabalhadora rural sem documento* se situa nessa proposta de articulação. Desse modo, é na esteira de tais reivindicações que, na primeira metade da década de 1990, mulheres agricultoras dos municípios de Urussanga e Orleans¹⁵⁴ começavam a organizar o MMA/SC na Região Sul¹⁵⁵. Nesses municípios, a proposta de articulação dessas demandas, por meio dessa campanha específica, foi iniciada no mesmo período, como se pode observar pelas atividades que foram desenvolvidas na década de 1990.

No capítulo anterior, o II Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, realizado em 15 de julho de 1994 foi descrito como condição de possibilidade para a criação do MMA/SC no município. Nesse encontro, entre os temas trabalhados, estavam o sindicalismo, a aposentadoria e o salário-maternidade, os quais foram tratados por uma representante do Movimento de Mulheres Agricultoras de Chapecó. Nos encontros que se seguiram é possível observar a continuidade da discussão. Os convites dos V, VI, VII, VIII Encontros de Mulheres

¹⁵⁴ Outros municípios da Região Sul também estavam envolvidos no projeto de construção do MMA/SC, como foi possível verificar nos relatórios das assembleias municipais e regional, realizadas em 1995. Esse aspecto será retomado ainda neste capítulo.

¹⁵⁵ Como foi descrito no capítulo 2.

Agricultoras de Urussanga¹⁵⁶, respectivamente, realizados em 08 de março de 1997, 08 de março de 1998, 07 de março de 1999 e 12 de março de 2000, traziam na programação as temáticas dos benefícios previdenciários da mulher trabalhadora rural, da documentação pessoal e profissional. O Movimento de Mulheres Agricultoras de Urussanga e a EPAGRI foram os promotores dos eventos. A Paróquia Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal de Urussanga e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais apoiaram os eventos. O IX Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga foi realizado em 25 de março de 2001 e, de acordo com o convite, teve como objetivos: “Promover o crescimento e valorização da mulher; buscar novas relações, mais humanas e fraternas; fortalecer a união e organização das mulheres” (Cf. IX Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, 25 de março de 2001). Os parceiros (promoção e apoio) foram os mesmos dos encontros anteriores. Nesse último encontro, mesmo que as temáticas da previdência social e da documentação não tenham sido mencionadas nos objetivos, considerando a trajetória local descrita, devem ter permeado as exposições e discussões.

Além desses encontros, foram realizadas atividades nas comunidades, com a finalidade de orientar sobre a obtenção de documentos (pessoais e profissionais) e sobre encaminhamentos para o recebimento de benefícios previdenciários. Janete (59 anos)¹⁵⁷ fala do processo destacando a importância da intervenção do movimento para que as mulheres obtivessem a documentação:

J: Naquela época, a gente fazia aí. Quando eu participava, também, elas faziam reuniões. A gente fazia nas comunidades. Eu lembro quantas pessoas que foram ajudadas. Até pessoas que não conheciam os direitos que tinham. Eles até tinham passado da idade que podiam já estar aposentados e não estavam ou não conseguiam. Ou tentavam, mas lá encontravam alguma coisa que não encaminhava pra frente. Então, através do movimento, quantas coisas que andaram. Eu conheço até uma minha amiga do movimento, como ela chorava! Aquela mulher de 55 anos tinha ido longe, tinha tentado, mas não sei o que

¹⁵⁶ Não foi possível localizar os convites do III e IV Encontros de Mulheres Agricultoras de Urussanga.

¹⁵⁷ Entrevista já citada.

existia lá pelo meio que não dava certo. Aí com o movimento, como caminhou. Ela se aposentou e ficou feliz da vida. E quantas! Então, naquela época, a gente fazia um trabalho assim nas comunidades.

G: Como era o trabalho?

J: Era assim, a gente ia, tinha as mais falantes, eu não era de falar assim muito, acompanhava. Tinha umas, até uma faleceu, que pessoa pra frente, querida que ela era. Ela falava, ensinava, explicava. Ela pedia que quem tivesse algum problema, ou não conhecia bem os direitos, ela explicava, ensinava, orientava, ajudava. Onde era preciso ir, elas acompanhavam. Foi uma coisa boa. Hoje em dia, vê se tem mais alguém que tem o direito, que é agricultora, sem se aposentar. Não! Não existe mais. É um caminho assim aberto.

No município de Orleans, a discussão sobre a documentação também foi assumida pela organização do movimento. Luíza (46 anos)¹⁵⁸ fala que as atividades realizadas no município por conta da campanha foram menos intensas que no Oeste do estado, onde havia reuniões em todas as comunidades. Em Orleans, segundo ela, foi feita apenas uma reunião, utilizando a cartilha.

Isso indica que as reivindicações de uma coletividade estadual (no caso dessa campanha, nacional), ao serem discutidas nos municípios, assumem aspectos singulares, fazendo-se por mediações que podem escapar à reprodução de um determinado modelo de formação, o que não indica a criação de mecanismos voltados à negação da luta, mas condições específicas de organização local.

Os relatos de outras mulheres entrevistadas contam, igualmente, como a Campanha aconteceu nos municípios e, de forma recorrente, apontam para a existência de desconhecimento, por parte de muitas mulheres, da necessidade de tais documentos e do seu processo de obtenção. Salete (60 anos)¹⁵⁹ apresenta a situação de mulheres no município de Urussanga.

¹⁵⁸ Entrevista já citada.

¹⁵⁹ Entrevista já citada.

S: Palestras, nós acompanhamos aqui em Urussanga. A orientação que precisava para isso, para aquilo. Sim, isso aí eu participei várias palestras. [...] quantas mulheres que não estavam por dentro de nada. Eu já estava, sabia. Mas a gente via outras mulheres que elas não sabiam de nada, estavam por fora de tudo. Mas eu acho que, hoje, já estão tudo mais por dentro, sabendo [...] Tiveram várias palestrantes, vários encontros assim, incentivando isso, para as mulheres. Mas o que a gente via de mulheres que estavam por fora de tudo. Como é difícil! Parecia assim, uma coisa de não acreditar. Que a gente já estava mais por dentro. Mas estas que vêm mais do interior, mais por fora, nossa! [...] Elas não conheciam, mas a partir dali que elas iam... Elas diziam: “eu vou começar, eu vou ver”.

Além do desconhecimento quanto à documentação (pessoal e profissional) e aos direitos previdenciários, é possível perceber o questionamento de certas divisões de gênero na família, suscitadas ao longo das atividades informativas e formativas. Marta (54 anos)¹⁶⁰ é uma das mulheres que passa a questionar a hierarquia de gênero.

Olha, sei lá, eu até me senti bem melhor depois que entrei no movimento. Aprendi bastante coisa. Em primeiro lugar, nós, há dez, doze anos atrás, estávamos mesmo por fora. Para dizer a verdade, tu não sabias qual era o teu documento, qual era o teu dia de tu ter (aposentadoria). Tu não sabias nada, depois que nós começamos entrar com o movimento [...] Porque antes, nós fazíamos tudo, mas nós não botávamos [...] Era tudo no nome do marido, tu nunca ia lá comprar uma coisa para botar no teu nome, porque achava que era ele que era o chefe. Depois que começamos com o movimento, uma coisa e outra, foi uma coisa muito boa para nós.

É pelo questionamento de diferenças de gênero, como focos de desigualdades sociais, que ecoa a necessidade de as mulheres providenciarem seus documentos e de assumirem a posição de

¹⁶⁰ Entrevista já citada.

produtoras rurais (pela inclusão do próprio nome em notas de compra e venda de produtos agrícolas). Essas falas das mulheres sobre o processo de conscientização sugerem a existência de tempos de “desconhecimento” e de “conhecimento”, sendo que a organização em torno de um movimento e as atividades que foram desenvolvidas a partir daí parecem ter marcado a passagem de um tempo ao outro. O que não significa pensar em termos de polaridades estanques, mas investimentos intensos, por parte do movimento, na formação de mulheres (trabalhadoras) militantes.¹⁶¹

Outro aspecto a ser retomado é que as mulheres entrevistadas, de diferentes modos, passaram a se reconhecer na posição de trabalhadora rural produzida pelo movimento e pelos discursos institucionais. Na direção do que aponta Foucault (1995), é possível dizer da objetivação do sujeito que trabalha e do reconhecimento do indivíduo nesse discurso. No decorrer das entrevistas, quando questionadas acerca da ocupação/profissão, as mulheres se anunciaram como agricultoras/trabalhadoras rurais, em alguns casos, com orgulho.

[...] mas hoje se tu fizeres uma entrevista com qualquer uma ou vem um jornal fazer uma entrevista [...] com uma destas mulheres que estão aí na rua, elas não têm mais vergonha de dizer que são agricultoras. (Tereza, 51 anos)¹⁶².

Uma vez, a gente tinha vergonha de dizer [...] Qual é a tua profissão? A gente dizia assim com medo, agricultora. Vergonha da gente. Hoje, a gente não tem vergonha da profissão que a gente tem. A gente tinha vergonha de dizer, eu sou agricultora. (Maria, 51 anos)¹⁶³

Eu não dava tanto valor pra mim mesma [...] Nossa senhora, uma mulher agricultora, que vergonha! Hoje em dia, meu Deus do Céu, eu vou numa loja, que eu tenho que dar a minha profissão [...] Eu não me dava valor! Hoje em dia, meu Deus, como eu disse ainda a pouco, a gente senta pra almoçar, senta pra jantar [...] fui

¹⁶¹Trato desse processo de forma mais específica nos dois desdobramentos temáticos que seguem.

¹⁶² Tereza, 51 anos. Entrevista realizada em 14/07/2008.

¹⁶³ Maria, 51 anos. Entrevista realizada em 01/07/2008.

eu que plantei, fui eu que colhi. É um valor, dá uma emoção até. Porque, eu tinha vergonha de sair assim. Ai meu Deus, eu vou lá na praça, de chinelo, ai que vergonha, uma colona grossa. Hoje em dia, eu não tenho mais vergonha de dizer... eu sou agricultora, eu não tenho vergonha de dizer. Eu estou morando lá, eu venho trabalhar aqui com o maior orgulho. Eu tenho mais prazer de trabalhar na roça hoje, vou fazer 53 anos, do que há uns dez anos atrás. Sinceramente, eu tenho orgulho de dizer eu sou agricultora. E uma vez eu não tinha esse... eu tinha vergonha. As coisas de antigamente, eu botava doméstica, do lar. (Eliane, 52 anos)¹⁶⁴

No entanto, é necessário considerar que isso não diz de um movimento de interiorização. Como esclarece Deleuze (2007, p.116), “Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos ‘subjetivação’, no sentido de processo, e ‘si’, no sentido de relação (relação a si).” Segundo Deleuze (2005, p. 107), “é como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se encrava e desenvolve segundo uma dimensão própria.” Processos de subjetivação dizem da constituição de modos de existência que, ao escaparem de determinados saberes e poderes dominantes, não cessam de se recriar, produzindo ou integrando novos saberes e poderes. (DELEUZE, 2007, p.217).

Stuart Hall (2000, p.105) se apoia também em Foucault para tecer reflexões a respeito da identidade¹⁶⁵ e da identificação, observando que o mesmo sugere pensar o sujeito em outra posição:

Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor; a questão da identificação, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer.

¹⁶⁴ Entrevista já citada.

¹⁶⁵ O conceito de identidade, conforme Stuart Hall (2000, p.104), opera “‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.”

O conceito de identificação, menos desenvolvido que o conceito de identidade pela teoria social e cultural, em uma abordagem discursiva, fala de um processo nunca completado que opera por meio da diferença, “requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que o constitui.” (HALL, 2000, p.106). Para tratar do “exterior constitutivo”, Hall faz referência aos estudos de Derrida (1981), Laclau (1990) e Butler (1993)¹⁶⁶, de modo a evidenciar que o sentido da unidade do termo identidade diz do que lhe falta, daquilo que foi excluído. É possível avaliar que a construção da posição de trabalhadora rural, enquanto uma identidade política, marca a própria valorização dessa posição pelas mulheres que passam a se identificar com ela.

Em cartilha produzida pelas mulheres agricultoras da Direção Executiva do MMA/SC, no ano de 1994, intitulada *A mulher agricultora em SC – Estas somos nós* (MMA/SC, 1994)¹⁶⁷, são apresentadas informações decorrentes de uma pesquisa realizada em 11 municípios do estado, e, dentre os eixos principais que se constituíram como objetos de pesquisa (a mulher e a produção; a mulher e a reprodução; a mulher e a saúde; a mulher e a participação social), apresenta como desdobramento temático o tópico “consciência de sua profissão – agricultora”.

Conforme a pesquisa, cresce a consciência das mulheres agricultoras sobre sua profissão econômica. 91,9% das entrevistadas declaram-se pertencer à profissão de agricultora e 23% declaram-se do lar (houve a possibilidade de duas alternativas de resposta, por isso a soma passa dos 100%). São mulheres com idade de 39 a 49 anos que mais se declaram agricultoras, 94,4%. O mesmo ocorre com mulheres acima de 50 anos, 93,4%. As mulheres destas faixas de idade, a preocupação em relação à aposentadoria, torna-as mais acessíveis. (MMA/SC, 1994, p. 22).

Quanto aos documentos (profissionais), os resultados da pesquisa foram agrupados em torno do tema “A subordinação da mulher agricultora”.

¹⁶⁶O autor se reporta aos textos: DERRIDA, J. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981; LACLAU, E. **New reflections on the revolution o four time**. Londres: Verso, 1990; BUTLER, J. **Bodies that matter**. Londres: Routledge, 1993.

¹⁶⁷ Trata-se de uma pesquisa sobre a realidade da mulher agricultora, realizada pelo MMA/SC.

Para 46,2% das mulheres, o seu nome não aparece em nenhum documento e se somados aos 5,9% que disseram não saber, chega a 52,1% das mulheres entrevistadas. Percebe-se claramente que grande parte das mulheres não aparece oficialmente como trabalhadora. O Registro da Terra, que dá origem ao Talão do INCRA, está normalmente em nome do marido. As poucas mulheres que possuem o Talão do INCRA em seu nome, chegam a 11% das entrevistadas, são algumas viúvas e algumas que receberam herança (algo que não é comum). Já nos contratos de arrendamento, quando são feitos, apenas 1,8% têm em seu nome os contratos. Em relação ao bloco de notas de produtor rural, que até o nome é masculino, 37,6% das mulheres já conquistaram esse direito. Este percentual é maior nos municípios onde o Movimento é mais organizado acima de 51,4% nos municípios de Nova Erechim, Descanso, Itapiranga e Quilombo, menor 8,3% em São José do Cerrito e 21% em Abelardo Luz e Jaguaruna. (MMA/SC, 1994, p. 30-31).

Essas informações contribuem para que se possa ampliar a compreensão da importância do processo de informação e formação acerca da documentação (pessoal e profissional), assumido pelos movimentos autônomos de mulheres rurais. No caso da titulação da terra em contextos de reforma agrária, Deere (2004, p. 175) observa que “ainda na metade da década de 1990, as mulheres constituíram somente 12,6% das beneficiárias no Brasil, enquanto que nas recentes distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%.” A autora argumenta que uma das razões dessa lentidão está no fato de que, no Brasil, a distribuição e a titulação conjunta da terra são uma opção, enquanto, na maioria dos países, a titulação conjunta de terras distribuídas pelo Estado é uma obrigação.

Questões em torno da “campanha da documentação e da previdência social” ocuparam as páginas de edições do Informativo do MMA/SC, relativas aos anos de 1995 e 1996 (nº. 18, março/abril de 1995; nº. 20, julho/agosto de 1995; nº. 21, setembro/outubro de 1995; nº. 22, novembro/dezembro de 1995; nº. 23, janeiro/fevereiro de 1996; nº. 24, março/abril de 1996; nº. 27, setembro/outubro de 1996). Na edição de nº. 27 (MMA/SC, setembro/outubro de 1996, p.03) circulou um texto

intitulado “Agricultora, agricultor, garanta seu direito! Faça sua inscrição no INSS!”

Todas as agricultoras e agricultores a partir dos 14 anos de idade deverão fazer seu cadastro junto ao INSS. **Por que fazer?** Toda cidadã e todo cidadão rural através deste cadastramento vai receber um número, que servirá como documento para adquirir qualquer benefício da Previdência, como: salário-maternidade, aposentadoria, pensão, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho. Sem este documento você não é reconhecido como trabalhador (a) rural e conseqüentemente perderá os benefícios conquistados de sua categoria. [...], e, lembre-se: Toda a documentação pessoal é a primeira prova que identifica você como cidadã e cidadão e sua profissão [...].¹⁶⁸

Celecina de Maria Veras Sales (2007, p.439), em pesquisa realizada no Ceará, também faz referência ao lançamento da *Campanha da Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento*, no ano de 1997. Nesse estado, em 12 de agosto de 1998, a Campanha teve início com um Seminário e uma Audiência Pública, realizadas na Assembleia Legislativa. Segundo a autora, organizações de trabalhadoras rurais incentivaram, discutiram o acesso à documentação e aos direitos. “As mulheres reconheceram que não basta serem produtoras, trabalhadoras; é preciso serem reconhecidas como tal”.

No estudo intitulado *Além das secas e das chuvas – os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*, Rosineide de L. Meira Cordeiro (2004) descreve a *Campanha Nacional da Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos*, lançada em 1997 pela ANMTR, como um marco na luta pela documentação das agricultoras. Com base na análise que realiza, essa autora esclarece que as mulheres se posicionam como trabalhadoras rurais a partir do lugar onde moram e trabalham (área rural), de forma que os vínculos com a agricultura são mantidos e outras atividades ocupacionais começam a ser vistas e reconhecidas. Assim, a nomeação “mulher trabalhadora rural” é utilizada pelas mulheres de diferentes maneiras e com objetivos diversos. Essa nomeação é utilizada para reivindicar direitos previdenciários, programas sociais, entre outros,

¹⁶⁸ Texto assinado por Carmem P. Cantam (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quilombo/SC).

assim como para negociações no espaço privado. Ainda, conforme Cordeiro (2004), em outros contextos e espaços, a nomeação “mulher trabalhadora rural” é usada pelas mulheres para falar de si a outras mulheres e homens, no sentido da conquista da auto-estima, das aprendizagens, da coragem face às dificuldades cotidianas. Como a exemplo do sul do país, a nomeação “trabalhadora rural” está atrelada à ação coletiva das mulheres e à história do MMTR (no caso do sul do país, os movimentos sociais autônomos de mulheres assumem outros nomes, como foi possível observar na descrição anterior).

Em pesquisa bibliográfica realizada em acervos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador/BA, no decorrer do estágio no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA)¹⁶⁹, localizei cartilhas produzidas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região de Feira de Santana e Sisal, em parceria com o MOC (Movimento de Organização Comunitária)¹⁷⁰, e do MMTR de Pernambuco¹⁷¹ sobre a campanha da documentação, as temáticas da sindicalização e sobre a organização de movimentos sociais. No texto de apresentação da cartilha produzida pelo MOC/MMTR da Região de Feira e Sisal (2000)¹⁷², observa-se que além do objetivo de orientar “as

¹⁶⁹ Estágio realizado no período de 24 de maio a 24 de junho de 2009. Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES – UFSC/UFBA).

¹⁷⁰ MOC e MMTR. **Mulher, cidadania e documentação**: aprendendo a tornar-se cidadã. Feira de Santana, BA, 2000.

¹⁷¹ MMTR/SERTÃO CENTRAL-PE. **Como fazer uma reunião**. Livro n.1. 2.ed. 1989. MMTR/SERTÃO CENTRAL-PE. **A sindicalização da mulher trabalhadora rural**. Livro n.2. 1987.

¹⁷² No endereço eletrônico do MOC, encontrei informações sobre a trajetória do MMTR: “O semi-árido, caracterizado pelo fenômeno da seca, pelo cenário rude, de chão calcinado e mulheres carregando latas de água na cabeça, é também cenário de uma das mais bem-sucedidas experiências de organização feminina: O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Um espaço de construção, mobilização e defesa dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos das mulheres. Criado em 1984, desde o início o MMTR conta com a força e a determinação de Maria Madalena dos Santos, uma das principais lideranças do movimento social na Região Sisaleira. Nascida no município de Araci, D. Madalena - como é carinhosamente conhecida - não teve a oportunidade de estudar, no entanto, a vida tem sido até hoje a sua melhor escola. O trabalho com o movimento social aconteceu por acaso, a partir de um curso em primeiros socorros. ‘Foram nestas capacitações que eu despertei para a necessidade de estudar a questão das mulheres e passei a integrar o MMTR’, revela. Assim como Madalena, contribuíram para a construção desta história outras tantas mulheres que se doaram, e têm dedicado à vida a organização das mulheres. Trabalho que já alcançou resultados importantes, como a garantia dos direitos na Constituição Federal. ‘Graças às mulheres e ao movimento social, que juntos lutaram por um só objetivo, foram garantidos os direitos para as trabalhadoras e trabalhadores da zona rural’, conta”. (Notícias – Arquivo 2007). Disponível em: http://www.moc.org.br/noticias_exibir.php?mostrar=255. Acesso em: 17 jun. 2009.

mulheres sobre a importância de fazer os documentos”, uma outra questão se desenha: “documentos com erros nas informações, impossibilitando, dentre outras coisas, o acesso aos benefícios”. Observada essa questão, então, um dos tópicos da cartilha diz respeito à correção de documentos, envolvendo, entre outras, a “ação de retificação” de documentos feitos no cartório. Na referida publicação é apresentado o “caminho que as mulheres devem seguir para corrigir seus documentos”, com esclarecimentos acerca de locais (Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil) para fins de orientação jurídica e defesa no caso de pessoas que não têm condições financeiras de pagar um/a advogado/a. Ainda foram elaborados modelos de petições, para retificar a profissão na certidão de casamento, registrada como “doméstica” ao invés de “trabalhadora rural”, de modo a evitar prejuízos no campo dos direitos previdenciários. Como ressaltai em outros momentos, são direitos sociais atrelados ao reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Em estudo sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na Bahia, Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2008) observa que, no sentido da articulação estadual e regional, para o MOC, assessor e organizador do MMTR da Região de Sisal, colocam-se como centrais as lutas por direitos civis, políticos, sociais e econômicos das mulheres. A autora faz referência às campanhas *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos* e *Trabalhadora rural, declare sua profissão*, enquanto marcas na trajetória desse movimento. Essas campanhas, segundo Moreira (2008, p.155), incidem em uma identificação como trabalhadora rural e como mulher:

Em uma estratégia de legitimação, de visibilidade, pois perante os órgãos legais muitas nem existiam (e ainda não existem), o que dificultava/dificulta a reivindicação de direitos trabalhista-previdenciários, fato considerado um dos entraves na luta dessas mulheres.

Também com relação à aposentadoria da trabalhadora rural, Sylvia M. dos Reis Maia e Jeovane M. Fernandes (1997) explicam que o Movimento de Mulheres de Feira de Santana/BA incorporou a questão como sua principal bandeira de luta. O apoio da igreja e de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) foi observado nessa trajetória. Em fevereiro de 1996, juntamente com mulheres de movimentos rurais do sul do país, integrantes do Movimento de

Mulheres de Feira de Santana participaram de uma manifestação em Brasília contra a reforma da previdência, envolvendo questões de aposentadoria no campo. Em outro estudo apresentado por Maia e Cruz (2000), no que diz respeito à campanha da documentação e às lutas por direitos sociais, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/BA é apontado como articulador fundamental.

O Programa Nacional de Documentação, por meio de mutirões em diversos municípios brasileiros, de acordo com Berenice Gomes da Silva (2006)¹⁷³, além da emissão de documentos, possibilita a construção de espaços formativos “sobre políticas e programas voltados para as trabalhadoras rurais.” Para tanto, conforme a autora, são desenvolvidas parcerias com “órgãos governamentais e da sociedade civil, com a gestão compartilhada, por meio do Comitê Nacional composto por organizações representantes das mulheres”, dentre as quais: Comissão Nacional das Mulheres da Confederação Nacional das Mulheres da CONTAG; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Comissão de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAF).

Como demonstra o texto de apresentação da 5ª edição da cartilha, *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, reelaborada a partir das edições anteriores e publicada pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMCBRASIL, 2004), os investimentos nesse contexto prosseguiram ainda em 2004.

A conquista dos direitos e o reconhecimento da profissão têm sido uma luta permanente na vida da maioria das mulheres camponesas. É comum encontrar muitas mulheres trabalhadoras rurais que nascem, geram vidas e permanecem no anonimato, pois a sociedade lhes negou o direito de sequer ter seus documentos. Sem documentos,

¹⁷³ Berenice Gomes da Silva (2006) faz referência ao Programa Nacional de Documentação, ressaltando que este foi implantado em 2003, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém remonta ao ano de 1997, por meio da *Campanha Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos*, promovida pela Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

a mulher trabalhadora rural não existe para a sociedade [...]. (MMCBRASIL, 2004, p. 3).

O texto de apresentação dessa publicação e as sucessivas edições que a antecederam evidenciam lutas em curso no que diz respeito à documentação pessoal e profissional das mulheres, com ênfase na posição trabalhadora rural como sujeito político de direitos. Como foi visto, as “normas” não se constituíram como objeto de questionamento, mas as dificuldades envolvidas na busca pela normatização (e normalização) dos sujeitos. Problematizou-se o não acesso ou o acesso restrito a tal identidade para que as mulheres pudessem, pela produção e comprovação desta identidade, ter reconhecidos os seus direitos trabalhista-previdenciários, entre outros. A luta se fez pela eliminação das desigualdades de gênero e valorização de especificidades de coletividade menosprezadas (FRASER, 2001), reafirmando assim o paradoxo da igualdade de gênero (SCOTT, 2002, 2005).

Em síntese, é possível considerar que o MMA/SC e os demais movimentos de mulheres rurais citados, na luta pelo reconhecimento da profissão trabalhadora rural, articularam lutas por reconhecimento e por redistribuição, no sentido de lidar simultaneamente com injustiças culturais e sócio-econômicas. O reconhecimento dessa profissão, por sua vez, mobilizou a campanha da documentação (pessoal e profissional) e foi nesse contexto que teve início a organização do MMA/SC em municípios da Regional Sul. Nessa direção, fragmentos de depoimentos de algumas das mulheres entrevistadas foram apresentados para tratar da referida campanha na região e de como as mulheres passaram a se reconhecer como trabalhadoras rurais. Ao fazer menção ao processo de “conscientização” que provocou a passagem de um “tempo de desconhecimento a um tempo de conhecimento”, a partir do relato de algumas das mulheres entrevistadas, ressaltei a impossibilidade de pensar em termos de polaridades estanques, visto que se trata de investimentos constantes, por parte do movimento, na formação de mulheres (trabalhadoras) militantes. A produção de lutas, tais como a descrita neste tópico, envolvem modos de organização que integram municípios, regionais e estados. Na discussão que segue, detenho-me em eventos que permitem refletir sobre a organização do MMA/SC em municípios da Regional Sul, sujeitos e subjetividades em lutas de gênero no período de 1994 a 2003.

3.2 Aprendendo a participar: trabalhadoras rurais se reúnem para organizar o MMA/SC em municípios da Regional Sul

*Porque, quando a gente começou no movimento, era para Joinville, Lages. [...] Aquela correria. Então, não tinha sábado e não tinha domingo. (Tereza, 51 anos).*¹⁷⁴

A organização de um movimento social em diferentes regiões de um estado (ou em diferentes estados) requer a reunião dos indivíduos em torno de atividades locais, regionais e estaduais e nacionais. Como esclarece Tereza, algumas das atividades exigiam o deslocamento de um município ao outro. Essa dinâmica compreende relações que se estabelecem “dentro e fora” do movimento. Busco, então, analisar diálogos que se estabeleceram em espaços de assembleias e mobilizações em prol de determinadas lutas. O percurso de análise foi orientado pelos depoimentos das mulheres entrevistadas acerca desses espaços no período de 1995 a 2003¹⁷⁵. De 1987 a 2003 foram realizadas oito assembleias estaduais¹⁷⁶, antecedidas por assembleias municipais e regionais, e três congressos¹⁷⁷, sendo que o 3º congresso, realizado em 2003, foi comemorativo dos 20 anos do MMA/SC e alusivo à construção do MMC no Brasil. As assembleias municipais, regionais e estaduais ocorrem a cada três anos e representam a instância máxima de decisão, onde são definidas as linhas políticas e eleitas novas direções para as esferas municipais, regionais e estadual. No período em análise, o MMA/SC se organizava desde os grupos de base no interior dos

¹⁷⁴ Entrevista já citada.

¹⁷⁵ Cursos específicos de formação para dirigentes e atividades de formação desenvolvidas em grupos de base, por meio de cartilhas de estudo, também foram citados por mulheres entrevistadas. Alguns textos são apresentados e analisados no próximo tópico.

¹⁷⁶ Assembleias Estaduais do MMA/SC:

1ª “Mulheres unidas jamais serão vencidas!”. Chapecó, 1987.

2ª “Trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos”. Chapecó, 1988.

3ª “Semeando justiça, brotando liberdade”. Lages, 1989.

4ª “Mulheres organizadas jamais serão pisadas!”. Chapecó, 1990.

5ª “Por um futuro de igualdade, justiça e democracia construindo cidadania”. Caçador, 1992.

6ª “Organizar, libertar, construir... na luta sempre mulher”. Lages, 1996.

7ª “Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída”. Chapecó, 1999.

8ª “Filhas da Terra na construção de um projeto novo”. Concórdia, 2001.

¹⁷⁷ Congressos do MMA/SC:

1º “Da luta não fujo, na luta continuaremos!”. Chapecó, 1994.

2º “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”. Chapecó, 1998.

3º “20 anos! MMA/SC na luta construindo o MMC do Brasil”. Chapecó, 2003.

municípios, sendo que cada um desses grupos elegia duas mulheres líderes para formar a direção municipal, que, por sua vez, elegia duas para a direção regional e, dessa formação, duas eram escolhidas para compor a direção estadual. (MMA/SC, 2000). Emília (60 anos)¹⁷⁸, no decorrer de seu depoimento, explica a realização das assembleias municipais, regionais e estaduais.

Porque é assim, de três em três anos, o que tem lá, tem aqui. Tem que fazer em cada município a assembleia. Depois fazem uma na regional. Depois lá é a terceira. [...] A gente conseguiu assim uma participação até 30 mulheres, 40, nas assembleias, que uma coisa mais assim avulsa, digamos.

Essa forma de organização e condução do movimento, por meio de direções específicas, tendo em vista sua abrangência municipal, regional e estadual, delega às mulheres funções e responsabilidades diferenciadas. As mulheres que se ocupam da direção municipal devem coordenar o movimento no município, organizar as comunidades, divulgar e organizar cursos municipais, encontros, concentrações, entre outras atividades. A direção regional exige que as mulheres coordenem as atividades do movimento na regional, organizem novos municípios, acompanhem os municípios com dificuldades de organização, façam acontecer cursos, seminários, atos regionais, além de garantir as finanças para o desenvolvimento dos trabalhos. As mulheres que fazem parte da direção estadual têm a tarefa de planejar, acompanhar e coordenar atividades, lutas e formação, encaminhar decisões de assembleias e congressos, “representar o movimento em eventos organizados por outras entidades, acompanhar regionais e municípios, contribuir para que a organização das mulheres avance em outros estados.” (MMA/SC, 1999, p.05).

De acordo com as edições nº. 20 e nº. 21 do Informativo do MMA/SC (1995), no decorrer dos meses de outubro e novembro de 1995, estavam agendadas assembleias (regionais e municipais) em municípios da Regional Sul (Orleans, Urussanga, Pedras Grandes, Jaguaruna, Tubarão, Treze de Maio, Morro da Fumaça, Meleiro, Grão Pará, Sangão, Içara e Sombrio). Relatórios internos do movimento¹⁷⁹

¹⁷⁸ Entrevista já citada.

¹⁷⁹ Relatórios manuscritos, arquivados na Secretaria do MMC/SC, localizada no município de Chapecó. Dossiês Assembleias Estaduais do MMC – 1986-2004.

trazem informações sobre as assembleias realizadas no ano de 1995 nos municípios de Jaguaruna, Urussanga, Sangão, Orleans, Pedras Grandes, Treze de Maio e Içara (MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Sangão, no dia 17/10/1995; MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Orleans, no dia 18/10/1995; MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Urussanga, no dia 18/10/1995; MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município Jaguaruna, no dia 19/10/1995; MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município Pedras Grandes, no dia 19/10/1995; MMA/SC - Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Treze de Maio, no dia 20/10/1995). Não localizei documentos referentes aos municípios de Tubarão, Morro da Fumaça, Grão Pará, Meleiro e Sombrio. Entretanto, foi possível verificar que os nomes desses municípios não constam na lista de participação da assembleia regional, realizada em novembro do mesmo ano.

Conforme listas de presença em anexo nos relatórios, estavam presentes aproximadamente 300 mulheres (oriundas de diferentes comunidades rurais) e a assessora do MMA/SC. Em três municípios, os presidentes dos STRs participaram das assembleias, sendo que em dois desses, também estavam presentes os padres dos referidos municípios. Em alguns relatórios foram registradas “questões e respostas” acerca da organização do movimento no município, na regional e no estado, segundo segue:

P. Como está organizado o movimento no município, na regional e no estado?

R. Nos municípios está fraco, a passos lentos, 3 mulheres fazem os trabalhos. Na regional está bom porque o movimento é novo. Na estadual é forte, no oeste, aqui no litoral é mais fraco, falta conscientização (Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, município de Sangão, 17/10/1995).

P. Como está organizado o MMA no município, na regional e estadual?

R. Bem organizado, reunião mensal, 2 reuniões regionais, visita nas comunidades, coordenação e apoio das companheiras. 2 líderes regionais. Força

de lutar. Poucas participantes de algumas comunidades. Direito e deveres são discutidos. 5 mulheres nas visitas. 35 comunidades, 416 mulheres. Trabalho de organização e valorização da família rural. (Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, município de Urussanga, 18/10/1995).

P. Como está organizado o MMA no município, na regional e estadual?

R. No município temos 3 mulheres que assumem os serviços, precisamos de mais mulheres para ajudar organizar.

(Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, Jaguaruna, 19/10/1995).

Essas informações indicam que na organização inicial do movimento na regional, as preocupações giravam em torno da necessidade de aumentar o número de mulheres participantes (na organização desse processo do movimento). O município de Urussanga destacou a dinâmica de reunião mensal, as reuniões regionais que ocorreram, as atividades nas comunidades, o “apoio das companheiras”, mas indicou a pouca participação de algumas comunidades. As informações relativas ao município de Sangão trazem o movimento como uma novidade na regional, atribuindo-lhe qualidade. A comparação entre a organização estadual e regional (oeste e litoral), no entanto, revela a força e a fraqueza do movimento, respectivamente, produzidas pela presença e ausência de “conscientização”. Segundo essa análise, a participação (ou não) das mulheres na organização do MMA/SC pode ser considerada uma questão de consciência em relação às situações de discriminação vivenciadas pelas mulheres como trabalhadoras e como mulheres. Tratando-se de movimentos sociais e, nesse caso, do MMA/SC, investimentos na formação e conscientização das mulheres são constantes. Kroth (1999), em seu estudo sobre trajetórias de mulheres do MMA/SC, relaciona experiência e consciência.

Essa experiência nova de estrada, de deslocamento das mulheres foi alargando suas relações, aumentando sua consciência a partir daquilo que passavam a ver com seus próprios olhos, sentir com seu próprio corpo. As agricultoras foram percebendo que os interesses

das classes [muitas vezes estudados nos cursos de formação do movimento] estão inerentes à própria conquista do espaço político. Elas foram descobrindo como as lutas de gênero e de classe são inseparáveis. A novidade desta experiência passava naquele momento pelo compromisso político social que cabe aos homens e às mulheres. Elas começaram a se dar conta de que, na política como nos demais espaços onde a luta se faz, *não basta ser mulher*, é preciso que haja uma consciência de classe, projetos políticos (neste caso na defesa das mulheres agricultoras e dos trabalhadores) claros e definidos, sustentados na experiência da luta. (KROTH, 1999, p.117).

A concepção de consciência como decorrente da experiência, que orienta a leitura de Kroth, pode ser pensada a partir do que discute Scott (1999). Dentre as reflexões apresentadas por Scott, trago a que envolve o conceito de experiência a partir das descrições de Raymond Williams¹⁸⁰. Segundo Scott (1999, p.30), Williams esclarece que no século XX “as noções de testemunho subjetivo e imediato, verdadeiro e autêntico” sofreu modificações, sendo que o novo uso do termo experiência passou a se referir às influências externas, tais como “condições sociais, instituições, formas de crença ou percepção”, excluindo pensamentos e reflexões. Scott não concorda com Williams e argumenta que experiência não está dada e não é uma função do ser, mas que ela é constituída no processo de subjetivação. Deste modo, pode-se sugerir que é usada nos discursos dos movimentos para legitimar posições de sujeito, identidades, reivindicações.

Diante dos usos descritos por Williams, Scott (1999, p.30) afirma que a concepção de experiência interna ou externa, subjetiva ou objetiva se apoia na existência prévia de indivíduos, esclarecendo que a definição de experiência quando interna envolve “uma expressão do ser ou da consciência de um indivíduo; quando externa, é o material sobre o qual a consciência age”. Nesse sentido, essas formas de entender a experiência remetem à certeza da existência de indivíduos (que têm experiências) e não a questionamentos acerca de como as concepções de sujeitos (e suas identidades) são produzidas. A partir disso, duas constatações se apresentam: os indivíduos são o ponto de partida do

¹⁸⁰ Referência citada por Scott (1999): WILLIAMS, Raymond. **Keywords**. New York: Oxford Press, 1983.

conhecimento e as categorias homem, mulher, entre outras, ao serem consideradas como inerentes aos indivíduos, são naturalizadas.

Para finalizar esse quadro, com base nas colocações feitas por Scott (1999), retomo a relação entre experiência e consciência apresentada por Kroth (1999) e a questão sobre “a falta de conscientização” existente no litoral em relação à região oeste, conforme testemunho contido no Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras do município de Sangão (1995). Se essa relação experiência-consciência for mantida com base no fato de que a primeira é condição para a segunda, em sua concepção subjetiva e objetiva, admite-se a existência prévia de indivíduos (que têm experiência-consciência). Por outro lado, como sugere Scott, se as concepções de sujeitos e de subjetividades forem tomadas como construções, interrogam-se, então, esses processos. Sujeitos, subjetividades, experiência e consciência podem se articular, entretanto não são auto-evidentes, devem ser investigadas posições de sujeito e modos de produção de subjetividades.

Nessa direção, como foi descrito anteriormente, a categoria trabalhadora rural não é inerente às mulheres, trata-se de uma produção que se fez no contexto de lutas por reconhecimento e por redistribuição, sendo que necessariamente não substitui outras posições de sujeito, mas pode passar a coexistir com estas. Levando-se em conta a relação experiência-consciência, é possível presumir que o início do MMA/SC nos municípios mencionados não poderia resultar numa imediata consciência de classe ou de gênero, uma vez que a produção da posição trabalhadora rural, em torno da qual giravam as reivindicações políticas e sócio-econômicas naquele momento, estava igualmente principiando na região, conforme os depoimentos anteriormente citados.

As assembleias municipais realizadas em outubro de 1995 sugerem a vontade (e a dificuldade) de organização do movimento na região e trouxeram para o debate bandeiras de luta (sindicalização, documentação, aposentadoria, entre outras), decorrentes da posição trabalhadora rural. Além disso, nos referidos relatórios foram registradas informações sobre a “identidade”, “objetivos” e “aliados” do MMA/SC, indicando, de certo modo, o desconhecimento das mulheres em relação à constituição e aos interesses do movimento.

MMA – SC quem somos?
Movimento popular autônomo
-Independente.
-Democrático, popular de massa.

-Classista – do gênero feminino.

O que queremos?

Preparar a mulher para participar da sociedade,
fim da discriminação contra a mulher.

Quem podem ser nossos aliados?

Organizações dos trabalhadores

Movimento de mulheres

Partidos políticos

Igreja comprometida com a classe trabalhadora.

(Relatório da Assembleia de Mulheres
Agricultoras, Sangão, 17/10/1995).

A preparação “da mulher para participar da sociedade [e o] fim da discriminação contra mulher” se apresentam como objetivos do movimento, expondo a necessidade de uma aprendizagem que se manifestou em determinado momento e não em outro. É indispensável “aprender a participar” e, em torno disso, diferentes práticas (enquanto investimentos na formação das mulheres trabalhadoras militantes) foram (e ainda são) articuladas. Seguindo essa disposição, a organização do MMA/SC em municípios da Regional Sul e suas contribuições no sentido do fortalecimento das lutas de gênero (ou que articulam gênero e classe) estavam intrinsecamente relacionadas à formação das mulheres como trabalhadoras e militantes. Conforme um dos relatórios analisados (Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Urussanga, no dia 18/10/1995), os temas sugeridos para compor o processo de formação incluíam política pública, política partidária, atuação da mulher, política agrícola e saúde da mulher.

Quanto aos “aliados” do MMA, foram indicados “organizações dos trabalhadores, movimento de mulheres, partidos políticos e igreja comprometidos com classe trabalhadora” (Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras, realizada no município de Sangão, no dia 17/10/1995). A possibilidade de serem estabelecidas algumas parcerias já pode ser observada nesse momento, tendo em vista a participação de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da igreja em alguns dos municípios mencionados. Na assembleia realizada em Jaguaruna, de acordo com as informações registradas no relatório, o presidente do STR falou sobre a documentação das mulheres agricultoras, a importância de se filiar ao sindicato e se comprometeu em contribuir para a viabilização de viagens e realização de cursos pelas

agricultoras. Em Urussanga, a igreja, as sedes da Epagri e do STR foram sugeridas como locais para se fazer a divulgação de boletins do MMA.

Foram levantadas sugestões para as secretarias que deveriam constituir a organização (geral, formação, organização, divulgação, finanças e ação de massas). No relatório da assembleia do município de Urussanga (1995), consta a sugestão de rifa, bingo e jantar dançante, como forma de obter recursos financeiros para a manutenção do movimento, e de passeatas e protestos públicos como ações de massa. A indicação de mulheres para serem líderes nas comunidades e para comporem a direção municipal ocorreu em alguns dos municípios. Em outros, mediante a justificativa de que os nomes seriam discutidos nas comunidades, a decisão foi adiada para a próxima reunião do movimento no município. Foram indicadas representantes para participar da assembleia regional a ser realizada no dia 04 de novembro de 1995, na localidade de Vila Nova, município de Içara.

Conforme relatório, na assembleia regional da Regional Sul, realizada no Bairro Vila Nova, município de Içara, no dia 04/11/1995, estavam presentes uma assessora do MMA e 31 representantes dos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Treze de Maio, Orleans, Sangão, Jaguaruna e Içara. Na ocasião, a história do MMA/SC foi estudada em grupos, na seguinte ordem: 1º grupo - estudou princípios e estrutura organizativa; 2º grupo - objetivos e instâncias de direção; 3º grupo - critérios para escolha das direções municipais, regionais e estadual; 4º grupo - funções de cada secretaria; 5º grupo - finanças”. No que diz respeito ao debate promovido pelos grupos, foram registradas a “novidade do documento” e o fato de as mulheres desses municípios ainda estarem conhecendo o MMA. Foram sugeridos dois planos de ação envolvendo a contribuição do MMA (regional e estadual) e a luta pelo PRONAF¹⁸¹ (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)¹⁸². Foram escolhidas duas mulheres como delegadas por

¹⁸¹ “**DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996.**

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. [...]

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia de parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.”

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/DEC%201.946%20PRONAF.doc>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

¹⁸² Em 18/08/2005, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), circulou um “balanço crítico das políticas do Governo Federal, implementadas pelo Ministério do

município, duas para representar a Regional Sul e integrar a direção estadual.

A VI Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC foi realizada no município de Lages, nos dias 24, 25 e 26 de janeiro de 1996, com o tema “Organizar... libertar... construir... na luta sempre mulher”. (MMA/SC, 1996). De acordo com a listagem das delegadas, estavam presentes 13 mulheres dos municípios da Regional Sul (Urussanga, Treze de Maio, Pedras Grandes, Orleans, Sangão, Jaguaruna e Içara), assim como representantes¹⁸³ de outros municípios do estado onde o MMA/SC estava organizado. No relatório dessa assembleia consta o texto intitulado “Rumo à 6ª Assembleia do MMA/SC”¹⁸⁴, em que são retratadas as lutas que não cessam em busca de “libertação, igualdade e vida digna para todos”. No MMA, a assembleia é vista como lugar de avaliação da caminhada e de planejamento de ações futuras na direção da realização do sonho de um “projeto novo”, sustentado na vontade de “libertação como mulher e como trabalhadora rural”, assim como de todos os seres humanos. A construção do “projeto novo”, de acordo com esse texto, demanda práticas diárias no “exercício de novas relações entre as pessoas, na política, na cultura, nos valores sociais”. Assim, na proposta encaminhada, o fortalecimento do movimento dependia (depende) da contribuição de todas as mulheres... ORGANIZAR, LIBERTAR, CONSTRUIR... Na luta sempre MULHER. (MMA/SC, 1996).

Sobre essa assembleia foi produzida a cartilha *6ª Assembleia Estadual – Janeiro/1966 – Nossas Decisões* para ser estudada nos grupos de base dos municípios, como se pode observar em trechos do texto de apresentação:

[...] Por que este estudo? Primeiro porque são decisões de um grande Movimento de Mulheres Agricultoras que, a cada dia que passa se depara

Desenvolvimento Agrário, para o fortalecimento da agricultura familiar (2003 - 2006), o Brasil vive o melhor momento histórico no campo das suas conquistas”. Nesse balanço é ressaltado que “muitas linhas novas foram criadas para ‘dialogar’ com a complexidade do rural brasileiro: Pronaf Mulher, Jovem, Semi-árido, Agroecologia, Pronaf ECO, Comercialização, Cota-parte (cooperativas de produção) e Custeio Agroindústria.”

Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=274>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

¹⁸³ A “6ª Assembleia Estadual do MMA/SC contou com a presença de 13 Regionais do movimento. Aproximadamente 300 pessoas entre as delegadas e o pessoal convidado.” (MMA/SC, 1996a, p.08).

¹⁸⁴ Esse texto foi publicado no Informativo do MMA/SC, nº. 21, setembro/outubro de 1995.

com novos desafios e necessita dar respostas práticas, políticas e coerentes com os princípios do MMA. Também porque a nossa formação está profundamente ligada às nossas práticas, à nossa vida. A gente se auto-educa! [...]. (MMA/SC, 1996a, p. 01).

Dessa forma, pressupunha-se que o estudo em grupo levaria à conscientização. A importância das assembleias para a organização e planejamento das ações (e formação das militantes) do movimento pode ser observada nesse texto. As lutas das mulheres, tal como apresentadas, não podem se limitar ao espaço da casa e das relações familiares, mas devem envolver a construção de uma nova sociedade. Isso implica conhecer o movimento (formas de organização, práticas/lutas...) e a sociedade (relações de classe, gênero, etnia...). Quanto à cartilha de formação citada, é interessante assinalar que, a exemplo das cartilhas sobre a documentação pessoal e profissional, segue uma disposição de conteúdos que permite trabalhar com mulheres que já conhecem o movimento e com mulheres que ainda não o conhecem, uma vez que traz informações sobre a trajetória do MMA/SC como movimento social, apresenta projetos e lutas. A forma de apresentação dos conteúdos recomenda o revezamento de diferentes leitoras ao longo dos textos e traz questões para serem discutidas pelas mulheres, talvez para estimular a participação de todas as mulheres na atividade de formação, como ressaltei no capítulo 1.

O cuidado com a condução do processo, por parte da(s) equipe(s) que elabora(m) os materiais informativos e formativos, pode ser percebido em sugestões de como preparar os encontros, no sentido da organização do ambiente, da apresentação dos símbolos (bandeira, hino...) ¹⁸⁵ do acolhimento das participantes, da escolha das músicas... Parece haver uma preocupação com a formação da militante em termos dos conteúdos que devem ser aprendidos e com os modos de condução do movimento de mulheres. Uma das observações registrada na cartilha (MMA/SC, 1996a) diz respeito à bandeira do MMA/SC e sua importância para a construção da identidade do movimento e das mulheres que o integram.

¹⁸⁵ Em relação à criação e objetivo dos símbolos do MMA/SC, Kroth (1998, p.154) ressalta: “O ano de 1992 é marcado por assembleias municipais, regionais e estadual [...] as mulheres criaram seus símbolos como identificação de seu movimento e de suas lutas. Escolheram sua bandeira, compuseram o hino do movimento e elaboraram seu primeiro jornal informativo.”

Se algum grupo ainda não tem a Bandeira do MMA/SC deveria providenciar junto à direção municipal. Pois nossa Bandeira é nossa grande identificação. É a nossa marca. É o nosso símbolo maior que nos identifica de forma organizada. Quem vê nossa bandeira pensa: Aqui existe mulher agricultora organizada. (MMAa, 1996, p. 03).

A recomendação, então, é que a bandeira do MMA/SC, como símbolo do movimento e da organização das mulheres agricultoras, seja ostentada em todas as atividades internas (reuniões, assembleias, encontros...) e externas (manifestações públicas, reuniões com outras entidades, audiências com representantes do governo...) realizadas. Criada na primeira metade da década de 1990 (assim como o Hino)¹⁸⁶, por meio de um concurso realizado nas regionais do movimento, a bandeira do MMA/SC tinha a seguinte forma:



Figura 11- Bandeira do MMA/SC.
Fonte: Cartilha do MMA/SC (2000, p.24).

A imagem de uma mulher e a cor lilás da bandeira traduzem a especificidade de um movimento social de mulheres trabalhadoras? A imagem de uma mulher com o filho nos braços e uma enxada nas mãos

¹⁸⁶ Segundo Kroth (1999, p.127), “nos primeiros anos do Movimento a bandeira das agricultoras tinha a cor vermelha, como identidade da luta da classe trabalhadora. A partir de 1986, através de estudos realizados, as agricultoras descobriram que as operárias assassinadas, no dia 08 de março, nos Estados Unidos, usavam um uniforme lilás. Assim, o significado desta cor passou a ser discutido nas bases do Movimento. Foi realizado um concurso estadual para definir a bandeira e o hino do MMA/SC”.

diz das posições de mulher trabalhadora rural e mulher mãe? O que essa imagem dá a ver na construção do MMA/SC? Permanências ou transformações? Talvez permanências e transformações, por se tratar de um movimento social de mulheres que se constituiu na relação com movimentos sociais mistos, com bandeiras de lutas específicas, historicamente menosprezadas. Ou pelo fato de que a posição mulher trabalhadora rural passa a integrar um cenário onde prevalecia a mulher mãe. A frase da Bandeira – “Da luta não fujo” – trata-se de uma homenagem à Margarida Maria Alves e a cor lilás dá continuidade à memória das trabalhadoras mortas em um incêndio em Nova York¹⁸⁷. (MMA/SC, 2000). A junção dessas representações (voltadas à conservação da memória acerca da luta de determinadas mulheres) em um mesmo símbolo demonstra o movimento social e a forma de militância que se espera construir. Essas representações remetem a um campo de forças polarizado, onde há oprimidos e opressores em luta, que produzem e sustentam práticas de formação das mulheres (trabalhadoras) militantes. É possível avaliar que as relações de classe e de gênero são representadas nas práticas e lutas do movimento a partir das posições opressor-oprimido, explorador-explorado, em que um grupo exerce o seu poder sobre o outro.

Em linhas gerais, de acordo com as publicações analisadas e atividades que acompanhei, observei que o compromisso com uma formação pautada no esclarecimento de que as desigualdades de gênero e de classe se constituem nessas relações (opressor-oprimido, explorador-explorado) perpassa espaços de diálogos do movimento em suas diferentes esferas de organização. De certo modo, isso parece indicar que são esses modelos de relação (e as desigualdades de gênero e classe desdobradas daí) que o movimento busca combater, como se pode observar nas decisões assumidas pelas mulheres na VI Assembleia Estadual. Essas decisões, assumidas e divulgadas por meio da cartilha (MMA/SC, 1996a) reafirmam algumas das preocupações e trazem outras que articulam desigualdades de gênero e de classe, conforme carta da Direção Estadual do MMA/SC.

¹⁸⁷ De acordo com Eva Alterman Blay (2001), nesse incêndio, ocorrido em 25 de março de 1911, na *Triangle Shirtwaist Company*, morreram 125 mulheres e 21 homens. Blay ressalta que o Dia Internacional da Mulher, proposto por Clara Zetkin, em 1910, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, passou a ser associado a esse incêndio. Nesse sentido, no referido artigo, intitulado 08 de março – conquistas e controvérsias, a autora recupera a história do Dia 08 de Março de forma a tratar de algumas distorções sobre ele e sobre a luta feminista.

CARTA ÀS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE SC

Após a realização da 6ª Assembleia Estadual do
MMA

Nós mulheres trabalhadoras rurais representantes de 13 regionais do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC-MMA-SC - nos dirigimos a todas (os) vocês para compartilhar as resoluções tomadas na nossa 6ª Assembleia Estadual e conclamar que todas se somem conosco nos grandes desafios que estão colocados para toda a classe trabalhadora, em especial, nós mulheres que somamos hoje 52% da população do país. Vimos que dentre os muitos desafios é urgente que nós mulheres trabalhadoras rurais tomemos consciência da necessidade de resgatar valores históricos, nossos de luta, de ir para o combate, se contrapor ao projeto neoliberal, contribuindo para a construção de um projeto democrático, popular e socialista. Reafirmamos nossos princípios de ser um movimento popular, autônomo, de massa, de luta e de mulheres trabalhadoras rurais. Reafirmamos a luta pela reforma agrária e política agrícola. Reafirmamos a necessidade de intensificar a formação de quadros de dirigentes do MMA. Vimos que para isso acontecer, para concretizar o nosso sonho de construir uma sociedade democrática, igualitária e com justiça social, temos que nos organizar e unificar nossas lutas. Por isso definimos fazer grandes mobilizações para assegurar os direitos que já conquistamos na Constituição. Vamos intensificar a pressão usando todas as formas de luta em todos os níveis locais, estaduais e nacionais, para evitar as reformas que pretendem varrer nossos direitos de aposentadoria, salário-maternidade, saúde e outros benefícios já conquistados. Vamos também, fazer do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – um dia de lutas, debates, denúncias e de apresentação de propostas para avançar na conquista de nossa cidadania. Definimos ampliar e fortalecer a campanha pela documentação de todas as mulheres trabalhadoras rurais, para que possam ser reconhecidas como

trabalhadoras e tenham acesso aos direitos adquiridos. Para fazer acontecer tudo isso, a 6ª Assembleia Estadual deliberou fortalecer e ampliar o trabalho de base, ampliar a comunicação interna e externa do MMA. Bem como construir a unidade na luta da classe trabalhadora com outras entidades.

COMPANHEIRAS: Nossa participação nessa caminhada é muito importante e necessária. É preciso trazer mais gente nas comunidades, municípios e regiões, enfim, em todos os lugares onde estamos, para que juntas, em um grande movimento resgatemos nossa cidadania e possamos construir a sociedade que sonhamos.

ORGANIZAR, LIBERTAR, CONSTRUIR... Na LUTA sempre MULHER!

Um grande abraço,

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. (MMA/SC, 1996a, p. 07-06)¹⁸⁸.

A continuidade de ações para impedir reformas que possam anular os direitos previdenciários evidencia os investimentos que devem ser feitos para se manter conquistas de lutas. A ampliação e o fortalecimento da campanha pela documentação de todas as mulheres trabalhadoras rurais na interface com o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural revelam os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, ao lidar com parcelas significativas da população que se encontram às margens de uma sociedade de classes. A posição que o movimento assume é a de oposição ao modelo neoliberal e de construção de um “projeto democrático, popular e socialista”. Em seu conjunto, tais decisões dizem dos objetivos do movimento, não apenas na direção da luta pela transformação das relações familiares ou de gênero, mas da transformação da sociedade como um todo, pela eliminação da gênese de todas as desigualdades, ou seja, pelo fim de uma sociedade de exploradores e explorados, opressores e oprimidos.

Para refletir sobre as concepções de gênero e de classe na origem dessas lutas, com base nas decisões assumidas pelo movimento, retomo as tradições teóricas do patriarcado e do marxismo na análise do gênero.

¹⁸⁸ Esse texto foi publicado também na primeira página do Informativo do MMA/SC, edição n.º. 23, janeiro/fevereiro de 1996.

Segundo Scott (1990), as teóricas do patriarcado (na tentativa de explicar as origens do patriarcado) enfatizam a subordinação das mulheres, com o argumento de que há uma “necessidade masculina” de dominá-las, por serem os homens privados dos meios de reprodução da espécie. A reprodução e a sexualidade em si mesma, portanto, eram definidas como as chaves do patriarcado¹⁸⁹ e se constituíam como a base para as desigualdades. Essas formas de questionar as desigualdades, de acordo com Scott, trazem problemas para as pesquisas de historiadores/as, porque a análise interna ao sistema de gênero se estende ao conjunto das relações sociais, sem identificar como as desigualdades produzem outras desigualdades. Essa análise se apresenta como problemática, uma vez que se orienta pelo caráter universal e imutável das diferenças biológicas entre os sexos, e não permite historicizar o gênero.

A tradição marxista, para Scott (1990), revela-se mais histórica, na tarefa de aproximar os conceitos de gênero e de classe social. Por meio das elaborações de teóricas¹⁹⁰ que seguem essa tradição, essa autora destaca atravessamentos que, apesar de rejeitarem o viés das diferenças biológicas como produtoras de desigualdades entre mulheres e homens, sugerem certa dependência das desigualdades de gênero em relação aos modos de produção. Em que pesem os esforços para romper com as naturalizações e para defender que a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo, permanece a primazia das diferenças de classe em relação às diferenças de gênero, relegando-as à posição de subproduto daquelas. Em decorrência disso, Scott observa que o problema que se coloca à tradição marxista dos estudos de gênero representa, em comparação ao da teoria do patriarcado, o seu inverso e expõe as desvantagens de sua utilização para as análises históricas.

De um lado, na tradição teórica do patriarcado, o gênero é tomado em uma análise que não permite historicizá-lo. De outro, na tradição teórica marxista, as diferenças de gênero ficaram secundarizadas em relação às de classe. Embora sem menção direta a essas tradições teóricas, as concepções de gênero e de classe, assim como de sujeitos e subjetividades produzidas em alguns dos discursos do movimento, como os citados até o presente momento, remetem a essas duas possibilidades de análise e, de acordo com os temas que estão sendo tratados, articulam-se a esses enfoques.

¹⁸⁹ Scott cita algumas das teóricas do patriarcado: Mary O'Brien, Sulamith Firestone e Catherine Mackinnon.

¹⁹⁰ Scott cita Heidi Hartmann e Joan Kelly.

Os encaminhamentos e as decisões assumidas na VI Assembleia do MMA/SC, nesse caso, remetem à dimensão e à complexidade implicadas na tarefa de lidar com lutas de gênero e classe. Em certa medida, como se evidencia no documento sobre as decisões da assembleia, isso requer a realização de manifestações e concentrações públicas (como por exemplo, as realizadas no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher), o fortalecimento e ampliação do trabalho na base do movimento.

Para a preparação de debates, mobilizações, encontros, concentrações relativas ao Dia Internacional da Mulher (08 de março de 1996) foi publicada uma cartilha pela AIMTR – Sul, intitulada *Mulher construindo cidadania - 08 de março de 1996, Dia Internacional da Mulher*. Nessa publicação, evidencia-se a abrangência das preocupações das mulheres trabalhadoras rurais acerca das relações sociais de gênero e de classe, articuladas nos temas “As mulheres e a realidade”, “Recordando a história de nossas conquistas” e “A participação política da mulher na sociedade”, respectivamente distribuídos na proposta de realização de três encontros. A exposição desses temas sintetiza desafios enfrentados pelas mulheres na organização de movimentos de trabalhadoras rurais, com vistas à transformação das relações de gênero e de classe.

O primeiro encontro – As mulheres e a realidade - versava sobre o neoliberalismo¹⁹¹ e situações produzidas por este modelo: “1- Exclusão e exploração dos trabalhadores; 2- Destruição da natureza; 3 - Fim de culturas consideradas inferiores pelos dominantes (índios, negros...); 4 – Transformação dos seres humanos em objetos, tirando-lhes até mesmo o direito à vida.” (AIMTR-Sul, 1996, p.04). A “situação da mulher” na realidade neoliberal foi discutida, destacando informações sobre a ocupação do mercado informal pelas mulheres (60%), as famílias chefiadas por elas (20%), o excesso de trabalho e o risco de doenças, o número de filhos e a esterilização feminina (44% das mulheres em idade fértil estão esterilizadas), a relação entre o uso de agrotóxicos e a saúde das famílias rurais, a violência contra a mulher e a prostituição feminina. Foram indicadas ainda questões para debate nos grupos, na ordem da sociedade que se tem e da sociedade que se deseja construir.

¹⁹¹ Definido nessa cartilha como: “Neoliberalismo quer dizer novo liberalismo, a sociedade vive sobre as leis de mercado, que são as leis da oferta e da procura. Por exemplo: se a safra de feijão for grande, além da necessidade do povo, o preço cai. Se a safra for pequena e faltar feijão para alimentação, o preço sobe.” (AIMTR-Sul, 1996, p. 4).

O segundo encontro - Recordando a história de nossas conquistas – com referência à década de 1970 e aos direitos conquistados pelas mulheres (voto, educação...), destacou a necessidade de organização da classe trabalhadora incentivada pela igreja e as CEBs, as mudanças nos sindicatos e a participação das mulheres nesse processo. Em relação às décadas de 1980 e 1990, foi apresentada a organização dos movimentos de mulheres (em decorrência da conscientização das mulheres acerca da discriminação de classe e de gênero) em torno de lutas específicas (reconhecimento da profissão de trabalhadora rural na interface com a sindicalização e a documentação, salário-maternidade, auxílio-doença...). Além disso, a articulação com outros movimentos sociais pelas lutas da classe trabalhadora (política agrícola, reforma agrária...) também foi defendida como necessária à derrubada do projeto neoliberal. Como no primeiro encontro, foram sugeridas questões para debate em grupos, no sentido de encaminhamentos concretos para avançar na luta e para manter os direitos conquistados.

O terceiro e último encontro dessa cartilha, denominado “A participação política da mulher na sociedade”, trazia informações sobre os espaços conquistados pelas mulheres na sociedade (como estudantes nas escolas, força de trabalho, eleitoras, maioria nos movimentos comunitários, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos para a subsistência) e a ocupação reduzida de cargos de poder e prestígio. A esse respeito, foi esclarecido que as diferenças entre os corpos de mulheres e homens se transformaram em desigualdades, pela educação diferenciada que formou as mulheres para atuarem como mães e donas-de-casa no espaço privado (da casa), e os homens para atuarem no espaço público. Com base na construção das desigualdades entre homens e mulheres a partir das diferenças corporais, as definições de poder e política¹⁹² permitiram indagar sobre a participação das mulheres nos espaços dos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, câmaras municipais, entre outros. A expectativa que perpassava o texto desse encontro era a de que as mulheres podiam circular por outros espaços e exercer outras formas de poder, como demonstra o trecho do texto que segue:

¹⁹² “Poder é a capacidade de a gente agir para mudar as coisas, conforme nossa vontade. [...] política é uma atividade pública. Para fazer política é preciso vontade de liderar e de convencer os outros de nossas propostas e ideias. Podemos tratar da política sindical, da política agrária, educacional ou pastoral. A política eleitoral é apenas uma forma de fazer política.” (AIMTR - Sul, 1996, p.15).

Analisando a participação política da mulher, a gente vê que ela ainda é pequena. Mas se a gente for ver a qualidade do trabalho das mulheres na política, se vê que com elas, o poder é exercido com mais sensibilidade, com preocupação com o dia-a-dia, dão mais atenção aos menos capazes (crianças, doentes, idosos) e se importam com a preservação da vida. (AIMTR-Sul, 1996, p. 17).

Nesse caso, a possibilidade de ocupar e circular por outros espaços, exercendo outras formas de poder, decorre da “essencialização das diferenças” entre mulheres e homens? Há um jeito diferente de as mulheres e dos homens exercerem o poder? Ao que parece, o feminismo da diferença ecoa na construção de um projeto novo de sociedade. É possível considerar duas situações em uma mesma produção. Por um lado, as desigualdades entre homens e mulheres são descritas como produtos de uma educação diferenciada, de forma a se aproximar do conceito de gênero como construção social das diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1990). Por outro, as diferenças entre homens e mulheres (depois de questionadas enquanto lugares de inscrições sociais) são naturalizadas e passam a justificar modos específicos de atuação no espaço público. Essas duas situações e a interface gênero/classe podem ser observadas em outras produções do movimento, como por exemplo, em textos que tratam da VII e da VIII Assembleias Estaduais, realizadas em 1999 e 2001, bem como em algumas produções acerca das mobilizações públicas.

Nos anos de 1996, 1997 e 1998, com base em perspectivas semelhantes quanto à atuação das mulheres em espaços públicos, ocorreram outras atividades de mobilização e organização envolvendo municípios da Regional Sul. Conforme Informativo do MMA/SC, edição n.º. 24 (março/abril de 1996), no período de 08 a 11 de abril de 1996, em “Marcha pela reforma agrária e pelo emprego”, mais de 600 agricultoras/es vindas/os do oeste, meio e extremo oeste, planalto serrano, norte e região sul, seguiram para a capital, Florianópolis. Essa atividade, de acordo com o Informativo do MMA/SC (1996, p.01), no campo das lutas de classe, foi organizada pelo MMA/SC (Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Pastorais Sociais e teve como objetivo “discutir com a sociedade catarinense o problema do desemprego, colocando o eixo da reforma agrária”.

Investimentos na organização do movimento em municípios da Região Sul podem ser observados na agenda de atividades, publicada na edição de nº. 24 do Informativo do MMA/SC (março/abril de 1996). No período de 24 a 29 de junho, estavam agendadas reuniões de organização nos municípios de São Ludgero, Tubarão, São João do Sul, Siderópolis, Braço do Norte, Imaruí, Santa Rosa do Sul, Criciúma, Rio Fortuna, Gravatal, Laguna, Meleiro, Forquilha, Grão Pará, São Martinho, Araranguá, Nova Veneza, Cocal do Sul, Lauro Müller, Armazém, Praia Grande, Timbé do Sul, Maracajá, Santa Rosa, Capivari de Baixo, Jacinto Machado, Turvo e Morro Grande. Nos dias 19 e 20 de agosto, na agenda de atividades publicada na edição nº. 25 do Informativo do MMA/SC (maio/junho de 1996) constavam reuniões na região sul, em municípios próximos a Sombrio e Armazém. Em novembro desse mesmo ano, no período de 04 a 09 de novembro, segundo a edição nº. 27 do Informativo do MMA/SC (setembro/outubro, 1996), estava agendada a Caravana de Organização no município de Criciúma (bem como, nos municípios de Florianópolis, Camboriú, Blumenau e Itajaí), com toda a direção estadual do Movimento. Ainda, segundo a edição nº. 27, nos dias 07 e 08 de dezembro estavam agendadas reuniões de planejamento na Região Sul.

Os investimentos na organização do MMA/SC em municípios da Região Sul prosseguiram no ano de 1997. No período de 01 a 04 de novembro de 1997, segundo Informativo do MMA/SC nº.32 (julho/agosto de 1997), estava agendada a rodada de formação e organização nos municípios de Rio Fortuna, Sombrio, Jaguaruna, Orleans, Grão-Pará, Santa Rosa do Sul, Tubarão, Urussanga, São Martinho, São João do Sul, Laguna, Treze de Maio, Armazém, Jacinto Machado, Imbituba, Morro da Fumaça, Gravatal, Meleiro, Imaruí e Sangão.

A organização do MMA/SC em diferentes regiões do estado, em 1998, comemorou 15 anos, reunindo 15 mil pessoas em Nova Itaberaba/SC (Informativo do MMA/SC, nº. 36, março/abril de 1998). Nessa comemoração, através do teatro, celebração e depoimentos, foi lembrada a trajetória de lutas e conquistas, bem como ressaltada a necessidade de organização das mulheres para lidar com novos desafios, no contexto das “lutas pela saúde pública, de boa qualidade para todos e saúde da mulher, de novas relações de gênero, grupos de cooperação, escolarização da mulher trabalhadora rural” (MMA/SC, 1998, p.02). No sentido de enfrentamento de alguns desses desafios, nos dias 10 e 11 de

março de 1998, como parte da mobilização de 08 de março de 1998, foi entregue um abaixo assinado¹⁹³ ao governador, em Florianópolis.

No que diz respeito à intensificação de lutas pela saúde (e pela saúde da mulher), no contexto da Regional Sul, em 06 de maio de 1998, estava agendado um seminário sobre saúde em Morro da Fumaça (MMA/SC, março/abril de 1998, p.04). Em 07 de abril –“com o tema ‘unidades contra o neoliberalismo, por justiça, saúde e igualdade, a luta pela saúde ganha as ruas em Santa Catarina’”. (MMA/SC, março/abril de 1998, p.01). Com o título, “28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher”, no Informativo do MMA/SC, n.º.37 (maio/junho 1998), circulou uma matéria sobre uma audiência pública com “Dr. Carlos Dornelles Schoeller, Secretário de Estado da Saúde, realizada no Auditório da Secretaria Oeste, em Chapecó, na ocasião foram apresentadas as reivindicações das mulheres em relação à saúde pública e saúde da mulher.”¹⁹⁴

Diante de novos desafios e enfrentamentos, de acordo do Informativo do MMA/SC, n.º. 39 (setembro/outubro de 1998), nos dias 16 e 17 de setembro de 1998, no município de Chapecó, ocorreu o II Congresso do MMA/SC, denominado *Nenhuma trabalhadora rural sem estudar*. Na ocasião, “na busca consciente de que a escola não é apenas um sonho pessoal, mas trata-se de um projeto de vida, decidimos por: um projeto piloto de ensino médio supletivo e ensino fundamental” (MMA/SC, setembro/outubro de 1998, p.03).

No ano de 1998, tendo em vista a Assembleia Estadual do MMA/SC a ser realizada em 1999, ocorreram assembleias municipais e estaduais. Em setembro de 1998, conforme o Informativo do MMA/SC n.º.38 (julho/agosto de 1998), estava agendado o seminário de preparação das assembleias na Regional Sul e no período de 12 a 17 de outubro, as assembleias municipais em Sangão, Treze de Maio, Urussanga, Morro da Fumaça, Orleans, Jaguaruna. Com base nessa informação sobre a realização das assembleias municipais, tem-se uma visão dos municípios onde o movimento estava organizado nesse período, ainda que, como ressaltei, ao longo dos anos de 1996 e 1997, investimentos de organização tenham sido feitos também em outros municípios. A esse respeito é possível supor que a organização de um

¹⁹³ “20 mil assinaturas exigindo a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) n. 169/93 de autoria do Dep. Eduardo Jorge do PT/SC que prevê a vinculação de 30% dos recursos da Seguridade Social e 10% dos recursos da União, Estados e municípios para a saúde, implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) e implantação de Projetos referentes à saúde da mulher.” (MMA/SC, março/abril de 1998, p.03).

¹⁹⁴ Texto assinado por Sirlei Ungaratti.

movimento social em diferentes regiões do estado e do país representa um grande desafio.

Como parte do processo, conforme a edição n.º 40 do Informativo do MMA/SC (novembro/dezembro, 1998), a assembleia da Regional Sul (com todas as representantes escolhidas nas assembleias municipais) estava marcada para o dia 29 de janeiro de 1999, no município de Urussanga. Essa edição traz uma observação sobre a importância da participação das mulheres nas assembleias a fim assegurar a representatividade dos municípios e garantir as reivindicações propostas. As assembleias municipais e regionais ainda foram consideradas como momentos fortes na caminhada do movimento.

[...] Nas 14 assembleias regionais realizadas no estado pudemos sentir em cada mulher que ali participou o desejo da continuidade de construção desta proposta de dignidade, vida e cidadania. E que vai se juntando às mulheres de outros estados, desafiando certos padrões sociais que o poder opressor tenta estabelecer. [...] “Mulher, Beleza, Garra e vida, Nova sociedade sendo construída.” (MMA/SC, n.º 41 janeiro/fevereiro de 1999, p.02),¹⁹⁵.

A VII Assembleia Estadual foi realizada nos dias 05, 06 e 07 de março de 1999, no município de Lages, tendo como lema *Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída* e, conforme o relatório produzido na ocasião (MMA/SC, 1999), como objetivo “redefinir caráter e as linhas políticas do MMA, através das discussões e votação dos objetivos, princípios, formas de relacionamento, plano de ação, estrutura e direção”. Quinze regionais estavam presentes, dentre as quais a Regional Sul, com sete representantes dos municípios de Orleans, Urussanga e Morro da Fumaça. Duas das mulheres que participaram da assembleia foram escolhidas pelas pares para representar a Regional Sul na direção estadual do movimento. Além de mulheres que integravam o MMA/SC, nessa assembleia participaram representantes do MST, CUT, Paróquia Santa Inês, entre outras. A análise de conjuntura foi feita por Frei Betto¹⁹⁶ (convidado pela organização do evento para essa atividade) e os “desafios do Movimento

¹⁹⁵ Texto assinado por Lucia Maranhão.

¹⁹⁶ Convém destacar a significação de Frei Betto neste contexto, com a Teologia da Libertação e a luta contra a ditadura.

de Mulheres Agricultoras” mobilizou o debate que se seguiu (MMA/SC, 1999).

Conforme encarte especial, publicado na edição n°. 42 do Informativo do MMA/SC (abril/maio de 1999), o plano de ação do MMA/SC para os próximos três anos, definido na ocasião da VII Assembleia Estadual, centrava-se em questões de gênero e de classe (novas relações, fim da violência contra a mulher, participação política da mulher na sociedade, participação das mulheres nos conselhos municipais, resgate da cultura e de valores, reforma agrária, seguro, crédito e política agrícola, viabilização de alternativas agroecológicas, garantia dos direitos adquiridos e continuidade da campanha da documentação...), de organização do movimento (programa de formação para dirigentes e trabalho de base, ampliação e divulgação do MMA nos municípios, regionais e estado, curso de escolarização para as mulheres agricultoras, reorganização, pelo trabalho de base, de municípios e regionais paradas, entre outras), além de envolver questões relacionadas à saúde (funcionamento do Sistema Único de Saúde, com atendimento específico à saúde da mulher, saúde alternativa, ampliação de atendimentos nos hospitais regionais...).

Esse plano de ação, na minha compreensão, remete a especificidades que marcaram a trajetória do MMA/SC como movimento autônomo, constituído em torno de questões (das mulheres rurais) que não eram tratadas em outros movimentos sociais rurais mistos, ao mesmo tempo em que traz para o foco questões da classe trabalhadora, assumidas por diferentes organizações sociais. A dimensão e a complexidade das reivindicações em curso, portanto, demonstram a urgência de articulações com outros movimentos sociais de mulheres ou mistos, rurais ou urbanos. É preciso levar em consideração que o enfrentamento de demandas, como reforma agrária e saúde, são incluídas nas pautas de reivindicações de outros movimentos sociais. Em grande medida, isso pode ser considerado a partir da concepção contemporânea de movimentos sociais como redes “complexas que se conectam simbólica e solidaristicamente”, tal como define Scherer-Warren (2000, p.37). As articulações entre movimentos sociais, desse modo, dependendo das bandeiras de luta, são necessárias e desejadas.

Como já ressaltai em outras passagens, a participação do MMA/SC em atividades que incluem outros movimentos sociais era uma prática frequente. Além de os movimentos autônomos de mulheres rurais terem formado articulações específicas, como a AIMTR-SUL e a

ANMTR-BRASIL, em determinadas atividades eram estabelecidas relações com outros movimentos sociais.¹⁹⁷

Dentre outras formas de articulação entre movimentos sociais, também se destacam as que são feitas para a realização de mobilizações públicas como a do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Na ocasião da VII Assembleia Estadual do MMA/SC, realizada no município de Chapecó, o dia 08 de março foi marcado com uma mobilização pela defesa da saúde pública de qualidade. No Informativo do MMA/SC, n.º. 41 (janeiro/fevereiro de 1999) consta uma notícia sobre os preparativos para o 08 de março e sobre a manifestação pública organizada pelo MMA de Orleans, no contexto da I Semana Social.

MMA de Orleans – Presente na Luta

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Orleans marca presença na luta dos trabalhadores(as) na busca de soluções para a agricultura. O sonho de transformação nas relações para que haja menos discriminação da mulher está estampado no rosto das participantes da 1ª Semana Social Rumo ao Novo Milênio. A nossa luta reverterá certamente em vitórias. (MMA/SC, janeiro/fevereiro de 1999, p.04).

É interessante observar, como as lutas, enquanto desdobramentos de interesses coletivos, concomitantemente se faziam em diferentes regiões do estado (e fora dele) a partir de recursos locais, contando com o apoio da igreja, por exemplo, como esclarece Luíza (46 anos)¹⁹⁸, no que diz respeito à organização do movimento em Orleans.

L: O movimento de mulheres não trabalha sozinho, mas trabalha junto com outros movimentos que têm as mesmas ideias, comunga com as mesmas ideias. E neste sentido, tinha a Semana Social Brasileira, o movimento participa

¹⁹⁷ Para efeito de elucidação, recorro às notícias publicadas nas edições n.º. 18 (março/abril de 1995), n.º.20 (julho/agosto de 1995) e n.º.25 (maio/junho de 1996) do Informativo do MMA/SC, as quais tratam, respectivamente, do Grito da Terra, do Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da II Conferência Internacional da Via Campesina.

¹⁹⁸ Luíza, 46 anos. Entrevista realizada em 15//10/2008.

destas coisas assim também, encaminha para participar desses eventos. Daí tinha a Semana Social Brasileira, que era em Brasília, nacional era. Elas disseram assim: “se vocês quiserem mandar alguém, vê se vocês conseguem mandar alguém pelo movimento”. [...] Nós conseguimos ir, ela foi pela Diocese. Porque a igreja participa da Semana Social Brasileira. Nacional, na época. [...] Aqui de Orleans foram duas mulheres. [...] E ela foi lá e trabalharam esta questão de fazer os Fóruns nas cidades. Os Fóruns de direitos, eu acho que é. Estes Fóruns que depois organiza as comunidades, as várias comunidades para fazer [...] Essas questões, os direitos que as pessoas têm ali da comunidade. [...] ela gostou do trabalho. Ela veio e com isso ela começou. Falou com o pessoal todo aí. Falou com o Padre, com mais outras pessoas que são lideranças da comunidade ali, e daí começou com o trabalho. Começou a fazer estes Fóruns municipais, Fórum Social Municipal, que é onde organiza os bairros, para os direitos da comunidade.

Presente em movimentos sociais como o MMA/SC, essa dinâmica possibilita a articulação de lutas em diferentes espaços de organização (municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais). Tendo em vista essa possibilidade de organização, ainda no ano de 1999, o Informativo do MMA/SC n.º. 46 (novembro/dezembro de 1999) destacou que o MMA de Orleans realizou, juntamente com a atividade comemorativa de criação do município, o “Grito dos excluídos”, mobilização assumida por diferentes movimentos sociais em várias regiões do país. Nesse processo, mulheres ocuparam, nas (as) ruas centrais do município, a posição de trabalhadoras rurais organizadas, carregando bandeiras do MMA/SC e faixas com dizeres de protesto.

MMA Orleans participa do Grito dos Excluídos

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Orleans participou do desfile ocorrido em 30 de agosto – dia do município. Na ocasião fizeram parte do grupo dos excluídos, juntamente com outras entidades e comunidades do interior. Levaram faixas, cartazes, dizeres de protestos, expressando sua indignação às políticas que estão

sendo praticadas pela nação. A população compareceu em massa nesse evento. (MMA/SC, novembro/dezembro de 1999, p.03).

Como descrevi no tópico anterior, no período de 1994 a 2001, no município de Urussanga, foram realizados Encontros de Mulheres Agricultoras, os quais trataram de questões que estavam sendo discutidas pelo MMA/SC (nos municípios, nas regionais e no estado) e por outras organizações de mulheres trabalhadoras rurais, oriundas de outras regiões do país. Essas dimensões das práticas/lutas do MMA/SC e de outros movimentos sociais dizem da complexidade das demandas que estavam em jogo, bem como das formas de enfrentamento constantemente recriadas a partir dos interesses em curso.

Na trajetória de organização do MMA em municípios do estado de Santa Catarina e da articulação com demais movimentos sociais, outras ações coletivas foram sendo produzidas. Além de integrarem o plano de ação da VII Assembleia e constituírem bandeiras de luta na mobilização de 08 de março de 1999, no município de Chapecó, as questões relativas à saúde foram apresentadas também nas mobilizações do dia 08 de março de 2000. Como parte desse processo de organização, foi distribuída a cartilha intitulada *Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Brasília – 13 a 17/03/2000 – Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil* (produzida em 1999 pela ANMTR, tendo como objetivo a preparação da mobilização do dia 08 de março de 2000). Essa cartilha estava organizada em três encontros, os quais, respectivamente, tratavam do resgate da história e luta das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, do resgate da luta pela saúde e previdência, da orientação e encaminhamentos para o acampamento em Brasília. De acordo com orientações da ANMTR, as mobilizações do dia 08 de março de 2000 deveriam ser localizadas, com debates e celebrações locais (por coincidir com o final do carnaval e a quarta-feira de cinzas para os católicos), assim como deveria ser realizado um acampamento nacional de 13 a 17 de março, em Brasília. Sobre a mobilização nacional, um dos trechos da cartilha esclarece que “este acampamento de mulheres, na virada do milênio, deverá ser a demonstração viva da nossa **luta, resistência e compromisso** com a VIDA, a JUSTIÇA e a IGUALDADE.” (ANMTR, 1999, p.12).

Diante dessas considerações, suponho que a partir da VII Assembleia do MMA/SC, realizada em 1999, foram intensificadas lutas voltadas ao cuidado de si e do outro. As mulheres, nesse caso, considerando a perspectiva de gênero que se dá a ver nas publicações do

MMA/SC e da Articulação Nacional citadas até o presente momento, constituem-se como cuidadoras por excelência. O cuidado de si (e do outro) envolve saberes sobre a produção e a reprodução da vida, trata-se, então, de “mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil”, como ressalta o título da cartilha de preparação para a mobilização de 08 de março, de 2000 (ANMTR, 1999). No centro dessas questões, como obra do trabalho das mulheres e garantia da produção/reprodução da vida, estão os projetos de um novo modelo de agricultura e de sociedade, novos modos de vida e de trabalho em oposição aos modelos do projeto neoliberal. De forma mais ampla, no sentido de oposição ao modelo de agricultura neoliberal e de construção de um novo modelo, no decorrer do mês de abril de 2000, de acordo com o Informativo do MMA/SC, nº. 54 (março/abril de 2001), aconteceu a Jornada Mundial Camponesa, marcada pela organização de 78 países da América Latina e outros continentes em torno de caminhadas, debates, protestos e mobilizações¹⁹⁹. Em Santa Catarina, no período de 17 a 20 de abril, nos municípios de Chapecó e de Dionísio Cerqueira ocorreriam mobilizações públicas, envolvendo comunidades e lideranças de municípios desse estado (MMA/SC, março/abril de 2001).

A intensificação e a organização dessas práticas/lutas na construção de um novo projeto de sociedade e de trabalho podem ser observadas também nas propostas de mobilizações do dia 08 de março de 2001, 2002 e 2003 – Dia Internacional da Mulher – e da VIII Assembleia Estadual do MMA/SC. Com o lema “Mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil”, a ANMTR, em outubro de 2000, produziu a cartilha intitulada *Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Dia Internacional da Mulher - “Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um Novo Brasil”*, com o “[...] objetivo de partilhar as informações e discussões que a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais vem construindo, a fim de qualificar os debates e todo o processo preparatório da Mobilização do Dia Internacional da Mulher de 2001.” (ANMTR, 2000, p.03). A exemplo de outras cartilhas, voltadas ao trabalho de base, a sugestão é de que os conteúdos de discussão sejam divididos em encontros, os quais devem ter um momento de abertura e acolhida das mulheres, de leitura e discussão de um texto sobre o tema em questão. Dentre os temas discutidos nos encontros, a participação das “mulheres na construção de um projeto popular para o Brasil”, entre outras coisas,

¹⁹⁹Texto assinado por Lucia Maranhão (direção estadual).

evidenciava a participação silenciosa das mulheres na história e a visibilidade que só foi possível por conta da organização coletiva.

[...] Aos poucos, fomos resistindo e desvelando a face oculta das mulheres: foram as mulheres que descobriram ou tiveram uma participação importante na descoberta da agricultura, astronomia, matemática, na saúde, entre outras. Fomos revelando características femininas na forma de exercer o poder, de relacionar e agir, tanto no espaço privado como no espaço público. Por séculos as mulheres, através da organização, têm resistido às várias formas de discriminação, têm sofrido derrotas, mas têm alcançado vitórias significativas. Do contorno e do colorido próprio de cada mulher, organização e luta, foi sendo desmascarada a realidade de vida das mulheres, as formas de opressão, discriminação e exploração e, ao mesmo tempo, foi sendo revelada a face feminina de um jeito novo de fazer política, de analisar a realidade e de agir. Assim, a mulher foi construindo a história e a história foi se construindo no contexto feminino. Na ânsia da emancipação/libertação da mulher nos organizamos em Movimentos de Mulheres, em coletivos específicos de mulheres dentro dos Movimentos e entidades e gritamos: **Nosso grito é por Vida, Justiça e Igualdade** que se materializa na luta pela garantia dos direitos fundamentais do ser humano, nas lutas diárias para garantir a sobrevivência e nas lutas pelas mudanças nas relações de gênero, raça e classe. Essas lutas se articulam com a construção de uma nova sociedade, na perspectiva do socialismo. Por isso dizemos: **“Mulheres trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil [...]”** (ANMTR, 2000, p.16).

O que elas estão dizendo é que a construção de uma nova sociedade - novas relações de gênero, classe e raça - se fará pelas mãos das mulheres, tendo em vista a posição legitimada que ocupam na produção/reprodução da vida humana. Essa construção será de responsabilidade de cada mulher individualmente, mas também da organização coletiva na produção de um conjunto de propostas e

enfrentamentos. A “derrubada” de um modelo (neoliberal) e a construção de outro (socialista) dependia da organização coletiva das mulheres. A exposição acima demonstra a existência de “uma face oculta das mulheres”, uma forma feminina de ser e fazer, trazida à luz pela organização social dessas mulheres. Características femininas no exercício de poder, de formas de organização e ação, nos espaços privado ou público, foram reveladas às próprias mulheres na trajetória da organização coletiva. Nesse modo de organização coletiva, podem-se considerar dois objetivos, diferentes e articulados, ou seja, os investimentos são feitos no sentido de que as mulheres precisam reconhecer “sua face oculta”, seu papel na produção/reprodução da vida, e, por meio desse reconhecimento, construir uma nova sociedade. De acordo com outro trecho do texto em questão, “as mulheres trazem a concepção da Vida como elemento essencial no Projeto Popular e o ‘cuidado’ como princípio norteador da vida e das relações.” (ANMTR, 2000, p.18). No sentido descrito no texto, “cuidar significa valorizar, respeitar, ouvir, zelar pelo OUTRO enquanto pessoa que se faz revelar e que, na relação humana, se dignifica.” (ANMTR, 2000, p.18). Assim, pode-se considerar que a proposta se estendeu ao conjunto das relações sociais - urbana e rural, sendo as mulheres as responsáveis diretas (e por direito) pelo cuidado do outro.

Na preparação do Dia Internacional da Mulher, além dos temas discutidos, as orientações eram de que, no período de 05 a 09 de março de 2001, fossem organizados acampamentos de mulheres trabalhadoras rurais em cada estado do Brasil. “Fortalecer a unidade em torno de um Projeto Popular para o Brasil na ótica de gênero” (ANMTR, 2000, p.25), era um dos objetivos desses acampamentos. Em Santa Catarina, o I Acampamento Estadual de Mulheres Trabalhadoras, com o lema nacional, “mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil”, foi realizado em Florianópolis. Na ocasião, de acordo o texto publicado no Informativo do MMA/SC²⁰⁰ n. 54º. (março/abril de 2001), em torno de 2000 mulheres oriundas de todas as regiões do estado, na sua maioria integrantes do MMA/SC (estavam presentes também integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Pastorais Sociais, Colônia de Pescadores, Sindicatos...), com o apoio de outras entidades de Florianópolis, participaram da mobilização.

²⁰⁰ Texto assinado por Justina Cima (Coordenação Estadual).

Com certeza o acampamento conseguiu trazer presente a luta, a resistência, as marcas de muitas mulheres lutadoras do povo, a vontade e a certeza de que é possível construir uma sociedade melhor. A esperança e o sonho coletivo de todas que lá estavam e as que contribuíram para que o acampamento se realizasse. [...] Nas nossas manifestações dissemos para a sociedade que o modelo de agricultura que está aí não serve e nós queremos construir um modelo que garanta alimentos e vida digna para o povo da roça e da cidade [...]. (MMA/SC, março/abril de 2001, p.01).

Dessa forma, a proposta de construção de uma nova sociedade envolvia a produção de um novo modelo de agricultura, cujos objetivos seriam a garantia de alimentos e de vida digna aos povos da roça e da cidade. Outros movimentos sociais rurais também se organizam em torno desses objetivos, como por exemplo, o MST. No caso do MMA/SC, entretanto, pode-se dizer que as concepções que sustentam esses objetivos dizem da centralidade das mulheres nesse processo, na medida em que é enfatizada a existência de “[...] características da dimensão feminina do ser humano, como a sensibilidade, a intuição, a esperança, a força e a garra, a construção coletiva e o respeito à vida.” (ANMTR, 2000, p. 19).

De forma semelhante, pode ser situado o lema da VIII Assembleia Estadual do MMA/SC, “Filhas da terra na construção de um projeto novo”, realizada no período de 17 a 19 de novembro de 2001, no município de Concórdia. Encontros de preparação antecederam a realização da referida assembleia estadual, bem como das assembleias municipais e regionais. Para tanto, foi elaborada a cartilha intitulada *Filhas da terra na construção de um projeto novo - VIII Assembleia Estadual, Concórdia 17, 18 e 19 de novembro de 2001* (MMA/SC, 2001), com temas referentes à proposta de três encontros (respectivamente, Somos o MMA/SC, A agricultura que queremos e Preparando a VIII Assembleia Estadual do MMA/SC) para serem estudados nos grupos de base, de modo a contribuir para a construção das assembleias.

Na Regional Sul e em outras regionais do estado, no segundo semestre de 2001, conforme o Informativo do MMA/SC n.º7 (setembro/outubro de 2001), as assembleias municipais e regionais foram realizadas com o objetivo geral de “debater, aprofundar, definir

estratégias para a construção de um modelo de agricultura, voltada para a construção de um projeto de sociedade, que garanta condições de vida a partir das mulheres e do MMA/SC”. (MMA/SC, setembro/outubro de 2001, p.02). Quanto aos objetivos específicos, destacaram-se:

a) avaliar o trabalho realizado; b) definir o modelo de agricultura sob o olhar das agricultoras, aquilo que queremos e precisamos na produção e crédito; c) definir as lutas estratégicas; d) aprofundar a metodologia do trabalho de base; e) eleger a nova direção executiva municipal, regional e estadual. (MMA/SC, setembro/outubro de 2001, p.02).

Na ocasião da VIII Assembleia Estadual do MMA/SC, de acordo com o relatório desse evento (MMA/SC, 2001), entre as regionais do movimento presentes estava a Regional Sul, com 13 representantes vindas dos municípios de Orleans, Urussanga, Cocal do Sul e Morro da Fumaça. Segundo o Informativo do MMA/SC n.º58 (novembro/dezembro de 2001), duas das mulheres presentes (uma do município de Orleans e a outra do município de Cocal do Sul) foram eleitas para representar a Regional Sul na direção estadual do Movimento. Segundo registrou o Informativo do MMA-SC (novembro/dezembro de 2001), a análise de conjuntura foi feita por Luci Choinacki²⁰¹, os temas relativos ao modelo de agricultura atual e um novo modelo de agricultura, respectivamente, foram trabalhados por uma integrante do MST e um integrante do MPA (Movimento de Pequenos Agricultores). A articulação com outros movimentos sociais coloca no centro do debate a transversalidade do tema, envolvendo um projeto novo para a agricultura. Compreende uma luta que se fez (e se faz) em nome de uma determinada classe de trabalhadores/as, isto é, trabalhadores/as rurais. No MMA/SC, por conta de desdobramentos de gênero, tal luta se singulariza, visto que é assumida pelas trabalhadoras

²⁰¹ “Nascida em Descanso (SC) em 1954, agricultora, Luci Choinacki tornou-se liderança de movimentos sociais nos anos 80. Após participar das comunidades eclesiais de base e das coordenações estaduais do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Luci foi eleita deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986 – única mulher com mandato eletivo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em 1990, eleita deputada federal, quando foram aprovados projetos de aposentadoria especial para mineiros e aposentadoria aos agricultores aos 60 anos e às agricultoras aos 55 anos, assim como o salário-maternidade para camponesas, pescadoras, artesanais e empregadas domésticas” (MMA/SC, julho/agosto 2002, p.03).

rurais. Expõe, portanto, a posição ocupada pelas trabalhadoras rurais organizadas, enquanto “Filhas da terra na construção de um projeto novo” (lema da VIII Assembleia) para Santa Catarina e para todo o Brasil. Essa formação singular pode ser observada em trechos da síntese do documento aprovado na assembleia e publicado no Informativo do MMA/SC n°.58 (novembro/dezembro, 2001, p.04).

[...] Reafirmamos nossos objetivos de lutar pelos direitos das mulheres agricultoras e de toda a classe trabalhadora, construindo assim, a própria história enquanto mulher e cidadã. Pelo fim da discriminação da mulher, buscando sempre construir novas relações de igualdade entre mulheres e homens, entre culturas, gerações, com o meio ambiente e a construção da nova sociedade socialista. Reconhecemos que as conquistas até então obtidas são frutos de uma história marcada pela coragem e lutas das mulheres. Podemos dizer que a principal delas foi a mulher sair de casa, pensar seu destino, a sua vida; o reconhecimento da profissão, os direitos previdenciários; participação política da mulher na sociedade, entre outros. A agricultura que nós mulheres queremos, deverá ser sustentável, agroecológico, equilibrado, diversificado onde a produção seja voltada para a auto sustentação da família com garantia de permanência dos agricultores (as) na roça. [...] Plano de ação para os próximos três anos: Lutar para construir um novo modelo de agricultura com consciência que é possível uma nova sociedade humana e justa em todos os aspectos [...].

Na direção do que já foi apresentado, as lutas em torno de um novo modelo de agricultura foram assumidas por outros movimentos de mulheres rurais que integravam a ANMTR. No período de 06 a 08 de março de 2002, como parte das mobilizações públicas referentes ao Dia Internacional da Mulher, o 3º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, intitulado “Margarida Alves”, aconteceu em diferentes estados do país. Assim como em outros momentos, a preparação para essa atividade se deu por meio do estudo da cartilha específica intitulada *Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves – “Trabalhadoras: gerando*

vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade” - Dias, 6, 7 e 08 de março de 2002, produzida pela ANMTR (2001). “Trabalhadoras – gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade”, lema do acampamento, demonstra a posição ocupada pelas mulheres trabalhadoras nesse processo, como responsáveis pela produção/reprodução da vida. Os três encontros sugeridos na cartilha remetem a “Um pouco da história de luta das mulheres e o Acampamento Margarida Alves”, ao “O que está acontecendo com a nossa agricultura?” e “A agricultura que queremos”.

Manifestações envolvendo movimentos de mulheres rurais autônomos e coletivos de mulheres de organizações mistas do campo, como por exemplo, MST, MPA e MAB, marcaram também o 08 de março de 2003. A cartilha intitulada *08 de março – Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta pelos direitos, construindo um projeto popular*, produzida pela ANMTR e ANMTR-Sul (2002), para estudo e debates em preparação ao dia 08 de março, no seu texto de apresentação, trazia a importância da articulação desses movimentos sociais para a construção de um projeto popular para o Brasil, em termos de igualdade e mudança nas relações de gênero, classe e raça. Ao longo dos quatro encontros sugeridos nessa cartilha, a data – 08 de março – foi ressaltada como um dia de luta, resistência e compromisso, de forma que no ano de 2003, a ANMTR decidiu fazer atos em todo o Brasil, com bandeiras de luta envolvendo um novo projeto de agricultura (agroecológica, natural, orgânica, sustentável...), efetivando a implantação do SUS, com a participação popular (atendimento à saúde integral da mulher, na ótica de novas relações de gênero) e a Previdência Social (pública e de qualidade), entre outras que contestavam o modelo neoliberal.

Quanto à organização e à participação de mulheres da Regional Sul em assembleias e mobilizações públicas, Janete (59 anos)²⁰², em relato acerca da sua própria participação em atividades realizadas em Chapecó e Florianópolis, ressalta algumas diferenças.

[...] o que admiro é a coragem das mulheres de lá. Meu Deus! Que mulheres inteligentes, que coragem que elas têm, que luta, que garra. [...] lá em Chapecó é o ninho mesmo das mulheres de coragem. Porque aqui a gente se encontra, mas é aquela coisa calminha. Mas lá, meu Deus! Eu

²⁰² Entrevista citada.

chegava em casa e dizia para o meu marido: Meu Deus! Uma vez as mulheres, assim mais da roça, não tinham participação nenhuma. Nem existiam essas coisas. Nós não tínhamos coragem nem de conversar. Agora, hoje, a gente vai lá fora, pega o microfone, sobe em cima daqueles carros de som. Mas falam! Chapecó mesmo! [...] A coragem que elas têm. É um povo sofrido. Uma vez nós fomos, não tinha nem lugar para a gente se instalar, poeira dessa altura. De repente, elas pegaram uma vassoura, fizeram uma faxina, nós botamos os colchões tudo [...].

A comparação entre as organizações no sul e no oeste do estado, conforme faz Janete, aponta para um movimento heterogêneo, marcado pela pluralidade regional e pela singularidade das mulheres que o integram. Estes modos de se “fazer o movimento” em cada município e região dizem dos diferentes movimentos que o constituem. Janete, porém, não foi a única mulher que fez comparações entre a organização e a participação das mulheres, Eliane (52 anos)²⁰³ também o fez.

Chapecó, pra lá, são bem mais fortes. Eles têm muito mais conquista. [...] Eu acho que eles lá têm muito mais conquista do que a gente aqui. Eu acho que mais participação também de gente. Eles participam mais. Aqui, eu acho que é menos. [...] Mais lutadores! Aqui, a gente vai às reuniões, mas assim, a gente não é muito de conquistar... Oh! Vamos em tal lugar? [...] Vamos lá em Florianópolis, vamos isso, vamos aquilo. A gente aqui é mais parada. Esperando que os outros façam as coisas, conquistem as coisas. A gente pode até assim dar um apoio. Mas a gente não vai tomar a frente mesmo. O nosso aqui, o movimento aqui, não faz isso. Eu pelo menos vejo isso.

Outras mulheres entrevistadas indicam a existência de diferenças entre as organizações do movimento em cada município ou região, principalmente no que envolve a participação das mulheres. Ainda que em espaços plurais e singulares, os investimentos na organização e formação das mulheres (trabalhadoras) militantes são constantes e

²⁰³ Entrevista citada.

seguem regras. De acordo com as informações que constam nos relatórios, por um lado, as assembleias podem ser descritas como espaços fundamentais de organização, planejamento e avaliação do movimento em suas diferentes esferas. Por outro lado, as mobilizações públicas, entre outras práticas, possibilitam o encaminhamento concreto das lutas. Em seu conjunto, tais práticas se constituem como espaços de formação das mulheres militantes. A preparação “da mulher para participar da sociedade e o fim da discriminação contra a mulher” se apresentam como objetivos do movimento, expondo a necessidade de uma aprendizagem que se manifestou mais em determinado momento e não em outro. É indispensável “aprender a participar” e, em torno disso, diferentes práticas (enquanto investimentos na formação de mulheres militantes) foram articuladas.

No tópico que segue, de forma mais específica, trato de concepções de gênero implicadas no processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes, no sentido de um aprendizado que visa à transformação de si e da sociedade.

3.3 “Aprender para transformar”: questões em torno do processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes

É evidente que as questões tratadas nos tópicos anteriores, ao trazerem lutas e formas de organização específicas do MMA/SC, dizem do processo de formação de grupos e das mulheres (trabalhadoras) militantes que o integram. As publicações e documentos apresentados e analisados mostram investimentos nessa formação, os quais articulam aspectos individuais e coletivos, fundamentais aos objetivos historicamente definidos pelo movimento. Além das questões de gênero e de classe já referidas no contexto dos direitos trabalhista-previdenciários, da documentação e do reconhecimento da profissão trabalhadora rural, gostaria de me ater a outras (que remetem ao conhecimento do funcionamento dos corpos de mulheres e homens, à sexualidade e à saúde), na tentativa de analisar concepções de gênero e de ampliar um pouco mais a ideia de “aprender para transformar”, como forma de tratar aspectos possíveis de serem lidos no contexto de investimentos na formação de mulheres (trabalhadoras) militantes.

Em estudos sobre movimentos sociais rurais de mulheres (e outros movimentos) não é incomum ler nos depoimentos que relacionam

participação, aprendizagem, transformações individuais e sociais. De modo geral, as mulheres que entrevistei evidenciaram também essa relação, como é possível observar no depoimento de Luíza (46 anos)²⁰⁴, que inspirou o título desse tópico – “Aprender para transformar.”

A gente tem a formação que faz a pessoa se sentir mais gente, mais mulher, mais livre, tem mais liberdade. Vai criando a cidadania, vai transformando a gente por dentro. A gente vai entendendo o valor que tem a mulher. Aquela coisa que foi dito que a gente é ignorante. A gente não é ignorante. Estas coisas assim de libertação da mulher no sentido geral. Através disto a pessoa vai fazendo a transformação pessoal e social. Como meta central, aprender para transformar. (Luíza, 46 anos).

Na perspectiva do movimento, a questão parece ser a de que o aprendizado das mulheres acerca de diferentes temas é imprescindível para a promoção de transformações individuais e sociais. No estudo que realizou sobre o MMA/SC, Kroth (1999, p.155) observa:

A grande utopia das mulheres agricultoras do MMA/SC era expressa no desejo e na luta por novas relações sociais, *nova mulher e novo homem a caminho de nova sociedade*. Este “novo” expresso nas lutas de cada tempo significa para as mulheres agricultoras a tentativa de construção de outros perfis masculinos e femininos, que ultrapassem os limites dos padrões oficiais da sociedade. Sinaliza para relações diferenciadas na sociedade.

Inspirada nas palavras de Kroth e de algumas das mulheres que entrevistei, considero que o projeto de transformação das relações sociais, a “construção de outros perfis masculinos e femininos, que ultrapassem os limites dos padrões oficiais da sociedade”, sugere a construção de “espaços formativos” que articulem, indissociavelmente, o conhecimento e a transformação de si, o conhecimento e a transformação da sociedade, na direção da equidade de gênero, de classe... O que está em jogo é a formação não dissociada da mulher, da

²⁰⁴ Entrevista já citada.

trabalhadora e da militante, promovida por meio de assembleias, mobilizações e outras atividades organizativas como apresentei no tópico anterior, mas igualmente por cursos, reuniões e discussões em grupos de base, mediadas por leituras de publicações do movimento (e de outras organizações afins), entre outras estratégias.

O movimento como lugar de aprendizagens e de transformações individuais e sociais permeou, em grande medida, as falas das mulheres entrevistadas, sugerindo “relações de si para consigo”, que podem ser pensadas na direção do que ressalta Foucault (2006). É central ter clareza, no entanto, que a noção de “relação de si para consigo” compreende uma subjetividade que, para Foucault, “não remete evidentemente nem a uma substância nem a uma determinação transcendental, mas a uma reflexividade que se poderia chamar da prática: uma maneira de se relacionar consigo mesmo para se construir, para se elaborar.” (GROS, 2008, p.128). Obviamente, não considero que os movimentos sociais, necessariamente, operem mudanças individuais e coletivas no sentido da igualdade de gênero, entre outras. Neste caso, quero apenas indicar que as diferentes práticas produzidas pelo/no movimento permitem observar que o processo de formação de mulheres militantes se sustenta no entendimento de que as possibilidades de transformação individual e social justificam o próprio investimento. De certa forma, as mulheres entrevistadas reconhecem a possibilidade de outros modos de constituição de si e localizam aí um grande motivador da participação no movimento, como se pode observar no relato já citado de Luíza e nos dois relatos que seguem.

Depois que eu comecei a participar, que eu consegui ser eu, porque antes, a gente era assim, mandada. Não sei, tinha medo, parecia. Não sei se a gente foi criada assim, desde o tempo dos pais da gente... A mãe. Não tinha aquela liberdade que as pessoas têm agora, pais com filhos e tudo. Foi tudo uma coisa mais fechada. Então, também, quando eu casei, parecia que tinha medo do marido. Era tudo abaixo de comando. Dava impressão, não sei. Depois que eu comecei a sair fora, foi difícil sair. Mas depois que eu comecei, foi que eu fiquei mais eu mesmo. Se não fosse isso, de certo, eu estava ainda

*acocorada, mas... Cresci bastante também. (Regina, 56 anos)*²⁰⁵.

*E aqui, nós sozinhas aqui no nosso canto, a gente não aprende nada se a gente não tem uma ligação com pessoas que sabem mais assim do que a gente. E é bom mesmo. Eu sei lá, eu... Se todo mundo desistir do movimento aqui, eu ainda vou continuar participando aonde eu encontrar alguém que me dá um apoio. Eu vou continuar, porque para mim, eu devo muito o que aprendi neste movimento das mulheres. Porque para mim foi a minha libertação. Depois que eu comecei a participar lá, eu mudei de vida totalmente. A minha força, as coisas que eu aprendi, eu devo muito ao movimento. Muito mesmo. (Ana, 56 anos)*²⁰⁶.

Moreira (2008) observa que o sentido de transformações e mudanças está atrelado à obtenção de informações, de conhecimentos acerca de direitos, desinibição, coragem de falar em público, entre outros. Segundo essa autora, no estudo que realizou, os depoimentos das mulheres apontam para uma vontade de falar, de enfrentamento da vida, de “uma vida antes, restrita ao espaço do lar, e de uma vida depois de potencializar seu movimento, uma vida com coragem de enfrentar o público [...] de se ver como produtora, de se ver outra pessoa, com a possibilidade de ser outra, de se reinventar”. (MOREIRA, 2008, p.123).

Desde a sua criação, certamente, o MMA/SC investiu em práticas cujo objetivo era a promoção de mudanças nas condições de vida de mulheres trabalhadoras rurais, pela produção de espaços e instrumentos de formação, capazes de abalar certos padrões de feminilidade (e de masculinidade) envolvidos na inviabilização e/ou limitação das possibilidades de atuação social de mulheres, como observei em discussões anteriores. Essa constatação, em contrapartida, não significa dizer da ausência de práticas disciplinares na produção e normalização de subjetividades no interior do movimento, na medida em que o processo de formação se faz a partir de investimentos que visam combater certos modelos e produzir outros. Sendo assim, é possível referir que a produção de outros modos de constituição de si se coloca a partir de “lugares fixos”, em que o modo como o movimento procura

²⁰⁵ Entrevista citada.

²⁰⁶ Entrevista citada.

basear sua organização indica normas que são fundamentais à condução do mesmo. Entre outras finalidades, a disciplina inerente a essa forma de organização se volta à unidade dos grupos e ao fortalecimento das lutas. A disciplina pode se modificar historicamente, mas continua a ser elemento integrante dessa forma de organização. Em algumas das publicações destinadas à formação das mulheres militantes, a forma de organização do movimento é apresentada na interface com a história de luta das mulheres trabalhadoras rurais, como por exemplo, na cartilha intitulada *Nossa história, nossas lutas* (MMA/SC, 2000), que traz o seguinte argumento, no texto de apresentação:

[...] É essencial sabermos porque surgiu o movimento, como se desenvolveu, quais os seus princípios, qual a sua forma organizativa, quais as suas bandeiras de luta. É o patamar mínimo de conhecimento para refletirmos sobre o presente e traçarmos nossos rumos para um futuro melhor. (MMA/SC, 2000, p.01).

Outro aspecto a ser considerado é a dimensão coletiva das lutas, como condição primeira para a promoção de transformações individuais e sociais. Antes de tudo, trata-se de considerar que a produção de outros modos de constituição de si se faz nas e pelas relações intersubjetivas. Conforme descrito em uma das cartilhas de formação, “é nos grupos, nos movimentos que se ampara e se fortalecem os desejos das mulheres e se rompe com o consenso da sociedade [...] a mulher precisa se encontrar nesses ambientes para se sentir mais forte, mais viva para fundamentar sua caminhada.”(MMA/SC, 1997, p.10), Sobre esse aspecto, Beatriz (55 anos), em sua entrevista, observa que o diferencial do movimento está no modo como se dá o processo de formação:

A gente começou a estudar a história da vida da gente, da avó [...] Começou a se sentir, assim, fortalecida dentro do movimento, porque, de repente, a gente fez amizade com uma porção de mulheres [...] Parece que os problemas são os mesmos, sabe. E a gente se sente segura dentro do movimento.

Margareth Rago (2008, p.167), em artigo sobre o Grupo “Mujeres Libres”, formado por militantes anarco-feministas (ativas durante a Guerra Civil Espanhola, entre 1936-1939), ao tratar da possibilidade de

“criação de novos estilos de vida, fundados em uma ética libertária”, aponta para o fato de que novas relações consigo envolvem necessariamente relações com o outro.

Vale notar que as possibilidades de outras formas de produção da subjetividade abertas por elas não se efetivaram num marco individualista, como se poderia supor – e aqui recorro novamente às conceitualizações de Foucault -, pois, podemos dizer, visando a uma intensificação da relação de si para consigo, mas não no sentido corrente de uma valorização da vida privada em detrimento da esfera pública, nem no de uma acentuação do valor do indivíduo sobreposto em relação ao grupo. (RAGO, 2008, p.170).

Dessa forma, em meio a uma diversidade de temas e objetivos, no MMA/SC, a possibilidade de aprendizagem e transformação parece se manter em publicações destinadas à formação de mulheres, indicando que reivindicações sociais são produtos de construções coletivas e, assim, representativas de uma coletividade. Em documentos e publicações referentes ao período de 1991 a 2003, temáticas acerca do corpo, da sexualidade e da saúde, de como relações de gênero e de classe se produzem/reproduzem são apresentadas e questionadas, mostrando-se indispensáveis às transformações individuais e coletivas que o movimento almeja.

O texto de introdução de uma das cartilhas desse período²⁰⁷, intitulada *Juntas, na roça e na cidade, para construir uma nova sociedade – unidos conquistaremos a saúde*, produzida pelo MMA/SC e pela Pastoral da Saúde (CNBB Regional Sul 4), inicia com a relevância da luta pela saúde para as mulheres:

Companheiras na luta pela vida! Vocês estão começando a discutir uma cartilha muito importante para a nossa vida de mulher. Esta importância não está na aparência, mas, no seu conteúdo e na preparação. Para que hoje vocês a tivessem, foram fundamentais discussões anteriores e consulta a algumas pessoas de nosso estado para que assim pudéssemos tentar

²⁰⁷ Cartilha sem data. Porém, referências aos anos de 1992 e 1994 no texto que compõe a introdução, possibilitam vincular sua publicação à década de 1990.

responder as expectativas das companheiras. O fato inédito é que pela 1ª vez, reuniu-se o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Pastoral da Saúde, para além de somar forças, produzir esta cartilha, cujo conteúdo colaborará com certeza, nos encaminhamentos e conquistas na luta pela geração de vida. (MMA/SC e PASTORAL DA SAÚDE, s/d, p. 01).

Em uma perspectiva que busca estabelecer diferenciações entre mulheres e homens, a proposta de estudo da cartilha citada se divide em quatro etapas: O corpo da mulher; Nossa sexualidade – ato sexual e orgasmo; Doenças na mulher; Política da saúde. Sobre a incorporação de tais temáticas em cartilhas de formação, pode-se dizer da “colocação do sexo em discurso”, como argumenta Foucault (2006a), na direção do que deve ser regulado por “discursos públicos e úteis”.

Por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo [...] e não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas e causais. (FOUCAULT, 2006a, p. 30)²⁰⁸.

Na esteira de discussões sobre corpo e saúde, as temáticas das doenças sexualmente transmissíveis, da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e da saúde como “direito de todos e dever do Estado” são priorizadas em outra publicação do MMA/SC - *AIDS Conhecer para evitar - Lutar pela saúde é lutar pela vida (s/d)* - desse período. No sentido da regulação dos corpos, parece igualmente interessante pensar sobre o controle do corpo-espécie no campo de uma “biopolítica da população” (FOUCAULT, 2006a)²⁰⁹. Em alguns dos textos dessas

²⁰⁸ Foucault (2006a, p. 31) faz referência a uma “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.”

²⁰⁹ Conforme ressalta Foucault (2006a, p.31-32) “uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe [...] os governos perceberam que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de *habitat* [...] No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e

cartilhas, são apresentadas recomendações de como mulheres e homens devem conduzir suas práticas na tentativa de eliminar ou reduzir “disfunções sexuais”. Para elucidar esse apontamento, entre outros, trago o recorte do texto “Nossa sexualidade – ato sexual e orgasmo”, publicado na cartilha (MMA/SC e PASTORAL DA SAÚDE, s/d, p.10).

Os homens normalmente se habituem com uma relação sexual rápida, concentrada principalmente nos órgãos genitais e sem muito carinho. As mulheres esperam uma relação mais romântica, com mais carinho, mais devagar, menos impulsiva... Desse desencontro é que acabam surgindo vários problemas na relação sexual dos casais ou das pessoas individualmente.

Outras questões poderiam ser provocadas, como por exemplo, no que diz respeito às concepções de sexo e gênero que orientam algumas das discussões mobilizadas no/pelo movimento e trazem para o debate a oposição natureza e cultura, no sentido de que mulheres e homens são construídos socialmente a partir da natureza. No texto “Nossa sexualidade – ato sexual e orgasmo”, a noção de sexualidade apresentada se faz no campo da natureza e da cultura.

Concepções de sexo e de gênero mobilizadas nesse texto podem ser pensadas a partir de questões levantadas por Judith Butler. Entre outras, Butler (2003) problematiza a ordem compulsória sexo/gênero, de modo a contestá-la e evidenciar aí uma construção social. Na perspectiva defendida por essa autora, o sexo não é uma base passiva para a construção social do gênero, mas igualmente uma produção. Assim, as relações gênero-cultura e sexo-natureza são problematizadas na medida em que o sexo se apresenta também como culturalmente produzido. O sexo “é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura.” (BUTLER, 2003, p. 25). Nesse caso, evidencia-se que o gênero não pode ser pensado como uma interpretação cultural de corpos anatomicamente diferenciados, bem como o sexo não remete a

ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas [...] a conduta da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção [...]”.

um recipiente passivo de tais interpretações. O gênero, ao contrário, produz o sexo e se define como ato performativo.

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em formas do gênero, essa ação é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito. (BUTLER, 2003, p. 200).

Com base no que argumenta Butler, a relação que se estabelece entre sexualidade, sexo e gênero (conforme descrita no texto produzido pelo movimento) sugere que, como efeitos de poder, um “‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’”. Além disso, os discursos de sexo e de gênero, quando operados em textos como estes, mostram-se presos a “matriz heterossexual”²¹⁰ (BUTLER, 2003) ou uma hegemonia heterossexual (BUTLER, 2002), aludindo quais corpos e práticas são, ou não, inteligíveis para determinados códigos políticos²¹¹. Isso se faz porque o sexo funciona como uma norma e uma

²¹⁰ Por “matriz heterossexual”, Butler (2003, p.215-216) esclarece que o uso que faz do termo é no sentido de “designar a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados.” Butler (2003, p.216) ressalta ainda que buscou sua “referência na noção de Monique Wittig de ‘contrato heterossexual’ e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de ‘heterossexualidade compulsória’ para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade.”

²¹¹ Com base em Julia Kristeva, Butler (200, p.190-1913) faz referência ao conceito de abjeto, como o que “designa aquilo que foi expelido pelo corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’ [...] a construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito.” Posteriormente, em entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer (2002, p.161), Butler explica: “o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos

prática regulatória que governa os corpos que produz, qualificando-os (e materializando-os) em um domínio de inteligibilidade cultural que garante a hegemonia heterossexual (BUTLER, 2002).

Desse modo, o gênero não diz respeito a uma construção social a partir de uma superfície material e a materialidade dos corpos deve ser compreendida como efeito produtivo do poder, ou seja, como materialização de determinada norma regulatória. De acordo com essas considerações, o que as concepções de sexo e gênero, apresentadas no recorte do texto “Nossa sexualidade – ato sexual e orgasmo” permitem compreender? Por um lado, as concepções produzidas no referido texto não se destinam à problematização das oposições natureza e cultura, da estrutura binária do sexo/gênero que asseguram uma heterossexualidade compulsória. Por outro, não permitem aludir que se trata de um debate desinteressado, pois, na direção do fortalecimento de determinado argumento de luta, a relação natureza e cultura, assim como a estrutura binária do sexo e do gênero parece que necessitam ser mantidas. Permitem compreender, então, usos estratégicos das categorias sexo e gênero, fundamentais às lutas historicamente produzidas no/pelo movimento.

Em outras publicações do movimento, por exemplo, diferenças aceitas como naturais ou essenciais entre mulheres e homens são apresentadas como passíveis de serem (re)apropriadas pelas próprias mulheres na luta por transformações no campo das desigualdades sociais. Demarcações de sexo e de gênero, descritas na cartilha *Mergulho na história das mulheres*, publicada pelo MMA/SC em 1997, cujo objetivo era contribuir para a discussão nos grupos de base²¹², pode ser interessante para exemplificar essas questões. Os temas propostos para a discussão por meio dessa cartilha eram: “mergulho na história das mulheres; conhecimento das mulheres; como ocupamos nosso tempo; como exercemos o poder”. As orientações no texto de apresentação dessa cartilha incluíam a preparação das líderes para garantir o aproveitamento do material produzido da melhor forma possível. Dentre os textos produzidos para cada tema, faço referência a um trecho do 3º encontro (Como ocupamos nosso tempo), por considerá-lo representativo das pontuações que estou fazendo.

cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”.

²¹² Essa cartilha foi publicada “a partir de debates e discussões realizadas na 1ª etapa do Curso de Formação da Direção Estadual e Regionais, sobre Gênero, Classe e Raça.” (MMA/SC, 1997, p.01).

Nossa esperança de mãe, de mulher, da nova sociedade nos dá força de resistir, nos organizar, fazer festa e aos poucos SER UMA NOVA MULHER. Mais livre, merecedora dos direitos sociais e de um lugar digno na organização social. Nossos direitos foram negados por muito e muito tempo. A reconquista será fruto de nossas mãos e organização. (MMA/SC, 1997, p.15).

Como evidenciei em outros momentos, a luta pela igualdade de direitos se faz pela reafirmação das diferenças e, de modo particular, pela importância social dessas diferenças no campo da produção/reprodução da vida. Talvez seja necessário operar com uma base universal para justificar a desigualdade social vivenciada pelas mulheres, assim como para lutar por igualdade social. A ideia de uma força inerente que mobiliza as mulheres na/para a luta é amplamente abordada, explicando assim investimentos na constituição e representação do sujeito – mulher trabalhadora militante - do movimento. Investimentos na formação desses sujeitos apontam para a construção de uma essência feminina (e masculina) que explica e mobiliza lutas específicas.

Sobre essa especificidade da luta, faço menção ao que argumenta Rosi Braidotti (1997, p. 126) acerca do movimento feminista como “espaço onde a diferença sexual se torna operacional, por intermédio da estratégia de lutar pela igualdade dos sexos numa ordem cultural e econômica dominada pelo vínculo masculino homosocial”. O uso da diferença sexual como estratégia de luta, tal como argumenta Braidotti, no entanto, não se faz pelo retorno ao determinismo biológico. A possibilidade de retorno a um essencialismo (não reduzido ao determinismo biológico), entre outras, fundamenta-se na premissa de que o uso da diferença sexual, como uma opção política, deveria se fazer pela rearticulação do feminino à realidade corporal sexual da mulher, de modo a não separar empírico e simbólico, sexo e gênero... Na perspectiva anunciada por Braidotti (1997, p.125):

Para tornar operacional a diferença sexual dentro da teoria feminista, quero argumentar que se deve começar politicamente com a afirmação da necessidade da presença da mulher da vida real em posições de subjetividade discursiva, e teoricamente, como o reconhecimento do primado das raízes corporais da subjetividade, rejeitando

tanto a tradicional visão do sujeito como universal, neutro e sem gênero, quanto à lógica binária que sustenta essa visão.”²¹³

De acordo com Butler (2004), o discurso de gênero que insista no binário do homem e da mulher para entender o campo do gênero dá a ver uma operação reguladora do poder, no sentido naturalização de certa hegemonia e redução da possibilidade de pensar sua alteração. No caso do movimento, possivelmente, as transformações individuais e coletivas pretendidas se apoiam justamente na/pela manutenção de relações binárias, uma vez que não está em jogo romper com tais normas sociais. A seguinte afirmação, publicada na cartilha intitulada *Vamos contribuir na construção de um projeto novo!* (MMA/SC, 1999), é representativa de alguns dos interesses que estavam em curso:

O MMA/SC é uma entidade que organiza as mulheres trabalhadoras rurais, conscientizando-as para irem em busca dos seus direitos [...] serve para tirar as mulheres de casa [...] prepara-as para assumirem tarefas importantes como nas direções [...] ocupar espaços importantes de decisões [...] faz as mulheres se sentirem responsáveis na mudança da sociedade. (MMA/SC, 1999, p.10).

Em torno dessa e de outras prioridades, propostas de formação foram elaboradas e implementadas. Outros questionamentos poderiam ser feitos aos modos como oposições fixas são construídas e passam a regular a vida de mulheres e de homens. Por ora, para finalizar esse capítulo e para adiantar-me em relação ao próximo, cabe considerar que a aparente permanência natureza-cultura nas concepções de sexo e de gênero se apresentou em um contexto de lutas específico, onde era urgente a produção da mulher trabalhadora rural. Com isso, gostaria de ressaltar que a formação da militante dá a ver uma tarefa central que é a de produzir e representar determinado sujeito de direitos, determinada identidade feminista. Sendo assim, penso que não há como dizer que os

²¹³ Braidotti (1997, p.130) observa que “de modo mais explícito, a questão da diferença sexual é política, por concentrar o debate no modo de se lograr a transformação do eu, do outro e da sociedade. Assim, ela dá realce às paixões éticas que subjazem à política feminista. Além disso, ao equacionar o paradoxo da condição feminina, não apenas em termos de opressão, mas, ao contrário, como implicação e também exterioridade em relação ao sistema patriarcal falologocêntrico, ela reformula a complexa questão do envolvimento feminino – alguns diriam cumplicidade – com um sistema que ativamente nos discrimina e desqualifica. Ela finalmente nos ajuda a redefinir a pergunta: O que significa pensar e falar ‘como uma mulher feminista’?”.

investimentos nessa produção/representação, de certo modo, não serviram a tal propósito, ainda que em uma posição feminista essencialista. Sem dúvida, antes de tudo, tratava-se (trata-se) de uma luta pela visibilidade das mulheres.

CAPÍTULO 4

CONSTRUINDO O MMC/SC NA REGIONAL SUL DE SC... DESAFIOS SE ATUALIZAM (2004-2008)

Companheiras Dirigentes dos Grupos de Base

Esperamos encontrá-las bem e muito animadas na tarefa de Dirigente do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. São 21 anos de organização na busca pela libertação da mulher. No dia 08 de março de 2004 marcamos a história de luta das mulheres camponesas do Brasil.

Constituímos e oficializamos mais um grande Movimento Nacional. O Movimento de Mulheres Camponesas, construído com nossa capacidade e nossa luta em defesa de nossos direitos.

Motivadas por esta nova realidade, nós do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina preparamos a 9ª Assembleia Estadual que acontece nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2004, em Itapiranga/SC com o lema: MMA/SC

NA LUTA, PARTICIPANDO E

CONSTRUINDO O MMC DO BRASIL.

Vamos fazer deste processo um momento forte de avaliação e apresentação de propostas e sugestões para fortalecermos nossa luta e avançarmos na conquista de novos direitos. (MMA/SC, 2004).

A construção de um movimento que se organiza em âmbito municipal, regional, estadual e nacional, em termos de possibilidades, tensões e limites, foi um dos temas recorrentes em publicações e documentos que analisei, no decorrer das atividades que acompanhei e das entrevistas que realizei com algumas das integrantes da Regional Sul. Nos muitos momentos em que acompanhei as atividades nos municípios, ouvi a frase “é por isto que é movimento”, no sentido de descrevê-lo como lugar de constante construção-mudança, com números de integrantes e de participações que se alteram, de acordo com

interesses e reivindicações coletivas e individuais. De forma específica, essa frase era frequentemente mencionada em ocasiões em que líderes locais e regionais conseguiam ou não reunir um número expressivo de mulheres (em relação ao número de mulheres residentes nas comunidades rurais que se pretendia abranger) em grupos de estudo, oficinas, assembleias, mobilizações, entre outras variadas atividades.

A partir da perspectiva analítica que orienta este estudo, trata-se de compreender o MMC/SC como um campo que se constitui na e pela constante negociação, disputa e re-significação, envolvendo questões relativas às reivindicações por igualdade/diferença em torno das quais se produzem e se mobilizam sujeitos, tal como ressaltam Joan Scott, Judith Butler, Nancy Fraser, entre outras/os teóricas/os. Acompanhar atividades estaduais, regionais e municipais, conversar com mulheres em municípios que integram o movimento, ter acesso a documentos e a publicações (estaduais, regionais e nacionais, ou produzidas regionalmente e com circulação nacional) possibilitou-me observar campos de negociações, tensões, elementos que entram em jogo e que são silenciados.

Neste capítulo, busco analisar desafios que se atualizam na construção do MMC na Regional Sul de SC, focando temáticas em torno da identidade política, das lutas e do processo de militância. A construção do MMC do Brasil, unificando movimentos autônomos estaduais, suas organizações regionais e municipais, foi (é) um dos desafios enfrentados, uma vez que depende do fazer cotidiano dos estados e municípios onde o movimento está organizado. Considerando a dimensão das lutas, portanto, implica dizer que as condições de possibilidade do MMC do Brasil (e dos estados) também são produzidas singularmente por cada região e município. Investimentos na produção do(s) movimento(s) e dos sujeitos que o constituem revelam a necessidade de lidar com tensões e limitações envolvendo as próprias lutas. Desafios locais e globais na unificação política, na construção de uma identidade política, na perspectiva apontada por Foucault (1995), evidenciam jogos de poder, relações de forças que produzem sujeitos e subjetividades, que se assemelham e/ou diferenciam de determinados códigos sociais de organização da luta. Produzir sujeitos a serem representados, produzir lutas, organizar atividades de formação e mobilizações, conduzir negociações, entre outras, são questões presentes em agendas do MMC nacional, estadual, regional e municipal.

4.1 “Mulheres Camponesas”: identidade política e subjetividades

A partir da criação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, na primeira metade da década de 1980, como foi visto, a construção de uma identidade política já se colocava como condição para a articulação de mulheres em torno de determinadas lutas. Em razão disso, a organização do movimento em municípios, regiões, estado e país, na produção (e fortalecimento) das lutas de gênero, fundamentalmente requer mulheres politicamente formadas e unidas por uma identidade política comum. Sob a denominação Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), a visibilidade política de grupos, na e pela categoria “mulheres agricultoras”, mobilizou reivindicações e garantiu a conquista de direitos trabalhista-previdenciários. De igual modo, isso ocorreu em diferentes regiões e estados que adotaram a denominação Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), entre outras. Logo, tal necessidade aponta para o fato de que o sujeito não é auto-evidente, mas uma produção que se faz a partir de determinadas regras. (FOUCAULT, 1995, 2005b, 2006b).

Parcerias feitas para a efetivação de lutas, por exemplo, em campanhas regionais e nacionais, por meio da AIMTR/SUL e ANMTR, como foi observado no que diz respeito à campanha *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, mostraram possibilidades de um trabalho conjunto que atendeu a uma demanda trabalhista-previdenciária comum às mulheres na posição de trabalhadoras rurais. De fato, a construção de uma categoria capaz de representar essas mulheres, reconhecer, qualificar e valorizar o trabalho que realizavam (realizam) no meio rural foi politicamente fundamental.

Na construção do Movimento de Mulheres Camponesas, lutas de gênero, entre outras, são produzidas e atualizadas, fazendo-se necessário como nas perspectivas anteriores, recorrer à construção de uma identidade política. No entanto, como ressaltéi no capítulo anterior com base em discussões feitas por Butler (2003), ainda que necessária, a construção de uma identidade política comum às mulheres apresenta certos riscos, na medida em que, entre outras questões, a representação política produz e define quem vai ser reconhecido como sujeito de direitos.

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (BUTLER, 2003, p.17-18).

A representação como possibilidade de visibilidade política das mulheres não é contestada por essa autora. Ela esclarece, no entanto, que: se “por um lado, a *representação* serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro, a representação é função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.” (BUTLER, 2003, p.18). Diante disso, Butler (1998, p.21) ²¹⁴ sugere problematizar a “categoria do universal”, indicando a urgente tarefa de desnaturalizá-la e considerá-la “como o lugar de insistente disputa e re-significação”. É nessa direção que parece ser pertinente analisar o processo constitutivo da identidade política “mulheres camponesas”, de forma mais específica, no que diz respeito a efeitos produzidos por esta mudança nacional identitária do nome de trabalhadoras rurais em municípios da Regional Sul do movimento.

Pensada em termos de interesses e objetivos feministas, a consolidação do MMC do Brasil, como unificação de diversos movimentos autônomos de mulheres, oriundos de diferentes estados do país, evidencia necessidades de se fortalecerem lutas em curso e de acolher novas reivindicações em nome das mulheres camponesas. Como foi visto no capítulo 3, a intenção de uma organização nacional já estava presente quando da criação da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR/Sul), no ano de 1988, na ocasião considerada ainda uma opção prematura. (DEERE, 2004). A organização nacional que se efetivou na primeira metade de 2000 evidencia a pertinência de enfrentamentos que extrapolam especificidades regionais, pela união de mulheres em torno de uma identidade política como forma de agregar diferenças em função de uma luta maior. “A constituição de um movimento popular, autônomo,

²¹⁴ Em relação à categoria do universal, Butler (1998, p. 20) faz o questionamento: “como poderemos fundamentar uma teoria política numa situação de discurso ou posição de sujeito que é ‘universal’ quando a própria categoria do universal apenas começa a ser desmascarada por seu viés altamente etnocêntrico?”

classista, aflora da necessidade de unificar as lutas feministas aprofundando a história de luta das mulheres e elaborar coletivamente a intervenção política para a construção de uma sociedade igualitária.” (MMC/SC, 2008, p.19).

Como observei no primeiro capítulo, a utilização da denominação “camponesa” não remete a uma mera substituição de termos, mas à construção de uma identidade política comum a diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres. Considerando que as identidades são discursivamente construídas, conforme observa Hall (2000, p.109), “precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

No estado de Santa Catarina, as discussões sobre a construção do MMC e da identidade política “mulheres camponesas” foram intensificadas nos grupos de base por meio de atividades que antecederam a 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC. O trecho do texto utilizado como epígrafe integra a apresentação da *Cartilha de preparação à 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC* e, considerando que esta foi produzida para subsidiar discussões sobre a troca de nome do movimento e sua construção, é interessante retomá-la nesta reflexão. A imagem que ilustra a capa da referida cartilha é indicativa do processo de unificação.

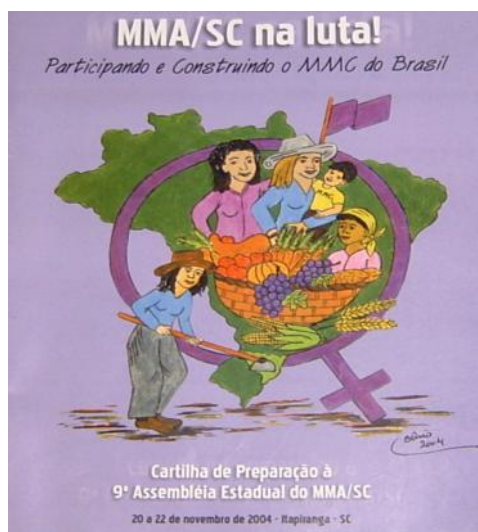


Figura 12 - Capa da cartilha de formação preparatória à 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC.

Sobre a cor lilás da capa, do mapa do Brasil emerge o símbolo do feminino, contornando três mulheres (uma delas com uma criança no colo) e uma cesta com alimentos. Na parte inferior do mapa, tem-se a imagem de uma mulher com uma enxada nas mãos, trabalhando a terra sobre a qual o mapa do Brasil se sustenta. O símbolo do feminino envolve e sustenta o mapa do Brasil. Essa composição sugere a unificação de movimentos autônomos rurais em torno de uma identidade política, cuja proposta é a de representar mulheres oriundas de diferentes partes do país na tarefa de lutar por mudanças individuais e sociais mais amplas, as quais articulam reivindicações de gênero e de classe, entre outras, acionadas por uma “condição comum”, ou seja, de produtoras de alimentos. Daí pode-se deduzir que essa imagem evidencia a proposta de diluição de fronteiras geográficas e sócio-culturais em reivindicações de “mulheres camponesas” do Brasil.

Como instrumento de formação para ser utilizado em eventos que antecederam a assembleia estadual, essa cartilha está organizada para ser estudada em três encontros: 21 anos de história do MMA/SC, unificando na luta da mulher camponesa do Brasil; 21 anos de história do MMA/SC, fazendo formação e organizando nossa base; 21 anos de história do MMA/SC, através de nossas lutas garantimos nossas conquistas. Outro modo de articulação, então, começa a ser delineado nas regionais e em seus grupos de base, demandando, para tanto, investimentos na formação das militantes, centralmente naquilo que devem ter em comum: a construção e reconhecimento coletivo-individual de certa identidade política. A formação das mulheres dirigentes e das que participam do grupo de base é colocada no registro de uma necessidade da “luta pela vida”, sendo que o “entusiasmo, a vontade é importante na luta, mas não é suficiente para derrotar os poderosos.” (MMA/SC, 2004, p.9).

O primeiro encontro apresentado na cartilha traz informações sobre o processo de unificação da luta e da constituição do MMC do Brasil, enquanto soma de histórias e resistências. “É a força da experiência de todas as mulheres organizadas que, de uma ou de outra maneira, produzem comida.” (MMA/SC, 2004, p.04). Segundo indica essa publicação, no ano de 2003 foi realizado um mutirão nos grupos de base para construção e aprovação da ideia de um movimento nacional de mulheres camponesas. Assim, no decorrer das assembleias (municipais regionais e estadual), a indicação da cartilha era a de que fossem feitos debates para decidir a mudança de nome e para unificar, por meio desse nome, todos os estados do Brasil. Para conversar nos grupos, foram

sugeridas duas questões: “1. O que significa e qual a importância de fazermos parte de um Movimento Nacional de Mulheres? – 2. Como nós vamos construir a mudança do nome MMA/SC para MMC em Santa Catarina?” (MMA/SC, 2004, p.04). Ainda, nesse encontro, a coordenadora deveria ressaltar:

Na verdade nós somos hoje parte do novo Movimento Nacional, o MMC. Juntamos as nossas forças. Quem participou do Congresso em Brasília, senti o quanto somos importantes, e sentimos mais ainda valorização do ser mulher camponesa. Mas é claro que nós vamos dar continuidade as nossas lutas e organizações aqui na comunidade, no município, no Estado e no Brasil. (MMA/SC, 2004, p.04).

A unificação não pressupõe a eliminação de formas de organização localizadas, ao contrário, articulações locais e globais se apresentam como condições de possibilidade para que se possa prosseguir com lutas em nome das mulheres camponesas. Vê-se que o desafio inclui a construção de uma identidade política e de formas de organização na direção de tais articulações. Por isso, como já observei no capítulo anterior, a construção e organização de um movimento social em seus diferentes âmbitos e, neste caso específico de unificação/mudança de nome, fundamentalmente solicita investimentos na formação de mulheres militantes.

Nesse quadro, no decorrer do ano de 2004, além do estudo da cartilha preparatória à 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC, ocorreram assembleias municipais e regionais, por meio das quais foram indicadas e eleitas lideranças municipais, regionais e estadual, entre outros encaminhamentos. Na Regional Sul, conforme relatórios internos do movimento²¹⁵, as assembleias municipais foram realizadas em junho e julho, nos municípios de Orleans, Urussanga, Morro da Fumaça, Cocal do Sul e Treviso, e a assembleia regional aconteceu em 13 de agosto de 2004, no município de Urussanga (MMA/SC - Relatório da Assembleia Municipal de Orleans, 28/06/2004; MMA/SC - Relatório da Assembleia Municipal de Urussanga, 29/06/2004; MMA/SC - Relatório da Assembleia Municipal de Morro da Fumaça, 30/06/2004; MMA/SC - Relatório da Assembleia Municipal de Cocal do Sul, 01/07/2004; MMA/SC - Relatório da Assembleia Municipal de Treviso, 02/07/2004;

²¹⁵ Relatórios arquivados na Secretaria do MMC/SC, localizada no município de Chapecó.

MMA/SC - Relatório da Assembleia Regional Sul, 13/08/2004). As assembleias realizadas em municípios da Regional Sul, nas respectivas ocasiões (assembleias municipais e regional), foram coordenadas por mulheres que integravam a direção estadual do movimento.

Na assembleia municipal de Orleans, ocorrida em 28 de junho de 2004, estavam presentes 28 mulheres. Foram eleitas novas lideranças para oito comunidades e, em relação à pergunta anterior da cartilha de preparação para a 9ª assembleia, sobre a construção da mudança do nome MMA/SC para MMC em Santa Catarina, tem-se o seguinte registro: “Fazendo aos poucos, a nossa luta não muda nada, mulheres camponesas são todas aquelas que produzem comida. É necessário fazer um ciclo só por causa do trabalho, é melhor em todos os estados do Brasil que têm movimentos de mulheres ficar MMC. Temos uma bandeira”.

Em Urussanga, na assembleia municipal, realizada em 29 de junho de 2004, estavam presentes 15 mulheres e a respeito da forma como o município iria construir a mudança do nome MMA/SC para MMC em Santa Catarina, foi registrada a seguinte resposta: “conscientizando, debatendo, discutindo; camponês é aquele que produz alimentos.” No sentido de avaliação, foram registrados pontos positivos e negativos. Como positivos, “rever a história do MMA, a experiência de vida, coragem, auto-estima da coordenadora”. Como negativos, “pouco tempo, pouca participação, falta de organização para a assembleia.” No município de Morro da Fumaça, a assembleia municipal ocorreu em 30 de junho de 2004 e contou com a presença de 33 mulheres. No relatório foi registrada a questão: “Que município queremos?”, sem referência à síntese do grupo acerca da mudança do nome do movimento.

No município de Cocal do Sul, a assembleia municipal foi realizada em 01 de julho de 2004 e contou com a participação de nove mulheres. Foram apresentadas as lideranças de cada comunidade e ocorreu a eleição da direção municipal. A síntese dos grupos de base, no que diz respeito ao estudo da cartilha preparatória e à mudança de nome do movimento, traz o registro: “[...] Nós acharíamos que não deveria trocar o nome”. Em Treviso, a assembleia municipal foi realizada no dia 02 de julho de 2004 e estavam presentes 12 mulheres. No relatório, entre outras, foram registradas informações sobre a eleição da direção municipal e a síntese dos grupos de base no que diz respeito à questão sobre a construção da mudança do nome: “[...] Como vamos construir a mudança do nome MMA/SC para MMC em Santa Catarina? Nós

gostaríamos de continuação de MMA/SC em memória das antepassadas.”

Esses registros se referem evidentemente a um momento específico da discussão que vinha sendo feita e, com exceção da síntese da primeira assembleia municipal (realizada em 28 de junho de 2004) e da última (realizada em 02 de julho de 2004) respectivamente, a aceitação e a recusa da mudança do nome do movimento foram justificadas. Conforme ressaltei antes, sabe-se que não estava em jogo apenas a mudança do nome, mas articulações políticas de unificação, produzidas ao longo das trajetórias dos movimentos de mulheres envolvidos. Apesar da construção de um movimento unificado ser uma questão política importante nessas trajetórias, especialmente no que concerne à intensificação de lutas, os registros dos grupos não permitem tecer considerações mais amplas a respeito.

Nesse mesmo ano ocorreram as assembleias Regional Sul e estadual do MMA/SC. A assembleia Regional Sul foi realizada no município de Urussanga, em 12 de agosto de 2004, e a 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC no município de Itapiranga/SC, no período de 20 a 22 de novembro de 2004. As assembleias regionais foram divulgadas na primeira página do Informativo do MMA/SC, ano XI (julho/agosto de 2004). Com relação aos objetivos das assembleias, destacavam-se: “[...] conscientizar as mulheres para a organização, fortalecer os grupos de base, escolher novas dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/SC e construir um plano de ação para os próximos três anos.” (MMA/SC, julho/agosto de 2004, p.01).

De acordo com o relatório da assembleia realizada na Regional Sul (MMA/SC - Relatório da Assembleia Regional Sul, 13/08/2004) estavam presentes 96 mulheres, vindas dos municípios de Morro da Fumaça, Treviso, Orleans, Urussanga e Cocal do Sul. Na ocasião dessa assembleia, conforme informações registradas, a coordenadora fez perguntas ao grupo sobre a vida das mulheres, as conquistas, as dificuldades e os problemas enfrentados. Além disso, foram apresentados os princípios, a organização, a missão, os valores, as bandeiras de luta do MMC e, em grupos, foram identificados problemas enfrentados na região e formuladas propostas para a assembleia estadual.

- 1) Quais são os maiores problemas que nós enfrentamos?
 - Falta de apoio;
 - Problemas financeiros;

- Transporte;
 - Mais responsabilidade;
 - A mulher sendo reconhecida;
 - Dificuldade de reunir as mulheres para participar dos encontros do MMC;
 - Reconhecimento do trabalho da mulher;
 - Falta de conhecimento das novas leis;
 - Falta de participação e responsabilidade, medo de assumir responsabilidade.
- 2) O que precisamos saber e estudar para conquistar nossa libertação?
- Cartilhas;
 - Incentivar as mulheres a voltar a estudar;
 - Fazer cursos de aperfeiçoamento e se possível também de informática;
 - Reaproveitar melhor os alimentos;
 - Saber mais sobre agrotóxicos;
 - Ter mais acesso na produção e comercialização à agroecologia;
 - Documentos do MMC;
 - Saber mais sobre o SUS;
 - Conhecer as leis municipais, estaduais e nacionais;
- 3) O que fazer para fortalecer nossa organização nos grupos de base?
- Curso de formação;
 - Trazer mais mulheres para participar do movimento;
 - Reuniões municipais para organização;
 - Trazer palestrante, trabalhar junto com as lideranças que sejam escolhidas pela comunidade, criar finanças, lazer, creche rural;
 - Novas leis favorecendo a mulher. (MMA/SC - Relatório da Assembleia Regional Sul, 13/08/2004).

De forma ampla, esse registro apresentava uma espécie de “diagnóstico da situação” elaborado por mulheres em municípios da Regional Sul, que identificava problemas financeiros, individuais e coletivos de organização, mobilização e formação, bem como relacionados ao reconhecimento da mulher e do trabalho que realiza. Por efeito, os problemas diagnosticados remetiam a propostas de ação

correlatas a serem apresentadas e discutidas no decorrer da 9ª Assembleia Estadual. Tal registro possibilita sugerir, no caso de uma articulação local-global, que os temas apresentados (reconhecimento da mulher e do trabalho da mulher, leis municipais, estaduais e nacionais, SUS, entre outros) não se limitavam à esfera regional (ou municipal) do movimento, reproduzindo-se em outras regiões e estados do país. De certo modo, contribuindo para justificar a criação de um movimento de mulheres unificado/nacional. Assim, como procurei demonstrar no capítulo 3, pode-se novamente considerar que as lutas das mulheres por reconhecimento cultural e por redistribuição sócio-econômica, envolvendo a construção de identidades e a redistribuição de bens ou direitos sociais (FRASER, 2001, 2007) excediam limites regionais e estaduais.

A organização, mobilização, formação individual e coletiva, como foi evidenciado no relatório da assembleia na Regional Sul, constituíram-se como temas centrais da 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC. Com o lema “MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil”, os objetivos da 9ª Assembleia diziam de desafios a serem enfrentados pelo movimento e da necessidade de ações específicas: ampliar e fortalecer o trabalho de base, consolidando o MMC em SC; capacitar dirigentes para assumir o comando do MMC; consolidar o MMC como um ator social no município; animar e conscientizar as mulheres para a organização do trabalho de base, fortalecendo as lutas de gênero e classe; construir um plano de ação para os três anos; fortalecer o debate do projeto de agricultura agroecológica. (Relatório da 9ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC. Itapiranga, 20 a 22 de novembro de 2004). Na origem dessas ações, localiza-se a necessidade (e o desafio) do trabalho de (e da) base.

A consolidação do MMC em SC, a mudança de nome do movimento, a construção da identidade política “mulheres camponesas” foram descritas por algumas das entrevistadas como questões tratadas na 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC e em outras ocasiões. Quando perguntei sobre a unificação e a mudança do nome do movimento, algumas entrevistadas discorreram sobre a participação da Regional Sul nesse processo. Trago trechos de duas entrevistas, por considerá-las representativas das demais entrevistas que realizei, falando do campo de negociações que se constituiu na ocasião e que, de alguma forma, já foi indicado por meio dos registros das assembleias municipais e da assembleia regional.

B: Eu entendo que agricultora é toda mulher que está envolvida com a terra, com os animais, com as plantas, que mora no meio rural. Essa palavra, ela é muito forte, está enraizada nas pessoas. E como elas têm que dizer que a profissão delas é agricultora, elas continuam dizendo: “nós somos agricultoras”.

G: Vocês estudaram esta modificação [do nome do movimento e da unificação de movimentos autônomos] no grupo?

B: Estudamos. A gente estudou nos encontros em Chapecó.

G: Você acompanhou a discussão da mudança do nome?

B: Muito pouco. Daí teve uma assembleia para aprovar a mudança.

G: Você estava nessa assembleia?

B: Estava. Foi em Itapiranga. Nós estávamos com um ônibus da Regional Sul. Estávamos em quarenta mulheres.

G: E como foi?

B: Eu não lembro muito bem. Eu lembro bem que teve várias discussões. Teve até mulher que achou que não devia mudar. Mas acabou prevalecendo a mudança. O consenso de que deveria mudar, porque teria que abranger outras [...] Que a palavra camponesa ampliaria mais, aí pegaria as catadoras de castanha, as de pinhão. O pessoal que trabalha com extrativismo, a coleta, elas trabalham no campo, então, elas estariam contempladas também. As pescadoras, essa questão toda. Mas, a gente não se acostumou bem com essa ideia de camponesa, não. A gente ainda tem certo desconforto. É que tudo o que é da mente demora muito para mudar. O que está ao nosso redor, a gente assimila mais depressa.

Agora, aquilo que está no pensamento, a gente demora mais para aceitar a mudança. (Beatriz, 55 anos)²¹⁶

L: No início foi assim, um nome bem diferente, camponesa. Mas depois, explicar o que existe, esta realidade da camponesa, do Movimento de Mulheres Camponesas, esse nome, eu acho que foi muito bom isso. Eu acho que é válido, deve ser assim mesmo, porque o fato de ser camponesa ali é [...] Porque a mulher agricultora, dito ali pelo movimento, era aquela que tinha terra, que tem terra. Mas assim como o movimento passou a ser movimento nacional, em nível de Brasil têm muitas mulheres que são camponesas, trabalham na roça, no campo e na terra. Elas vão trabalhar, mas não são donas da terra, não tem o documento da terra. E elas têm o direito social também de participar dos direitos, como a mulher agricultora. Dos direitos previdenciários, principalmente. Esses grupos de bóias-frias, as catadoras de coco lá da Bahia. Isto que eles passaram para nós, colocaram para nós isto. Elas não tinham o direito de nada assim, a questão da previdência, a questão da saúde. [...] E o movimento de mulheres, ele incluiu estas mulheres no processo dos direitos sociais das mulheres. Então, por isso, elas colocaram camponesa. [...] É muito importante saber que ele está englobando as pessoas excluídas também. Eu acho que valeu, que vale, deve ser visto assim.

G: Como você define o termo camponesa?

L: Eu aceito legal. É bem aceitável agora. Camponesa é que trabalha no campo. Mas a gente olhando para nós, assim, é mulher do campo, que trabalha na roça. Camponesa, eu vejo isso. Que trabalha no campo. Na lida do campo, em curtas palavras. Que produz alimentos saudáveis.

²¹⁶ Entrevista já citada.

G: No município, este nome foi assumido?

L: Foi assumido. Inclusive, alguém pergunta o porquê. Daí a gente coloca que é esta questão de ser nacional, passou do estado para o nacional. Que tinha que trocar o nome até porque tinha muitos movimentos, que tinha nomes diferentes no Brasil assim. Então, tinha que fazer um nome. Tinha que achar nome. Daí, acharam camponês, por causa desta questão de incluir as mulheres que não eram donas de terra, mas que trabalhavam no campo. (Luíza, 46 anos)²¹⁷

Em relação às reflexões sobre a construção da identidade “mulheres agricultoras”, anunciada e reconhecida pelas mulheres, no que diz respeito à mudança para “mulheres camponesas”, outras questões podem ser apontadas. Como lembra Beatriz, convém considerar que se trata de uma mudança de pensamento, envolvendo, em grande medida, uma categoria desconhecida pelas mulheres (*É que tudo o que é da mente demora muito para mudar*). Luíza, ao reforçar a importância política da unificação de diferentes movimentos de mulheres, pela mudança de nome do movimento em favor da inclusão de outras mulheres trabalhadoras, faz ecoar a prevalência de lutas por direitos sociais comuns às mulheres que trabalham no campo, “*que produzem alimentos saudáveis*”.

A identidade pressupõe a concepção de idêntico e, em se tratando de identidade cultural, de grupos sociais, os fatores ressaltados são as características em comum entre os membros do grupo, que os tornam semelhantes entre si e os diferenciam de outros grupos, cujas características enfatizadas são outras, diversas. (LAGO, 1999, p.121).

Os relatos de Beatriz e Luíza sugerem que tais movimentos autônomos, como condições de possibilidade de um movimento unificado, eram e são formados por mulheres que seguem aceitando ou recusando determinadas formas de identificação, na direção apontada por Foucault (1995). Nos municípios estudados, considerando que a construção da identidade política “mulheres camponesas” se fez (faz)

²¹⁷ Entrevista já citada.

pela união de mulheres trabalhadoras que se reconheciam (reconhecem) na posição de mulheres agricultoras, constituiu-se (constitui-se) um campo de negociações. Trata-se de uma mudança política que implica o reconhecimento por parte das mulheres dos grupos de base do movimento na posição “mulheres camponesas”, o que pode sugerir o abandono ou a negação da posição anterior (mulheres agricultoras), mesmo que as práticas discursivas institucionais demonstrem que a intenção é o acolhimento das diferenças.

Como referi no capítulo anterior, o processo de identificação requer o que é deixado de fora, o exterior que o constitui. Sobre a construção de uma identidade política e o “exterior constitutivo” que se impõe como sua condição de possibilidade, Chantal Mouffe (1999a, p.42-43) observa que “[...] toda definição de um ‘nós’ implica a delimitação de uma ‘fronteira’ e a designação de um ‘eles’”, o que, “[...] sempre acontece, portanto, em um contexto de diversidade e conflito.” Em termos do processo de constituição da identidade política “mulheres camponesas”, descrito nos relatórios das assembleias e nas entrevistas de integrantes do movimento, parece interessante considerar que a busca de uma identidade comum às mulheres, pela união de diferentes mulheres que produzem alimentos saudáveis, que trabalham no campo, na terra (mesmo sem possuírem terra), em nome de uma luta maior, mobiliza questionamentos por parte de mulheres que deveriam se identificar com essa definição de um “nós”.

A perspectiva teórica acerca dos modos pelos quais se constituem sujeitos, na discussão feita por Butler (2002), demonstra a força da exclusão que produz um “exterior constitutivo”. Sendo assim, a constituição do sujeito pressupõe atos de diferenciação em relação à exclusão, ao que não confere legitimidade e inteligibilidade simbólica. Dessa maneira, “o sujeito é constituído mediante atos de diferenciação que o distinguem de seu exterior constitutivo” (BUTLER, 1998, p.30), daquilo que ele não é.

Retomando a discussão feita por Butler (2003) sobre a representação em termos de visibilidade política das mulheres, outras questões podem ser pensadas. Inicialmente, ao que parece, a imposição de uma identidade política unificada não se apresenta como um problema, mas o termo “mulheres camponesas” é que foi objeto de questionamentos. Essa identidade comum às mulheres corresponde à busca política por “uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas”, acompanhando “frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal

ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina.” (BUTLER, 2003, p.20).

Ao questionar essa base universal, Butler (1998, p. 36) não aponta para a desconstrução do sujeito do feminismo e para a censura da utilização do termo. Ao ressaltar os “limites da política de identidade”, a autora sugere “liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas onde significados não antecipados podem emergir.” (BUTLER, 1998, p.36). Pode-se pensar, nessa perspectiva, que o uso da categoria “mulheres camponesas” abre-se a significados que podem diminuir a exclusão, conferindo inteligibilidade a outras formas de existência, como as mulheres produtoras de alimentos que não eram representadas, tal como evidenciou Luíza em seu depoimento?

Como observa Tania Swain (2005, p.340), ao tratar do tema diferença e desigualdade, “criando-se uma identidade única para todas as mulheres, *A mulher*, está-se instituindo a base para criar uma diferença em relação ao modelo do humano, o referente masculino.” Em termos gerais, visando a inclusão de formas de existência historicamente excluídas, a categoria mulheres camponesas (assim como agricultoras, trabalhadoras rurais, entre outras) significa o fortalecimento do referente feminino em relação ao masculino como referente universal do humano.

Diante de um referente universal masculino, é possível considerar que foi (é) “preciso conseguir dobrar a linha, para constituir-se uma linha vivível onde seja possível alojar-se, enfrentar, apoiar-se, respirar, em suma, pensar” (DELEUZE, 2007, p.138). Questionar o masculino como representante do humano produz fissuras no próprio referente masculino como universal e mobiliza outras formas de subjetivação. A utilização da categoria “mulheres camponesas” na construção de uma identidade política específica, desse modo, propicia a subversão do masculino como representante legítimo do humano.

Não se pode negar que, como condição para a ação política, a identidade “mulheres camponesas” implica a unificação de diferenças em uma “luta maior” e, em função disso, reúne agricultoras, pescadoras, extrativistas, entre outras. A importância política dessa unificação e construção identitária, de acordo com o relato de Luíza, faz-se na direção da inclusão de outras mulheres na categoria sujeito de direitos, como uma política de identidade necessária para as reivindicações em nome das mulheres. Com base nesta possibilidade de inclusão de outras mulheres na/pela categoria “mulheres camponesas”, a construção dessa identidade política sugere pensar que o processo de mudança ocorrido nestes movimentos autônomos, isto é, a unificação, se fez e faz para dar

conta de reivindicações que estavam no campo político do “exterior constitutivo”. (MOUFFE, 1999a; BUTLER, 2002).

A negação ou a aceitação pelas mulheres de determinada identidade política não esgota, assim, a discussão. Outros elementos entram em jogo e sugerem usos estratégicos desse marcador identitário. No decorrer de algumas das atividades promovidas pela organização municipal, regional e estadual do movimento que acompanhei, observei que o debate não se limitou à aceitação ou negação de certa forma de identificação, mas incluiu tomadas de posição que ocorrem em situações estratégicas de luta. Um dos eventos que acompanhei e que talvez permita refletir sobre usos estratégicos de determinada categoria identitária, foi realizado nos dias 05 e 06 de março de 2008, na cidade de Florianópolis/SC, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, onde movimentos urbanos e rurais de Santa Catarina se reuniram em atividades de formação e de mobilização²¹⁸. Participei de reuniões preparatórias que ocorreram em Florianópolis (com os diferentes grupos envolvidos no evento estadual) e em municípios da Regional Sul (com integrantes do MMC/SC), e que foram fundamentais para que eu pudesse começar a problematizar o uso de categorias identitárias, a produção de lutas e articulações em determinados contextos políticos. Sobre esse aspecto, especialmente no que envolve a organização desse evento estadual, faço referência às impressões suscitadas ao longo de uma dessas reuniões.

Nesta reunião foram retomadas as distribuições de tarefas por equipes, no sentido de obter um panorama geral e, especificamente, verificar e reorganizar tarefas pendentes, tendo em vista a proximidade da data do evento. Com isso, foi possível observar a complexidade que envolve a preparação de eventos deste porte, na medida em que mobilizam diferentes grupos e interesses, os quais devem ser contemplados em uma mobilização coletiva. Outro complicador diz respeito ao número de participantes, o que demanda uma grande estrutura (alimentação, água, local para dormir, banheiros, locais para a realização das atividades, produção de panfletos, de cartas de reivindicações e de textos

²¹⁸ A atividade recebeu o apoio de movimentos sociais, secretarias e coletivos de mulheres, sindicatos, deputados/as e senadores/as, entre outros/as. (PANFLETO, 08 março de 2008, Dia Internacional da Mulher).

pedagógicos, entre outras). Nesta reunião, foi apresentada e discutida uma proposta de agenda de mobilização. [...] Depois das discussões, a partir dos interesses de cada grupo representado, foi marcada uma reunião para o dia 03 de março pela manhã, visando ajustes finais. (Diário de Campo, 20/02/2008).

Como parte da preparação desse evento, na reunião do dia 03 de março, questões acerca da organização e da programação foram retomadas. Uma das representantes do MMC/SC confirmou a vinda de nove ônibus com integrantes do movimento, oriundas de diferentes regiões do estado. No roteiro elaborado para o dia 05 de março de 2008, incluíam-se mobilizações em frente à Gerência Executiva da Previdência Social, à Secretaria de Saúde, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina – HEMOSC e CEPON. Conforme pauta de reivindicações, organizaram-se, respectivamente, em torno da “Marcha pela vida e direito das mulheres” e “Ato de denúncia contra a privatização da saúde”. As formas de condução de cada ato (envolvendo os gritos de ordem, as falas das mulheres, as frases a serem escritas em faixas e cartazes) foram descritas em um roteiro detalhado, servindo de orientação para as organizadoras do evento, uma vez que apresentava o processo como um todo.

No dia 05 de março de 2008, encontrei-me com o grupo no horário combinado. Enquanto aguardavam a chegada das mulheres camponesas (vindas de diferentes regiões do estado), das mulheres urbanas (de bairros de Florianópolis e região), o carro de som e os animadores para o início das atividades, os materiais (faixas, bandeiras, cesta de alimentos, painéis, chapéus de palha, camisetas do Movimento de Mulheres Camponesas, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, entre outras) foram organizados e distribuídos entre as mulheres participantes desta atividade. Esta primeira atividade foi intitulada “Marcha pela vida e direito das mulheres”. Contou com a participação de duas oradoras (integrantes da equipe de organização), que se posicionaram no carro de som e, por meio de falas ordenadas, conduziram a atividade (envolvendo mais de 30 mulheres). Durante esta

atividade, representantes dos movimentos de mulheres rurais e urbanas participaram de uma audiência na Gerência Executiva da Previdência Social, com a finalidade de apresentar uma pauta de reivindicações. Foi interessante observar como as fronteiras entre os movimentos se diluem na/pela “ocupação da rua”. Apesar de identificadas pelas cores, bandeiras e camisetas, em um mesmo gesto denunciam a ausência e reivindicam direitos que não são exclusivos de um movimento ou de outro, pois em suas especificidades trazem demandas que se articulam pelas desigualdades de gênero e de classe. (Diário de Campo, março de 2008).

Diante desse quadro, as identidades “mulheres camponesas”, “mulheres urbanas”, entre outras são, ao mesmo tempo, assumidas e diluídas na luta pelos direitos das mulheres. O uso estratégico de identidades, ao que tudo indica, constitui-se enquanto condição para a própria ação política, uma vez que a articulação de movimentos sociais em torno de bandeiras de luta pela igualdade de direitos se produz em nome de diferentes mulheres. Nessa prática, de certa forma, observa-se a luta pela igualdade das mulheres na direção apontada por Mouffe (1999a, p.47):

Para mim, o feminismo é a luta pela igualdade das mulheres [...] porém esta igualdade não deve ser entendida como uma luta pela realização da igualdade para um definível grupo empírico com uma essência e uma identidade comuns – as mulheres – mas como uma luta contra as múltiplas formas em que a categoria ‘mulher’ é construída como subordinação.

Quando se fala do processo de construção do MMC, entretanto, é necessário observar que as lutas são feitas em nome de um determinado grupo, com uma identidade comum. Conforme foi destacado, a unificação de movimentos autônomos em torno de uma única categoria identitária se fez e se faz pelo fato de as mulheres, de uma forma ou de outra, produzirem alimentos. A posição de trabalhadora propicia a afirmação de determinada identidade, ao mesmo tempo em que aciona discursos sobre o cultivo e o cuidado da terra, a geração e o cuidado da vida. A produção de alimentos saudáveis por mulheres do movimento

está atrelada à defesa da vida e reafirma certa diferença, inerente a uma condição feminina, ou seja, a maternidade, o que pode ser lido a partir de um feminismo essencialista. O denominado “feminismo essencialista”, segundo Manuel Castells (1999, p. 232), “[...] proclama, simultaneamente, suas diferenças essenciais em relação ao homem, enraizadas na biologia e na história, assim como na superioridade moral e cultural da feminilidade como modo de vida.” De forma mais detalhada, na sequência analiso, a partir de publicações (cartilhas de formação, informativos, entre outras), depoimentos das mulheres entrevistadas e registros de meu diário de campo, como esta “condição” feminina, definidora de uma identidade comum, é mobilizada no/pelo MMC em municípios da Regional Sul de SC.

4.2 Mulheres camponesas cultivando a terra, gerando e cuidando da vida

Em julho de 2007, quando comecei a acompanhar atividades que estavam sendo desenvolvidas pelo MMC/SC em municípios da Regional Sul e, de forma mais sistemática, a ler publicações do movimento, observei que a relação entre o trabalho das mulheres no cultivo da terra, bem como o lugar que ocupam na geração, no cuidado e na defesa da vida se apresentava como direção central das lutas. Tal centralidade já foi ressaltada ao longo da trajetória do MMA/SC, por exemplo, em publicações e atividades promovidas por movimentos autônomos de mulheres, organizados em torno da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR-Brasil)²¹⁹. Para elucidar, cito novamente duas atividades organizadas por ocasião do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher: Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ocorrida em Brasília, no período de 13 a 17 de março de 2000, cujo lema era “Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil”; Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves, ocorrido em Brasília, nos dias 06, 07 e 08 de março de 2002, com o lema “Trabalhadoras – gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade”. As cartilhas (ANMTR, 1999, 2001) produzidas para subsidiar as discussões preparatórias nos grupos

²¹⁹ Como referi no capítulo 3, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi consolidada em 1995.

de base, em suas capas, trazem imagens que remetem à mobilização de mulheres em torno de reivindicações de gênero e de classe.



Figura 13 - Capa da cartilha preparatória da *Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, ocorrida em Brasília, no período de 13 a 17 de março de 2000.

A capa da cartilha referente à Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ocorrida de 13 a 17 de março de 2000, evidenciando aspectos de gênero, geração e classe, em uma mesma composição imagética, integra o lema da mobilização sobre a bandeira do Brasil, empunhada pelas mãos de uma mulher e de um homem. Na frente do casal, tem-se a imagem de uma criança (uma menina?), que segura um cartaz em que está escrita a palavra vida, e atrás, imagens de mulheres e homens, com algumas ferramentas de trabalho nas mãos, que seguem em sentido de marcha. As imagens de mulheres e homens estão circundadas por alimentos (hortaliças, frutas, peixes...) e pelas palavras saúde e previdência.

No que compreende o Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves, realizado em março de 2002, a capa da cartilha preparatória, na parte superior, traz o referido título da atividade e o lema “Trabalhadoras – gerando vida, semeando a terra,

construindo a nova sociedade”. No centro da capa, imagens de mulheres em marcha, semeando a terra, com bandeiras, alimentos e flores nas mãos. A imagem da mulher que está à frente do grupo demonstra um corpo grávido e sobre seu ventre têm-se figuras de pessoas em círculo.

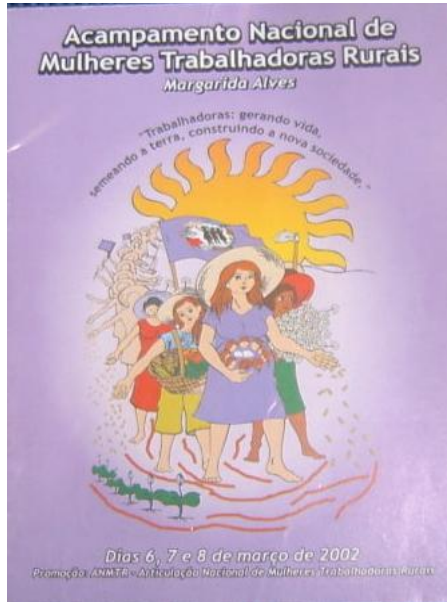


Figura 14 - Capa da cartilha preparatória do *Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves*, realizado em março de 2002.

A mobilização nacional de 2000 e o acampamento nacional de 2002 são representativos de temas, discussões e lutas que estavam sendo produzidas, as quais traziam as mulheres nas posições de trabalhadora e de mãe, com a responsabilidade de construir uma nova sociedade.

A construção de uma nova sociedade proposta pelo movimento remete a um novo modelo de agricultura, ou seja, agroecológica, com destaque ao lugar das mulheres nesse processo. Siliprandi (2007) observa que questões ambientais estão sendo incorporadas nas pautas de reivindicações de muitos movimentos sociais no campo, dentre os quais os movimentos autônomos de trabalhadoras rurais, de camponesas, associações de mulheres. Esses movimentos incorporaram lutas feministas, envolvendo a busca pela emancipação e por mudanças nas relações de gênero.

Ao mesmo tempo, assumiram as lutas ambientais e um modelo de desenvolvimento mais sustentável como uma luta das mulheres – participando de (e muitas vezes, liderando) campanhas pela substituição do uso de agrotóxicos, contra o uso de organismos geneticamente modificados, pela ampliação do uso de fitoterápicos e de medicamentos naturais, por exemplo. (SILIPRANDI, 2007, p.845).

Alfio Brandenburg (2005, p.01), em artigo que apresenta um balanço dos estudos ambientais rurais sob a perspectiva das ciências sociais, esclarece que “não há, em período anterior à década de 70, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermedeiam essa relação.” Sendo assim, “é somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado”.²²⁰

Conforme Brandenburg (2005, p. 09), “dentre os vários temas relacionados com a questão ambiental no meio rural, a reorganização da agricultura, via agroecologia, parece ser um dos mais relevantes, considerando o seu sentido tanto para os atores sociais rurais como para a moderna sociedade de risco.” Com base nisso, o autor considera possível afirmar que:

Se, para o consumidor, o consumo de produtos naturais representa uma alternativa de preservação da saúde, para o agricultor, a agroecologia, em expansão nesse momento, representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de

²²⁰ Brandenburg (2005, p.03) ressalta que “na década de noventa, a questão ambiental na agricultura receberá novos contornos por conta da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. A ECO não constitui apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, mas representa um momento histórico onde as várias matrizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam paralelamente ao evento oficial. A ideia de um desenvolvimento sustentável, concebida a partir do conceito de ecodesenvolvimento, fundamenta novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas. Na ECO, entre os vários grupos da sociedade civil, os pequenos agricultores, os sem-terra e os trabalhadores de modo geral firmam sua posição em torno de um outro modelo de desenvolvimento agrícola”.

reconstrução de sistemas ecossociais.
(BRANDENBURG, 2005, p.09).

Jalcione Almeida (2002, p.03) observa que a proposição agroecológica tem-se “[...] apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente daqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos ‘modelos’ camponês e indígena.” Aqueles que idealizam o modelo de agricultura agroecológica nessas bases têm razões para pensar que “[...] estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento econômico e social [...]”. (ALMEIDA 2002, p.03-04),

No que diz respeito ao movimento de mulheres e o propósito de construir um modelo de agricultura camponesa agroecológica, é interessante trazer novamente o lema da VIII Assembleia Estadual do MMA/SC, realizada no ano de 2001: “Filhas da terra na construção de um novo projeto.” No capítulo 1 da tese, citei uma matéria publicada no Informativo do MMC/SC, ano XV (maio/junho de 2008)²²¹, em que na 8ª Assembleia Estadual (2001), “as mulheres definem como luta estratégica do MMA/SC, a luta pela construção de um projeto popular de agricultura agroecológica, e se desafia a organizar o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças”. No capítulo 3, ao tratar da referida assembleia, citei um trecho do documento aprovado (publicado no Informativo do MMA/SC, nº.58, novembro/dezembro de 2001), com o intuito de focalizar questões que estavam sendo amplamente discutidas acerca de um novo modelo de agricultura e do lugar das mulheres trabalhadoras no processo, como responsáveis pela produção e reprodução da vida. Como ressaltei na leitura das duas cartilhas anteriores, trago a capa da cartilha preparatória da *VIII Assembleia do MMA/SC* (2001) e volto a reiterar o projeto de agricultura que estava sendo defendido, assim como o lugar que as mulheres ocupam neste processo.

²²¹ Disponível em: < www.mmcbrasil.com.br>. Acesso em: 27 set. 2008.



Figura 15 - Capa da cartilha preparatória da VIII Assembleia do MMA/SC

A imagem disposta na capa da cartilha pode ser lida também na direção das lutas que trazem as mulheres nas posições de trabalhadora, mãe e militante, com a responsabilidade de construir uma nova sociedade. A especificidade que pode ser mencionada diz respeito ao campo de atuação do movimento, que na ocasião compreendia o estado de Santa Catarina, como é possível observar pelo destaque que aparece no mapa do Brasil. Como em imagens anteriores, questões de gênero, de classe e de geração se impõem. Envolvida pelo símbolo do feminino, está uma mulher com uma criança em um dos braços e com um microfone em umas das mãos, o que pode ser lido na perspectiva de uma mulher militante que fala a outras mulheres. As imagens de mulheres e homens, alimentos e ferramentas de trabalho compõem o quadro.

Em outra cartilha de formação citada nos capítulos 2 e 3, intitulada “Movimento de Mulheres Agricultoras, 21 anos de organização em Santa Catarina, hoje consolidando e fazendo parte do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil” (MMC/SC, 2004), o lema “Fortalecer a luta em defesa da vida – todos os dias”²²², vai sendo

²²² Este lema se apresenta em muitas das publicações do movimento.

fortemente assumido pelo movimento nacional. Em uma das entrevistas, quando perguntei a respeito das lutas e das temáticas assumidas pelo movimento, Lúcia (53 anos)²²³ respondeu:

Em defesa da vida. Fortalecer a luta em defesa da vida. Sem agrotóxicos. A gente conservar, que a gente sempre tenha uma água boa. Uma vida melhor, porque tudo depende da gente também conhecer melhor. Que a gente pode ter uma vida melhor, cultivando o alimento próprio, sem agrotóxicos. Uma comida saudável para a gente no dia-a-dia. Se a gente pode ir ali ao quintal pegar uma salada, por que nós vamos lá comprar uma salada com agrotóxico para botar na nossa mesa?

Durante o período em que acompanhei atividades nos municípios e fora destes, a busca por uma formação que viesse ao encontro de um modelo de agricultura, “em defesa da vida”, era solicitada pelas mulheres e promovida pelo movimento. A construção de um modelo de agricultura “sustentável, agroecológico, equilibrado, diversificado, onde a produção seja voltada para a auto sustentação da família com garantia de permanência dos agricultores (as) na roça”²²⁴ mobilizou atividades de “formação em torno da produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças”. Atividades com esta finalidade, de acordo com matéria publicada na Revista Camponesa do MMC/SC (nº.2, dez/2007), integram projetos que foram intensificados no ano de 2001.

[...] A Assembleia Estadual de Concórdia/SC, em 2001, se tornou solo fértil para as mulheres debaterem, aprofundarem e definirem que o MMC deve construir um novo projeto de agricultura camponesa voltado para a transformação da sociedade e capaz de garantir condições de vida para todas(os). As experiências de produção orgânica que as mulheres já estavam desenvolvendo, como a produção de sementes de batatinha crioula, fermento de pão caseiro,

²²³ Entrevista já citada.

²²⁴ Fragmento da síntese do documento aprovado na 8ª Assembleia do MMA/SC, publicada no Informativo do MMA/SC, nº. 58 (novembro/dezembro de 2001).

iogurte, produção de mel de abelha jataí, entre outras, tiveram uma revalorização. Ao mesmo tempo, as mulheres se articularam com o debate do conjunto das organizações do campo sobre soberania alimentar e a luta pelas sementes crioulas, patrimônio da humanidade, provando e desafiando para a possibilidade e viabilidade de desenvolver práticas de produção a partir dos princípios da agroecologia. Aos poucos as mulheres organizadas no MMC vão forjando as práticas de recuperar, produzir e melhorar as sementes, animais crioulos, plantas medicinais e nativas. Sentem a necessidade de ressignificar a sabedoria popular e as experiências herdadas de nossas ancestrais. Esta decisão supõe uma profunda transformação e uma necessidade de optar e elaborar um projeto de vida e um projeto de sociedade. No planejamento para 2002, o MMC decide desenvolver um programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Foi constituída uma equipe para elaborar a proposta inicial do programa, que posteriormente aprovada pela direção coordenou os trabalhos. Debates com dirigentes, técnicas (os) identificados com e pelo MMC/SC, que vinham trabalhando com uma concepção fundamentada na agroecologia contribuíram neste processo. [...]. (MMC/SC, dez/2007, p.04).²²⁵

Assim, desde o ano de 2002, coordenadoras municipais do movimento contribuem na organização e realização de oficinas, cujo objetivo geral é o de “construir com as mulheres camponesas a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, como ação concreta das mulheres na construção do projeto popular de agricultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia.” (MMC/SC, 2007, p.04). Além disso, o presente projeto tem como objetivo específico “trabalhar as novas relações de gênero na família, no trabalho, na produção e na relação com o ambiente”. No decorrer do ano de 2002, ocorreram oficinas nas

²²⁵ Matéria assinada por Carmen Munarini (Coordenadora das práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC) e Zenaide Collet (Coordenadora da Secretaria de Formação).

seguintes regionais do MMC/SC: Descanso, Lages, Regional Sul, Chapecó, Xanxerê, São José do Cedro, Quilombo, Irineópolis, Joaçaba, Concórdia, Pinhalzinho, Maravilha e Campo Erê. (MMC/SC, 2007, p.05).

Em 08 de março de 2007, mulheres camponesas de 19 estados do Brasil lançaram a Campanha Nacional pela produção de alimentos saudáveis. “A questão das sementes crioulas é um dos pontos centrais do Projeto de Agricultura Camponesa defendido pela campanha, na direção da promoção da soberania alimentar.” Como lema da campanha, apresentava-se: “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”. (MMC/SC, 2007, p.06).

As oficinas “das sementes” (como nomeiam algumas das mulheres da Regional Sul), que acompanhei nos anos de 2007 e 2008, ocorreram nos municípios de Urussanga, Orleans e Treviso. O primeiro contato que tive com o tema das oficinas foi no município de Urussanga, em setembro de 2007 e, no decorrer de 2008, participei de etapas do projeto que tiveram início em fevereiro. Em todas as ocasiões, foi possível observar que o método de trabalho desenvolvido nas oficinas incluía leitura, discussão e avaliação conjunta das publicações e/ou de outras produções, oportunizando a participação de todas as mulheres presentes, conforme preconiza o próprio movimento²²⁶. As oficinas iniciavam com organização do ambiente, de forma que, frequentemente, no centro da sala, sobre ou em volta da bandeira do MMC, eram dispostas sementes de hortaliças, flores, frutas, ervas medicinais, entre outras sementes. A propósito da organização do ambiente e da

²²⁶ Sobre o objetivo e a metodologia que devem orientar o processo de formação, na cartilha *Uma história de Organização, lutas e conquistas*, publicada pelo MMC/SC (2008, p.41-42), tem-se o seguinte registro: “O objetivo da formação é elevar o nível de consciência sócio política, econômica, cultural e técnico das mulheres camponesas para dar passos na construção de um movimento autônomo, camponês, feminista e socialista, capaz de lutar e envolvê-las na transformação da sociedade e na construção de novas relações entre os seres humanos e destes com o ambiente. É tarefa do Movimento implementar a Escola de formação política do MMC/SC para ampliar e qualificar muitas mulheres militantes. A formação deve ser planejada de acordo com a realidade das mulheres: iniciantes, militantes, lideranças e com a compreensão de que a formação está presente e se dá nos cursos e programas formativos, nas lutas de massa, no trabalho de base, enfim onde o MMC se faz. A metodologia utilizada na formação segue os princípios da educação popular que, em um processo coletivo, recupera o protagonismo das próprias mulheres, relacionado a um projeto de sociedade. A metodologia deve responder ao desafio permanente de: coordenar sem autoritarismo, conduzir sem manipulação, comandar repartindo o poder e cumprindo com os acordos coletivos. O conteúdo de estudo é composto de temas relacionados à emancipação da mulher e da classe trabalhadora, gênero e classe, saúde e sexualidade, projeto de agricultura camponesa e agroecologia, modos de produção, meio ambiente, mística popular e feminista, história de luta das mulheres e do MMC, metodologia e trabalho de base, feminismo e cultura patriarcal, Estado, leis, políticas públicas e outros.”

construção da atividade, trago um fragmento do registro que fiz na ocasião de uma das oficinas, realizada no município de Urussanga.

[...] No centro da sala, sobre a bandeira do MMC, foram colocadas sementes de hortaliças, flores e o desenho de uma árvore. A coordenadora (vinda da região oeste do estado) solicitou às mulheres que comparassem o movimento a uma árvore (sementes, raízes, tronco, folhas e frutas) e registrassem em um papel. Na leitura dos registros, foram apresentadas questões referentes à solidariedade, à força, à união das mulheres, às lutas por outra forma de agricultura e pela libertação das mulheres. No que seguiu, a coordenadora solicitou a apresentação individual das mulheres. O grupo era formado por sete mulheres. Ao se apresentarem, as mulheres destacavam o que produziam na propriedade, com quem moravam e o tamanho da propriedade, com ênfases na produção para o consumo da família e na venda de queijo, ovos, feijão, entre outros produtos, e no tamanho reduzido da propriedade. A não utilização de agrotóxicos na produção foi ressaltada com orgulho pelas mulheres, evidenciando os investimentos do movimento na formação. [...] O texto intitulado “MMC – um movimento que luta pela vida” foi lido e discutido pelas mulheres. Foram destacados o modelo de agricultura e a necessidade de superação, bem como a criação do movimento de mulheres (maio de 1983, no distrito de Itaberaba). Ainda, a importância da luta pela aposentadoria, pois as mulheres camponesas não eram consideradas trabalhadoras – “donas-de-casa”, “ajudantes do marido”. [...] Nesta leitura e discussão é retomado o significado da campanha “nenhuma mulher sem documentos”. Além disso, a coordenadora destaca que a proposta de uma agricultura agroecológica e a importância da unificação dos movimentos autônomos de mulheres na criação do MMC envolvem todas as mulheres que produzem para o sustento e renda. A partir disso foram elaboradas três perguntas: 1) O que precisa ser feito para que haja a libertação da mulher? 2) Em sua unidade de produção tem condição de produzir alimento

saudável? Por onde começar a transformação? [...] Respostas do grupo, respectivamente: 1) Liberdade de expressão, participação na produção e poder de decisão, coragem, leitura e participação no movimento, muitas mulheres não se esforçam porque têm medo; [...] 2) A produção de alimentos saudáveis já está sendo feita; 3) A transformação da sociedade começa em casa, é preciso fazer diferente em casa. [...]. (Diário de campo, fevereiro de 2008).

Além das discussões sobre relações de gênero, de trabalho e as lutas promovidas pelo movimento, de modo geral, nas oficinas, as mulheres trocavam sementes e experiências sobre cultivo e, por meio de textos específicos, a coordenadora trazia orientações teóricas e práticas envolvendo o processo de colheita, secagem e armazenamento de sementes crioulas, a produção e a comercialização de alimentos saudáveis. Como registrei no capítulo 2 da tese, quando da apresentação das mulheres entrevistadas, as suas práticas e modos de vida, abarcando técnicas de plantio, de cultivo, de manejo da terra e de animais, trazem marcas de uma formação específica (por meio da troca de experiências entre as mulheres, de oficinas, cartilhas e outras publicações produzidas e/ou distribuídas pelo movimento) promovida pelo movimento, no sentido de incentivar a produção de alimentos sem o uso de adubos químicos e de agrotóxicos, visando a “recuperação de saberes” sobre produção e cultivo, de modo a preservar a vida no planeta.

Cabe considerar, entretanto, que especificidades sócio-econômicas, provenientes da atuação expressiva de empresas agrícolas de integração²²⁷ na Região Sul e concernentes aos modos de vida das famílias camponesas, indicam questões que podem dificultar o cultivo da terra e a produção de alimentos tal como preconiza o movimento, na direção de um projeto popular para agricultura e para o Brasil. Ao tratar da consolidação de um movimento nacional e de sua construção a partir de diferentes municípios, regiões e estados, questões relacionadas ao modo de produção agrícola local, entre outras, precisam ser consideradas e problematizadas, na medida em que mobilizam também mudanças e resistências.

²²⁷ Conforme discussão apresentada no capítulo 2 da tese.

Beatriz (55 anos)²²⁸, em sua entrevista, traz questões que possibilitam considerar a complexidade inerente ao projeto de agricultura almejado pelo movimento.

Quando a gente vem para um encontro do movimento, a gente fica estudando, lendo, a gente fica refletindo e isto dói, tem que fazer esforço para isso. E as [mulheres] que têm marido, para evitar a questão dos venenos, é um parto. [...] As mulheres, elas vêm aqui, aprendem que não devem usar agrotóxicos, que se use uma “calda”. Só que em casa, elas dependem dos filhos, do marido para fazer isso, porque sozinhas não conseguem. E elas não conseguem fazer isso. É muito difícil, por isso que eu te dizia lá atrás, que a questão de gênero, a gente tem um entendimento, a gente mudou, mas é difícil mudar o que está ao redor.

Por um lado, o relato de Beatriz indica que é necessário atentar para dificuldades implicadas no processo de formação, que exige, por parte das mulheres, disponibilidade para estudar e buscar modificar práticas na direção do cultivo de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Por outro lado, assinala dificuldades implicadas na construção desse modelo de agricultura em decorrência de questões de gênero. Sobre esse aspecto, é importante destacar que a forma de produção geradora de “tensão”, tal como relata Beatriz, requer o trabalho conjunto das mulheres, de seus companheiros e filhos. Assim sendo, é possível considerar que se trata de uma produção de alimentos que excede o entorno das casas, tradicionalmente formado pela horta, pomar, animais domésticos, historicamente considerados de responsabilidade das mulheres.

Estudos de Lago (1986, 1996), Paulilo (1986, 2003, 2004), Brumer (2004), Lechat (1993), Woortmann (1995), entre outros, que tratam de relações de gênero e de trabalho no meio rural, evidenciam questões relativas à divisão sexual do trabalho, que delimita atividades femininas e masculinas, por conta de competências historicamente diferenciadas entre mulheres e homens. As diferenças que se impõem às atividades femininas e masculinas circunscrevem as mulheres em tarefas domésticas e em produções destinadas ao consumo da família. Diante

²²⁸ Entrevista já citada.

disso, é possível considerar que ainda é restrita a autonomia das mulheres em decisões (por exemplo, o que produzir e como produzir?) que ultrapassam a produção que se faz no entorno das casas e se destina à subsistência da família?

Contudo, parece que é justamente sobre a produção que se faz neste “limite”, pelas mãos das mulheres, que incidem as condições de possibilidade de um novo modelo de agricultura, extensivo aos homens e à comercialização. Daí se observar a questão fundadora do processo, ou seja, a preocupação das mulheres camponesas com a “produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças”, na tarefa de “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”.

Alie Van Der Schaaf (2003), em artigo que “trata de processos emancipatórios de mulheres, em especial de pequenas agricultoras no sul do Brasil, no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS”, em comparação com as mulheres urbanas, observa a relação de proximidade entre as mulheres da roça e a natureza, o que lhes possibilita o conhecimento de plantas e de alimentação também em seus aspectos curativos.

Em alguns lugares do interior, as mulheres fazem pequenas farmácias ecológicas, atuando como *bruxas*, num sentido positivo, como mulheres guardiãs da saúde da família e mulheres sábias, poderosas, curandeiras, mágicas e respeitadas na sua comunidade. (SCHAAF, 2003, p. 434).

Na cartilha de formação intitulada *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas* (MMC-BRASIL, s/d), estudada no decorrer de uma das oficinas que ocorreu na Regional Sul e em outros encontros dos grupos de base, vê-se o entrelaçamento de relações cruciais ao que o movimento almeja construir em termos de formação e de militância, voltadas à produção de alimentos saudáveis, ao cuidado da vida e da natureza por mulheres camponesas. O título, a imagem da capa e o texto apresentado na contracapa da cartilha, compreendidos à luz de lutas de gênero e de classe em curso, dizem dos objetivos centrais do movimento e do que se espera das mulheres camponesas como integrantes do processo.

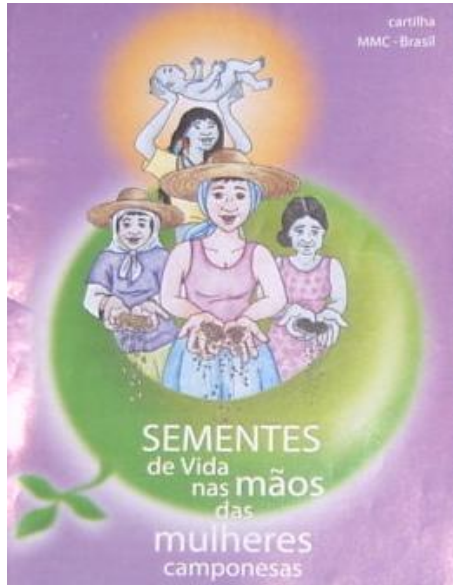


Figura 16- Capa da cartilha de formação *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas*.

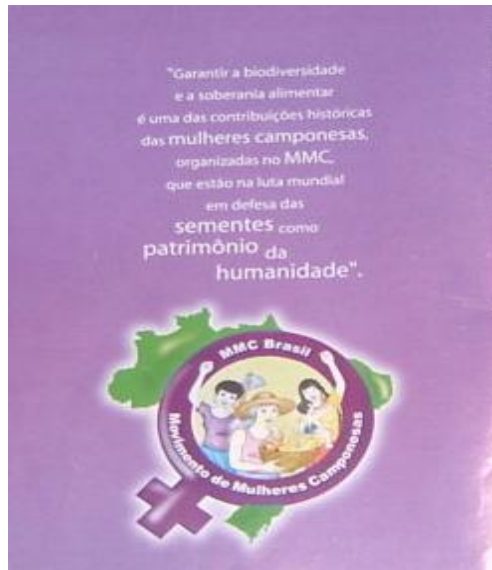


Figura 17 - Contracapa da cartilha de formação *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas*.

A imagem da capa, como em cartilhas referidas anteriormente, dá a ver perspectivas de gênero, classe e geração. Quatro mulheres e uma criança são posicionadas no centro do globo terrestre de cor verde. Três das mulheres têm nas mãos sementes que escorregam entre seus dedos, em um gesto de semear. Uma das mulheres segura uma criança com as duas mãos e a posiciona acima de sua cabeça, sugerindo a celebração do nascimento e da vida. A imagem expõe a interface cultivo da terra, geração e cuidado da vida, ativada pelas posições mulher camponesa e mulher mãe. O texto da contracapa da cartilha diz das mulheres camponesas em movimento pela defesa das “sementes como patrimônio da humanidade”.

Na direção do que o título, a imagem da capa e o texto da contracapa propõem, e como subsídio para discussão nos grupos de base do movimento, essa cartilha está dividida em seis encontros: 1) Somos sementes; 2) Somos sementes, fazemos parte da história da humanidade; 3) Somos sementes para a vida e não para o lucro; 4) Somos sementes de vida e não mercadoria para o capitalismo; 5) Somos sementes de vida, devemos nos multiplicar; 6) Somos sementes de vida para fortalecer a resistência das camponesas. Para seguir com o propósito de análise deste tópico, trago um texto que integra o 1º Encontro - “Somos sementes”.

Dirigente:

Companheiras sejam todas bem vindas ao nosso encontro. Vamos pensar um pouco: Quem somos?

Pensem comigo: O processo de nossa vida é como uma semente. Houve uma época que a maioria das pessoas não sabia que a união do homem e da mulher gerava vida. Com o passar do tempo essa realidade foi mudando. As pessoas foram aprendendo que através do ovário a mulher mensalmente libera um óvulo, que é uma parte da semente. O homem produz o líquido seminal que contém o espermatozóide. Quando mulher e homem se relacionam sexualmente o óvulo pode ser fecundado pelo espermatozóide e se torna uma semente completa gerando uma nova vida.

Leitora 1:

É com a geração da vida nova que a humanidade e natureza vão perpetuando sua existência. As

plantas também se reproduzem. Na semente do milho, por exemplo, há os genes que conferem as características de uma nova planta e as diferenciações sexuais da espécie, assim como nas hortaliças, frutas, entre outras.

Leitora 2:

A vida humana se desenvolve no útero da mulher, é nele que a criança recebe os nutrientes necessários para seu crescimento e desenvolvimento. Da mesma forma, as plantas acolhidas no seio da terra, retiram do solo fértil, do ar e da água estes nutrientes. Nós seres humanos, nascemos e garantimos nossa vida, relacionando-nos com a natureza. Por isso, a vida nova que está sendo gerada pela mãe e pela natureza, precisa de terra, ar limpo, água pura, alimentos sem venenos, entre outros, para ter vida saudável.

Leitora 3:

Podemos perceber que há uma relação íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a natureza. Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso essa sensibilidade que as mulheres carregam em relação à natureza é tão visível e presente nas suas atitudes. Esta proximidade faz com que chamemos a terra, a natureza e as mulheres de mães, revelando uma dimensão do lado feminino das mesmas. (MMC-BRASIL, s/d, p.04-05)²²⁹.

Cabe demonstrar que esse texto, as demais publicações e atividades citadas sugerem a intensificação da interface “mulheres camponesas cultivando a terra, gerando e cuidando da vida” como condição definidora de uma identidade comum, fundamental na produção de lutas e na constituição de um movimento unificado. Na base dessas produções encontra-se a relação natureza e cultura, atualizada em contextos de luta. De certo modo, pode-se dizer que tais

²²⁹ Ressalto novamente que a forma de apresentação dos conteúdos das cartilhas analisadas sugere uma leitura coletiva.

produções evidenciam, conforme Foucault (2005a, p.22), “conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstância bem determinada”. As lutas de gênero nesse cenário mobilizam discursos no que diz respeito às diferenças entre mulheres e homens pelo viés da maternidade, relacionando mulheres, terra e natureza, pelo fato de que *“todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies”* (MMC-BRASIL, s/d). Nessa lógica, certa compreensão de maternidade é atualizada em práticas que produzem as mulheres camponesas como cuidadoras por excelência da vida e da natureza.

As práticas que produzem as mulheres camponesas como cuidadoras da vida e da natureza podem ser pensadas a partir de princípios do ecofeminismo, termo utilizado pela primeira vez por Françoise D'Eaubonne e que se tornou popular em atividades contra a destruição do ambiente, mobilizadas por esporádicos desastres ecológicos. (MIES; SHIVA, 1993). O ecofeminismo, nesse sentido, remete a um termo novo para um saber antigo, originário de vários movimentos sociais nos finais das décadas de 1970 e princípios de 1980. Mies e Shiva (1993, p.25) ressaltam:

Somos um movimento com uma identidade feminina e acreditamos que temos uma tarefa especial a desempenhar nestes tempos ameaçados. Vemos, com uma preocupação feminista, a devastação da Terra e de seus habitantes pelos guerreiros empresariais e a ameaça do nuclear pelos guerreiros militares.

O movimento ecofeminista relaciona violência patriarcal contra as mulheres e contra a natureza, evidenciando que, historicamente, ambas são dominadas pelos homens e pela cultura masculina. Não se pode deixar de observar, porém, que se trata de um movimento que se produz por (e produz) diferentes correntes de pensamento. Segundo Emma Siliprandi (2000, p.64)²³⁰, destacam-se no ecofeminismo as correntes de tradição mais anarquistas, socialistas, liberais, as que privilegiam as ações institucionais (no parlamento etc.), e as “vertentes espiritualistas e mesmo esotéricas, que entendem como necessário

²³⁰ Siliprandi (2000, p.63) observa que “o pensamento ecofeminista apareceu pela primeira vez enquanto tal a partir dos movimentos feministas da década de 1970 (a chamada “segunda onda” do feminismo), a esta altura já influenciados pelos movimentos pacifistas, antimilitaristas e antinucleares que eclodiram em toda a Europa e Estados Unidos nos anos 60 e que deram origem aos movimentos ambientalistas como os conhecemos hoje”.

resgatar as práticas ‘mágicas’ de conhecimento da realidade que as mulheres exerciam desde a antiguidade, como formas de reconstruir uma identidade feminina que foi perdida ao longo do tempo.”²³¹ Sem desconsiderar as lutas pela equidade de gênero produzidas pelo ecofeminismo, Siliprandi (2000, p.69) problematiza a visão que orienta a ação desses movimentos, “baseada na ideia de que as mulheres seriam depositárias de um ‘*princípio feminino*’ dado por sua condição de mães, que as identifica com a natureza, com a fertilidade, com a criação, e, portanto, teriam um lugar privilegiado na luta ecológica”.

Na direção da afirmação de um “princípio feminino” em lutas de gênero no contexto de um projeto de agricultura camponesa, alimentação saudável, sementes crioulas, plantas medicinais, saúde, em abril de 2008 foi publicada a cartilha de formação intitulada *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida* (MMC-BRASIL, 2008)²³². Trago o texto de apresentação da referida publicação:

Apresentação

É com alegria que o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC publica mais um instrumento de apoio à reflexão e estudo para as dirigentes e militantes sobre a saúde. Este material apresenta uma síntese dos muitos debates que vem acontecendo no MMC sobre a saúde e suas relações com o projeto de agricultura camponesa, as plantas medicinais, as sementes crioulas, a alimentação saudável e a reeducação alimentar. Todo este esforço tem por objetivo partilhar informações e experiências que estão sendo realizadas pelas mulheres camponesas e contribuir na unificação e aprofundamento dos temas que por ora perpassam a vida do MMC, acreditando que: “quem faz já sabe, mas quem pensa sobre o que faz, faz melhor”. Temos consciência de nossa contribuição na luta pela emancipação da mulher que vem acompanhada com a luta pela transformação da sociedade. Por este compromisso estamos todas convocadas a

²³¹ Sobre a temática do ecofeminismo, entre outros estudos, ver também: PULEO, Alicia H. **Feminismo Y Ecología**. Disponível em: < <http://www.nodo50.org/mujeresredecologia-a-puleo-feminismo-y-ecologia.html> >.

²³² Publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Su1 do Brasil, Abril de 2008. Disponível em: < www.mmcbrazil.com.br >. Acesso em: 09 jan. 2009.

fortalecer e ampliar novos grupos de mulheres para debater sobre a necessidade de saúde e vida. Assim fortalecemos nossas lutas através de uma história aonde cada mulher camponesa vai descobrindo que tem um papel fundamental na mudança das relações e na construção da nova sociedade tendo como princípio a vida, a justiça e o bem estar de todas e todos.

Fortalecer a luta em defesa da vida.

Todos os dias!

Coordenação Nacional do MMC

Abril de 2008 (MMC-BRASIL, 2008, p.04).

Nesse contexto, convém observar que um dos riscos de um movimento social orientar lutas tendo como base um *princípio feminino* é o de atuar em detrimento da historicidade sociocultural, contribuindo para a produção de mulheres em posições fixas e reguladas a partir de determinadas normas. Como exemplo, pode-se trazer a questão da associação da maternidade com a feminilidade, de acordo com Lucila Scavone (2004). Com base nos estudos de Giddens (1993)²³³, Scavone observa que a “invenção da maternidade” faz parte de um conjunto de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII e promove, como elemento novo, a forte associação da maternidade com a feminilidade. Nesse sentido, em contraposição à maternidade “como fenômeno social, marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente”, Scavone (2004, p.172) questiona a perspectiva naturalizada e universal que vai se anunciar nessa associação:

Esse modelo consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e as obrigações na criação dos(as) filhos(as) e limitando a função social feminina à realização da maternidade.

Pensada no campo de análises da maternidade, feminismo e gênero, conforme Scavone, a relação natureza e cultura é retomada com base no feminismo de inspiração ecológica²³⁴, no contexto da discussão

²³³ GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

²³⁴ Nota da autora: “A corrente alemã desse feminismo sugere às mulheres melhor divisão das atividades profissionais e maternas, dando atenção aos filhos e consumindo menos. Ver os

sobre novas tecnologias e seus impactos. De forma mais específica, tal discussão se deu no âmbito do uso de tecnologias reprodutivas e suas consequências para a saúde da mulher²³⁵, bem como da intervenção da medicina na procriação. “Essa inquietação remeteu, implicitamente, a uma postura positiva diante da maternidade: uma experiência feminina importante, cujo controle não deveria escapar das mulheres” (SCAVONE, 2004, p.179).

Ao se referir às “tecnologias do gênero” que hierarquizam e fixam identidades fundamentadas no sexo, na perspectiva apontada por Teresa de Lauretis²³⁶, Swain (2002, p.328) diz da produção do feminino “[...] marcado pela imanência de um corpo que lhe é destino, na maternidade e na sexualidade”. Assim, conforme esclarece a autora, o corpo discursivamente constituído é objetivado em uma escala de valores que lhe confere critérios de verdade, por exemplo, “a verdadeira mulher” e o “verdadeiro homem”²³⁷. E, nessa produção, “a ‘verdadeira mulher’ se desdobra também em esposa-mãe, imagem que habita as mulheres como apelo natural, o apelo do ventre, destino e marca da verdade do sexo”. (SWAIN, 2002, p.334). A esse respeito é possível considerar que, mesmo alicerçado em uma matriz heteronormativa, o movimento de mulheres se constitui pela exclusão ou silenciamento dos homens.

Como busquei demonstrar, trata-se da produção (e da atualização) de discursos que se faz em determinados contextos de luta, em que marcar a diferença (e certa condição feminina) é crucial para a ação política. Swain (2005, p.341-342) observa que, se por um lado, “a afirmação identitária, a partir de um sexo biológico binário, tem como uma de suas premissas, a sexualidade procriativa e a maternidade como *destino biológico* das mulheres”, por outro, “como compreender os discursos sobre a *condição feminina* senão em uma perspectiva de marcar e reiterar a *diferença* e, no mesmo movimento, a desigualdade sócio-política?”. Sendo assim, “a *condição feminina* só existe na medida

textos de Mies (1991). Esta proposta vem ao encontro da proposta de gestão e autonomia da vida privada discutida por Gorz (1991)”. (SCAVONE, 2004, p.179). A autora referia-se aos seguintes estudos: MIES, M. Os modelos de consumo no norte: causa da destruição ambiental e da pobreza no sul. **Cadernos REDEH**, n. esp., 1991; GORZ, A. **Capitalisme, socialisme, écologie**. Paris: Galilée, 1991.

²³⁵ (Dossiê Mulher e Direitos Reprodutivos, 1993; Akrich & Laborie, 1999 apud Scavone, 2004, p.179).

²³⁶ DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**. Essays on theory, film, and fiction. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

²³⁷ Swain (2002, p.334) faz referência à noção de dispositivo de Foucault, enquanto “uma economia onipresente do sexo” com investimentos na produção de determinados corpos.

em que todas as mulheres são essencializadas e transformadas em uma singularidade igual a ela mesma; de fato, a experiência das mulheres no relacionamento sócio-político é a expressão de sua diversidade.”

Em relação à construção de uma identidade política, Butler (1998, p.35) ressalta:

O esforço para caracterizar uma especificidade feminina recorrendo à maternidade, seja biológica ou social, produz uma formação de facções semelhante e até uma rejeição completa ao feminismo, pois é certo que nem todas as mulheres são mães [...]”.

Contudo, no que diz respeito ao movimento em análise, considerando as lutas das mulheres por direitos trabalhista-previdenciários, entre outros, e sem desconsiderar possíveis limitações organizativas que podem se produzir a partir da reafirmação de um “princípio feminino”, não se pode negar que se trata de uma estratégia política.

No capítulo 3, analisei questões em torno do processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes e busquei evidenciar o uso operacional da diferença sexual como estratégia de luta, no sentido ressaltado de um retorno político a certo essencialismo. É nessa direção que pode ser possível pensar a “condição feminina” que se produz como definidora da identidade “mulheres camponesas”, mediante a utilização de performances de gênero, que constituem os sujeitos que representam, em contextos de luta que emergem contemporaneamente e reúnem mulheres de movimentos autônomos em torno de reivindicações comuns.

Swain (2005, p.345), ao falar do uso da diferença entre os sexos na produção de lutas, questiona:

Assim, se o sujeito universal é habitualmente representado pelo macho da espécie, como não reivindicar uma especificidade e a igualdade para obtenção de um lugar ao sol? Políticas públicas para as mulheres, salários iguais para tarefas iguais, reivindicações políticas que se alicerçam em certa especificidade.

É claro que isso acentua a noção *diferença dos sexos*, conforme esclarece Swain, na medida em que é a própria diferença que produz

desigualdades, divisão e hierarquia. Por outro lado, Swain (2005, p.346) segue questionando acerca da negação do “paradoxo que nos habita”, de modo a ressaltar que se trata de que “esta negação é tributária dos quadros de pensamento binário, que fundamentam a noção de *sujeito universal* e pretendem anunciar a *verdade* sobre o mundo”. De acordo com a autora, a incorporação do paradoxo, como estratégia feminista de transformação, localiza o lócus instituído para melhor tentar desconstruí-lo.

Não é possível afirmar que, no MMC, a incorporação do “paradoxo que nos habita” pelo uso da diferença, de uma essência ou princípio feminino em lutas pela igualdade de gênero se faz para desconstruir um lócus instituído. Porém, não é prudente afirmar que se trata de uma perspectiva que exclui o caráter político e a visibilidade que o uso de certa essência ou princípio feminino operou/opera em determinados contextos de lutas, considerando a urgência e a legitimidade das reivindicações de gênero e classe. Normas de gênero podem ser vistas como estrategicamente utilizadas para reivindicar igualdade sócio-econômica, de modo a possibilitar novas formas de subjetividade? Penso que as questões analisadas até o momento contribuem, ao menos, para se considerar o uso operacional de normas de gênero.

Realmente, como observa Swain (2005, p.346), a incorporação da diferença (mulher como sujeito político) se apresenta “como estratégia de ação em direção à diversidade”, mas não se pode deixar de considerar que a expectativa vem no sentido de “não mais mulheres ou homens, mas *sujeitos políticos*, criadas/os por relações, sentidos e representações, construídas e inventadas no seio das práticas sociais, históricas e transformáveis.”

Antes de concluir este tópico, ressalto que nas demais publicações que analisei e atividades do movimento que acompanhei, percebi que a mobilização de mulheres do movimento em torno do projeto de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, bem como de um projeto de agricultura agroecológica e da produção de alimentos saudáveis é uma preocupação crescente. Para ressaltar a importância que a temática assume nos investimentos na produção da identidade política “mulheres camponesas” e de novas formas de subjetividade, no contexto das lutas produzidas pelo movimento, faço referência a duas matérias que foram publicadas nas edições de janeiro/fevereiro e novembro/dezembro de 2005 do Informativo do MMC/SC.

Cultivar sementes crioulas! Uma questão de saúde.

O encontro sobre monitoramento da experiência do MMC/SC de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças.

Teve como objetivo recuperar a história construída nesses 21 anos, levantar e debater problemas, conquistas e desafios.

Durante a atividade percebeu-se que as mulheres camponesas que participam do MMC/SC e principalmente quem desenvolve a experiência de recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças crioulas têm recriado um novo sentido em suas vidas.

Segundo as participantes do encontro, as principais conquistas das mulheres são:

- Mudança de hábitos e valores;
- Modo de cuidar da terra - reconhecer as plantas amigas e indicadoras;
- Recuperar a auto-estima e a nossa identidade camponesa;
- Resgatar as sementes como patrimônio da humanidade;
- Sair de casa, ir em busca de conhecimento;
- Desenvolver teoria e prática;
- Construir autonomia;
- Reconhecimento e credenciamento diante da sociedade;
- Saber diferenciar os projetos de sociedade e enfrentar o modelo de agricultura química;
- Convicção que a roça é um lugar bom de se viver;
- A capacitação e formação de lideranças dirigentes entre nós;
- Desenvolver agroecologia e produzir alimentos saudáveis.

O grande desafio e necessidade das dirigentes desta experiência é construir um grupo orientador, animador e de representação de propostas trabalhando a mística e o amor à terra e à natureza.

O grupo tem clareza que o conhecimento liberta e para tanto é preciso que as mulheres dediquem tempo ao estudo e assumam junto à luta

pela libertação das mulheres e à luta em defesa da terra como um bem universal.

O método, o jeito feminista de estudar, refletir, aprofundar e praticar contribui para que a mulher possa reencontrar sua vocação de ser camponesa. (MMC/SC, janeiro/fevereiro de 2005, p.02)²³⁸

Nesse texto, pode-se dizer da relação entre o cultivo de sementes crioulas, a promoção de saúde, um jeito feminista de lidar com a teoria e a prática no sentido de “reencontrar uma vocação camponesa”. No Informativo de novembro/dezembro de 2005 foi publicada uma matéria intitulada “O Brasil tem jeito, com luta e organização de seu povo”²³⁹ que, entre outras questões, apresenta a necessidade (e o desafio) de organização das mulheres camponesas na direção de projetos que objetivam o cuidado com a natureza (terra, água, sementes, ar, biodiversidade...). Segue um fragmento da matéria que relaciona as tarefas a serem realizadas e os desafios a serem enfrentados pelo movimento de mulheres:

[...] Nossas principais tarefas e desafios neste momento são: Elevar o nível de consciência das mulheres e da classe trabalhadora; Estimular as pequenas iniciativas locais como forma das mulheres e do povo ir resolvendo seus problemas concretos; Ampliar e qualificar os processos de formação permanente de lideranças nos diferentes espaços e o envolvimento das jovens na perspectiva de classe e feminista; Valorizar e incentivar as iniciativas que contribuam no processo transitório para a produção agroecológica desenvolvidas nas unidades de produção; Incentivar a recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, bem como, avançar na cultura de consumo da nossa produção e alimentação saudável; Registrar e fortalecer as experiências de resistência presentes na vida das famílias camponesas.
(MMC/SC, novembro/dezembro de 2005, p.01).

²³⁸ Matéria assinada por Rosani Schiavini.

²³⁹ Matéria assinada por Justina Cima e Zenaide Collet.

De acordo com as informações veiculadas por essa matéria, as tarefas a serem realizadas pelas mulheres do movimento evidenciam também desafios, os quais, em linhas gerais, apontam para a reprodução do próprio movimento nos seus propósitos de lutas e conquistas. Na carta da 10ª Assembleia Estadual do MMC/SC, publicada no Informativo MMC/SC (outubro/dezembro de 2007), “Produzir alimentos saudáveis – construir o projeto de agricultura camponesa”, entre outras, apresenta-se como luta central. Para evidenciar as lutas que estavam sendo apresentadas, cito um trecho dessa carta.

[...] Temos como lutas centrais:

- 1- A libertação da mulher.
- 2- A participação política da mulher na sociedade e contra a violência.
- 3- Pela garantia dos direitos sociais e políticas públicas.
- 4- Resignificar a cultura camponesa valorizando o trabalho da mulher camponesa, a produção saudável, resistência, artesanato, culinária, danças, músicas entre outros,
- 5- Contribuir na construção do projeto popular de agricultura camponesa e ecológica. Lutar pela reforma agrária, e políticas públicas para o campo (previdência, saúde, educação, crédito especial para as mulheres entre outros). [...]. (MMC/SC, outubro/dezembro de 2007, p.03).

Diante do apresentado, pode-se deduzir que o fortalecimento das regionais pela militância das mulheres, portanto, coloca-se como condição fundamental para tal reprodução e lutas. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que no decorrer do período em que acompanhei atividades do movimento em municípios da Regional Sul, observei que o fortalecimento e/ou continuação da militância é uma das grandes preocupações de lideranças e de demais integrantes. No tópico que segue, trago questões em torno da militância política de mulheres da Regional Sul, seus limites e possibilidades.

4.3 Limites e possibilidades da militância política de mulheres da Regional Sul

A preocupação de integrantes com a pouca participação de mulheres no movimento local, em atividades intermunicipais e interestaduais foi percebida ao longo da pesquisa. Como exemplo do registro de tal preocupação em atividades promovidas pelo movimento, faço referência a três situações específicas, onde estavam presentes representantes dos municípios de Treviso, Urussanga, Orleans e Morro da Fumaça: Assembleia Regional Sul, realizada em 10 de outubro de 2007; Avaliação e planejamento da Regional Sul, ocorrido em 17 de dezembro de 2007; Avaliação e planejamento da Regional Sul, ocorrido em 03 de dezembro de 2008. Para evidenciar a preocupação das mulheres em torno da participação e da militância no movimento, trago um trecho do registro que fiz na ocasião da assembleia:

Com a participação de 18 mulheres (vindas dos municípios de Urussanga, Treviso, Orleans e Morro da Fumaça) e de duas representantes do município de São Joaquim, enviadas para coordenar a atividade, foram eleitas representantes para as direções municipais e estaduais do movimento. Grande parte das mulheres presentes relata que não se sente preparada politicamente ou acredita não dispor de tempo para assumir atividades relacionadas com tal posição, por conta de tarefas da casa e da lavoura. O grupo discute questões relativas à necessidade de sair de casa, de fazer coisas diferentes, mesmo que isso implique num acúmulo de atividades a serem realizadas no retorno. As mulheres mais velhas solicitam que as mulheres mais jovens assumam as direções, ressaltando que isso poderia representar um crescimento pessoal, no sentido de se dar conta das relações de opressão. [...] Como um dos grandes desafios a serem enfrentados, as mulheres identificam as “dificuldades na organização e realização dos trabalhos na base.” (Diário de campo, outubro de 2007).

No município de Quilombo (região oeste do estado), aconteceu a 10ª Assembleia Estadual do MMC/SC, no período de 20 a 22 de outubro

de 2007, como parte do processo que compreende a realização de assembleias, na ocasião, a Regional Sul não conseguiu enviar representantes.

Nos encontros de avaliação e planejamento, ocorridos em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, foram ressaltadas questões acerca do desafio de organizar a base do movimento, da necessidade de aumentar o número de participantes e de intensificar a participação das mulheres também em outras atividades promovidas pelo movimento estadual. No encontro de avaliação e planejamento realizado em 2007, além da solicitação por cursos, seminários e “oficinas das sementes” (referidas no tópico anterior), representantes dos municípios de Urussanga, Treviso e Orleans avaliaram “os pontos fortes e fracos” da Regional Sul ao longo do ano. A falta de articulação intermunicipal e da Regional Sul com as demais regionais do estado foi apresentada como um ponto fraco, bem como a falta de participação das mulheres nos encontros. Como ponto forte, as mulheres destacaram o evento do dia 08 de março, realizado em Florianópolis no ano de 2007, e a perseverança de algumas mulheres na região.

Na avaliação e planejamento realizados no final do ano de 2008, as oficinas das sementes e as atividades relacionadas ao dia 08 de março (realizadas em Florianópolis, conforme apresentado no primeiro tópico deste capítulo) foram apresentados como dois pontos fortes e de participação das mulheres. Por outro lado, ressaltou-se que não houve uma participação efetiva das mulheres em atividades da base, como por exemplo, no estudo das cartilhas de formação e nas oficinas de sementes.

No decorrer das entrevistas, algumas mulheres também trouxeram a preocupação com a própria continuidade da participação no movimento local e com a necessidade do ingresso de outras mulheres. Desafios de organização não se impõem diretamente sobre as lutas, que são consideradas legítimas pelas mulheres. Trata-se de pensar a organização local do movimento em termos da participação e da militância das mulheres como condição para a ação política e a continuidade do próprio movimento. Uma das mulheres entrevistadas fez observações quanto aos desafios implicados na organização e na continuidade do movimento local em termos de incentivar o ingresso de novas integrantes.

Porque, se a gente não arruma pessoas que participam, tu também não tens como grande coisa fazer, não é certo? Como é que tu vai

querer evoluir, inventar, fazer alguma coisa mais, se não tem participação das pessoas, não dá! Acho, eu comigo, que é assim. [...] Tem a mulher que, para deixar uma hora pra ir, uma meia tarde, que aproveita para a pessoa também. Aprende muitas coisas, principalmente, as pessoas, como eu digo, que não tenho estudo. E se tivesse mais participação, o movimento... Acho que tudo que é movimento, quanto mais participação tem, mais evolui. Tu podes fazer, pensar o que tu podes fazer, modificar. (Rosa, 73 anos)²⁴⁰.

Rosa observa que “a evolução” do movimento está intrinsecamente relacionada com “mais participação das mulheres”. Nessa constatação, o que está em jogo é a manutenção do próprio movimento local enquanto lugar de lutas e conquistas. Nos capítulos 2 e 3, ao tratar da criação e organização do MMA/SC em municípios da Regional Sul, fiz referência à participação de mulheres em diferentes atividades do movimento, realizadas no próprio município onde residem ou fora dele. Com isso, não quero dizer da ausência de dificuldades em relação à participação e à militância das mulheres naquele período. Gostaria apenas de registrar que tal temática figurou com certa centralidade na ocasião das entrevistas e das atividades que acompanhei. Por exemplo, Eliane (52 anos)²⁴¹, uma das mulheres entrevistadas, fez alusão a uma participação mais expressiva das mulheres no passado.

Eu acho que o que está ali, vai acabar indo para trás. Se tu não botar pessoas novas lá dentro, que deem mais ânimo, eu acho que vai acabar perdendo o que já está conquistado até hoje. Porque pelo menos é o que a gente está vendo. [...] Teria que ter mais mulheres. Mais participação de mulheres agricultoras para não morrer o que está conquistado até agora. Porque a gente está vendo, tanto governadores e presidente, eles querem acabar com a gente. Eu acho. Não quiseram acabar com a aposentadoria da mulher [...] Acabar não, de aumentar a idade, de 55 para 60 anos. [...] Se fossem umas mulheres

²⁴⁰ Entrevista já citada.

²⁴¹ Entrevista já citada.

mais unidas, que fossem mais de movimento, mais de participação, talvez, não chegaria. Se bem que não aconteceu. Parece que não aconteceu, não sei? Mas eu acho que falta interesse das mulheres para manter o que já está conquistado. Eu vejo, assim, muito é isso. Porque na época, antes que eu desistisse ali, eram mais mulheres, muito mais. Hoje em dia, eu já vejo bem menos. Naquela época lá, uns anos atrás, tinham muito mais mulheres participando do que hoje. Também é o que a gente escuta elas comentarem [...] Todas as comunidades são assim, não quer dizer que é só a nossa comunidade, que é difícil trazer elas para uma reunião, para participar. O que eu acho é que devia ser mais mulheres. Não quer dizer que a gente esteja desunida. A gente está unida. Nas reuniões, todo mundo, uma quer ajudar, outra quer ajudar. Vejo assim, é participação de mais mulheres, para motivar mais o grupo. Porque quando a gente promove alguma coisa, então, a gente se vê com poucas pessoas.

Eliane relaciona a pouca participação atual das mulheres com o risco de perder direitos já conquistados anteriormente, como a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres trabalhadoras rurais. No entanto, é justamente pela conquista da aposentadoria que algumas das entrevistadas justificam a pouca participação atual de outras mulheres no movimento. Como relatou, por exemplo, Regina (56 anos)²⁴² em sua entrevista: *“Aquele que aposenta não quer mais nada [...] ela acha que aposentou assim, não precisa mais participar de nada, não precisa mais trabalhar [...] só fazendo aquele pouquinho assim em casa”*.

Na região estudada, é possível observar que a luta pelo reconhecimento da profissão e pela aposentadoria trouxe várias questões. De acordo com algumas das entrevistadas, desde o seu início a organização municipal do movimento contou com a participação de mulheres oriundas de diferentes comunidades rurais. Algumas dessas mulheres participam sistematicamente até hoje, outras esporadicamente se fazem presentes em eventos que o movimento organiza no município e outras, ainda, por diferentes motivos, não participam mais. Um dos motivos citados pela maioria das entrevistadas é o de que algumas das

²⁴² Entrevista já citada.

mulheres já conseguiram suas aposentadorias e, desse modo, prosseguir com a luta não se justifica mais.

Sobre esse aspecto, vale retomar a discussão acerca das relações de gênero e de classe na gênese do MMA/SC, de modo a identificar uma tensão que se repete em torno da primazia das questões trabalhistas. A situação estudada parece apontar para o encerramento da participação no movimento pela conquista do direito à aposentadoria. Isso repercute de forma mais complexa, na medida em que envolve a continuidade da organização local do movimento. Assim, a luta pela aposentadoria pode ser vista como porta de entrada no movimento e sua conquista, a saída.

Em pesquisa sobre a história da mobilização social das mulheres agricultoras na região noroeste do Rio Grande do Sul, em torno do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com base nos depoimentos obtidos, Losandro Antonio Tedeschi (2007, p.163) constata “que, uma vez conquistados os direitos previdenciários, os objetivos pessoais e a projeção do futuro não mudaram [...] isto repercute diretamente no declínio da participação das mulheres na militância política e na organização e mobilização do movimento”. A garantia de tais direitos, por conseguinte, sugere que não é mais necessário “sair de casa”.²⁴³

Como demonstrei, porém, quanto à participação e à militância política restrita de mulheres da Regional Sul, outras questões precisam ser consideradas. Problemas de saúde, questões de trabalho, o cuidado de parentes idosos, entre outras situações, foram apresentadas como cerceadoras da participação e da militância, especialmente quando estas demandam viagens e períodos fora de casa. É evidente que não se pode esquecer que, em grande medida, são ainda as mulheres que precisam conciliar atividades domésticas, cuidado dos filhos, de parentes envelhecidos e/ou doentes, atividades na lavoura, manejo de animais domésticos, entre outras, com a participação e a militância política em movimentos sociais. Negociações são frequentes e necessárias.

Dificuldades advindas da conciliação entre militância política e as atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres foram observadas no estudo sobre cotidiano das líderes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santo Cristo/RS, realizado por Maria Aparecida de Carvalho Zasso (1997), na década de 1990. De acordo

²⁴³ Tedeschi (2007, p.160), a partir do estudo que realizou, observa também que “a falsa equidade de gênero presente no discurso do movimento, gerada no contexto das lutas por direitos sociais, não criou um questionamento, uma ruptura do significado entre o papel da mulher militante do movimento com os papéis de mãe e esposa, já que não foi o objetivo modificar a identidade das agricultoras, baseada nos seus papéis tradicionais”.

com a autora, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais eram os homens, e não as mulheres, os escolhidos para participar de cursos.

Além disso, elas enfrentavam a resistência da família, pois a saída da mulher do ambiente familiar por alguns dias altera o dia-a-dia doméstico, desde as atividades desempenhadas em casa, até os trabalhos na lavoura, com os animais (ainda mais quando não existem outras mulheres aptas a substituí-la na própria família). (ZASSO, 1997, p.84).

No contexto estudado, questões geracionais se impõem à participação e à militância política. De um lado, algumas mulheres relataram que se consideram “velhas” para prosseguir com uma forma de militância que exige deslocamentos municipais e intermunicipais e, de outro, a falta de interesse de mulheres jovens por projetos que envolvem a permanência no meio rural.

Alda Britto da Motta (no prelo, p.03) explica que “a idade, reconheça-se, é, historicamente, um elemento estruturador na organização das relações da vida social, assim como o gênero.” Assim, “a vivência geracional é parte essencial da dinâmica coletiva que impele à continuidade social, tanto quanto à mudança, ambas as esferas participando fundamente das relações de poder, sempre desiguais, na sociedade”. Para a autora, é impossível “menosprezar a importância analítica da dimensão sócio-temporal das idades/gerações, tanto na percepção das afinidades sociais como na construção das diferenças e desigualdades”.

Com base nessa concepção, é interessante fazer referência ao modo como questões geracionais, enquanto definidoras da própria participação e militância política, foram apresentadas por algumas das mulheres entrevistadas. O depoimento de Beatriz (55 anos)²⁴⁴ traz questões a respeito da relação entre geração, participação e militância política em municípios da Regional Sul.

A gente sabe de algumas coisas, porque telefona, recebe correspondência, participa do dia 08 de março. Tem a oficina das sementes. Vamos de vez em quando para Lages. Mas aquele relacionamento, assim, da regional com Chapecó

²⁴⁴ Entrevista já citada.

está bastante quebrado. Bastante, assim, separado, vamos assim dizer, meio desintegrado. A gente pensa que sempre vai melhorar. Mas diante das circunstâncias que estão aí, os problemas que a gente tem em casa, a gente vê que está cada vez mais difícil. E depois, Chapecó é muito longe. Essa distância, viajar a noite toda. A gente vai para lá, os cursos terminam ao meio dia, a gente fica lá até as sete e meia da noite sem fazer nada, para daí viajar a noite toda para voltar. A idade da gente também não colabora já tanto. A gente já está um pouco cansada. Então, é isso. E na regional, também, tem que melhorar bastante, porque na última reunião que eu fui na Regional, só estava eu. Todos os municípios foram avisados, sabiam da reunião, mas ninguém apareceu. Eu vou ser bem sincera, eu acho o movimento fraco na Regional Sul. Às vezes, eu fico preocupada, quando eu penso que tu estás estudando o movimento na Regional Sul. Não sei como é que tu vês. Tu não sentes isso?

Na relação que estabelece, Beatriz problematiza e reflete (inclusive, solicitando minha opinião) sobre aspectos que são pontuados nas avaliações, assembleias e outras atividades (como observei no início deste tópico), e que de algum modo contribuem para o “enfraquecimento” do movimento na Regional Sul. Tais considerações sugerem que certa relação, constante e efetiva, deve ser estabelecida entre os municípios onde o movimento está organizado, colocando-se como condição para a existência do mesmo.

Regina (56 anos), que trouxe questões a respeito da conquista da aposentadoria e sua relação com a interrupção da participação de mulheres no movimento, faz observações também que dizem de questões geracionais envolvidas nesse processo.

G: Você encontra alguma dificuldade para participar do movimento?

R: Não. A gente sente dificuldade da participação das companheiras. Isso que eu sinto. Se elas fossem bem mais [...] Sei lá, começam, às vezes, têm aquelas que levam a sério, têm aquelas que não. Olha, teve uma época que a gente estava em

trinta e poucas. Tinha uma por cada comunidade ou até duas. Agora, a gente está em bem poucas.

G: A que você atribui esta diminuição no número de participantes?

R: Não sei. Uma diz que é porque está ficando velha. Outra, porque está ficando cansada. Mas eu não sei se isso aí é desculpa. Se servir como desculpa da pessoa. A pessoa se acomoda e vai deixando. Às vezes, a gente até se pergunta, o que a gente deveria fazer para resgatar, trazer estas mulheres de volta. Só que não estamos chegando a uma conclusão, sei lá. A gente se pergunta. Perguntaria para ti, o que tu acharias, se tu tivesses alguma ideia para dar para nós. O que fazer para resgatar essas mulheres de volta?

Regina faz comparações entre diferentes períodos do movimento na regional, apontando dificuldades atuais de participação das mulheres por conta da idade /ou por estarem cansadas, ou ainda por terem se acomodado. De outro modo, Regina solicita a minha opinião sobre possíveis ações que poderiam mudar o quadro, mas também se posiciona e propõe uma alternativa.

Que futuro mais a gente podem esperar? Eu espero continuar a participar até que eu conseguir e que ele existir, porque, momento que as outras vão desistindo e a gente não consegue mais segurar erguido [...]. Não sei se nós vamos conseguir quanto tempo, quantos anos, a gente vai conseguir tocar para a frente ainda este movimento. Mas a nossa expectativa é que ele dure. Se a gente conseguisse pegar mais gente nova participando, daí o movimento ia crescendo. A gente sente assim, aquela coisa meio fraca, pouca gente. (Regina, 56 anos).

Sônia (59 anos)²⁴⁵, de igual modo, sugere alternativas ao quadro:

Que entre mais gente nova, assim, porque aquelas que estão já estão na meia de idade, querendo

²⁴⁵ Entrevista já citada.

deixar o movimento. Espero que continue, seja sempre melhor, sempre melhorando. Que vai sempre caminhando, que não pare. Até que dá, eu vou, eu participo, depois...

A alternativa proposta por Regina e Sônia remete ao ingresso de “gente nova” no movimento, o que encontra também alguns limites, tendo em vista as relações que jovens dos municípios da regional estabelecem com o trabalho no meio rural. Como observei no capítulo 2, a região estudada evidencia que, em sua maioria, os/as jovens se deslocam diariamente da área rural para a urbana (ou já moram na área urbana), pois trabalham em estabelecimentos industriais, comerciais, entre outros, o que contribui para o enfraquecimento da agricultura familiar.

Além disso, questões sócio-econômicas não podem ser desprezadas na análise de um movimento social rural, especialmente pelo fato de que, nos municípios que integram a Regional Sul do MMC/SC, a agricultura desenvolvida pelas mulheres e suas famílias se faz nas margens de determinado modelo de produção industrial. Carolina (70 anos)²⁴⁶, em sua entrevista, relaciona o enfraquecimento do movimento de mulheres ao enfraquecimento da agricultura na região, por conta das empresas mineradoras de carvão e outras.

Eu acho assim que tem muita pouca gente trabalhando na lavoura. Uma por causa das minerações. Outra que as mulheres agora estão procurando emprego [...]. Então, elas vão trabalhar ou na fábrica da reciclagem ou nas minerações mesmo, estão dando emprego agora para as mulheres. Então, a lavoura vai ficando. E quem começa a trabalhar fora, claro que não participa desses encontros. É aonde que vai dificultando cada vez mais. Eu penso assim.

Em que pese o enfraquecimento da agricultura preconizada pelo movimento na região e em meio a outras questões que comprometem a organização local do MMC/SC, a expectativa de algumas das mulheres é prosseguir militando. Apesar das dificuldades no que envolve a mobilização de um número expressivo de mulheres para participar de atividades intermunicipais, que exigem a permanência por um ou mais

²⁴⁶ Entrevista já citada.

dias fora de casa, em algumas situações observei o grande empenho de algumas integrantes para representar a Regional Sul nessas ocasiões. O evento do dia 08 de março de 2008, realizado em Florianópolis (mencionado no primeiro tópico deste capítulo), pode ser citado como exemplo. Seis mulheres da Regional Sul estiveram presentes, ficaram acampadas na laje²⁴⁷ do prédio da Assembleia Legislativa de SC, nos dias 05 e 06 de março, juntamente com mulheres oriundas de outras regionais do movimento, e acompanharam as atividades promovidas na ocasião (conforme descrito anteriormente).

De igual modo, vale ressaltar o empenho de um grupo (também formado por seis mulheres) para representar a Regional Sul na II Festa da Família Camponesa e I Feira da Biodiversidade, em São Miguel do Oeste/SC, no período de 20 a 22 de novembro de 2008. O evento integrou também as comemorações dos 25 anos do movimento. Acompanhei o grupo de mulheres nesta viagem de aproximadamente 12 horas até São Miguel do Oeste/SC e registrei momentos da chegada.

Conforme previsão dos motoristas (do transporte fretado para viagem), chegamos por volta das 6h30min. Não tivemos dificuldade para encontrar o Salão da Igreja do Bairro Salete, local onde o evento seria realizado. Fomos recebidas por uma liderança do MMC/SC da cidade de Palmitos, que nos mostrou e nos orientou quanto à programação. Desde quinta-feira (20/11) havia integrantes do movimento (de diferentes municípios) no local, que estavam envolvidos com o encerramento de um curso sobre ervas medicinais. É comum em eventos desta natureza, as participantes ficarem alojadas no mesmo local onde ocorrem as atividades de formação. [...] De acordo com a comissão organizadora, o público esperado para o evento era de aproximadamente mil pessoas. Seguindo a programação, por volta das 08h30minh, do dia 22 de novembro, as caravanas vindas de diferentes municípios são acolhidas no Salão da Igreja do Bairro Salete, localizado em São Miguel do Oeste/SC. As mulheres da Regional Sul se sentam juntas para acompanhar as atividades da manhã. Uma das integrantes do movimento, posicionada em um grande palco, faz

²⁴⁷ Trata-se de um espaço coberto e parcialmente sem paredes externas.

a acolhida das regionais e ressalta a presença da Regional Sul, observando que se trata da regional mais distante da secretaria estadual do MMC/SC, localizada no município de Chapecó/SC. As mulheres da Regional Sul comentam entre si tal observação: “a Regional Sul está representada!” A integrante do movimento prossegue com sua fala sobre a comemoração dos 25 anos do movimento, envolvendo uma história de lutas e conquistas. Ela faz referência à preocupação do movimento com a formação técnica, política e ideológica das mulheres. Além disso, resgata a produção agroecológica, a defesa da vida integral e a responsabilidade dos jovens nesse processo. [...] Entre músicas e gritos de guerra, teve início a apresentação da peça teatral “Da luta se faz história”, com o grupo “MMC/SC resistência e arte”. (Diário de campo, novembro de 2008).

Nesse evento, como parte das comemorações dos 25 anos do movimento, foram lembradas e reafirmadas lutas e conquistas mobilizadas ao longo dessa trajetória. De acordo com o Informativo do MMC/SC (janeiro/fevereiro de 2009, p. 06), a peça teatral - “Da luta se faz história” - “recupera momentos significativos da luta pela libertação das mulheres camponesas, evidenciando a importância da organização, as conquistas e as vitórias obtidas”. É necessário igualmente reafirmar que “cada mulher camponesa e sua família é parte desta história de resistência [...] por isso somos homenageadas e gratificadas por aquilo que o MMC representa” (MMC/SC, janeiro/fevereiro de 2009, p. 06).

Além disso, o objetivo do movimento com esse evento foi o de promover visibilidade ao fruto do trabalho das mulheres camponesas e de suas famílias.

Na I Feira da Biodiversidade do MMC/SC, as mulheres que fazem parte do Movimento tiveram a oportunidade de mostrar o fruto de seu trabalho na produção de sementes crioulas, plantas medicinais, nativas e frutíferas, artesanato, alimentação saudável e diversificada. (MMC/SC, janeiro/fevereiro de 2009, p. 06).

As mulheres da Regional Sul, que participaram desse evento, levaram alho, diferentes tipos de bolacha e toalhas de louça (pintadas à

mão e com acabamento em crochê) para exposição e venda. Esse evento, como parte das comemorações dos 25 anos do MMC/SC, reuniu representantes das regionais do estado, evidenciando uma trajetória de luta e conquistas que não pode ser esquecida. Isso, igualmente, pode ser percebido pela circulação de um encarte especial, publicado no Informativo MMC/SC (2008), que apresenta na matéria de capa o histórico do MMC/SC. O Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas - SC, na edição de maio/junho de 2008²⁴⁸, também trouxe uma matéria sobre a trajetória, lutas e conquistas do movimento.

Finalmente, diante das questões analisadas neste capítulo, pode-se considerar que a mudança de nome do movimento e a construção da identidade política “mulheres camponesas” pela unificação dos movimentos autônomos, representam apenas alguns dos desafios enfrentados pelo MMC/SC na Regional Sul.

²⁴⁸. Disponível em: < www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 27 set. 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está nas mãos das mulheres camponesas que acreditam na utopia e sonham com uma nova sociedade a continuidade da construção do Movimento de Mulheres Camponesas. Como nos ensina Rosa de Luxemburgo: “**Não estamos perdidas. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender**”, ou repetir como aprendemos com Olga Benário: “**Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo**”. (MMC/SC, 2008, p.45).

Ao longo deste estudo, busquei analisar como se constituem sujeitos e subjetividades em lutas de gênero enquanto práticas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). O argumento central foi o de que diferentes investimentos são feitos na constituição de sujeitos e de subjetividades, os quais dão a ver a reprodução de normas de gênero, a aceitação ou a resistência a certas formas de individualidade, como parte das estratégias políticas de luta, incluindo a unificação de movimentos autônomos de mulheres e a construção das identidades políticas mulheres agriculturas e mulheres camponesas.

Diante disso, incorporar e tratar da constituição do MMC/SC, em 2004, na trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), criado na primeira metade da década de 1980, tornou-se imprescindível no processo de pesquisa e de sua escrita. A unificação de diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres, as formas de organização nacional, estaduais, regionais e municipais foram norteadoras do estudo. A possibilidade de centrar a discussão nos municípios de Urussanga, Orleans e Treviso, que integram a Regional Sul do MMC/SC, a partir de especificidades desta esfera de organização de um movimento social nacional, permitiu analisar a interface da constituição de um movimento social, de sujeitos e de subjetividades.

Neste estudo, foram estabelecidas interlocuções que pudessem dizer da trajetória de algumas das lutas de gênero produzidas pelo movimento em suas formas de organização. Informações obtidas por meio das entrevistas com mulheres que integram o movimento na Regional Sul, da participação em suas atividades, do acesso a documentos e publicações do movimento foram articuladas no processo

de análise. As entrevistas indicaram os caminhos de análise, apontando para questões referentes aos períodos que antecederam/procederam à unificação e criação de um movimento nacional. As entrevistas indicaram a tarefa de elaborar releituras da criação/trajetória do MMA/SC no estado e nos municípios estudados, de analisar desafios que se atualizam na construção do MMC/SC nesses locais, aspectos da identidade política, das lutas e da militância.

Ao olhar para aspectos da constituição do MMC/SC na trajetória do MMA/SC, com base em referenciais teóricos acerca de lutas por reconhecimento cultural e por redistribuição sócio-econômica (FRASER, 2001, 2007), foi possível observar que não se tratou de romper com lutas de gênero e de classe anteriores, ou da diluição de movimentos de mulheres já existentes, mas de uma mudança política operada em um contexto de lutas que exigia a diluição de fronteiras estaduais. Na criação do MMA/SC, na primeira metade da década de 1980, por exemplo, mulheres e homens se reuniram para lutar pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, o que se desdobrou em questões em torno da não sindicalização das mulheres e de questionamentos sobre a noção de trabalhador universal masculino. Outros sujeitos e formas de subjetividade começaram a ser pensadas. De igual modo, a constituição do MMC/SC evidencia outras lutas, sujeitos e subjetividades, sendo que a unificação de movimentos rurais autônomos de mulheres dá a ver demandas de gênero e de classe comuns a determinados grupos de mulheres, envolvendo, por exemplo, a construção de um modelo de agricultura agroecológica, entre outros projetos.

Nos municípios onde realizei as entrevistas e acompanhei atividades, a criação do MMA/SC ocorreu respectivamente nos anos de 1994, 1995 e 2000. A contextualização geográfica, histórica e sócio-econômica dos municípios evidenciou mudanças nos modos de vida de famílias de agricultores/as, por conta do crescente processo de industrialização que ocorreu na região. A produção agrícola voltada ao consumo da família, frequentemente, é desenvolvida pelas mulheres entrevistadas e se inter-relacionavam com outras atividades desenvolvidas por seus maridos, filhos/as em empresas mineradoras e de cerâmicas da região, entre outras. Foi importante considerar tais modos de vida, na medida em que permitiram refletir sobre a criação e organização local do movimento, a constituição de sujeitos e de subjetividades, mostrando uma atividade desenvolvida por mulheres para a subsistência da família.

A criação do movimento nos municípios ocorreu em um contexto mais amplo de investimentos na produção das mulheres como trabalhadoras rurais, através de lutas de gênero e de classe para a conquista de direitos trabalhista-previdenciários (tais como o direito das mulheres à aposentadoria, ao salário-maternidade e ao auxílio-doença), igualmente promovidas por outros movimentos rurais de mulheres em diferentes regiões do país. Ao analisar cartilhas de formação, produzidas e distribuídas para estudo nos grupos de base na década de 1990, foi possível perceber a necessidade da produção de sujeitos políticos de direitos. No paradoxo das lutas de gênero (SCOTT, 1999, 2002, 2005), em que é preciso articular lutas por igualdade na/pela afirmação de diferenças, as lutas por reconhecimento cultural e por redistribuição sócio-econômica (FRASER, 2001, 2007) evidenciaram a produção de novas posições de sujeitos. Como em outras regiões do país, portanto, foi na posição de trabalhadoras rurais, na luta pelo reconhecimento da profissão e por direitos trabalhista-previdenciários daí originados, que mulheres se reuniram para organizar o MMA/SC em municípios da Regional Sul.

A produção das mulheres como trabalhadoras rurais, mobilizada por investimentos na documentação pessoal e profissional (carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de sócia do sindicato, bloco de notas de produtora rural, entre outros), foi fundamental para a reivindicação e conquista dos direitos trabalhista-previdenciários. Como parte desses investimentos, destaca-se a cartilha de formação e informação nº.1, intitulada *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, publicada em agosto de 1994, pela Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR/SUL, 1994). A campanha local, subsidiada por essa cartilha, foi citada pela maioria das entrevistadas como central para a construção e a organização do movimento na regional, uma vez que, juntamente com o trabalho e intervenção de algumas mulheres, constituiu-se como um instrumento indispensável para informar e orientar trabalhadoras rurais nos municípios e grupos de base.

As mulheres trouxeram em seus relatos a importância da produção de documentos pessoais e profissionais, necessários para se ter acesso aos direitos sociais conquistados. Na abrangência do Movimento de Mulheres Agricultoras, reconheceram-se na posição de agricultora, de trabalhadora rural, conferindo visibilidade a atividades laborais desenvolvidas desde a tenra idade. Dizer-se agricultora, trabalhadora rural, opõe-se à posição das mulheres como “do lar”, historicamente desvalorizada e não remunerada. As lutas de gênero e de classe

colocaram em evidência a posição trabalhadora rural, ainda não ocupada pelas mulheres como sujeitos de direitos.

Nessa produção e reconhecimento das/pelas mulheres como trabalhadoras rurais, diz-se de certas formas de individualização por meio do controle e da regulação de corpos²⁴⁹, em que foi necessário entrar no jogo político e provar sua existência como corpo que trabalha.

Com isso, na trajetória estudada, as mulheres entrevistadas se anunciaram como integrantes de um grupo formado por agricultoras e não por “mulheres donas-de-casa” ou “do lar”, indicando a produção de sujeitos e subjetividades a partir de outras regras. Pode-se dizer que, ao escaparem de determinados saberes e poderes dominantes, as mulheres recriaram modos de existência, produziram novos saberes e poderes²⁵⁰. Ao organizarem o MMA/SC em municípios da regional, como trabalhadoras rurais, algumas mulheres criaram espaços de existência em que buscaram escapar de formas de identificação historicamente prescritas para elas nas posições de “dona-de-casa”, “do lar”, “esposa do agricultor”...

As categorias representacionais “mulheres agricultoras” ou “trabalhadoras rurais” conferiram visibilidade a mulheres cujas vidas eram mal representadas ou não representadas. Na perspectiva apresentada por Butler (2003), sobre a teoria feminista e a construção de uma identidade definida, há que se levar em consideração que os “domínios da representação política e lingüística” dizem dos critérios de formação e representação de tais sujeitos. Sem desmerecer as lutas em jogo e a necessidade de certa representação política, a autora alerta para os limites da própria categoria representacional.

Tendo em vista limitações que podem advir de categorias representacionais, a trajetória em análise possibilitou visualizar que na tarefa de organização do movimento, em prol de lutas de gênero, na produção e reconhecimento de outras formas de existência, mulheres se reuniram a partir das necessidades de “aprender a participar” e “aprender para transformar”, de modo que a centralidade estava/está no processo de formação de mulheres (trabalhadoras) militantes. Ao longo do processo, as mulheres precisaram seguir orientações que pautam a organização do movimento em outras regionais, envolvendo atividades de formação, avaliação e planejamento, mobilizações, entre outras, assim como a participação em atividades locais, regionais e estaduais. Na vigência da sigla MMA/SC foram produzidos/as temas e lutas que

²⁴⁹ Tal como discutido por Foucault (2006a).

²⁵⁰ De acordo com a perspectiva apontada por Deleuze (2007).

apontavam para a centralidade da organização das mulheres na luta pela igualdade de direitos e pela transformação da sociedade. Entre outras possibilidades, isto pode ser verificado pelos temas das assembleias estaduais do MMA/SC: 1ª “Mulheres unidas jamais serão vencidas!” (Chapecó, 1987); 2ª “Trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos” (Chapecó, 1988); 3ª “Semeando justiça, brotando liberdade” (Lages, 1989); 4ª “Mulheres organizadas jamais serão pisadas!” (Chapecó, 1990); 5ª “Por um futuro de igualdade, justiça e democracia construindo cidadania” (Caçador, 1992); 6ª “Organizar, libertar, construir... na luta sempre mulher” (Lages, 1996); 7ª “Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída” (Chapecó, 1999); 8ª “Filhas da Terra na construção de um projeto novo”. (Concórdia, 2001).

Esses temas e lutas demonstram fissuras em processos socialmente instituídos, problematizam o lugar aí ocupado pelas mulheres e indicam novas relações destas com a sociedade. A mudança social idealizada vem pela organização das mulheres e não pode ser pensada fora dessa base, sendo indispensável “aprender a participar” e “aprender para transformar”. O movimento, na perspectiva das mulheres entrevistadas, constitui-se como lugar de organização para aprendizagens, transformações sociais e individuais, de “relações de si para consigo”.

Enquanto investimentos na formação de mulheres (trabalhadoras) militantes, lutas e formas de organização específicas do movimento se voltam para a constituição de identidades políticas, visando à promoção de outras formas de existência. Como centrais no processo, entre outras questões, pode-se citar a mediação de informações e a construção de conhecimentos por parte das mulheres sobre direitos sociais, a circulação por espaços de convivência para além dos limites da casa e da roça. A produção de instrumentos de formação e de lutas, por parte do movimento, propiciou problematizar limitações implicadas na atuação social das mulheres nas esferas “privada e pública”, colocando em questão padrões de feminilidade e de masculinidade. Todavia, isso não se fez em detrimento de práticas disciplinares na produção/normalização de sujeitos e de subjetividades, indicando que padrões são criados e reproduzidos. Os investimentos disciplinares, historicamente produzidos, mostram-se como fundamentais na construção e organização do movimento, bem como a reprodução de determinadas normas de gênero.

As publicações e documentos analisados (antes da unificação de movimentos rurais de mulheres) trazem lutas de gênero e indicam caminhos para que sejam efetivadas. Quanto às concepções de gênero

que orientaram o processo de formação (na direção de aprender para transformar) nas lutas pela igualdade de direitos, de certo modo, colocou-se a reprodução de normas de gênero. Diferenças entre mulheres e homens, relações entre sexo e gênero, relações natureza-cultura, questões em torno de um “saber cuidar” feminino são reproduzidas como naturais nessas lutas. Assim sendo, lutas pela igualdade de direitos se fazem pela reafirmação de diferenças entre mulheres e homens (no sentido de um feminismo da diferença), pela produção de uma mulher naturalmente ligada à geração da vida. Essa perspectiva se mantém com a unificação e construção de um movimento nacional.

A análise operada mostrou, no entanto, que as diferenças produzidas (e reafirmadas) entre mulheres e homens podem ser lidas também como estratégicas utilizadas na produção de lutas de gênero, como por exemplo, na “ampliação dos direitos sociais” e na “participação política da mulher na sociedade” (MMCBRASIL)²⁵¹. Entre outras possibilidades, o retorno a uma diferença sexual essencializada pode indicar uma opção política (BRAIDOTTI 1997), em que lutas são produzidas fundamentalmente para pôr em questão o sujeito sem gênero. Não é possível afirmar, porém, que a lógica binária do gênero sofra abalos, pois problematizá-la não estava/está em questão. Ao que sugerem, as transformações pretendidas pelo movimento têm como condições de possibilidades a manutenção de relações binárias, pela *performance* repetida do gênero (de significados já estabelecidos socialmente)²⁵².

Um dos propósitos do movimento, então, fundado em normas de gênero, é a de produção de uma identidade política, da produção e representação de determinadas mulheres. A partir dessa lógica, o movimento se apresentou como um campo de negociação, disputa e resignificação, orientado pelas lutas em curso e pelos interesses dos sujeitos que o constituem. É nessa direção que questões em torno da construção do Movimento de Mulheres Camponesas na Regional Sul de Santa Catarina foram analisadas e mostraram alguns dos desafios que se atualizaram no período. A construção da identidade política “mulheres camponesas”, promovida na/pela unificação de movimentos autônomos rurais de mulheres e consolidação de um movimento nacional, evidenciou relações de força e jogos de poder (FOUCAULT, 1995), mostrando a aceitação ou a negação de determinadas formas de

²⁵¹ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

²⁵² No sentido descrito por Butler (2003).

individualidade e de organização das lutas. A visibilidade política e as condições de luta do movimento em Santa Catarina e em outros estados demandam a produção de sujeitos e de subjetividades em torno da identidade “mulheres camponesas”.

No estado de Santa Catarina, a consolidação de um movimento nacional, subsidiado por cartilhas de formação específicas, envolveu discussões em grupos de base das regionais, sendo aprovada na 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC, realizada em novembro de 2004. Na Regional Sul, o processo de consolidação nacional foi descrito pelas entrevistadas e apontou para um campo de negociações que se constituiu. Uma das questões levantadas trouxe para o foco de análise a mudança do nome “mulheres agricultoras” para “mulheres camponesas”. As mulheres entrevistadas se identificavam e se anunciavam como “mulheres agricultoras”. A denominação “mulheres camponesas”, como forma de identificação e de reconhecimento, provocou estranhamento, foi recusada por algumas das mulheres e aceita por outras. Como estratégia política, a reunião de mulheres em torno da identidade “mulheres camponesas” se fez pelo fato de desenvolverem atividades comuns, isto é, por produzirem alimentos saudáveis. É importante ressaltar que a construção da identidade política “mulheres camponesas” não pressupõe a negação da denominação “mulheres agricultoras”, mas o acolhimento de mulheres que produzem alimentos saudáveis. As lutas de gênero produzidas pelo movimento são feitas em nome da inclusão de determinados grupos em uma identidade comum.

A identidade “mulheres camponesas”, no sentido de um feminismo essencialista, aciona discursos sobre o cultivo e o cuidado com a terra, a geração e o cuidado com a vida, pela reafirmação de diferenças entre mulheres e homens, especificamente, no que diz respeito à maternidade como condição feminina. O “projeto popular de agricultura”, assumido pelo MMC, faz-se neste registro:

Pela viabilização de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade. (MMC-BRASIL)²⁵³.

²⁵³ Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2005.

O trabalho das mulheres no cultivo da terra, na geração e na defesa da vida se apresentou na produção das lutas. Publicações e atividades promovidas pelo movimento reafirmam tal posição. Uma das questões a ser considerada é que o uso de um “princípio feminino” não parece indicar apenas um retorno ao essencialismo, mas também uma estratégia política na produção de lutas.

As mulheres entrevistadas reconheceram a necessidade de organização/manutenção do movimento e reafirmaram os princípios que orientam suas lutas. As concepções de gênero (e de classe) que fundamentam as lutas não foram questionadas pelas mulheres. Tendo em vista a legitimidade do movimento e de suas lutas, algumas das entrevistadas ressaltaram a pouca participação das mulheres em atividades promovidas pelo movimento, o que pode vir a comprometer a continuidade local de sua organização. Em sua maioria, as mulheres se referiram ao movimento na região oeste de SC (Chapecó, especialmente) como “mais forte” do que o movimento na região sul. Segundo elas, uma das diferenças está no tipo de agricultura desenvolvida no oeste do estado, que envolve áreas maiores de plantio (por consequência, envolve um número maior de trabalhadoras rurais) e se apresenta como fonte de renda principal das famílias.

Algumas relataram que se consideram “velhas demais” para a militância e reclamaram à participação de mulheres mais jovens. Cabe não esquecer que a participação de mulheres mais jovens esbarra nos limites dos modos de agricultura local, marcados pela substituição da atividade agrícola por atividades em indústrias, comércios... Além disso, doenças (pessoais e/ou de algum membro da família) e aposentadorias foram apontadas como responsáveis pela pouca participação das mulheres. A aposentadoria foi evidenciada como um estímulo à participação das mulheres no movimento e posterior abandono, quando de sua conquista. As mulheres trouxeram limites à construção do MMC/SC na Regional Sul, focando em aspectos que dizem da singularidade de suas integrantes e dos municípios onde se organizam, mas sugeriram também a vontade de prosseguir militando, de inventarem outras formas de existência...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149-175.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. 2002. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/422.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2009.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero**. 2008. 381 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em SC**. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999. 272p.

BELLOLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 300p.

BLAY, Eva Alterman. 8 de Março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n. 2, p.601-607, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 289-302, jan/abr. 2004.

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992. 337p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p.

BRAIDOTTI, Rosi. A política da diferença ontológica. In: Teresa Brennam (Org.). **Para além do falo**: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 123-144.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas. Analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 dezembro 2009.

BRITO DA MOTTA, Alda. **Revisitando o par relutante**. (no prelo).

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan/abr. 2004.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p.50-81, jan/jun 2002.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. G. Os Programas de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Editora 34, 2002. p.17-58.

BUTLER, Judith. **Deshacer el gênero**. Barcelona, Paidós, 2004.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Paidós, 2002.

_____. **Mecanismos psíquicos del poder**: Teorias sobre a sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p.11-42.

_____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1989. p.139-154.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Liv. 1998.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 262p.

CASAGRANDE, Jacir L. **Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. 1991. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 21-28.

_____. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. S.; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no Sertão de Pernambuco. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007. p. 131-139.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco.** 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveria (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 23-35.

DABOIT, Pedro C. **Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense.** 1996. 104f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos Condes.** 2.ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003. 208p.

DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans.** Florianópolis: Ed. do autor, 1986. 405p.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v.12, n.1, p. 175-204, jan/abr. 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** 6. reimp. São Paulo: Ed. 34, 2007. 232 p.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005. 142 p.

DE LORENZI, Zeide Carminati; GHISLAND. Pe. Izidoro. **Treviso Ano 100: 1891-1991.** 1991. 137p.

DUMONT, Louis. Introdução. In: _____. **Homo Hierarchicus.** O sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992. p. 49-67.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1. A vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a. 176p.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b. 680p.

_____. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a. 79p.

_____. **História da Sexualidade 3. O cuidado de si**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005b. 246p.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. Tecnologías del yo. In: MOREY, M. (Org.). **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós/ICE-UAB, 1990. 45-94.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n.2, p.291-308, 2007.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001. p. 245-282.

GESSER, Marivete. **O êxodo rural das jovens na agricultura familiar do município de Lontras: análise psicossocial**. 2004. 176p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GRISA, Catia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs). **Figuras de Foucault**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.127-138.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1990. 90p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. p.103-133.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. Rio de Janeiro: Editora, 34, 2003.

KROTH, Sirlei A. **Atalhos da Luta**: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993). 1999. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Identidade: A fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione L. da.; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero**: Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 119-129.

_____. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

_____. **Trabalho feminino, trabalho improdutivo?**
 Revista de Ciências Humanas, v.8, p.129-133, 1986.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo.** Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LECHAT, Noëlle M. P. **A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST):** estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MAIA, Sylvia Maria dos Reis; FERNANDES, Jeovane Marusia. Notas sobre Movimentos Sociais Rurais de Mulheres Rurais da Bahia: fluxo e refluxo. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Orgs.). **Desafios de identidade:** espaço – tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997. p.161-178.

MAIA, Sylvia Maria dos Reis; CRUZ, Sabrina Uzeda. Gênero, agricultura familiar e meio ambiente. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas.** Salvador: NEIM/UFBA, 2000. p.299-311.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil.** Tradução de João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: UFSC, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Portugal: Instituto Piaget, 1993. 433p.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. **O artesanato de si:** uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2008. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1575> Acesso em: 29 jun. 2009.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista. Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Gráfica da Cia. Melhoramentos, 1999a. p. 29-47.

_____. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista. Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Gráfica da Cia. Melhoramentos, 1999b. p. 266-275.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia**. 2005. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NYE, Andréa. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995. 284p.

PAULILO, Maria Ignez S.; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n.2, p.399-417, 2007.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan/abr. 2004.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez S; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p.15-38.

_____. **Terra à vista... e ao longe**. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

_____. **O peso do trabalho leve**. In: GRASSI, E. (Comp.). *La antropologia social y los estudios de la mujer*. Buenos Aires: Humanitas, 1986. p.135-148.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli; Ed. UFSC, 1983.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 265-309.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLI, Odilon L. **“Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do oeste catarinense”**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

POLI, Odilon L. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, 2002.

PULEO, Alicia H. **Feminismo Y Ecología**. Disponível em: < http://www.nodo50.org/mujeresredecologia-a_puleo-feminismo_y_ecologia.html > Acesso em: 23 jun. 2009.

RAGO, Margareth. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.165-175.

ROMANELLI, Geraldo. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, Geraldo; BIASOLI-ALVES, Zélia M. (Orgs).

Diálogos metodológicos: sobre a prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p.119-133.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu.** Campinas, v.12, p.157-163, 1999.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n.2, p.437-443, 2007.

SALVARO, Giovana I. J. **“Ainda precisamos avançar”**: os sentidos produzidos por trabalhadoras rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. Subjectividade, cidadania e emancipação. In: SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade.** 2.ed. Itajaí: Ed. da Univali, 1999.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais.** São Paulo: Editora UNESP, 2004. 205p.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 412-442, jul/dez 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Teorias da sociedade civil e dos movimentos sociais e usos no Brasil: aula expositiva 30/03/2007.

Disciplina: **Teoria dos movimentos sociais e sociedade civil**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, 2007.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, UNB, V.21, n.1, 2006, p.109-130, 2006.

_____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ilse; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 243-257.

_____. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse et. al. **Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil Contemporâneo**. Lisboa/Florianópolis: Socius/EDUFSC. 2000. p. 23-51.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n.51, p.99-121, fev/2003.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.1, p. 11-30, 2005.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debate feminista. Cidadania e feminismo**. Edição Especial, p. 203-222. 1999.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da.; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero:**

Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16, n.2, p.5-22, jul/dez. 1990.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. 2006. 156f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0307-D.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

SERAFIM, Carla Nichele. **Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga, Santa Catarina**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PPSI0258.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, p.845-849, fev. 2007. Disponível em: <www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/include/getdoc.php?id...> Acesso em: 23 jun. 2009.

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1 n.1, p.61–71, jan./mar. 2000. Disponível em: <www.unitins.br/ates/arquivos/Agricultura/.../11_artigo_ecofemi.pdf> Acesso em: 29 nov. 2009.

SILVA, Berenice Gomes da. **“Mãos Invisíveis? As Demandas dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais por Políticas Públicas no Brasil”**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos. Florianópolis/SC, 28 a 30 de agosto de 2006. Anais. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. CD-ROM.

SILVA, Marineide Maria. A fomicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p.99-124.

SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 122 p.

SOLERA, Carlos Rafael Rodríguez. Sete grandes debates sobre desigualdade social. In: CATTANI, Antonio D. DÍAZ, Laura. M. (Orgs.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.207-233.

SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina de Oliveira; MARTINS, Ângela Maria; FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa (Orgs.). **Uma história para contar: a pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Annablume, 2004. p. 119-140.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

SWAIN, Tania Navarro. Mulheres, sujeitos políticos, que diferença é está? In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 337-354.

_____. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 325-341.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 1990.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)**. 2007. 240f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-

Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 385p.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VELLOSO, Carolina Quiumento. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável**: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (Um estudo de caso em Urussanga, SC). 2008. 166f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
Disponível em: < <http://www.tede.ufsc.br/teses/PAGR0191-D.pdf>>
Acesso em: 02 ago. 2008.

VENDRAMINI, Lucimary. **Urussanga**: da escola italiana à escola pública. 2003. 66f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

VETTORETTI, Amádio. A colonização italiana nos vales do Tubarão e de Urussanga e a Colônia Grão-Pará. In: PIAZZA, Walter F. (Org.). **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001. v. 1. p. 149-331.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas marcadas**: trabalhadores do carvão. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

_____. **A pirita humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar**: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p.29-49.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. O significado do alimento na família camponesa (Entrevista com Klaas e Ellen Woortmann). **IHU On-line**, São Leopoldo, n. 163, p.12-16, 7 nov. 2005. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158347863.81pdf.pdf>.> Acesso em: 21 jan. 2009.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1997.

ZASSO, Maria Aparecida de Carvalho. **“Da prática política às lidas domésticas: um estudo do cotidiano das líderes do movimento de mulheres trabalhadoras rurais de Santo Cristo - RS”**. 1997. 164f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS DO MMA/SC

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 18, março/abril de 1995.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 20, julho/agosto de 1995.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 21, setembro/outubro de 1995.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 22, novembro/dezembro de 1995.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 23, janeiro/fevereiro de 1996.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n.24, março/abril de 1996.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 25, maio/junho de 1996.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano III, n. 27, setembro/outubro de 1996.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano IV, n. 32, julho/agosto de 1997.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano V, n. 36, março/abril de 1998.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, n.37, maio/junho de 1998.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano V, n. 38, julho/agosto de 1998.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano V, n. 39, setembro/outubro de 1998.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano V, n.40, novembro/dezembro de 1998.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VI, n. 41, janeiro/fevereiro de 1999.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VI, n.42, abril/maio de 1999.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VI, edição n. 46 – novembro/dezembro de 1999.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VIII, edição n.54, março/abril de 2001.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VIII, edição n.57, setembro/outubro de 2001.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano VIII - n.58, novembro/dezembro de 2001.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano IX- n.62, julho/agosto de 2002.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano XI – março/abril de 2004.

MMA/SC. **Informativo do MMA/SC**, Ano XI – julho/agosto 2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil**. Cartilha de preparação a 9ª Assembleia Estadual do MMA/SC – 20 a 22 de novembro de 2004 – Itapiranga/SC. MMA/SC, 2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Filhas da terra na construção de um projeto novo. VIII Assembleia Estadual, Concórdia 17, 18 e 19 de novembro de 2001**. Cartilha, maio de 2001.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Nossa história, nossas lutas**. Cartilha, Chapecó, maio de 2000.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Vamos contribuir na construção de um projeto novo!** Cartilha, Chapecó, agosto de 1999.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Mergulho na história das mulheres**. Cartilha, Chapecó, 1997.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **6ª Assembleia Estadual – Janeiro/1996. Nossas decisões.** Cartilha, Chapecó, 1996a.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **A mulher agricultora em SC – Estas somos nós.** Cartilha, Chapecó, 1994.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **AIDS Conhecer para evitar. Lutar pela saúde é lutar pela vida.** Cartilha, s/d.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. PASTORAL DA SAÚDE – CNBB REGIONAL SUL 4. **Juntas, na roça e na cidade, para construir uma nova sociedade – unidos conquistaremos a saúde.** Cartilha, s/d.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da 9ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC.** Itapiranga, 20 a 22 de novembro de 2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia Municipal de Orleans**, realizada no dia 28/06/2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia Municipal de Urussanga**, realizada no dia 29/06/2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da Assembleia Municipal de Morro da Fumaça**, realizada no dia 30/06/2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia Municipal de Cocal do Sul**, realizada no dia 01/07/2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia Municipal de Treviso**, realizada no dia 02/07/2004.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia Regional Sul**, realizada município de Urussanga/SC, no dia 13/08/2004.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da VIII Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC**. Concórdia, 17,18 e 19 de novembro de 2001.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da VII Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC**. Lages, 05, 06 e 07 de março de 1999.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da VI Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC**. Lages, 24, 25 e 26 de janeiro de 1996.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada em Jaguaruna, no dia 19/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no município de Sangão, no dia 17/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no município de Orleans, no dia 18/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no município de Urussanga, no dia 18/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no município Pedras Grandes, no dia 19/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no município de Treze de Maio, no dia 20/10/1995.

MMA/SC. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA **Relatório da Assembleia de Mulheres Agricultoras**, realizada no Bairro Vila Nova, município de Içara, no dia 04/11/1995.

PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS DO MMC/SC E MMC-BRASIL

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, ano XI - janeiro/fevereiro de 2005.

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, ano XII, novembro/dezembro de 2005.

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, ano XIV, outubro/dezembro de 2007.

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, ano XV, maio/junho de 2008. Disponível em: < www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 27 set. 2008.

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, Encarte Especial 25 anos MMC, 2008.

MMC/SC. **Informativo do MMC - SC**, ano XVI, janeiro/fevereiro de 2009.

MMC/SC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA. **Uma história de organização, lutas e conquistas**. Cartilha, Chapecó, novembro de 2008.

MMC/SC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA. **Revista Camponesa**. Ano II, Revista 2, Dez/2007.

MMC/SC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA. **Revista Camponesa**. Ano I, Revista 1, Dez/2005.

MMC – MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas** – 5 a 8 de março de 2004, Brasília-DF. Cartilha, novembro de 2003.

MMC/SC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA. **Movimento de Mulheres Agricultoras, 21 anos de organização em Santa Catarina, hoje consolidando e fazendo parte do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil**. Cartilha, Chapecó, 2004.

MMC-BRASIL. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Cartilha. Produção: AMMC/Sul. S/d.

MMC- BRASIL - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Nenhuma trabalhadora rural sem documentos**. 5. ed. 2004. Cartilha. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2008.

MMC-BRASIL. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil, Abril de 2008. Disponível em: <www.mmcbrasil.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2009.

PUBLICAÇÕES DA ANMTR E AIMTR-SUL

ANMTR – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. ANMTR-Sul. **08 de março – Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta pelos direitos, construindo um projeto popular**. Cartilha para estudo e debates nos grupos de Mulheres Trabalhadoras Rurais em preparação ao Dia Internacional da Mulher – 08 de março de 2003 – Dia de Luta, Resistência e Compromisso! 2002.

ANMTR – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Acampamento Nacional de Mulheres Rurais Margarida Alves – “Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade”**. Dias, 6, 7 e 08 de março de 2002. Cartilha, 2001.

ANMTR. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Dia Internacional da Mulher. “Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um Novo Brasil”**. 5 a 9 de março de 2001. Cartilha, outubro de 2000.

ANMTR–BRASIL. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Brasília – 13 a 17/03/2000 – Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil**. Cartilha, outubro, 1999.

ANMTR-BRASIL. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – BRASIL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos!** Cartilha. 1997.

AIMTR–SUL. ARTICULAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Mulher construindo cidadania. 08 de março de 1996, Dia Internacional da Mulher**. Cartilha, 1996.

AIMTR-SUL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos!** Cartilha de Formação e Informação. n.1, agosto de 1994.

FONTES ELETRÔNICAS

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Disponível em: <www.afubra.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (AMREC). Disponível em: <www.amrec.com.br/municipios/index.php?show=detalhes&municipio=108>. Acesso em: 26 jan. 2009.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. > Acesso em: 16 mar. 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de Teses da Capes**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/serviços/bancoteses.html> >. Último acesso em: 02 set. 2009.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE (UNIBAVE). Disponível em: <<http://www.unibave.net/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Último acesso em: 02 dez. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Disponível em: <http://www.inss.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 31 mar. 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL - MMCBRASIL. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Último acesso em: 07 dez. 2009.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA - MOC. Feira de Santana/BA. Disponível em: www.moc.org.br. Acesso em: 17 jun. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS. Disponível em: <www.orleans.sc.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO. Disponível em: <<http://www.trevisosc.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

LETRAS DE MÚSICAS

FORNARA, Salete Zeni. Hino do Movimento – MMA/SC. In: MMA/SC. **A luta se faz canção**. Chapecó/SC. CD-ROM.

GRINGO, Antonio. Mulher agricultora. In: MMA/SC. **A luta se faz canção**. Chapecó/SC. CD-ROM.

ZORTEA, Reneu; GASPARETO, Sirlei A. Kroth. Na luta sempre mulher. In: MMA/SC. **A luta se faz canção**. Chapecó/SC. CD-ROM.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

MMTR/SERTÃO CENTRAL-PE. **Como fazer uma reunião**. Livro n.1. 2.ed. 1989.

MMTR/SERTÃO CENTRAL-PE. **A sindicalização da mulher trabalhadora rural**. Livro n.2. 1987.

MOC e MMTR. **Mulher, cidadania e documentação**: aprendendo a tornar-se cidadã. Feira de Santana, BA, 2000.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2001.

FONTES DIVERSAS

Convite do I Encontro de Mulheres Rurais de Urussanga, 09 de dezembro de 1989.

Convite do II Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, 15 de julho de 1994.

Convite do IX Encontro de Mulheres Agricultoras de Urussanga, 25 de março de 2001.

Panfleto de divulgação do Museu ao Ar Livre de Orleans/SC.

Panfleto de divulgação da XII edição da Festa do Vinho, 06 a 10 de agosto de 2008.

Panfleto de divulgação da Celebração do dia Internacional da Mulher, MMC, Orleans/SC, março/2007.

Panfleto de divulgação do dia 08 de março Dia Internacional da Mulher, Florianópolis/SC, março/2008.